

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

WILBERT VILLCA LÓPEZ

**Racionalidades e invenções andinas nos conflitos de luta pela
posse da terra em regiões tropicais da Bolívia**

São Paulo
2016

WILBERT VILLCA LÓPEZ

**Racionalidades e invenções andinas nos conflitos de luta pela
posse da terra em regiões tropicais da Bolívia**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências

Área de Concentração: Sociedade, Economia e Estado e Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina

VILLCA L. Wilbert. Racionalidades e invenções andinas nos conflitos de luta pela posse da terra em regiões tropicais da Bolívia / Wilbert Villca López; orientador Prof. Dr. Sedi Hirano. - São Paulo, 2016.

171 f.

Dissertação (Mestrado)--Universidade de São Paulo, 2016.

1. Racionalidades Andinas. 2. Camponês Indígena. 3. Conflito pela Terra. 4. Quéchuas Imigrantes. 5. Ocupação dos orientes. Título I. Contextos Latino-Americanos, Terra, Movimentos e Camponeses. II. Contribuição para a análise da questão da terra. III. Construção de utopias nos orientes. IV. Ocupação e construção dos orientes. V. Formação das forças do conflito pela posse da terra. VI. Desencadeamento dos conflitos pela terra.

Nome: VILLCA L. Wilbert

Título: Racionalidades e invenções andinas nos conflitos de luta pela posse da terra em regiões tropicais da Bolívia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientador **Prof. Dr. Sedí Hirano** Instituição: **FFLCH - USP**

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A mi recordado padre, Sabino
Villca (QEPD), y a mi madre,
Saturnina López, con inmensa
gratitud. Cumpló un deseo más
de ellos.

AGRADECIMENTOS

Prometi não assinalar nomes neste importante espaço, para ser justo com todos (as), porque a realização desta dissertação de mestrado contou com importantes apoios e incentivos sem os quais não teria tornado realidade e aos quais estarei grato. Mas é inevitável, dois nomes.

Desejo agradecer ao meu orientador Prof. Sedí Hirano, por receber dele em conversações valiosas sobre os clássicos da sociologia e de outras disciplinas em linguagem digerível, elas foram como uma peneira na redação deste trabalho. Ele redirecionou o político/militante que sou, reavivou e potenciou minhas qualidades de análise para atravessar preocupações empíricas pela sociologia, ciências políticas, antropologia, história, etnografia, as estatísticas e outras para refleti-las.

À Prof^a. Vivian Urquidi, por seu desprendido acompanhamento de orientadora nesta pesquisa, por seu alto compromisso, como vice-presidente do PROLAM, com os estudantes de América Latina. Somente com essa contribuição é também realidade este trabalho.

Neste desafio participaram amigos, companheiros, colegas, professores e pessoas de três âmbitos: acadêmicos, “não acadêmicos”, político-sociais.

- Aos acadêmicos, pois me ajudaram esclarecer e enriquecer conhecimentos adquiridos sobre a complexidade das abordagens teóricas. Os debates nos grupos de estudos, sobre a experiência de luta rural noutros cantos de América Latina contribuíram a perscrutar os conflitos.
- À sabedoria dos que não estão nos âmbitos acadêmicos, o conhecimento deles está nas invenções de luta, nos símbolos, na cotidianidade, nos locais subterrâneos chamados empíricos, deles apreendi muito. Os objetos de pesquisa, haviam mudado em sujeitos, atualmente conseguem com sapiência e tato ativar em momentos adequados suas ações de luta pela terra. Beneficiei-me dessas sabedorias. Fiz esforços, de compreender uma parte dos movimentos brasileiros mobilizados, isso me ajudou a ampliar minhas perspectivas. Assim, consegui compreender a dimensão dos conflitos bolivianos pela terra.

- Aos líderes de base rural. Minha participação nos movimentos sociais, em anos anteriores, me ajudou a mergulhar no campo das lógicas subjetivas das lideranças sociais. Por essa razão, nesta pesquisa se lança provocativas pautas para o debate sobre a construção do poder no interior dos movimentos sociais.

Pelas dificuldades que tive na coleta da informação, agradeço às pessoas que colaboraram na coleta do material de pesquisa, em físico, na Bolívia, que estava indisponível no Brasil.

A colegas que com prazer e empenhamento leram os resultados de minha experiência relatado em português.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), pela concessão da Bolsa Emergencial.

À Fundação de Sasakawa do Japão, pela concessão da bolsa de conclusão para a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, por colocar à disposição a área deste estudo

RESUMO

VILLCA L. Wilbert. **Racionalidades e invenções andinas nos conflitos de luta pela posse da terra em regiões tropicais da Bolívia.** 2016. 171 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Este trabalho trata da ação coletiva e comunitária dos camponeses indígenas bolivianos migrantes nos conflitos pela posse da terra nas regiões densas do avanço modernizador da agricultura chamadas oriente boliviano. As oportunidades adversas e assimétricas no acesso à terra, motivam constantes produções de luta, combinadas com formas sindicais, indígenas e MSTistas enquanto realizam ocupações de terras públicas e terras pretendidas pelos fazendeiros e pecuaristas. Pelo fato de serem esses sujeitos naturais majoritariamente *quéchuas*, objetivam perspectivas andinas de produção e olhares de mobilização, além de contribuírem com suas ações nos projetos de mudança nacional, tanto na crise do Estado boliviano, de 2000 até 2005, quanto na formação do Estado Plurinacional da Bolívia, de 2006 até 2010. Oferecem-se evidências da questão da terra da segunda metade do século XX, quando o campesinato se transforma numa poderosa força econômica e política. Combatidas pelas forças repressivas por optar pela forma ilegal das ocupações e, no tempo em que recuam, coexistem com seus contendores optando pelas normas e procedimentos oferecidos de cima para baixo. No presente trabalho, concentra-se menos nas estruturas e mais em pessoas, em indivíduos mobilizados, nas suas interações, em suas emoções, consensos e dissensos cotidianos dos chamados *avasalladores*, invasores de terras que produzem uma racionalidade própria de luta. Foram estudados depoimentos em *quéchua* dos protagonistas do conflito, narrativas dos líderes de base, entrevistas a ex-funcionários de Estado, intelectuais, etc. Analisaram-se também documentos manuscritos dos grupos mobilizados; revisaram-se arquivos policiais e do Ministério Público; jornais nacionais; demandas escritas pelas organizações; e, informação seleta dos arquivos do INC e o INRA, ambas entidades agrárias. A pesquisa é apoiada na observação etnográfica de campo e trajetória do pesquisador sobre a questão.

Palavras-chave: Racionalidades Andinas; Camponês Indígena; Conflito pela Terra; Quéchuas Imigrantes; Ocupação dos orientes.

ABSTRACT

VILLCA L. Wilbert. **Rationalities and Andean inventions in the conflicts struggle over land in the tropics of Bolivia.** 2016. 171 f. Thesis (MA) Program Graduate Integration of Latin America, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This research deals with the collective action of migrant Bolivian indigenous farmers in conflicts over land, in the dense regions of modernizing advancement of eastern Bolivia called agriculture. The adverse and asymmetric opportunities in access to land motivate constant production of struggles, combining with union, indigenous, and MSTi-like forms, while occupying public land intended for farmer and rancher use. Because these subjects are mostly *quechua*, they aim for Andean perspectives of production and Andean views on mobilization, as well as contributing with their actions to national change projects, both in the Bolivian state crisis (from 2000 to 2005) as well as in the formation of the Plurinational State of Bolivia (from 2006 to 2010). Regarding matters of land ownership, it is offered documentation of the second half of the twentieth century, when the peasantry becomes a powerful economic and political force. These political agents fight against the repressive forces, when they opt for illegal occupations, and recede in other times, opting to coexist with their contenders and with rules and procedures offered from the top down. This study focuses less on structures and more on mobilized individuals, their interactions, their emotions, everyday consensus and dissent of the so-called *avasalladores*, land invaders, who produce their own rationality of struggle. This study analyses the statements produced in Quechua by the protagonists of the conflict, grassroots leaders' narratives, interviews with former State employees, texts written by intellectuals, etc. Also, handwritten documents made by the mobilized groups; police and prosecutors' files; national newspapers; demands written by organizations; and information from the files of the INC and the INRA, both agricultural entities. This research is supported by ethnographic field observations and the researcher's trajectory with the issue.

Keywords: Rationalities Andinas; Indigenous Peasant; land conflicts; Quechua Immigrants; Occupation of eastern Bolivia.

RESUMEN

VILLCA L. Wilbert. **Racionalidades e invenciones andinas en los conflictos de lucha por la posesión de la tierra en regiones tropicales de Bolivia.** 2016. 171 f. Trabajo final de maestría, *Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.*

Este trabajo trata de la acción colectiva y comunitaria de los campesinos indígenas bolivianos migrantes nos conflictos por la posesión de la tierra en las regiones densas del avance modernizador de la agricultura llamadas oriente boliviano. Las oportunidades adversas e asimétricas en el acceso a la tierra motivan constantes producciones de lucha combinadas con formas sindicales, indígenas e MSTistas mientras realizan ocupaciones de tierras públicas e tierras acaparadas por los latifundistas e ganaderos. Por haber sido originarios, mayoritariamente, *quéchuas* objetivan perspectivas andinas de producción, posturas de movilización y además de contribuir con sus acciones en los proyectos de cambio nacional, tanto durante la crisis del Estado boliviano, 2000 hasta 2005, cuanto en la formación de Estado Plurinacional da Bolivia, de 2006 hasta 2010. Se ofrecen evidencias sobre la cuestión de la tierra de la segunda mitad del siglo XX, donde el campesinado se transforma en una poderosa fuerza económica y política. Combatidas por las fuerzas represivas por optar por la forma ilegal de las ocupaciones y, en el tiempo en que repliegan, coexisten con sus contendientes optando por las normas y procedimientos ofrecidos de arriba para abajo. En el presente trabajo, se concentra menos en las estructuras e más en personas, en individuos movilizados, en sus interacciones, en sus emociones, consensos e disensos cotidianos de los llamados *avasalladores*, invasores de tierras que producen una racionalidad propia de lucha. Fueron estudiados testimonios en *quechua* de los protagonistas del conflicto, narrativas de los líderes de base, entrevistas a ex-funcionarios de Estado, intelectuales, etc. Se analizaron también documentos manuscritos de los grupos movilizados; se revisaron archivos policiales y del Ministerio Público; periódicos nacionales; demandas escritas por las organizaciones; e, información selecta de los archivos del INC e o INRA, ambas entidades agrarias. La investigación es apoyada en la observación etnográfica de campo y la trayectoria del investigador sobre la cuestión.

Palabras claves: Racionalidades Andinas; Campesino Indígenas; Conflicto por la Tierra; Quéchuas Migrantes; Ocupación de los orientes.

LISTA DE SIGLAS

Agrupações e frentes políticas

ANAPO	Asociación Nacional de Oleaginosas y Trigo
CAPPO	Cámara Agropecuaria de Pequeños Productores del Oriente
CAINCO	Cámara de Industria, Comercio, Servicios y Turismo de Santa Cruz
CAO	Cámara Agropecuaria del Oriente
CCpSC	Comité Cívico pró-Santa Cruz
COB	Central Obrera Boliviana
FEGASACRUZ	Federación de Ganaderos de Santa Cruz
FUB	Federación Universitaria Boliviana
MNCL	Movimiento Nación Camba de Liberación
MNR	Movimiento Nacionalista Revolucionario
OTB	Organização Territorial de Base
PCB	Partido Comunista Boliviano
PIR	Partido de Izquierda Revolucionaria
POR	Partido Obrero Revolucionario
UJC	Unión Juvenil Cruceñista

Organizações sociais

CAUPAIN	Asociación Campesinos Unidos y Productores Agropecuarios Integral del Norte
CEDTAC	Central Departamental de Trabajadores Asalariados del Campo
CCA-PU	Comunidad Campesina Agroecológica Pueblos Unidos
COICA	Cordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica
COMUNAL	Coordinadora de Movilizaciones Única Nacional
CONAMAQ	Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu
CSCIB	Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia
CSTCB	Confederación Sindical de Trabajadores Colonizadores de Bolivia
CSUTCB	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
FPSC	Federación Departamental de Empresarios Privados de Santa Cruz
FSDMC-SC	Federación Sindical Departamental de Mujeres Campesinas de Santa Cruz
FSDTC-SC	Federación Sindical Departamental de Trabajadores Colonizadores de Santa Cruz

FSTARC-SJ	Federación Sindical de Trabajadores Asalariados Rurales del Campo de San Julián
FSTCA-SC	Federación Sindical de Trabajadores Cosechadores de Algodón de Santa Cruz,
FSTZCA-SC	Federación Sindical de Trabajadores Zafreros de la Caña de Azúcar de Santa Cruz
FSUTC-SC	Federación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Santa Cruz
FTZCA-B	Federación de Trabajadores Zafreros de la Caña de Azúcar de Bermejo
IPSP	Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos
MAS	Movimiento Al Socialismo
MST-Bo	Movimiento de los Trabajadores Campesinos e Indígenas Sin Tierra de Bolivia
MST-Br	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
UNCA	Unión Nacional de Comunidades Aymaras

Outros

ABT	Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierras
ADM	Archer Daniels Midland Company
ALPB	Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia
ALPRO	Aliança para o Progresso
APDH	Asamblea Permanente de Derechos Humanos
BID	Banco Interamericano de Desarrollo
BM	Banco Mundial
BAMIN	Banco Minero de Bolivia
BAB	Banco Agrícola de Bolivia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CA	Comunidad Andina
CBF	Corporación Boliviana de Fomento
CEJIS	Centro de Estudios Jurídicos y Sociales
CCCE	Centro de Control de Colonos Espontáneos
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y el Caribe
CNRA	Consejo Nacional de Reforma Agraria
COMIBOL	Corporación Minera de Bolivia
CNDPI	Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)

FMI	Fondo Monetário Internacional
FT	Fundación Tierra
IBCE	Instituto Boliviano de Comercio Exterior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Integração de Infraestrutura Regional do América do Sul
INC	Instituto Nacional de Colonización
INE	Instituto Nacional de Estadística
INRA	Instituto Nacional de Reforma Agraria
JIHUSSAS.A.	Agropecuaria y de Servicios Sociedad Anónima
LFRA	Ley Fundamental de Reforma Agraria
MACA	Ministerio de Asuntos Campesinos y Agropecuarios
MAIPO	Ministerio de Asuntos Indígenas y Pueblos Originarios
MDRAyMA	Ministerio de Desarrollo Rural, Agropecuario y Medio Ambiente
MDRyT	Ministerio de Desarrollo Rural y Tierras
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONIEPG	Oficina Nacional de Inmigración, Estadística y Propaganda Geográfica
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PTJ	Policía Técnica Judicial
RUNB	Registro Único Nacional de Beneficiarios
RUNTF	Registro Único Nacional de Tierras Fiscales
SIRENARE	Sistema de Regulación de Recursos Naturales Renovables
SNRA	Servicio Nacional de Reforma Agraria
TCO	Tierras Comunitarias de Origen
TA	Tribunal Agroambiental
UNAGRO	Corporación Unión Agroindustrial de Cañeros S.A.
USAID	United States Agency for International Development
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organização cartográfica de uma Colônia baseada no modelo de colonização espontânea, não planejada, “Modelo Pente”.....	93
Figura 2 – Organização cartográfica de uma Colônia baseada no modelo de colonização planejada, “Modelo Núcleo”.....	98
Figura 3 – Lógicas de direção da afirmação sindical do campesinato boliviano.....	119
Figura 4 – Lógicas de direção da afirmação MSTista	121
Figura 5 – Sistemas de segurança e pontos de cobertura nas ocupações de terras	153

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 – A <i>Pachamama</i> nos orientes bolivianos.....	102
Fluxograma 2 – Relação e lógicas da produção de demandas escritas do movimento que precedem as ações coletivas, em período de retirada	124
Fluxograma 3 – Relação de mando durante o planejamento e execução das intervenções policiais nos conflitos pela terra.....	137
Fluxograma 4 – Relação de pressão das instituições públicas a favor dos fazendeiros durante as ocupações.....	161

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Destino em volumes de exportação da soja boliviana segundo principais pais receptores, em toneladas entre 2004 e junho 2012	27
Gráfico 2 – Projeção dos volumes totais de soja exportados por ano e em toneladas entre 2004 e junho 2012	28
Gráfico 3 – Projeção por volumes de importação de soja por ano entre 2004 e junho 2012 (em toneladas)	29
Gráfico 4 – Projeção por valores de importação de soja por países, em dólares, entre 2004 e junho 2012	29
Gráfico 5 – Representação de principais países da América fornecedores de produtos agroquímicos, em dólares entre 2004 e junho 2012	31
Gráfico 6 – Projeção das superfícies cultivadas, oleaginosas, soja e girassol, na Bolívia, 1985 a 2013	34
Gráfico 7 – Superfícies da produção de soja, arroz e milho dos fazendeiros e pequenos produtores no Município de San Pedro, em safra verão 2004 e inverno 2005	38
Gráfico 8 – Projeção demográfica no departamento de Santa Cruz, de 1900 a 2012	59
Gráfico 9 – Projeção da população boliviana urbana e rural entre de 1950 a 2001.....	60
Gráfico 10 – Número de colônias ou sindicatos consolidados com terras por decênio no Município de San Pedro	92
Gráficos 11a e 11b – Relação de esvaziamento de antigos núcleos de assentamentos e projeção da concentração de núcleos urbanos atuais	117
Gráfico 12 – Presença de população estrangeira na Bolívia, segundo país de origem, em 1900	128

Gráfico 13 –	Origem e quantidade das cartas de apoio e solidariedade contra a agressão da UJC ao líder do MST-Bo entre maio e junho de 2005, por países.....	149
--------------	---	-----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 –	Amanhecer no acampamento do latifúndio Los Yuquises (Santa Cruz) ocupado pelo MST-Bo.....	73
Imagem 2 –	Semelhanças visuais do MST-Bo com os símbolos do MST-Br.....	111
Imagem 3 –	Armamento do latifundiário encontrado pelos ocupantes no latifúndio Los Yuquises.....	151
Imagem 4 –	Merenda familiar no primeiro dia de assentamento nas terras doadas pelo Estado.....	155

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 –	Populações e zonas de conflito pelas ocupações de terras.....	69
----------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Relação de países da América Latina que incorporam a questão pluricultural, multicultural, pluriétnico nas modificações constitucionais	16
Quadro 2 –	Renúncia de presidentes bolivianos por causa da mobilização social entre 1997 – 2005	22
Quadro 3 –	Destino em valores da soja boliviana por continentes, em dólares entre 2004 e junho 2012	25
Quadro 4 –	Origem de importação de agroquímicos por continentes e em dólares entre 2004 e junho 2012.....	30
Quadro 5 –	Superfícies dos principais cultivos agrícolas, em 1950, comparados entre a produção nacional e de Santa Cruz (SC), (em hectares)	32
Quadro 6 –	Destino da produção camponesa para o mercado e consumo familiar, em porcentagens em 2005.....	36
Quadro 7 –	Tipos de propriedades agrária vigentes desde 1953.....	42
Quadro 8 –	Crescimento demográfico da população boliviana.....	58
Quadro 9 –	Reformas agrárias em América Latina.....	63
Quadro 10 –	Constituições bolivianas que ignoram do mundo rural indígena desde o século XIX.....	85
Quadro 11 –	Superfícies de terras baldias na bacia amazônica destinadas para processos de colonização, legislação, 1905.....	89
Quadro 12 –	Organizações nacionais rurais da Bolívia segundo a afirmação sindical, indígena e do sem terras.....	117
Quadro 13 –	Passos e procedimentos para os despejos dos ocupantes, via Tribunal Agroambiental (TA)	141
Quadro 14 –	Responsabilidades individuais com a MST-Bo.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Posse da terra na Bolívia nas duas legislações agrárias.....	43
Tabela 2 –	Oferta de venda de terras classificadas por tamanho e anos (em hectares)	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 CONTEXTOS LATINO-AMERICANOS, TERRA, MOVIMENTOS E CAMPONESES	6
2.1 De sindicalizados e proletários rurais para movimentos camponeses	9
2.2 De camponeses e de índios para movimentos indígenas articulados	13
2.3 Simultaneidade das crises políticas em dois eixos (2000 – 2009).....	18
2.4 Soja: mercados, consumidores, produtores e justaposições	24
2.4.1 Projeção dos cultivos do altiplano/vales e tropicais	31
2.4.2 Superfícies de soja desde seu aparecimento na Bolívia	33
2.4.3 Consumo familiar dos produtores camponeses da soja	35
2.4.4 Monocultivos e fermentos da revolta rural em realidades locais	37
3 CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO DA TERRA.....	39
3.1 Distribuições assimétricas nos orientes	41
Fator 1, Posse e distribuição assimétrica de terra.....	41
Fator 2, Dilema dos direitos à terra, homens ou gados?	44
Fator 3, Desmatamento acelerado da floresta no oriente boliviano	46
Fator 4, Crescimento da fronteira agrícola	47
Fator 5, A terra no mercado	47
Fator 6, Migração interna, crescimento demográfico do oriente boliviano	49
Fator 7, Crise da institucionalidade agrária.....	54
3.2 Povoando os orientes	56
3.2.1 Crescimento regional desigual da população boliviana	56
3.2.2 Crescimento da população em Santa Cruz.....	59
3.2.3 Crescimento da população urbana nacional	60
3.2.4 Reformas agrárias na América Latina.....	61
3.2.5 Contexto das reformas agrárias, introdução ao processo boliviano.....	63
4 CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS NOS ORIENTES	69
4.1 Composição dos sujeitos locais	70
4.1.1 Sujeitos envolvidos com a produção da terra na região dos movimentos .	70
4.1.2 Sujeitos agremiados ao movimento antes dos conflitos	71
4.1.3 Sujeitos do conflito pela terra depois dos movimentos	73
4.2 Outros atores envolvidos nos conflitos pela posse da terra	75
4.3 Aproximações à teoria sobre o campesinato	78
4.3.1 Ser camponês, colonizador, pequeno produtor, sendo indígena.....	80
4.3.2 Ser colonizador sendo indígena em terras tropicais.....	82
4.4 Composição da economia da unidade familiar no Norte de Santa Cruz.....	82
4.5 Falsa construção boliviana de Nação e povo	83

5 OCUPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS ORIENTES	87
5.1 Ocupação tradicional das terras sem conflito	87
5.1.1 Colonização de terras antes e depois da reforma agrária	88
5.1.2 Políticas de colonização depois da reforma agrária	90
5.1.3 Colonizações espontâneas.....	91
5.2 Organização cartográfica das colonizações espontâneas	92
5.2.1 Colonizações orientadas ou planejadas	94
5.2.2 Investimentos na formação de colônias planejadas e vozes discordantes	96
5.3 Organização cartográfica das colonizações planejadas	97
5.4 Aliança para o Progresso	98
5.5 A <i>Pachamama</i> nos orientes bolivianos.....	102
5.5.1 Terra na perspectiva indígena no oriente boliviano	102
5.5.2 A <i>Pachamama</i> a partir dos ocupantes de terras	103
5.5.3 A proposta agroecológica nas ex-ocupações	105
6 FORMAÇÃO DAS FORÇAS DO CONFLITO PELA POSSE DA TERRA..	107
6.1 Justaposição de perspectivas e ações simultâneas	107
6.1.1 Perspectivas de tipo indígena.....	108
6.1.2 Perspectivas de tipo sindical.....	109
6.1.3 Perspectivas de tipo “MSTista” boliviano.....	110
7.2 Formação de círculos de confiança dos líderes chefes nos níveis intermediários	112
6.3 Ciclos e trajetórias das associações (sindicatos) camponesas no norte <i>cruceño</i> .	113
6.4 Características organizativas sindicais, indígenas e boliviano-brasileiras	116
6.4.1 Tendências de direção na Afirmação Sindical.....	117
6.4.2 Tendências de direção na Afirmação Indígena.....	119
6.4.3 Tendências de direção na Afirmação MSTista.....	120
6.5 Movimentos camponeses a partir da perspectiva governamental	121
6.5.1 De diretorias para bases.....	124
6.5.2 Dos movimentos para o Estado e Sociedade.....	125
6.6 Terras prometidas para doação, Estado e movimentos	127
6.6.1 De Terras Baldias a Terras Fiscais para doação no século XX.....	127
6.6.2 Procedimentos práticos e cotidianos prévios para a solicitação da dotação de terras	131
6.6.3 Dois registros nacionais para acesso a terras	132
6.6.4 Perspectiva oficial de dotação de terras	133
6.7 Terra, lei, ordem e forças repressivas	134
6.7.1 Planejamento e execução das intervenções policiais nos conflitos pela terra	134
6.7.2 De invasor para avassalador de terras.....	139
6.7.3 Procedimentos para os despejos	140
6.7.4 Penalização das ocupações de terras.....	142

7 DESENCADEAMENTO DOS CONFLITOS PELA TERRA	143
7.1 Racionalidades andinas nos conflitos pela terra	143
7.1.1 Conformação dos grupos de base sub-comunidades Sem Terras	145
7.1.2 Sondagem de terras.....	146
7.1.3 Missões: “espionagens” e infiltrações	147
7.1.4 Providências e logísticas	148
7.1.5 Estratégias de adesão	148
7.1.6 Ingresso em terras baldias	149
7.1.7 Sistemas e Códigos de Segurança	151
7.1.8 Estratégias rotativas.....	154
7.1.9 Estratégias de produção e subsistência	155
7.1.10 Despejos nos acampamentos	156
7.2 Contenção estatal dos conflitos	158
7.2.1 Conflitos agrários 2000-2005, perspectiva no seio institucional	158
7.2.2 Demandas camponesas pela expropriação das terras griladas	158
7.2.3 Primazia da legalidade: governações estaduais e poder judiciário versus governo nacional.....	160
7.2.4 Participação dos indígenas do oriente	163
7.2.5 Vozes oficiais: solução do problema agrário no período dos conflitos	164
8 CONCLUSÕES.....	169
REFERÊNCIAS	172

1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, estuda-se a ação coletiva e/ou comunitária de um ator protagonista nas mudanças da Bolívia: o campesinato, o indígena, e o sem terra, atores todos na luta pela terra. Trata-se de um único ator com distintos denominativos conforme o momento ou temporalidade em que é analisado. Portanto, literalmente se utilizará como: camponês indígena, sem vírgula. Igual fundamento tem a Constituição boliviana se referindo a similar explicação, por se tratar sem diferenciar a: *indígena originario campesino*¹ (BOLÍVIA, 2009, p. 4)

Esses sujeitos surgem no cenário político nacional relacionados com o avanço do agronegócio, principalmente brasileiro. A relação está ligada à luta pela posse da terra dos indígenas no departamento de Santa Cruz. Para aprofundar-se na questão, é preciso conhecer, de forma sintética, o decorrer da história boliviana principalmente no século XX. Por outro lado, pelo fato dos movimentos sociais rurais carecerem de um início, uma data inaugural, um ponto de partida linear de progressividade, eles devem ser observados em ciclos, analisáveis a partir de acontecimentos precedentes.

No início do século XX, havia apenas dois partidos políticos – liberais e conservadores. Nesses partidos militavam apenas 20% da população nacional hispano falantes, próprias das elites urbanas, enquanto 80% dos bolivianos falava línguas nativas. Essas elites dominaram não só o poder político, mas também a indústria de mineração e as exportações de produtos primários (DONGHI, 2005, p. 251). Em 1900, encontravam-se sem nenhuma instrução 84% da população nacional, destes, os departamentos de Potosí com 92%, e La Paz com 90% concentravam as maiores populações analfabetas (ONIEPG, 1904, p.123).

Embora tenha sido grande exportadora de minérios em todo o período de domínio espanhol, a Bolívia no período republicano exportava apenas uma pequena quantidade de prata e um pouco de outros minérios (KLEIM, 2002, p. 378). Mesmo assim, até o terceiro quartel do século XX, sustentou-se basicamente na economia do minério. A era dos impérios *anglo-saxões* mudou tudo isso. A Bolívia, ainda nessas circunstâncias, transformou-se no principal produtor de estanho no mundo, mas de tal

¹ As fontes primárias e secundárias citadas a longo desta pesquisa foram traduzidas do espanhol, quéchua e outras línguas ao português pelo autor. Elas estão em referências bibliográficas a versão das publicações.

maneira que não impulsionou um desenvolvimento interno nem do seu isolamento. (DUNKERLEY, 2003, p. 19).

O poder e a economia estavam administrados em um eixo: na cidade de La Paz e, com relativa menor importância, em Cochabamba. Os grandes centros de minérios de Potosí e Oruro foram fornecedores dessa economia. Desde La Paz, ela era gerenciada².

O resto do país esteve desconectado do eixo da economia e poder, ainda que a posse da terra fosse o indicador de influência regional e veiculador do *poder* no âmbito local (Santa Cruz, por exemplo, mas principalmente a cidade de Cochabamba) até o nível nacional (FERREIRA, 2010). A inclusão regional se limitava às elites políticas brancas e se traduzia na cota de representação no Congresso Nacional ou na nomeação de ministros. Conforme o historiador inglês Laurence Whitehead escreve em 1991 sobre a história da Bolívia, esta é a história de uma elite bastante pequena, cujos membros frequentemente se cutucavam e cujas alianças e divisões, em geral, tinham relação tanto com a vida privada quanto com a pública (WHITEHEAD, 2002, p. 105).

Em abril de 1952, depois dos confrontos entre as massas mineiras e o exército, sobretudo em Oruro e La Paz, o que no início começara como um golpe de estado se transformou em insurreição popular, denominada Revolução Nacional. Esse acontecimento, segundo o sociólogo boliviano, René Zavaleta Mercado, é talvez o mais extraordinário de toda a história da república (ZAVALETA, 1998, p. 64). Entre os objetivos da Revolução, apostou-se no crescimento da economia agrária pela expansão de novas fronteiras agrícolas ao oriente do país. Isto ocorreu depois que os camponeses realizaram, em 1953, a Reforma Agrária³ que distribuiu as terras na região ocidental do país, como veremos, acabando assim com o latifúndio.

² Sergio Almaraz Paz foi um dos importantes intelectuais bolivianos, defensor dos hidrocarbonetos. Em 1969, publicou *Réquiem para uma república*. Segundo Almaraz, a oligarquia boliviana envolvida com a mineração da prata teve, no século XIX, uma junção terra-mineração. No século XX, as oligarquias bolivianas estiveram ligadas à elite de altos funcionários e advogados de origem rural, os funcionários estiveram ao serviço da grande mineração, mas sem formar parte dela, porém, junto às oligarquias integraram a elite. (ALMARAZ, 1969, p. 7). Por essa característica, diz-se gerenciada desde La Paz, sede de governo.

³ Muito embora exista uma grande diferença de profundidade e extensão das reformas agrárias na América Latina, a segunda metade do século XX caracterizou-se pela implementação de programas de reforma rural, muitos delas conservadoras e não necessariamente redistributivas das terras. Assim, por exemplo, o programa de reforma agrária do Brasil, a partir de 1964, ocorreu pela modernização do latifúndio com incentivo governamental para o agronegócio, mas sem redistribuição de terras. Na Bolívia, em 1953, a reforma foi a partir da ação popular e por isso foi profunda e acabou com o latifúndio no ocidente.

No início dos anos cinquenta, ainda as regiões amazônicas, tanto peruanas, colombianas, equatorianas, como também as bolivianas, eram zonas com pouca presença demográfica. Especificamente, no caso boliviano, o povoamento da região das terras baixas, conhecidas como o oriente boliviano⁴ foi incentivado pelas chamadas políticas de colonização⁵, baseadas na promoção de políticas de modernização⁶ agrária: ocupação mais plena e exploração dos recursos naturais e humanos, e a maior integração das populações rurais à economia de mercado.

Com o programa de ampliação das fronteiras agrícolas, tratou-se de incentivar o crescimento da economia nacional pela promoção do deslocamento de três atores econômicos ao oriente: a) a formação de colônias de estrangeiros, inicialmente migrantes europeus, *menonitas*, e posteriormente chineses, iugoslavos, croatas, russos, além de japoneses; b) a migração de indígenas vindos do ocidente boliviano; e, c) mais recentemente, após 1990, por brasileiros com o *boom* da soja, ou seja, sem incentivos estatais, mas devido ao crescimento dos mercados mundiais (URQUIDI, 2007, p. 152).

Ao longo do século XX, os estudos sobre o desenvolvimento econômico latino-americano, como os trabalhos cepalinos, fizeram-se principalmente a partir de uma matriz teórica dual: relação norte/sul ou países desenvolvidos/subdesenvolvidos. Nos últimos anos, porém, dada a presença das economias emergentes no mundo, exigiu-se uma compreensão desse fenômeno mais complexo, rompendo com os padrões duais.

Por um lado, sem dúvida, a chegada do Brasil à posição de sexta maior economia do mundo, em 2007, foi o elemento que motivou um trabalho mais complexo de pesquisa. Na Bolívia, o crescimento econômico do país vizinho foi sentido pela aparição de grandes corporações brasileiras, que passaram a incidir no tipo de produção agrícola interna boliviana em virtude da presença brasileira nos mercados mundiais. A presença de capitais externos no Brasil também cresceu neste último

⁴ Na divisão política administrativa da Bolívia, no *oriente* estão localizados três *departamentos*: Santa Cruz, Beni e Pando.

⁵ Processos de *colonização*, isto é ocupação de terras por colônias de regiões outras do país, ou por migrantes estrangeiros, foram incentivados no Oriente desde o século XIX. Alguns faziam parte de projetos de branqueamento e por isso formavam parte das políticas externas executadas pelos governos conservadores (1880-1899) e liberais (1899-1930) (GARCIA, 2001).

⁶ Uma das principais políticas de modernização foi a Aliança para o Progresso (ALPRO), um amplo programa cooperativo dos EUA destinado a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina. Em países como a Bolívia, o programa visava frear o avanço do comunismo (FEDER, 1978, p. 221).

período. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB), o Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Brasil mais que triplicou entre 2002-2012. Foi de 18,7 bilhões de dólares (US\$) para 65,3 bilhões de US\$. Enquanto que o Investimento Brasileiro no Exterior (IBE) cresceu quase seis vezes de 2,3 bilhões de US\$, em 2002, para 13,7 bilhões em 2012 (ANÁLISE, 2013, p. 27). Essa incursão brasileira teve relação principalmente com a concentração do capital agrário e sua penetração no poder político no nível nacional; com a aliança dos capitais financeiros e industriais; e, com a situação da submissão dos capitais nacionais (empresas) ao capital internacional (MOYO; YEROS, 2008, p. 12).

Por outro lado, além destas temáticas mencionadas, existem também conflitos de *aderências* e *divergências* que interagem dentro dos países envolvidos. São de *aderências* porque empresários nacionais, políticos, líderes nacionais, regionais e governos concordam com um pacote de normas e projetos; e, são de *divergências* pois os movimentos sociais, políticos e outros atores sociais discordam das ações coletivas. Os preponderantes são os de matriz *divergente*, dados os confrontos contemporâneos entre fazendeiros e indígenas principalmente pela posse da terra e, relacionada a esta, a oposição de atores sociais às políticas estatais orientadas a dar ainda mais suporte para a consolidação destas economias emergentes como a brasileira.

Além do exposto, cabe destacar mais dois fatores: o crescimento da demanda mundial de biocombustível⁷ tem sido um fator decisivo para a presença das multinacionais do agronegócio (CARRASCO, 2011) no país. E, finalmente, a abertura de mercados para a soja brasileira na Ásia. Estes dois fatores estão redefinindo as relações internacionais dos países da América do Sul (CACCIAMALI, 2012).

Assim, por exemplo, a partir de 2012, a Ásia tem sido a receptora de 31% do comércio brasileiro (ANALISE, 2013, p. 60), relegando os mercados tradicionais. Em consequência, foi fundamental a construção de rodovias em direção ao oceano Pacífico para baratear os fretes globais visando exportações com destino aos mercados asiáticos do Pacífico, em especial aos do Japão, da China e dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan e Cingapura). Mercados que vêm crescendo progressivamente. De fato,

⁷ Conforme relatório da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO-ONU), entre 2000 e 2009 houve um grande aumento da demanda internacional de combustível de origem biológico: "O aumento do uso de biocombustíveis na Europa foi espetacular, em 2000 cresceu de 672 mil toneladas para 12,09 milhões de toneladas em 2009, o que significa que foi multiplicado por 18 nesse período." (FAO, 2011, p. 25).

exportando-se a soja pelos portos do Pacífico, o percurso ficaria de 5.070 a 7.900 km mais curto.

Pode-se considerar, talvez, numa afirmação extrema, que a posição de produtos brasileiros, *commodities* como a soja, na economia asiática, está sendo e será, no futuro, relacionada com a Bolívia. O mesmo é possível afirmar do protagonismo do Brasil no processo de integração do MERCOSUL e da UNASUR, entre outros. Nesse sentido, as relações do Brasil com os países vizinhos, e a Bolívia entre eles, estão ligadas a investimentos orientados a satisfazer as demandas mundiais de *commodities*. Porém, as contraditórias perspectivas bolivianas sobre esta temática, serão expostas.

Deste modo, é evidente o importante papel do Brasil na América Latina, não só porque está substituindo países como os Estados Unidos da América (EUA) e da Europa, tradicionalmente envolvidos em políticas de ajuda ao desenvolvimento, mas também porque tem expandido seus capitais, como efeito de suas boas relações diplomáticas (ZIBECHI, 2012).

Qual a relação do problema da terra no oriente boliviano com o contexto acima descrito? Os conflitos pela posse da terra nas últimas duas décadas na Bolívia não podem ser analisados de forma isolada e sem relacioná-los aos interesses brasileiros e no contexto global, além disso, a força criativa dos movimentos sociais rurais da Bolívia são mais influentes nos processos de mudanças descritas a longo desta dissertação.

Trataremos destes aspectos nos capítulos a seguir.

2 CONTEXTOS LATINO-AMERICANOS, TERRA, MOVIMENTOS E CAMPONESES

Atrás ficou a época em que os camponeses se constituíam os produtores essenciais dos alimentos básicos e as matérias primas para a população nacional... Os camponeses latino-americanos afrontam um novo milênio, excluídos do sistema. Ficaram longe os dias em que ser camponês significava trabalhar a terra, receber apoio estatal, vender a colheita, ser explorado. (Blanca Rubio, 2001)

Nesta primeira parte, pretendemos apresentar o sujeito da pesquisa. Um sujeito que está relacionado a movimentos sociais da América Latina (AL), e que é protagonista na formação, em distintos momentos, das identidades camponesas indígenas na AL. O foco é o caso boliviano.

Sabe-se que a dominação colonial ainda está vigente, muito embora os processos de independência na América Latina (AL) possuam mais de 150 anos. A maior parte da população rural da AL permanece num sistema chamado “colonialismo interno” (HUIZER, 1973, p. 244). As terras pertencentes a comunidades indígenas estavam ocupadas até meados do século XX pelas grandes *haciendas*, conceito que veremos mais adiante. Pode-se dizer, tomando emprestado a interpretação de Sedí Hirano (2008, p.71), *hacendados blancos e índios*, foram funções recíprocas: um inexístia sem o outro; o *hacendado* foi visto como sinônimo de: urbanidade, vinculado à política, governante, cidadania, letrado. A condição de *hacendado* branco era objetivado somente na condição de proprietários de índios e terras suplantadas. Uma semelhante situação ocorria no Brasil, analisada no livro *Formação do Brasil Colonial*, desta vez, trata-se de *branco e negro* como funções recíprocas discutidas e aprofundadas por Hirano.

Nesse contexto, o chamado *índio* foi o grande protagonista das principais sublevações, revoltas, ocupações e da articulação de movimentos sociais na luta pela recuperação da terra suplantada. Alguns processos de reformas agrárias, como no caso boliviano, foram, em parte, resultado dessas lutas. Na segunda metade do século XX, e principalmente a partir das últimas décadas, a luta se voltou à disputa do poder, pela direção do Estado. Desde os anos setenta, o projeto dos partidos⁸ *kataristas*,

⁸ Refere-se a partidos, mesmo à forma de organização com longa tradição, ao sentido moderno da palavra. Segundo Maurice Duverger, os partidos políticos são instituições com papel de conquistar o poder político e exercê-lo. Segundo o autor só em 1850, nos EUA, existiam os partidos políticos

inspirados nas lutas indianistas do líder *aymara* Julian Apaza, conhecido como o *Tupaj Katari*⁹, na Bolívia, tem sido um exemplo. No decorrer dos decênios, com o objetivo de controlar o índio, de homogeneizá-lo, incluindo-o ao projeto (incompleto) de Estado-nação, e de modernizá-lo, ele tem sido denominado de diversas maneiras: camponês¹⁰, proletário rural, preguiçoso, resistente a mudanças, entre outros estigmas coloniais.

Segundo Anibal Quijano, por exemplo, o índio da AL, por exemplo, é diferente das populações rurais dos países situados na antiga Indochina (Índia, Indonésia, Filipinas), porque o controle imediato do poder local não a possuem os brancos, nem os europeus, portanto o termo índio não tem a mesma significação que na AL. Lá, os identificados como indígenas acabaram aceitando essa denominação, assim como aqueles que os identificam desse modo não mantiveram nenhuma referência com o europeu, com o branco, isto é, com o colonialismo europeu. (QUIJANO, 2006, p. 55). Na AL, pelo contrário, o índio manteve uma relação colonial com o branco, com o europeu que controlou o poder local econômico-político e até espiritual.

Os projetos de homogeneização são uma questão a debater na história colonial da Bolívia e têm a ver com a constituição da nação voltada a se formar como Estado a partir de valores externos e racistas. A questão é perguntar, a que “nação” esses sujeitos pertenciam? Se eram europeus, *criollos*¹¹, embora chamavam-se de “bolivianos”, “mexicanos”, “peruanos” ou “brasileiros”. Para qualquer efeito, eles também se (auto) designavam uma nova identidade nacional: eram umas minorias muito pequenas em todas as partes da AL (QUIJANO, 2006, p. 57).

Imediatamente depois da consolidação da vitória anticolonial, por volta do decênio 1870, na área hispana, já se transformou em debate a questão do caráter do Estado e dos problemas de cidadania. Em consequência o “problema do índio” virou conflito político e teórico no debate latino-americano. Segundo Quijano, a questão

propriamente ditos. Duverger estuda a natureza, a origem eleitoral e parlamentar dos partidos, além das suas formas de liderança. (DUVERGER, 2012, p. 15).

⁹ *Tupaj Katari*, dois termos em quéchua. *Tupaj* significa, senhor; e *Katari* é serpente.

¹⁰ O conceito de camponês será desenvolvido mais para frente. Etimologicamente, segundo Raymond Williams, camponês provem do francês antigo: *paisant*. Foi de uso comum no inglês desde o século XV, com frequência para se referir do rustico, do homem do campo, para pessoas pouco educadas ou vulgares. O substantivo campesinato (*peasantry*), segundo Williams, apareceu no século XVI. (WILLIAMS, 2003, pp. 48-49)

¹¹ *Criollos* são filhos de casais espanhóis nascidos na América.

contemporânea do indígena vem dos regimes coloniais e seus valores que, na fundação das repúblicas, não teriam sido superados, principalmente porque os novos regimes se sustentaram e organizaram a partir da direção e do controle do Estado pelos brancos e europeus. (QUIJANO, 2006, p. 59). A preocupação sobre a direção e controle do Estado recomeçou, ainda mais forte, no final do século XIX, com a subordinação da produção de minério e a apropriação das plantações e das fazendas produtivas por parte do capital estadunidense e inglês (MARIÁTEGUI, 2007, p. 17). As formas de relação produtiva entre os proprietários de minas e fazendas com os indígenas, de recorte não claramente capitalista, coexistiram de modo relativamente estável com outras formas de produção mineira e agrícola voltadas para o capital externo (WOLF, 1973). Este modelo se acentuou e expandiu nas três primeiras décadas do século XX e a resistência indígena foi reprimida e derrotada sangrentamente.

Com a maior presença dos capitais estrangeiros, voltados aos investimentos combinados à coexistência agrícola/mineira/industrial, as cidades cresceram rapidamente e experimentaram uma abrupta urbanização da sociedade, com a migração rural. “De cidades patricias a cidades burguesas”, são chamadas por José Luís Romero (2009, p. 283). A relativa expansão da produção industrial e dos mercados internos na região dos países andinos contribuiu com a mudança da estrutura urbana do final do século XIX. Segundo Shanin (1979), na cidade produtora e comercial da época, introduziam-se padrões alheios ao mundo antigo dos pequenos produtores (SHANIN, 1979, p. 223). Esse processo, a presença de mais cidades e o surgimento das indústrias significou a *des-indianização* das identidades e a *auto-identificação* de uma parte maior da população índia como os camponeses, no sentido moderno da palavra. O traslado às cidades, as atividades vinculadas com o salário e o mercado e esse processo específico de *des-indianização* foram chamados de *cholificação*. (QUIJANO, 2006, p 64).

Em soma, observa-se que o processo de *desindianização* e *campesinização* do indígena não tem uma data de início, mas de fato, ao longo da segunda metade do século XX, o conceito de camponês, para tratar do indígena, foi quase um consenso e meta nos projetos integracionistas do indigenismo governamental.

2.1 De sindicalizados e proletários rurais para movimentos camponeses

As transformações do indígena em camponês têm três motores: O próprio indígena, o Estado e o pensamento sociológico. A transformação do indígena em camponês ocorre ao longo das suas lutas de defesa da terra ou pela recuperação das terras comunitárias ancestrais, quando adquire consciência e comportamento de classe e se assume pela sua situação de trabalhador e produtor no capitalismo; a transformação a partir do Estado ocorre quando as políticas indigenistas e a modernização o empurram à economia de mercado em situação subordinada. Já na teoria sociológica, ocorre quando o indígena passa a ser tipificado a partir da sua posição estrutural na produção, a partir de categorias e relações de produção eurocêntricas: sindicatos camponeses, proletários rurais.

O sociólogo lituano Teodor Shanin e o antropólogo e historiador estadunidense de origem judia, Eric Wolf, dão duas interpretações teóricas interessantes para as tentativas de definição deste sujeito. Segundo Shanin, desde o início do século XX, “*dia após dia os camponeses fizeram suspirar aos economistas, suar aos políticos, e maldizer aos estrategistas, ao derrocar seus planos governamentais e profecias intelectuais por todo o mundo: Moscou e Washington, Pequim e Délhi, Cuba e Argélia e o Congo e Vietnam*” (SHANIN, 1979, p. 214). Isto consta na obra clássica de Eric Wolf, *Guerras Camponesas do Século XX*, “*as notícias sobre ocupações de terras, levantes e petições de reforma agrária em vários países do continente proporcionam material cotidiano à imprensa mundial*” (1973, p. 260), em referência aos levantes no Vietnã, México, Argélia, Cuba, Rússia e China.

Esses acontecimentos envolviam grande número de pessoas: a revolução mexicana da segunda década do século XX causou 1 milhão de mortos; a luta interna entre bandos armados durante a *Violência colombiana* de fins da década dos quarenta e que, nos anos cinquenta, teve pelo menos 200 mil vítimas; o movimento camponês do Brasil, a princípio dos anos sessenta mobilizou a centenas de milhares; a imprensa peruana informou mais de cem invasões de terras de fazendas entre 1959 e 1966. (WOLF, 1973, p. 260).

Esses movimentos se apresentam em multiplicidade de contextos nacionais e são tantas as formas assumidas, que levaria a um fracasso tentar uma análise do camponês indígena latino-americano e boliviano, baseada unicamente em categorias formais para situações em estados-nação ocidentais. Isto porque houve diferentes

conjunturas e forças particulares, em cada local, que atuaram como detonadores de um ou outro tipo de movimentos rurais (WOLF, 1973, p. 260), impedindo que o sujeito definido como camponês na teoria social se encaixe apropriadamente na realidade e sociedade contemporâneas (SHANIN, 1979, p. 215).

Esta perturbadora dificuldade de explicitar a qualidade do camponês parece se achar no fundo dos problemas da pesquisa neste campo. O conceito mais aceito tem sido, conforme Shanin, o seguinte:

“O campesinato se compõe de pequenos produtores agrícolas que, com a ajuda de equipe simples e a lavoura de suas famílias, produzem sobretudo para seu próprio consumo e para o cumprimento de suas obrigações com os possuidores do poder político e o econômico”. (SHANIN, 1979, p. 216. Tradução livre).

Numa crítica mais orientada a revelar as categorias estigmatizadoras, Gerrit Huizer (1973) tem denunciado aqueles conceitos proverbiais de *apatia, pereça e resistência a mudanças* dos camponeses como características inerentes a esses sujeitos, mas, são de fato parte de uma *cultura de repressão* que persiste ao longo dos séculos. Existem perspectivas de análise que estabelecem que os camponeses, sempre que apareceram oportunidades de alterar as condições repressivas impostas, colocaram toda sua energia contra a opressão (HUIZER, 1973, p. 245).

Assim foi, por exemplo, na rebelião camponesa dirigida por Zapata, no México (1910-1919), e o levante dos sindicatos¹² camponeses da Bolívia (1946-1950), que provocaram em 1953, uma radical reforma agrária. O mesmo ocorreu com a *Federación Campesina*, da Venezuela, com os diversos movimentos camponeses peruanos na década dos sessenta e as ligas camponesas do norte do Brasil. A história dessas organizações está entrelaçada à personalidade das lideranças. Alguns deles se converteram em figuras míticas, como no caso boliviano, José Rojas, líder camponês nos vales de Cochabamba, tanto antes, quanto após a revolução de 1952. Rojas conheceu aos fundadores do primeiro sindicato camponês, trabalhou como zelador na Escola criada pelo Sindicato; formado pelo PIR; e, chefe do Sindicato em 1946 (CALDERON; DANDLER, 1986, p. 226).

¹² No caso boliviano, o período de maior repressão contemporânea dos indígenas foi entre 1946 e 1951, quando foi assassinado Gualberto Villarroel, o presidente que teria assumido políticas de proteção aos povos indígenas. Naquela época os *pongos*, indígenas que trabalhavam em condições servis nas *haciendas*, foram confinados em terras tropicais por terem encabeçado a ocupação de *haciendas* na região dos vales da Bolívia.

Outra liderança fundamental que atuou na década de setenta foi Genaro Flores, quem, ainda no regime militar na Bolívia, comandou na clandestinidade a *Central Obrera Boliviana* (COB) e foi um dos impulsionadores da criação da principal central sindical camponesa do país, a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia*, CSUTCB, em 1979.

Por outro lado, Aníbal Quijano, num conhecido texto da década de sessenta, a partir de uma perspectiva evolucionista, considera que as lutas sociais camponesas na AL se dividem em dois períodos maiores: movimentos pré-políticos, caracterizados por formas concretas de movimentos messiânicos, bandoleirismo social, movimentos racistas e movimentos agraristas incipientes; e, a partir dos anos trinta do século XX, os movimentos camponeses, que se tornam politizados pelas ações de agrarismo reformista, bandoleirismo político e agrarismo revolucionário. (QUIJANO, 1967, p 258). Certamente, o primeiro grupo de movimentos pré-políticos foi polêmico, porque estariam aí incluídas, até mesmo, as grandes sublevações indígenas anticoloniais.

As análises de autores como Wolf (1973), Quijano (2006) e Shanin (1979) coincidem com as principais manifestações de identificação e *auto-identificação* das lutas de populações rurais, que estiveram subsumidas, definidas e consideradas como lutas camponesas, algo que se estendeu no período entre 1930 e 1980. Este também é o período em que na AL introduzem-se políticas estatais como as reformas agrárias, que *campesinizam* os povos rurais. Os índios, como tais denominativos, somente começaram a se mobilizar com demandas de conteúdo étnico depois da década de noventa.

Existe simultaneidade entre o desenvolvimento da *hacienda* e o aparecimento do protesto rural. Sabe-se que o sistema da *hacienda* foi a instituição que vingou na maior parte dos países mesoamericanos e latino-americanos até metade do século XX. Nenhuma análise dos movimentos e protestos das populações rurais pode ser feita sem conhecer a dimensão desse sistema. Segundo Eric Wolf (1973), há três fases de desenvolvimento ou ciclos correspondentes às etapas de desenvolvimento do capitalismo como sistema geral. Esta análise das fases de desenvolvimento é importante para o caso boliviano:

1) *Fase de expansão da Hacienda* – Durante este período que vai até o século XIX, o sistema chegou a dominar a estrutura econômica, social e política das zonas rurais das ex-colônias. Corresponde à expansão mercantilista do capitalismo, pela circulação e venda de produtos, mas ainda o caráter e a organização dos meios de

produção não se transformaram. A institucionalização da fase mercantil, na AL, foi fundamental para o controle das populações rurais, pois nesta fase não só se precisa da terra para as operações mercantis, como também controlá-la, negando o acesso dos demais a ela. Internamente, no seu núcleo, o mercantilismo exercia poder concentrado sobre a força de trabalho explorada de diferentes formas e combinações: pagamento em espécie em lugar de salários, pelo empréstimo de créditos caros, pelas obrigações de pagamento hereditário, pela obrigatoriedade de dispor de dias de lavoura para o fazendeiro, etc.

Externamente, o mercantilismo dominou os sistemas regionais de poder para conseguir dois objetivos: envolver o maior número de pessoas a donos e administradores das fazendas e obstruir e fechar os canais a potenciais fazendeiros ou a outros patrões. Nesse período, o trabalhador na fazenda era ainda definido como índio.

2) *Fase da estabilização e coexistência da Hacienda* – Com outras formas de organizar a produção, esta fase corresponde a uma etapa do capitalismo em que o capital estrangeiro se transforma em economia de enclave. Nesta fase, a economia, pode se considerar nacional, muito embora apenas no sentido geográfico. As fazendas coexistem com outras formas de produção, outras atividades econômicas organizadas ao redor da mineração, em campos petrolíferos e em plantações espalhadas, embora conectadas por meio de trens e de outras vias de comunicação e transporte. (WOLF, 1973, p. 263). Nesta fase, há mudanças qualitativas na organização dos meios de produção.

Neste período, a principal reação contra a opressão vem daquele sujeito considerado na teoria social como “proletariado rural”, que aparece com a afloração dos enclaves das plantações, como dos peões ou camponeses despejados de suas terras. Segundo Mariátegui (2007), desde 1925, por causa da queda dos preços do açúcar e do algodão e pela diminuição das colheitas, as exportações da mineração provocaram uma forte crise. No Peru, geraram-se alianças com os operários das cidades e das minas, organizados já em sindicatos, o que permitiu aos camponeses acumular uma certa experiência. De resto, o proletariado rural, naquela época, já tinha filiação a partidos políticos da esquerda. (WOLF, 1973, p. 266).

3) *Fase de dissolução da Hacienda* – Nesta fase, o sistema de *hacienda* começa a enfraquecer e declinar. Corresponde ao desenvolvimento do capitalismo, o capital se mobiliza voltado à produção nas cidades pelo controle do capitalismo

internacional associado aos capitais urbanos (WOLF, 1973, p. 265). Na época, a resistência das *elites* territoriais e sua influência sob os governos direta ou indiretamente provocaram mobilizações mais radicais e, inclusive, violentas, conformadas pelos camponeses guiados frequentemente por grupos urbanos. (HUIZER, 1973, p. 251). Produzem-se formas de ação direta dos camponeses, eles fazem paralisações e ocupações das terras. As ações mais radicais, como as rebeliões armadas, eram os únicos meios de pressão para a realização de reformas agrárias. (HUIZER, 1973, p. 252). Está-se falando das décadas 1940-1960.

Paralelamente nessa fase, caracterizam-se três formas de protesto rural. A invasão às terras das *haciendas*, antes propriedade das comunidades, resultou na luta pela recuperação dos direitos, como principal objetivo. A apropriação das terras das fazendas pelos arrendatários, forasteiros e movimentos para que novos contratos trabalhistas fossem feitos desafiaram a supremacia da fazenda para cultivar e vender colheitas comerciais. Finalmente, a última forma de luta se caracterizou pelas demandas camponesas de tipo sindical, dirigidas a juízes agrários. Os obstáculos de ordem burocrática, jurídica e política insuperáveis para apresentar as demandas mediante os canais legais institucionais normais fizeram com que os grupos de camponeses usassem diversas formas de ação direta (HUIZER, 1973, p. 252). Nesta época, na AL, aconteceu uma sequência de demandas pela terra.

2.2 De camponeses e de índios para movimentos indígenas articulados

Nos decênios da segunda metade do século XX foram visualizados uma crise global, principalmente como efeito da Pós-Guerra, esse cenário permitiu, entre outras, a emergência da afirmação das identidades indígenas e da formação das organizações indígenas articuladas em movimentos internacionais que contribuíram a uma denominada *indianização* da população rural convencionalmente chamada como campesinato, no mundo. Esse processo tem se evidenciado assim como se destacam questões nos seguintes parágrafos.

Na década de setenta, a crise se evidencia ainda mais pela deterioração dos Estados e a crise do modelo de substituição de importações por causa do esgotamento gera formas de exploração do trabalho operário e camponês nas quais se sustentava. No fim dos anos oitenta ocorre a queda do modelo socialista. Esses acontecimentos,

por outro lado, influenciam para um cenário distinto que permite aos movimentos indígenas melhor articulação (RUBIO, 2001, p. 55).

A mecanização do agro iniciada na década de sessenta chegou a resultados inesperados. Segundo R. S. Abercrombie (1973), “na Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e Venezuela havia um trator a cada 100 a 200 hectares, foi o período de maior importação de maquinária”, mas tão só para beneficiar à empresa agrícola (ABERCROMBIE, 1973, p. 229). No caso boliviano, este tipo de importação ocorreu só na década de oitenta.

De resto, houve também mudanças demográficas importantes. O esvaziamento da população rural dos países foi notável. A população latino-americana teve uma redução na taxa de crescimento, chegando a 0,96% entre 1961 e 1971, enquanto a população urbana cresceu em 4,09%. (RUBIO, 2001, p. 61).

Este período coincide, porém, com a recuperação das identidades indígenas. Começam a se articular organizações indígenas de caráter internacional, voltadas a formar instâncias internacionais de mobilização. A primeira organização regional foi a *Cordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA)*, fundada em 1984, por importantes populações amazônicas do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezuela. Pouco depois, consolidou-se a *Union Nacional de Comunidades Aymaras (UNCA)*, criada em Puno-Peru (QUIJANO, 2006, p. 71). Desde o começo de 1980, começaram a constituir-se as *autoridades coletivas ou públicas* conformadas por populações índias, enquanto ações de organização e mobilização nos países andino-amazônicos alcançaram relevância nacional. Finalmente, na década de 1990, o movimento indígena ganhou importância mundial depois dos acontecimentos de Chiapas¹³.

Estas instâncias, sem dúvida, são também o resultado da articulação de uma rede visível, reconhecida e ativa de uma camada tanto de intelectuais indígenas no Equador, Bolívia, México, Guatemala e Peru, quanto de intelectuais não indígenas, igrejas de base, e militantes de frentes políticas. Na Bolívia, identificam-se como tais, indígenas, intelectuais de origem aymara e quéchua, que reivindicam postulados desde os mais radicais a moderados: reconstituição territorial e formas de governo dos povos incas, e participação, via partidos, na lógica eleitoral.

¹³ A emergência do pensamento indígena promovida pelos próprios indígenas, impulsionada pela conformação de entidades internacionais fez com representantes indígenas se articularassem e questionem os conceitos vindos de acima.

Ainda nesse período, criaram-se instituições de formação de intelectuais indígenas, a *Universidad Indígena Intercultural*¹⁴ (UII) e o *Instituto de Investigaciones Indígenas*, as duas em Quito, além de outros centros de pesquisa ao longo do continente. Ao contrário das décadas anteriores, as políticas foram voltadas para formar um sujeito camponês. Por isso, talvez, seja a época de maior produção da literatura referida à identidade indígena, em resposta ao discurso sobre a cultura, a multiculturalidade, a hibridez cultural, o campesinato, enfim, em resposta à crescente família de termos, orientados a manter a identidade indígena longe da questão do poder (QUIJANO, 2006).

A questão do indígena na América Latina se transformou em uma rápida expansão do domínio público no sentido de que grande número de relações sociais e campos de ação ficaram sujeitos à regulação governamental e de reformas constitucionais em vários países. Assim, os representantes do Estado passaram a exercer um verdadeiro poder no nível local. O decênio de 1990 se caracteriza, portanto, na aplicação de instrumentos legais constitucionais de direito internacional que foram propostas pelo Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas das Nações Unidas a partir de 1982. Conforme esses alinhamentos foram elaborados um conjunto de Standards internacionais ou princípios sobre os direitos dos povos indígenas.

Nesse sentido, a década de 1990 se caracteriza pela intervenção de organismos multilaterais, como o *Banco Mundial* (BM), o *Fondo Monetário Internacional* (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU), na promoção e incorporação de políticas multiculturalistas, no reconhecimento mais substantivo de direitos territoriais ou direitos de consulta. Pelo contexto em que estas políticas de reconhecimento têm se dado, simultaneamente, no meio a reformas econômicas estruturais na AL, as políticas multiculturais deste período foram chamadas por Aníbal Quijano de neoliberalização-globalização do movimento indígena na América Latina e no resto do mundo.

No quadro seguinte, podem ser observados em alguns países da América Latina os anos das reformas constitucionais que incorporam o caráter dos países como pluriculturais, multiculturais, pluriétnicos:

¹⁴ A UII surgiu como proposta em agosto de 1977, na *Segunda Conferencia Internacional de Pueblos Indios*, em Quito. A criação foi a proposta do *Mallku* boliviano aymara, Constantino Lima à *Conferencia*. REDUII. Antecedentes. Quito, 2015. Disponível em: <<http://www.reduii.org/>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

Quadro 1 – Relação de países da América Latina que incorporam a questão pluricultural, multicultural, pluriétnico nas modificações constitucionais

Países	Anos	Países	Anos
Argentina	1994	Guatemala	1992
Bolívia	1994	México	1992
Chile	Sem	Nicarágua	1987
Colômbia	1991	Panamá	1971
Costa Rica	2015	Paraguai	1992
Equador	1994	Peru	1993
El Salvador	1992	Venezuela	1999

Fonte: Elaboração do autor.

Especificamente na Bolívia, no âmbito das políticas voltadas aos indígenas, afirmaram-se os direitos dos povos originários, como resultado de uma importante mobilização indígena¹⁵, como a “*Marcha por la Dignidad y el Territorio*”, de 1990, por exemplo. Em julho de 1991, transformou-se em lei boliviana o *Convenio 169*¹⁶ *Sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes*, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em 1994, fizeram-se reformas na Constituição boliviana incluindo o caráter do Estado *multiétnico e pluricultural* (BOLIVIA, 1994, Art. 1), a Reforma Educativa voltada à Educação Bilíngue, como a lei de Participação Popular orientada na abertura pública a setores excluídos, portanto, estenderam-se direitos de participação política e maior descentralização administrativa nos níveis municipais. Em novembro de 1996, após uma grande marcha para a cidade de La Paz, com protagonismo dos camponeses do *altiplano* e dos indígenas de terras baixas, conseguiu-se a aprovação de outra legislação agrária, que reconheceu direitos de demarcação de territórios indígenas, chamados *Tierras Comunitarias de Origen* (TCO).

Outubro de 1992 pode ser considerado como um marco histórico que fixa o início da articulação de reivindicações indígenas na AL, quando os movimentos indígenas latino-americanos decidem debater sobre os 500 anos de Colonização e

¹⁵ Em agosto de 1990, os indígenas de povos do oriente, das terras baixas, iniciam a “*Marcha por la Dignidad y el Territorio*”. Depois de várias semanas de marcha em direção à sede de governo, os povos *sirionó, moxeños, chimanes, yuracarés y movimas*, conseguiram do governo a aceitação das suas demandas. Fundación Tierra, La Paz, 2015. Disponível em: <<http://marcha.ftierra.org/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

¹⁶ Em 1989 foi aprovado o Convenio 169, esse documento substituiu ao Convenio 107 vigente desde 1957. Os dois convênios foram aprovados na Genebra, Suíça.

Exploração (1492-1992) dos povos indígenas. Em 12 de outubro desse ano, registrou-se, então, a maior mobilização dos povos nos países do Sul em grandes concentrações de multidão. O campesinato boliviano, até outubro de 1992, abandeirou questões da luta pela terra; pelo acesso justo aos produtos agrícolas ao mercado; à comercialização direta do produtor ao consumidor; à mecanização do agro e a créditos rurais. Mas, depois daquela data, surgiram reivindicações em um âmbito mais abstrato da política: a luta pelo poder, pelo reconhecimento das nacionalidades indígenas e, entre outros, pela recuperação dos símbolos indígenas. A COB e a CSUTCB, instâncias sindicais, organizaram então o nascimento da *Asamblea de las Nacionalidades*, representada pelos trinta e seis povos indígenas. E, embora a proposta da *Asamblea* terminasse inconclusa, era inegável que as centrais sindicais haviam se aberto para a questão indígena.

Emergem também duas propostas políticas com forte presença indígena: o *Cabildo Nacional Pachakuti*, que pretende propor uma alternativa nas eleições presidenciais de 1993, com uma campanha inusitada campanha eleitoral, eles, em lugar de distribuir prebendas como os partidos, chamados grandes, começaram a marchar da comunidade onde foi detido o guerrilheiro Ernesto Guevara, o Che com destino à sede de governo. Na cidade de Santa Cruz, em março de 1995, o campesinato nacional, da CSUTCB e CSTCB, reunido em congresso nacional, com um importante número de líderes do anterior grupo político, criou o *Instrumento Político por la Soberania de los Pueblos* (IPSP), uma alternativa que formou parte dos debates do chamado método “tático e estratégico”, qual fosse participar das eleições como parte tática, a estratégica seria o caminho final de transformações de fundo.

Tal como sustenta Quijano, na década (1990-2000), não obstante, essa situação na AL serviu para a consolidação de ações dos Estados voltadas a favorecer políticas de caráter multiculturalista e paternalista. Colocou, porém, um contexto favorável para os movimentos sociais rurais e populares da AL, pois eles aprenderam a inovar nas maneiras de viver sem depender do Estado, até mesmo viver contra o Estado (QUIJANO, 2006, p. 72).

Os movimentos mais organizados na Bolívia e no Equador progressivamente avançaram sobre espaços concretos e na elaboração de um Estado Plurinacional. Posteriormente, em Chiapas (México), os indígenas propõem constituir autonomias, hoje na sua etapa avançada, embora reduzida a. Conforme Quijano, é insuficiente admitir nos textos constitucionais as frases rituais e feitos comuns. Trata-

se de modificar os fundamentos da estrutura institucional do Estado, de modo, que ele represente efetivamente mais de uma nação. (QUIJANO, 2006, p. 76). A reivindicação dos movimentos indígenas, em alguns casos, voltou-se à autonomia política e territorial. No México, Venezuela e Canadá, os grupos dominantes preferiram garantir a forma uninacional dos respectivos Estados, cedendo territórios relativamente extensos e politicamente autônomos. Mas na Bolívia e no Equador, o movimento indígena exigia uma forma estatal de fato plurinacional.

Após de ser descrita, de maneira sucinta, o contexto dos decênios da segunda metade do século XX, continua-se com as crises políticas e simultaneidades de bonanças econômicas do decênio de 2000.

2.3 Simultaneidade das crises políticas em dois eixos (2000 - 2009)

Entre 2000 e 2005, houve na Bolívia coincidências entre dois fenômenos: a crise política e a bonança econômica do oriente em virtude dos *commodities*. Vejamos inicialmente a primeira:

A crise política vinha sendo visibilizada pelo crescimento dos conflitos sociais. Homens e mulheres protagonizaram uma onda de mobilizações e levantes, principalmente no ocidente do país, que quebraram a hegemônica trajetória do neoliberalismo, chamada também de políticas de Ajuste Estrutural, instituído há 15 anos. O período foi caracterizado pela instabilidade política e pelo risco de consolidar medidas governamentais de cunho neoliberal, relacionadas ao aprofundamento das privatizações dos recursos naturais: dos hidrocarbonetos, da água, das terras.

A mobilização popular colocou outra possibilidade: abrir caminho orientado a um processo de transformações mais profundas do próprio Estado, num formato pluri-nacional (GARCIA, 2004). Trata-se de um período de “disponibilidade social”, como diz Zavaleta para referir-se às conjunturas em que grandes massas estão dispostas à assunção de novas crenças coletivas (ZAVALETA, 2013, p. 153).

Pode-se dizer que no período 2000-2005 havia uma disponibilidade, com excedentes (bonança) econômicos vindos do agronegócio da soja, mas com um Estado em crise confrontada com a disponibilidade camponesa indígena. Por outro lado, no período 2006 - 2010 do governo de Evo Morales, havia duas disponibilidades simultâneas favoráveis, tanto a econômica com excedentes do agronegócio da soja e

dos hidrocarbonetos, quanto a disponibilidade social capaz de construir um processo de mudanças, desta vez com um Estado favorável às lutas camponesas indígenas.

Dois eixos estavam no foco dos conflitos: no oriente, a luta de camponeses migrantes pela terra versus fazendeiros associados a reivindicações de autonomias administrativas; no ocidente, a luta pelos recursos naturais para a expulsão de multinacionais e contra os governos sustentados nos programas neoliberais.

Por que fazemos destaque na demanda dos movimentos sociais deste período? Até os anos 2000, as mobilizações sociais pareciam carecer de efeito perante o neoliberalismo e as demandas não ultrapassavam questões corporativas sindicais do *Pliego Nacional*: aumentos salariais, mais direitos trabalhistas entre empregadores/empregados, e responsabilidade do Estado em questões laborais. Porém, as mobilizações iniciadas no ano 2000 ampliaram o espectro das demandas para outro âmbito de problemas nacionais: questionam-se a presença de investimentos de capitais multinacionais, o papel dos empresários nacionais interessados em se associar a multinacionais e de um governo que prefere apostar nessa lógica de gestão econômica do país.

Ao mesmo tempo, questionam-se também as maneiras de organizar uma mobilização na tradição operária e sindical. Nos anos anteriores, uma diretoria de entidades sindicalizadas entre operárias, urbanas e rurais do nível estadual, reunidas no chamado Ampliado Nacional, já havia convocado mobilizações gerais: greve nacional indefinida e bloqueio de estradas. A instrutiva de mobilização chegava em notas fotocopiadas até o último nível das organizações de base. Como resultado, ocorreu uma mobilização sem resultados esperados. Em muitos casos, as demandas de reivindicação desatendiam tanto as demandas locais quanto as demandas pelos recursos naturais.

As lutas sociais na cidade de Cochabamba são um marco de referência importante desta nova fase da mobilização social: a empresa *Aguas del Tunari*¹⁷ havia aumentado de forma surpreendente o custo dos serviços de abastecimento de água potável. Como resposta, a população, principalmente os jovens, em abril de 2000, sem convocação das lideranças tradicionais e sem maior planejamento da mobilização, saiu

¹⁷ O ex-presidente Hugo Bánzer (1997-2001), ex-ditador (1971-1978) da Bolívia, em setembro de 1999 assinou um contrato com a multinacional Bechtel para abastecimento de água para cidade de Cochabamba. O contrato foi formalmente adjudicado à empresa *Aguas del Tunari*, associada às multinacionais Bechtel Corporation (27,5%), à norte-americana Edison, à espanhola Abengoa S.A. (25%) e às empresas bolivianas A. Petricevich e S. Doria Medina.

às ruas para bloquear as vias por toda a cidade, desafiando inclusive o Estado de Sitio decretado em 8 de abril desse ano. Segundo Oscar Olivera, porta-voz da *Coordinadora*, “O governo oficialmente comunicou a negativa da rescisão do contrato com *Aguas del Tunari*. Nesse instante, mostraram na televisão, policiais invadindo a casa dos meus pais e de outros companheiros (GUTIERREZ, 2008b, p. 45). Como resultado, houve repressão, mortos, confinados.

Mas, os mobilizados derrotaram um governo que se viu obrigado a aprovar a Lei da Água, em 10 de abril, rescindindo o contrato com a multinacional *Aguas del Tunari*.

A luta popular foi denominada como a *Guerra del Agua* por seus protagonistas vencedores, uma guerra ganha pela primeira vez no mundo contra as multinacionais, ao reverter em tempos neoliberais a privatização dos recursos naturais. (GUTIERREZ, 2008b, p. 8).

Na espontaneidade da organização, os movimentos urbano-populares se guiaram sem roteiros discursivos que viessem de cima para baixo, mas eles definiram suas estratégias com mandos horizontais, sem intermediações partidárias nem sindicais. Foi uma *Coordinadora de Defensa del Agua y la Vida*, e não uma Federação Sindical ou qualquer outra instância tradicional da organização social, a articuladora das mobilizações urbanas.

Em outubro de 2003, foi a vez das *Juntas Vecinales*, e as organizações espontâneas dos bairros, da cidade de El Alto, que iniciaram uma nova luta contra as transnacionais e pela defesa dos recursos naturais privatizados. A esta luta se denominou de *Guerra do Gás*.

Os movimentos sociais mobilizados tiveram informação do plano governamental de exportação do Gás para os EUA pelos portos chilenos. Apesar de o governo negar o plano, as mobilizações cresceram até tornarem-se nacionais, motivadas pelos sentimentos nacionais de defesa desse recurso e contra a exportação negociada em um duvidoso plano governamental para favorecer os interesses chilenos. Por causa disso, os movimentos propuseram a industrialização e a nacionalização dos hidrocarbonetos.

Na luta pela defesa dos recursos, os movimentos indígenas se guiaram na ação com os métodos desenvolvidos nos levantes indígenas anticoloniais desde experiências como a de 1781, do conhecido *Cerco de La Paz*. Aplicaram-se estratégias apreendidas dos instintos da natureza: “vamos pôr em prática o que fazem as formigas

para se defender, sairemos todos juntos a colocar pedras na estrada e sumir até chegarem os policiais, isto, até cansá-los” (GUTIERREZ, 2008a, p. 102), foram as palavras de Felipe Quispe, líder dos indígenas, depois dos confrontos violentos da polícia e do exército aos bloqueios de estradas em setembro de 2000. Em resposta à repressão, os indígenas da região de *Omasuyos, Los Andes, Camacho, Ingavi*, organizaram uma resistência que fez regredir as forças militares.

Portanto, neste período, os movimentos indígenas populares reivindicaram a defesa dos recursos naturais: gás, água, terra e biodiversidade, isto é, recursos do subsolo. Esses assuntos estavam na lista de demandas daquela onda de levantes. Por isso é relevante este período.

Por outro lado, no oriente, em particular em Santa Cruz, ocorreu uma seqüência de movimentos da elite econômica incomodada com a mobilização social no centro administrativo do país, isto é, na cidade de La Paz. A ação coordenada das elites *cruceña ou cruceña*¹⁸ era pela descentralização e em prol de soluções autonomistas, quando não separatistas¹⁹, lideradas no âmbito local pela *Unión Juvenil Cruceñista* (UJC) e a denominada *Nação Camba* (BOLÍVIA, 2013a, p. 40). Regionalmente, este grupo articulou um bloco de forças políticas contrárias denominado “*meia lua*”, comandado pelo *Comitê Cívico pró-Santa Cruz (CCpSC)*. Certamente, estes movimentos, chamados cívicos, defendem a continuidade de um Estado centralista em crise, embora nas épocas anteriores tenham sido defendidas por eles (FERREIRA, 2010, p. 57).

A ação coletiva da elite cruceña conseguiu formar um bloco político cuja força coligava a “ação de fazendeiros, as lojas [maçônicas], as fraternidades que administram as chamadas cooperativas da água e luz (quase empresas), os concessionários da floresta, os beneficiários consecutivos das licitações públicas e os financistas” (Ferreira, 2010, p. 124). Todos eles articularam uma estratégia, nesse período, contra as ocupações das terras improdutivas, protagonizada pelos indígenas migrantes. Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), em 2005, houve 173 ocupações de terras no departamento de Santa Cruz. (INRA, 2006).

¹⁸ Cruceño (*cruceño*) é o natural do Departamento (Estado) de Santa Cruz – Bolívia.

¹⁹ O separatismo desta região, como estratégia das elites, teve um momento crucial quando “células estrangeiras” chegaram ao país com o propósito de promover uma guerra civil na região. O principal líder desse movimento, Eduardo Rossa, esteve vinculado à Brigada Internacional da Iugoslávia, e tinha entre seus membros mercenários da Legião Francesa e de guerras no Oriente Médio. (BOLÍVIA, 2013a, p. 13).

Esta crise pode ser sintetizada na fragilidade institucional do governo executivo que, em cinco anos de crise política, sofreu a experiência de ter cinco mandatos presidenciais constitucionais. Eis um quadro sucessório de presidentes e de algumas das características do modo como gerenciaram a mobilização social no período da crise:

Quadro 2 – Renúncia de presidentes bolivianos por causa da mobilização social entre 1997 – 2005

Mandatos	Presidentes	Acontecimentos para a demissão
1997-2001	Hugo Banzer Suárez	No ano 2000, para reprimir os protestos, decreta um Estado de Sitio, que acaba fracassando. Em setembro do mesmo ano, bloqueios de estradas dificultam ainda mais as ações de controle do governo. Em agosto de 2001, por motivos de saúde, Banzer deixa o cargo. O Vice-presidente Jorge Quiroga assume a presidência.
2001-2002	Jorge Quiroga Ramírez	Fica um ano de transição. Finaliza o mandato em agosto 2002.
2002-2003	Gonzalo Sánchez de Lozada	Principal alvo dos movimentos sociais articulados contra as políticas de desnacionalização dos recursos naturais. As lutas sociais no seu governo ocorreram em diversas frentes: no oriente os sem terras e os produtores da folha de Coca, nos vales os <i>regantes</i> e a <i>Cordinadora del Água</i> ; no altiplano, o campesinato da CSUTCB e as organizações <i>de bairro</i> da cidade de El Alto (La Paz). Todos se articularam na <i>Coordinadora de Movilizaciones Única Nacional</i> (COMUNAL). Pressionado pela organização popular já fora de controle, em outubro de 2003 renuncia ao cargo e foge a EEUU.
2003-2005	Carlos Mesa	D. Em outubro 2003, assume o mando com a tarefa de convocar um plebiscito para a nacionalização dos hidrocarbonetos. Mesmo com apoio inicial da população, Mesa tem dificuldades em dialogar com os movimentos e é forçado a renunciar. O plebiscito que organiza é insatisfatório pelas perguntas submetidas a votação popular. Renuncia ao cargo em 2005.
2005-2005	Eduardo Rodríguez	Muito embora as regras de sucessão de mandato presidencial permitissem ao presidente do senado e deputados assumir o cargo de presidência do país em caso de renúncia do Presidente e seu vice, ambos eram representantes dos denominados partidos neoliberais. Com isso, os movimentos os impedem de assumir a Presidência e Rodríguez assume o cargo por ser o Presidente do Tribunal Supremo de Justiça. Fica com a tarefa única de organizar as eleições nacionais.

Fonte: Elaboração do autor

No âmbito eleitoral, os setores sociais apostaram na via da consolidação de um partido político, o *Movimiento al Socialismo* (MAS), partido liderado por Evo Morales para chegar ao poder. Em 2002, o MAS se constituiu como segunda força com 20,9% e, em dezembro 2005, alcançou um inédito 54% da votação nacional. Nesse contexto, em janeiro de 2006, Evo Morales assume a Presidência com várias tarefas: convocar a Assembleia Constituinte, nacionalizar os hidrocarbonetos, descolonizar o Estado, tornar o projeto da *Reconducción Comunitária de la Reforma Agrária* em objetivo central para a transformação das estruturas agrárias (MDRAyMA, 2007, p. 27), entre outros.

O período analisado foi o laboratório político que permitiu definir as mudanças contemporâneas da Bolívia. Segundo Enrique Dussel, na palestra magistral proferida em La Paz, sem dúvida, as lutas sociais, as propostas debatidas por eles, os imaginários de país que se quer permitiram que a “Bolívia [seja] politicamente um laboratório, [pois] a Nova Constituição que se aprovou é a primeira não liberal do século XXI” (DUSSEL, 2010, p. 179). Para Dussel, a Constituição dá abertura à recuperação dos recursos naturais alienados desde as políticas de capitalização; também repara os danos históricos aos indígenas com o acesso aos meios de decisão do poder.

Entre 2006 e 2009, já no governo de Evo Morales, os conflitos continuaram. A convocatória, os debates sobre o conteúdo da nova Constituição na Constituinte tiveram ainda muitas dificuldades de se realizar pela organização do bloco de oposição às mudanças. No caminho, tampouco a execução dos planos de recondução comunitária da terra teve resultados viáveis. Existia resistência dos grupos locais aliados aos fazendeiros, apoiados também pelos setores empresariais de oposição à aplicação das políticas agrárias. Apesar disto, os conflitos relacionados com a posse da terra não foram estudados, pois os interesses pelas pesquisas na área se concentraram em abordagens abstratas sobre contextos gerais relacionados aos processos de Autonomias, a Constituinte e ao período Pós-constituinte. Tais estudos têm tendência a se centrar em conceitos como de *pré-colonialidade*, modernidade, pós-modernidade, *pós-colonialidade*, etc. Porém consideramos que as temáticas em questão são muito mais complexas no âmbito local e por isso, merecem um estudo mais minucioso.

Finalmente, entre 2010 – 2015, os movimentos sociais indígenas migrantes no oriente esperaram transformações nas políticas de acesso à terra. Em nove anos, o governo não conseguiu transformar, nem debilitar a estrutura agrária assimétrica,

mas, ao contrário, depois dos conflitos gerados pela oposição, o governo se alinhou aos agroindustriais. Pela primeira vez, o alinhamento teria sido por influência do empresariado brasileiro. Portanto, a promessa do “*Proceso de Cambio*” [Processo de Mudança], mote do governo atual, fica, por enquanto, restrita aos enunciados discursivos mais do que às políticas de transformação. Muito embora o governo tenha mobilizado os indígenas para se defender da oposição agroindustrial, paralelamente, numa atitude ambígua, fez acordos de coexistência com o setor latifundiário/empresarial do oriente boliviano. Esse contexto poderia explicar não só a paralisação na redistribuição e reversão de terras em favor da base social/política do governo, mas também, a paralisação do controle das terras improdutivas, fator que motivou novas ocupações de terra.

2.4 Soja: mercados, consumidores, produtores e justaposições

Sem dúvida, nos últimos 20 anos a soja é o principal produto exportável dos *commodities agrícolas* bolivianos. Ela é produzida exatamente onde aconteceram os conflitos pela terra, as ocupações. Por causa disso, a análise provoca atenção em questões como: quais foram as projeções de ascensão e descenso das exportações e como se justapõem com os conflitos sociais pela terra? Quais os principais mercados internacionais? Qual a origem da importação dos agroquímicos necessários para a produção? Após de serem analisadas estas questões, é importante saber sobre a soja como produto introduzido na Bolívia, suas projeções no país e quais produtos antecederam a soja na região da pesquisa porque, no seu momento de interesse por esses *commodities agrícolas*, os fazendeiros e grupos sociais estiveram envolvidos com os conflitos pela terra.

Toda questão sobre a soja boliviana não pode ser analisada de maneira isolada, porque é parte de uma complexa lógica de mercado, capitais e interesses inclusive diplomáticos. O Cone Sul é a região que mais produz soja no mundo. Aqui alguns dados: O Brasil é o primeiro exportador, seguido por Argentina, Paraguai e Bolívia. Segundo Bravo (2010, p. 17), a soja está sendo produzida em 42,3 milhões de hectares (ha) no Cone Sul: Brasil, 21,3; Argentina, 16,8; Paraguai, 2,8; Bolívia, 0,960; e Uruguai, 0,400.

Conforme Rulli (2007), as multinacionais Archer Daniels Midland Company (ADM), Cargill, Louis Dreyfus Commodities (LDC), Bunge Limited, entre outras, fazem

controle total do mercado mundial das oleaginosas. Elas, se não contam com sedes diretas, estão associadas às empresas, conhecidas como os “reis da soja” na região de Cone Sul. Os grupos *Los Grobo* na Argentina, *Sociedad Aceitera del Oriente* (SÃO) na Bolívia, o grupo *Favero S.A.* no Paraguai e Brasil, entre outros, têm presença poderosa com a soja, pois tornou-se um sistema que condiciona qualquer política dos países (RULLI, 2007, p. 17). Estes atores da soja, conforme Ana Lucia Bravo (2010, p. 10), também são chamados como os “senhores da soja”, os quais influenciam na economia mundial.

A produção da soja na Bolívia circunscreve-se nesse contexto.

1) *Exportação de soja* – Conforme a informação oficial²⁰ disponível sobre valores e volumes de exportação no período 2004 a junho 2012, o principal mercado de exportação está focalizado nos países vizinhos de América. O quadro seguinte ilustra a proporção:

Quadro 3 – Destino em valores da soja boliviana por continentes, em dólares, entre 2004 e junho 2012

Continentes	Em Dólares	%
Europa	4.809.134	0,04
África	8.540.195	0,08
Ásia	10.087.350	0,10
América	9.936.483.624	99,76
Totais	9.959.920.303	100,00

Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012).

A partir dos dados proporcionais sobre a exportação em valores do quadro 3, pergunta-se: são importantes os mercados asiáticos para as exportações da soja boliviana? Autoridades do governo consideraram necessária a priorização de investimentos na construção de infraestruturas rodoviárias interoceânicas viradas para o Pacífico, para desta forma preparar condições de maior dimensão de exportações.

Em dissenso com o postulado governamental, os críticos afirmam que ditos investimentos, ao contrário de favorecer exportações bolivianas, acabariam

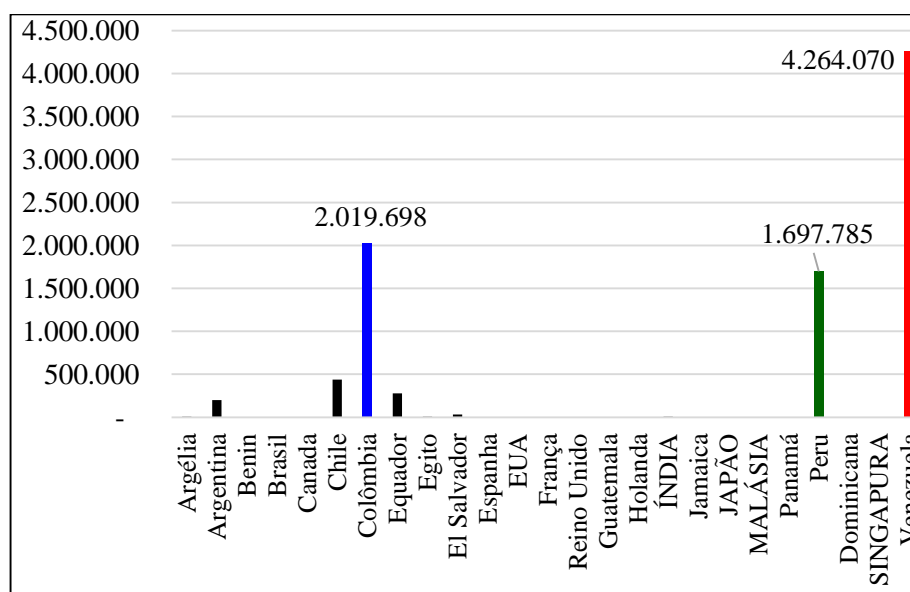
²⁰ A informação a ser utilizada está fundamentada na base de dados personalizada que foi proporcionada pelo *Viceministério de Comercio interno y Exportaciones* (VCE, 2012) a solicitação do autor.

beneficiando as exportações brasileiras, porque para o Brasil é mais estratégico contar com ditas infraestruturas interoceânicas ainda insuficientes na Bolívia viáveis para as grandes quantidades de soja com destino aos mercados asiáticos. Segundo a revista *Análise* (2013), a partir de 2012, a Ásia é receptora de 31% do comércio brasileiro, os *commodities agrícolas* ocupam o terceiro lugar.

Nesse sentido, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem interesse, entre outros, em financiar a construção das estradas bolivianas. Quando as mobilizações de alguns setores do movimento camponês indígena boliviano se opuseram aos ditos investimentos, cujas obras pretendiam romper territórios indígenas e zonas de proteção da biodiversidade, o governo de Evo Morales criticou os movimentos, porque as ditas infraestruturas serviriam para fazer crescer a economia nacional com os mercados asiáticos. Porém, até 2012, os mercados da Ásia são receptores de apenas 0,10% do volume de exportação da soja boliviana.

Entre 2004 e junho 2012, ao invés da afirmação governamental na importância dos mercados asiáticos, os países da Comunidade Andina (CA) são os destinos exclusivos da soja boliviana com US\$ 9,9 bilhões em valores, ou seja, 99,76%, nesse período. A partir dos dados obtidos em quilogramas e convertidos em toneladas métricas, tem-se a Venezuela como a principal receptora, com 4,26 milhões de toneladas; Colômbia com 2,01; Peru com 1,69, respectivamente; Chile é quarto país comprador com 437 mil toneladas; Equador com 277 mil toneladas; Argentina comprou 198 mil toneladas de soja. No gráfico 1 pode-se observar a representação do fluxo dos mercados enquanto receptores da produção da soja boliviana.

Gráfico 1 – Destino em volumes de exportação da soja boliviana segundo principal país receptor, em toneladas, entre 2004 e junho 2012



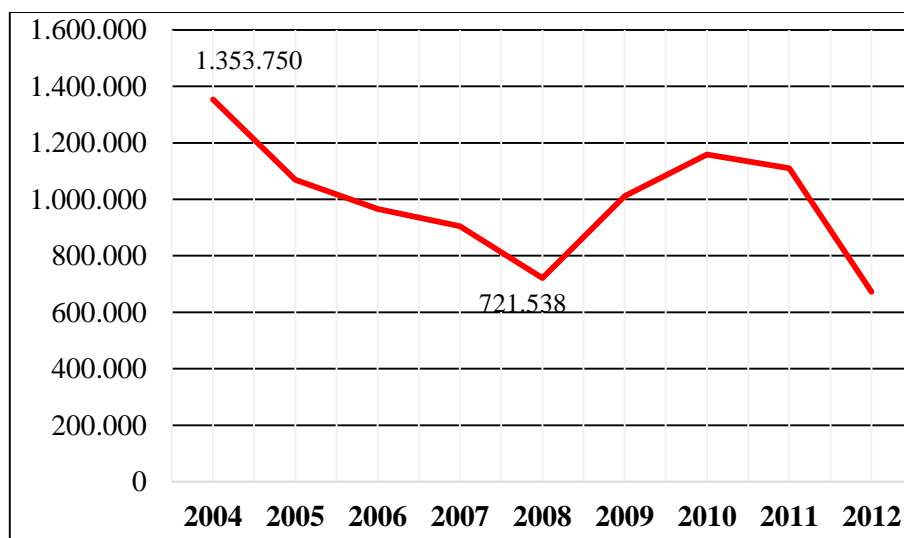
Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012).

Atualmente, a China é o principal ator econômico mundial do grupo de países do BRICS. De fato, a maioria dos países do mundo tem relações de exportação com o gigante e, parece falso, mas a Bolívia ainda não tem exportado soja para esse país entre 2004 – 2012. A Índia comprou apenas 6, 5 mil toneladas; Malásia 1,8 mil toneladas; Singapura apenas uma tonelada; Japão registra 0,2 toneladas; e até mesmo alguns países africanos são receptores da soja bolivianas. Portanto, é evidente que os mercados asiáticos são irrelevantes em termos de recepção da soja boliviana - por exemplo, diferente para os interesses do Brasil.

De outro lado, a projeção dos volumes de exportação total da soja foi variável, entre 2004 e 2012. Em 2004, -foi exportado 1,3 milhão de toneladas, o maior volume do período de análise. O ano de menor volume de exportação registra-se em 2008, com apenas 721 mil toneladas, enquanto aconteciam os conflitos sociais protagonizados pelos movimentos sociais camponeses indígenas pela nova Constituição, e a pauta agrária nacional. Os empresários fazendeiros manifestaram desconforto e denúncias através da mídia, expressando preocupação pela queda das exportações da soja porque estavam sendo atrapalhadas pelos bloqueios de estradas.

Conforme as projeções no gráfico 2, existe um rápido descenso e ascensão dos volumes de exportação da soja.

Gráfico 2 – Projeção dos volumes totais de soja exportados por ano e em toneladas entre 2004 e junho 2012



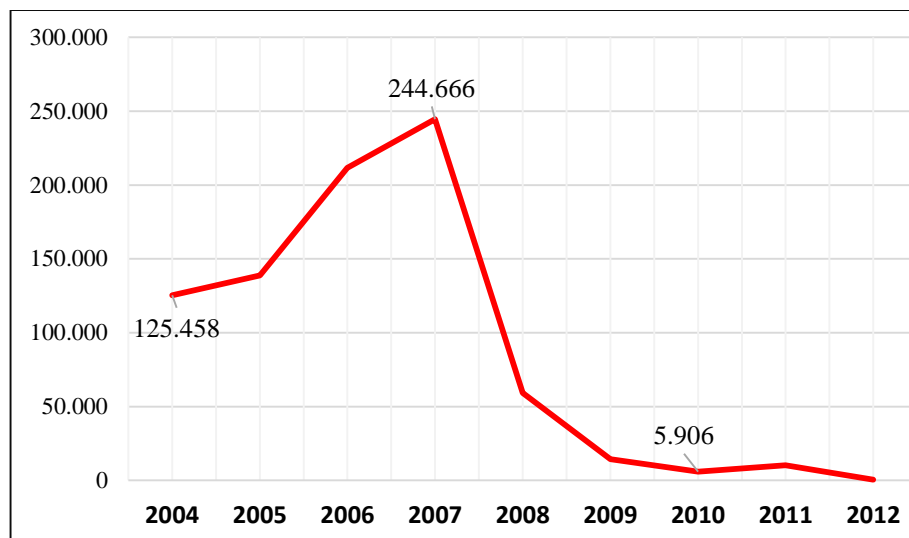
Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012).

Analisamos aqui, em “Crise políticas entre 2000 e 2009”, como há bonanças econômicas simultâneas a crises políticas. Como vemos no gráfico 2, em 2004 registra-se o maior volume de exportação da soja boliviana; simultaneamente se registram o maior número de ocupações de terras no oriente boliviano, motivando a resistência dos fazendeiros.

Por outro lado, certamente, o ano 2008 foi o ano de maior conflito social e político pelo qual passou a Bolívia, fato já analisado nesta pesquisa. Não é nosso foco central o tema da produção da soja, porém, a partir dos dados disponíveis, apontamos que, em 2008, registra-se o menor volume de exportação e também o maior volume de importação da soja. Quais as explicações? É um desafio para seguintes pesquisas.

2) *Importação da soja* – A importação da soja, assim como a dinâmica da exportação, também tem ascensões e descensos. No ano de 2004, recepcionaram-se 125 mil toneladas, enquanto em 2007, indica-se a maior quantidade importada, com 244 mil toneladas. Contrariamente, em 2010 tem-se uma queda notável a 5,9 mil toneladas de soja. Este fluxo pode ser observado no seguinte gráfico:

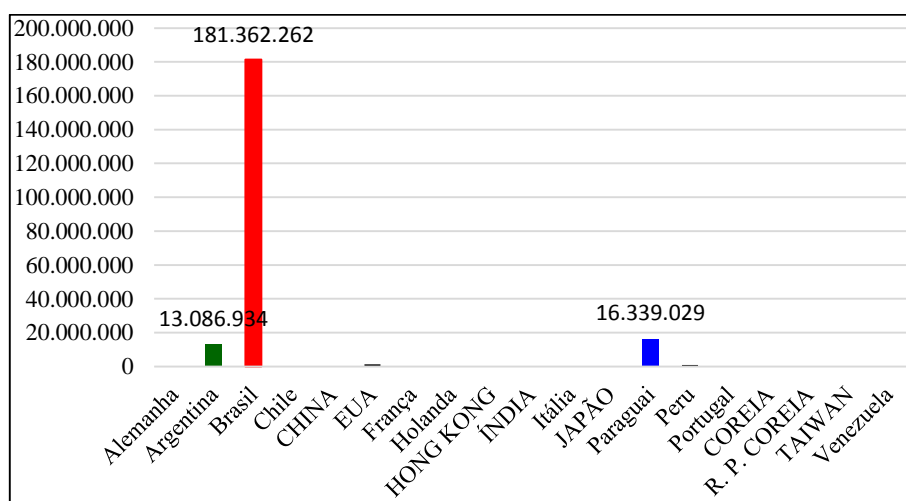
Gráfico 3 – Projeção por volumes de importação de soja por ano entre 2004 e junho 2012 (em toneladas)



Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012).

No período analisado, 2004-2012, tanto exportaram-se o valor de 9,9 bilhões de dólares, ou seja, 8,9 milhões de toneladas, quanto importaram-se 811 mil toneladas de soja, com um valor de 213 milhões de dólares. Brasil é o principal provedor, com um valor de 181 milhões, representando 85,3% das importações. Segundo o gráfico que seguirá, constitui-se Paraguai o segundo provedor, com o 7,6%; e Argentina, como o terceiro provedor, com 6,1%. De outros países, importaram-se menores proporções. Aqui está o gráfico:

Gráfico 4 – Projeção por valores de importação de soja por países, em dólares, entre 2004 e junho 2012



Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012).

Colocam-se em destaque os países asiáticos porque precisa-se conferir outra evidência. A soja boliviana não tem como destino os mercados da Ásia, mas os produtos agroquímicos para a produção vêm desses países.

3) *Importação de agroquímicos* – A origem destes produtos, em primeiro lugar, vem dos países vizinhos do continente americano, com 71,45%. Em segundo, originam-se da Ásia, com 20,96%; desses valores, a China é a principal provedora de agroquímicos, seguida da Índia, Israel e Taiwan. Dos países da Europa, a França é a principal, seguida por Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália, etc, representando 7,59 % do total de agroquímicos importado pela Bolívia. Na relação dos dados seguintes, pode-se observar a proporção de valores totais por continentes:

Quadro 4 – Origem de importação de agroquímicos por continentes e em dólares entre 2004 e junho 2012

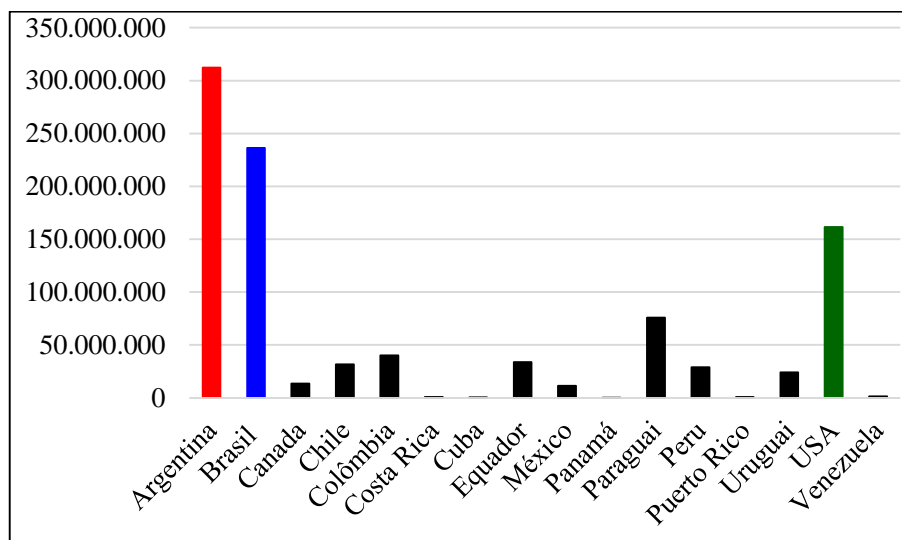
Continentes	Em dólares	%
América	972.885.698	71,45
Europa	103.305.118	7,59
Ásia	285.447.813	20,96
Total	1.361.638.630	100,00

Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012).

A importante quantidade de agroquímicos utilizados para a produção de soja boliviana tem origem Argentina - o primeiro país fornecedor com um valor de US\$ 313 milhões. O segundo país é o Brasil, com US\$ 237 milhões; em terceiro, os Estados Unidos, com US\$ 162 milhões; quarto, Paraguai, com US\$ 75 milhões, seguido de Equador, Colômbia, Chile e Peru. Um ponto que chama atenção para a análise é uma coincidência: os países fornecedores dos insumos químicos são também maiores produtores da soja no cenário internacional.

O gráfico 5 permite observar a representação do fluxo da importação de agroquímicos:

Gráfico 5 – Representação dos principais países da América fornecedores de produtos agroquímicos, em dólares, entre 2004 e junho 2012



Fonte: Elaboração do autor a partir da informação (VCE, 2012)

Não apenas é necessário conhecer os dados sobre a dinâmica econômica dos mercados sobre a soja, e outras conexões, mas também requerem ser conhecidas a evolução e introdução desse produto na Bolívia, suas projeções e, por sua vez, que produtos antecederam à soja na região da pesquisa.

2.4.1 Projeção dos cultivos do altiplano/vales e tropicais

Em 1950, Santa Cruz é o quinto departamento boliviano com maiores superfícies de cultivos agrícolas. Naquela época, La Paz, Cochabamba, Potosí e Chuquisaca foram os quatro primeiros departamentos com maiores superfícies de produção agrícolas. Nesse ano, na Bolívia, o milho era o primeiro produto, com 119 mil hectares aproximadamente; o segundo em importância foi a batata com 113 mil hectares; e o terceiro foi a cevada, com 96 mil hectares. Esses três produtos se encontravam na região do altiplano e dos vales bolivianos. Entretanto, no oriente, aqueles produtos tinham reduzida porcentagem.

Na época, eram três os principais produtos agrícolas, com aptidão tropical, cultivados no oriente boliviano: trata-se do algodão, do arroz e da cana de açúcar. Nos decênios seguintes, 1960 e 1970, transformaram-se em grande escala de exportação.

Desses três produtos, Santa Cruz concentrou a maior quantidade da produção total. Essa relação se mostra no seguinte quadro:

Quadro 5 – Superfícies dos principais cultivos agrícolas, em 1950, comparados entre a produção nacional e de Santa Cruz (SC), (em hectares)

Produtos	Superfície Nacional	Superfícies em Santa Cruz	% de SC em relação à Sup. nacional
Algodão	213	108	50,7
Arroz	15.602	10.150	65,1
Cana de Açúcar	13.720	10.547	76,8
Cevada	96.912	759	0,7
Milho	118.232	19.700	16,6
Batata	113.152	1.472	1,3

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados (MACA, INE, FAO, 2009, p. 27-102)

O foco desta pesquisa não é comparar as produções bolivianas com as dos países vizinhos. Porém, qual a diferença, por exemplo, com as superfícies de cultivos do Brasil, na mesma época? A partir dos dados de 1949, do Anuário Estatístico do Brasil, e do *I Censo Agropecuário de 1950*, da Bolívia, as diferenças são as seguintes: 1) enquanto na Bolívia tem-se apenas 213 hectares de algodão, no Brasil, existiam 2,4 milhões de hectares do mesmo produto; 2) na Bolívia, tem-se 15 mil hectares de cultivos de arroz, no Brasil, 1,7 milhões de hectares; 3) se na Bolívia havia 13,7 mil hectares de cana de açúcar, no Brasil 796 mil hectares eram produzidos (IBGE, 1951, p. 75-95), (MACA, INE, FAO, 2009, p. 27-102).

É necessário enfatizar que, dos três produtos tropicais apontados, no Brasil, mais da metade das áreas com maiores quantidades de superfícies encontravam-se no Estado de São Paulo. No estado de Mato Grosso, que faz fronteira com Santa Cruz-Bolívia, existiam apenas 352 hectares de algodão; o arroz, 35 mil hectares; e a cana de açúcar 5 mil hectares.

O sociólogo norte-americano Barrington Moore escreveu em 1966 *Social Origins of Dictatorship and Democracy* e naquela obra clássica afirma que, já por volta das décadas de 1840, os EUA eram o maior produtor de algodão, principalmente na região do Sul. Exportava para Inglaterra. Ela era receptora do 60% do algodão de origem americana (BARRINGTON, 1973, p. 103). Foi a era do industrialismo inglês. Enquanto na Bolívia, quase cem anos, depois o algodão transforma-se num produto importante.

Podemos concluir que tanto para Bolívia, no Leste, quanto como para o Brasil, no Oeste, evidenciam-se menores quantidades de áreas de cultivos salientados: algodão, arroz e cana de açúcar.

2.4.2 *Superfícies de soja desde seu aparecimento na Bolívia*

Na primeira metade do século XX, os organismos da ONU promoveram a realização de três políticas: Censos Agropecuários, de População e Reformas Agrárias. Elas tiveram incidência na Bolívia. O objetivo dos organismos internacionais era estabelecer o estado de situação estatística no qual se encontrava o contexto da ruralidade mundial. A escassa informação estatística padronizada da questão rural levou à realização de foros, congressos, simpósios, acordos entre governos nos diferentes eventos diplomáticos após da Segunda Guerra Mundial. Por exemplo, a realização do *Primer Congreso Interamericano de Estadísticas*, em 1947, nos Estados Unidos. No caso boliviano, como produto da participação naqueles eventos internacionais e os eventos posteriores, assim como a cooperação recebida para formação de especialistas, segundo o chefe da Seção Censos Agropecuários Luis F. Chávez Aranda (1956), o primeiro Censo Agropecuário foi feito em 1950. (MACA-INE-FAO, 2009, p. 9).

Nos resultados do Censo Agropecuário de 1950, a produção da soja²¹ não é assinalada nem em menor quantidade entre os produtos agrícolas da Bolívia. Qual é a origem da soja? Eis uns dados. Segundo o pesquisador brasileiro Aluizio Borém (2010), a soja tem origem na região Leste da China por volta do século XI a.C. A partir de daí, foi introduzida em outras regiões do oriente: Manchúria, Coreia, Japão, Rússia e outros países asiáticos (2010, p.101). Segundo o autor, no ocidente a soja foi introduzida no século XVIII, em 1739. O Jardim Botânico de Paris foi o centro de experimentação.

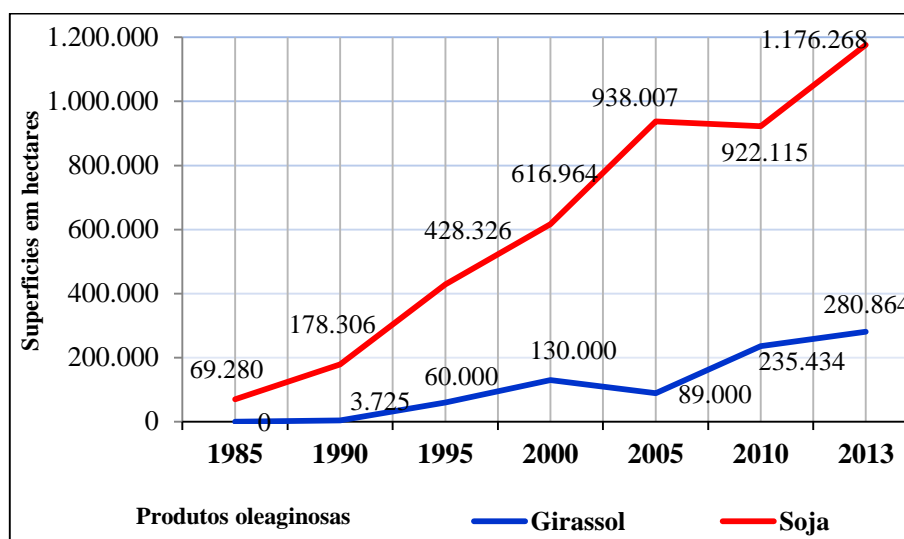
Após de serem experimentadas na França as primeiras produções da soja, à América foi trazida trinta anos depois, em 1765, nos EUA. No Brasil, desde 1882, segundo Borém, existem os primeiros registros da produção da soja destinada para forragens. Já por volta de 1941, a soja parece nas estatísticas oficiais.

²¹ A soja é um legume de ciclo anual, de porte erguido, que alcança entre 0,50 e 1,5 metros de altura. Seu nome científico é *Glycine Max* (L.), pertence à família das *Papilionáceas* (Fabáceas) e em outros países é conhecida popularmente como *soya* (Portugal y Francia e Inglaterra), *soia* (Italia) e *sojabohne* (Alemania) (RIDNER, 2006, p. 8).

A primeira aparição de forma experimental da produção da soja na Bolívia é um assunto a se pesquisar. Embora se tenha uma hipótese de que antes de 1970 houve superfícies menores que mil hectares. Quaisquer sejam as explicações sobre a data e ano da introdução da soja, tem-se disponível informação oficial do Instituto Nacional de Estadísticas (INE), da Bolívia somente a partir de 1984. Será que foi após de um século em comparação do Brasil?

No seguinte gráfico se observa a projeção dos principais produtos oleaginosos: girassol e soja, porque ambos são a matéria prima do óleo produto básico na alimentação dos camponeses:

Gráfico 6 – Projeção das superfícies cultivadas, oleaginosas, soja e girassol, na Bolívia, 1985 a 2013



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do INE.

Para o gráfico, optaram-se por parâmetros de cinco anos. No entanto, no ano de 1984, segundo os dados do *II Censo Agropecuário*, no nível nacional somente havia 40 mil hectares de cultivos de soja, dos quais 36 mil hectares eram produzidos no departamento de Santa Cruz (INE, 1990, p. 27). A partir da relação do gráfico, houve uma projeção em 16 vezes. Em 1985 havia 69 mil hectares de soja, mas, em 2013, o valor chegou até 1,1 milhão de hectares.

Segundo o Censo Agropecuário de 1984, são sete os grupos de cultivos bolivianos: cereais, estimulantes, frutais, hortaliças, industriais, tubérculos e outros. O total nacional da superfície cultivada desses produtos foi de 1,1 milhão de hectares. A soja está incluída no grupo de cultivos industriais. Aqueles produtos, na época,

significavam apenas 10% do total nacional dos sete cultivos. No decênio de 1980, a Bolívia ainda é produtora de cereais, com quase 50% dos cultivos agrícolas.

Em 2013, somente a superfície dos cultivos de soja chegam a 1,1 milhão de hectares. Segundo o Vice-presidente, o governo tem como objetivo projetar até três milhões de hectares, isto coordenando conjuntamente com os pequenos, médios, e grandes produtores. Estar acima de Uruguai e Paraguai é a meta, diz Garcia Linera²². Embora, 90% da soja seja transgênica, e 10% soja tradicional. Segundo a projeção do *Plan Nacional Agenda Patriótica 2025*, a fronteira agrícola da Bolívia acrescentará de 5,6 milhões de hectares a 9 milhões, 60% mais através da implementação de políticas de desmatamento e distribuição de terras fiscais (LA Razón, 13/05/2013).

Conforme Edgardo Ridner:

A composição do grão da soja tem de 30 a 34% de carboidratos; entre 18 e 20% de lipídios, dos quais 23% são ácidos graxos monoinsaturados, 58% poli-insaturados e 15% saturados; e de 40 a 45% de proteínas (RIDNER, 2006, p. 15).

A soja além disso, possui antioxidantes, antitrombóticas, anti-inflamatórios dos vasos sanguíneos e outros. De fato, é altamente benéfica para a alimentação. A soja é alimento comum entre as famílias bolivianas produtoras? A continuação evidenciamos que esse produto não é consumido pelos camponeses na região da pesquisa.

2.4.3 Consumo familiar dos produtores camponeses da soja

Mana mijuykuchu soyataqa, jaya, millay, ni t'inpuchispapis mijunapaqjinachu. Manapuni mijuykuchu anchata waq poqochisqaykutapis ranqakunaykukaqtin. (Não comemos mesmo a soja, é apimentada e desagradável, nem fervendo é como para comer. Não comemos mesmo os outros produtos que colhemos por vender).

Trad, nosso. Entrevista a Olimpia Iriarte, (E-16)

É evidente observar na dieta dos camponeses do oriente boliviano o arroz como alimento central. Um prato, em geral, possui um 90% de arroz, uns pedaços de bananas fritas e um ovo e/ou algumas vezes carne. Mesmo sendo produtores de soja,

²² Discurso de Alvaro Garcia Linera, Vice-presidente da Bolívia, no momento de prestigiar a inauguração da XX *Exposoya 2015*. Disponível em: <<http://www.vicepresidencia.gob.bo/El-vicepresidente-inauguro-la-XX>>. Acesso em: 16, jun. 2016.

ela não é o alimento do cotidiano. Como pode ser visto no quadro seguinte, 97% da soja que o camponês produz destina-se para venda no mercado, somente 0,4% é destinado para consumo familiar. Essa mesma relação de proporção é com os outros produtos como segue:

Quadro 6 – Destino da produção camponesa para o mercado e consumo familiar, em porcentagens em 2005

Produtos	% para venda	% consumo familiar
Arroz	78,2	15,0
Milho	92,8	4,2
Soja	97,2	0,4
Trigo	98,8	0,5
Sorgo	97,7	0
Feijão	94,0	6,0
Amendoim	97,5	2,5
Melancia	99,1	0,8
Mandioca	45,0	45,0
Cana	100,0	0
Hortaliças	89,1	10,8

Fonte: Elaboração a partir dos dados dos planos municipais e do INE.

Juan Mansilla (E-18) é morador de um dos assentamentos atuais, anteriormente líder nos conflitos pelas ocupações. Sua casa é construída de materiais do lugar, um barraco (Ver Imagem 5, Apêndice); o piso é de solo; as paredes são feitas de madeira ou de bambu; o teto tem cobertura com folhas de palmeiras. A alimentação é preparada em fogão a lenha. Para eles, o mais básico para preparar a comida é o óleo, óleo fabricado da soja que produzem na região, mas as fábricas são de propriedade de capitais do Peru e do empresário boliviano/croata Branko Marinkovic Jovicevic. As famílias criam animais, porcos e galinhas para o preparo da alimentação em datas especiais: Ano Novo, Natal e aniversários etc.

Os moradores das zonas rurais compram em Montero, principal centro urbano do Norte de Santa Cruz, basicamente óleo, farinha de trigo, macarrões e sal. Outros produtos para a alimentação podem ser produzidos por eles, ou podem comprar dos vizinhos, milho, batatas, arroz, etc.

A provisão do óleo é importante para as famílias rurais. Em épocas de chuva nas moradias distantes é bastante escasso.

2.4.4 Monocultivos e fermentos da revolta rural em realidades locais

O cultivo da soja é a primeira atividade de produção agrícola no município de San Pedro - somente se cultiva no sistema mecanizado. Nas pesquisas, é inexistente uma informação: a soja produz duas vezes por ano, chamado pelos produtores, “safra de inverno e de verão”. Para termos um contexto sobre a zona da pesquisa, qual a proporção da produção da soja entre pequenos produtores e grandes fazendeiros? Por sua vez, nas realidades locais, tanto onde é predominante a posse da terra em poucas pessoas, quanto a produção hegemônica provém das fazendas, quais as relações de prioridades produtivas dominantes, assim como para fazendeiros, camponeses e pequenos produtores?

Trata-se a continuação de uma análise sobre os dados disponíveis de 2004 e 2005, ano de maior número de conflitos na região, as ocupações de terras. Por exemplo, no município de San Pedro, do total de superfícies destinadas à soja, 76,6% correspondem à produção pelos empresários, 23,4% são produzidos pelos pequenos produtores (MSP, 2010, p. 144-148).

O que ocorre com os outros produtos agrícolas da região? Aqui optaram-se por adicionar o arroz e o milho, pelo fato de serem os principais produtos. Pretende-se evidenciar a proporção da produção, seja pelos fazendeiros, seja pelos camponeses. A partir dos dados estudados, de um total de fronteira agrícola de 397.002 hectares aproximadamente, têm-se as seguintes características:

1) *Produção dos pequenos produtores* – Assim como os fazendeiros, eles optam pela produção da soja e ela ocupa 76% do total da produção agrícola. O arroz é o segundo produto, com 11%, e o milho com 9%. Estão envolvidas aproximadamente 3.389 famílias.

2) *Fazendeiros* – 80% das superfícies estão destinadas à soja; 6% ao arroz, 12% das superfícies à produção do milho. É ainda um assunto a se pesquisar sobre número de famílias, mas, tem-se certeza, não é superior às camponesas.

Segundo o Plano de Desenvolvimento do Município de San Pedro, existiam em 2005, 3.389 unidades familiares diretamente envolvidas com a produção agrícola. Porém, do total da fronteira agrária, aquelas unidades familiares participam apenas de 24,2%, porque 75,7% das superfícies estão nas mãos dos fazendeiros.

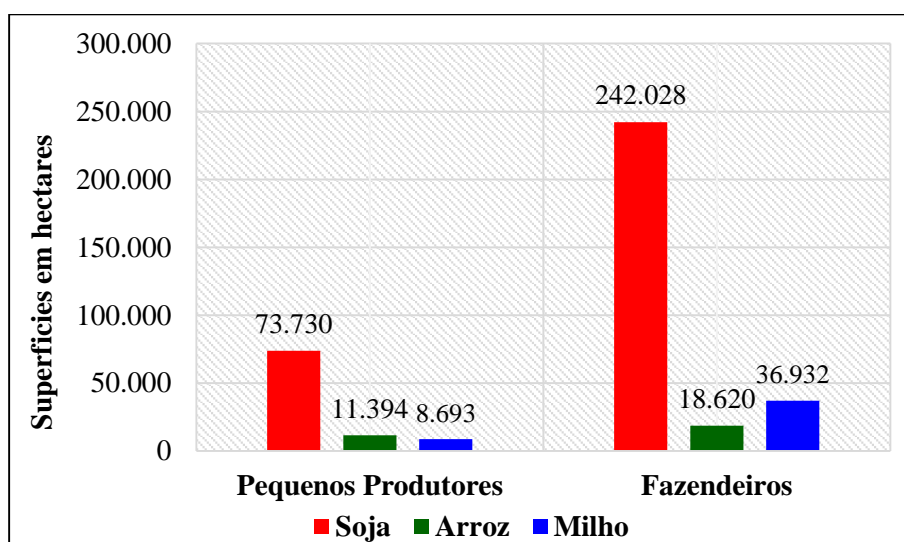
No hipotético caso de que cada unidade familiar possuísse 50 hectares de terra produtiva, tal como permite a lei, somente 962 famílias seriam possuidoras de

terras. Em consequência, 2.427 seriam famílias sem terra. Aquilo significa 71,6% da população rural do município observado em nossa pesquisa, portanto apenas 28,3% são possuidores de terras.

Esse é o contexto das relações assimétricas da posse da terra que foram evidentes nas regiões bolivianas com frequentes ocupações de terras acontecidas antes do governo de Evo Morales (2000-2005). Quando o sociólogo brasileiro Sedí Hirano diz “fermento potencial de revolução e revolta”, refere-se certamente a este tipo de relações desiguais, ausentes de cidadania (a terra) para o camponês.

Apresentam-se na continuação as diferenças de superfícies ocupadas tanto pelos fazendeiros, quanto pelos pequenos produtores:

Gráfico 7 – Superfícies da produção de soja, arroz e milho dos fazendeiros e pequenos produtores no Município de San Pedro, em safra verão 2004 e inverno 2005



Fonte: Elaboração do autor a partir do *Plan de Ordenamiento...*(MSP, 2010, p. 144-148)

É comum ouvir discursos políticos carregados de conteúdo ideológico sem sustento técnico. O gráfico 7 evidencia as relações assimétricas da posse da terra, dos volumes de produção, e de preferências pelos principais produtos de camponeses e fazendeiros na região mais produtiva do oriente boliviano. Ditas distribuições assimétricas estão na continuação.

3 CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DA QUESTÃO DA TERRA

De terras altas com penas / A terras baixas com sonhos /
 Vou migrar para semear e acolheitar / Buscando terras, vou
 emigrar... Compartilharemos a terra / Fundando povos sem
 donos. Para semear sementes / Com própria identidade!
 (CD-ROM, GUZMÁN, 2009. "Fundando Pueblos".
 Trad. nossa do quéchua)

No decorrer, se tratarão temas, conceitos, noções do contexto boliviano interpretados no âmbito latino-americano e global. Cada assunto abordado, em contextos diferentes, obedece a contextos maiores. As reformas agrárias foram feitas no mundo e no âmbito da América Latina na metade do século passado, em consequência a boliviana se circunscreve nesse âmbito. Os debates sobre o campesinato foram feitos conforme orientavam os debates internacionais. As lutas rurais, também, situavam-se conforme um contexto global.

Pretende-se, portanto, contribuir com a ampliação das interpretações sobre as particularidades do contexto boliviano, já estudadas. Por sua vez, apresenta-se um esforço próprio, na interpretação de um contexto/espço da região com: predominância do agronegócio, de maior presença de conflitos pela posse da terra por causa de relações assimétricas na distribuição, de maior crescimento e concentração demográfica, índices superiores no desmatamento e crescimento da fronteira agrícola e pecuária.

Sem dúvida, a reforma agrária foi a medida estatal mais importante do século passado na história boliviana. Inerente a ela, acompanhou-se os processos de modernização com a ocupação do oriente, iniciados nos finais do século XIX com os processos de colonização e com a distribuição de terras na segunda meta do século XX. Resultado disso, atualmente o oriente virou o principal eixo econômico nacional.

O que significou a Reforma Agrária (RA)? A Reforma Agrária, conforme já afirmamos, foi realizada em 1953 e pela ação da organização dos camponeses bolivianos durante a Revolução Nacionalista de 1952. Pela abrangência e profundidade, teve efeitos positivos basicamente no lado ocidental do país, onde o latifúndio foi abolido. No oriente do país, onde não havia latifúndio, os efeitos não foram sentidos. (URIESTE; KAY, 2005, p. 8).

A respeito da eliminação das fazendas e da distribuição das terras nos vales e no Altiplano do país, a reforma agrária é um assunto para ser estudado cujo significado ainda está para ser totalmente avaliado. Talvez, tentar saber se os *pongos* das *haciendas* bolivianas lutavam, ou não, por uma RA, ajudaria a compreender o assunto. Por exemplo, sabe-se que os primeiros sindicatos²³ de Cochabamba precisavam recuperar as terras usurpadas pelos chamados *patrones*.

A RA foi a bandeira histórica reivindicativa dos partidos da esquerda relacionados aos sindicatos mineiros da época. De fato, os *pongos* sindicalizados, mantiveram diálogo com ativistas mineiros e tiveram contato com as bandeiras daquele sindicato, mas a questão da RA toma corpo e força como uma reivindicação de cima para baixo. A Bolívia possuía uma sociedade indígena com limitações de acesso à informação sobre as formas sindicais de organização, cujo formato era inspirado nos sindicatos europeus. Tampouco estavam os indígenas afinados com os debates políticos reivindicativos dos trabalhadores no cenário internacional. Portanto, é improvável pensar na reforma agrária como objetivo de luta. A condição em que moravam os *pongos* impossibilitava estarem vinculados às leituras mais dogmáticas das lutas de classe, até porque, grande parte deles, não sabia ler nem as teorias nem quaisquer ideologias do momento: viviam em circunstâncias de isolamento, confinados nas *haciendas*.

Só após a consolidação jurídica das pequenas parcelas de terras ocupadas antes do lançamento da Lei de RA, o campesinato considerou positivas as conquistas da Revolução e decidiu pelo apoio ao governo popular/nacionalista de Víctor Paz Estenssoro (1952-1956).

Quanto ao lado oriental do país, ao contrário, progressivamente o governo do MNR promoveu a abertura de fronteiras agrícolas e a produção extensiva mediante um processo novo de latifundização dessa região. Esta tarefa ficou a cargo de migrantes da região ocidental no oriente, cuja tarefa seria a de desenvolver o oriente. Nem os produtores camponeses da região andina, nem os grupos indígenas das terras baixas participaram significativamente das dotações e adjudicações das principais terras no oriente, conforme os desafios de uma RA nacional (URIOSTE; KAY, 2005). Pelo

²³ A província de Ayopaya, no departamento de Cochabamba, é região conhecida pelas importantes lutas para a recuperação de terras no período 1946-1952. Em pesquisa anterior, entrevistamos, mais de vinte *ex-pongos* das *haciendas*, e nos depoimentos não achamos relatos relacionados com a luta pela reforma agrária. As violentas ocupações das *haciendas*, inclusive, foram fundamentadas em defesa do governo popular de Gualberto Villarroel (1940-1946). (VILLCA, 2010).

contrário, como diz a socióloga Silvia Rivera Cusicanqui, a RA boliviana “*só substituiu a ‘índios’ por ‘camponeses’, e os ‘cholos’ pela ‘mestiçagem’, naquela ação, escondiam-se preconceitos e as gretas culturais que continuavam vigentes*” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 45). Além disso, como em outros países, muito embora as RAs “*mantiveram-se renovadas, muitas das estruturas coloniais internas*” (GONZALEZ, 2006, p. 421).

3.1 Distribuições assimétricas nos orientes

Em continuidade a esta parte do trabalho, analisa-se dados oficiais e estatísticos que evidenciam os obstáculos e cadeados para os camponeses promotores da modernização dos orientes, assim o mito da posse das terras para os camponeses nos orientes progressivamente foi beneficiando a fazendeiros que aos sujeitos rurais da Bolívia. O oriente é constituído por terras tropicais, o que abrange quase 60% do território nacional. Muito embora o país esteja caracterizado como andino-altiplânico, as terras da planície tropical ocupam a maior parte da extensão territorial.

O crescimento populacional da região em nosso caso analisado, impulsionado pela migração interna de indígenas do ocidente, precisa ser entendido, em primeiro lugar, a partir do oriente, onde os migrantes afrontam vários problemas e fatores coligados ao contexto e inter-relacionados, principalmente: à desiguais oportunidades à distribuição e acesso à terra entres fazendeiros e camponeses; a maior deterioração da floresta com autorização oficial em favor dos fazendeiros e pecuaristas; a política de ampliação das fronteiras agrícolas destinados a monocultivos; a crise da institucionalidade agrária pelos grilagens; o mercado desproporcional da terra; e, maiores diretos para produção de gados que famílias camponeses.

Vejamos por partes:

Fator 1, Posse e distribuição assimétrica de terra.

Depois de meio século da reforma agrária (RA), segundo o *Informe Temático sobre Desarrollo Humano* de 2005, na Bolívia, 100 famílias de fazendeiros ocupavam $\frac{1}{4}$ do território nacional (PNUD, 2005). Como se vê nos dados do PNUD, a problemática da terra é uns dos assuntos estruturais irresolutos do país. Ao não

considerar as terras do oriente, a RA de 1953 deixou brechas futuras para a iniquidade, pobreza e concentração de terras em grandes fazendas.

Certamente, a RA foi parte de um modelo nacionalista que pretendia industrializar, diversificar a produção, substituir importações, eliminar a servidão das fazendas e povoar as terras baixas “improdutivas”. Para conseguir esses objetivos, pensava-se executar políticas públicas, a partir da implementação de programas chamados de *colonização*, de deslocamento de indígenas com a distribuição de terras. Na época, a legislação agrária tinha como missão a transformação das estruturas agrárias assimétricas herdadas desde a criação republicana em 1825.

A migração interna está relacionada com os resultados dos processos da posse da terra das duas leis agrárias, a lei de RA de 1953 e a Lei do *Instituto Nacional de Reforma Agrária* (INRA) de 1996. As duas foram encarregadas da dotação de terras a partir de princípios reitores: terra para os que a trabalham (URQUIDI, 1956, p. 68); modificar a estrutura feudal-colonialista da propriedade (BOLIVIA, 1953, p 2); e, terra para quem possui produzindo e não para quem possui sem produzir nem investir. No entanto, a distribuição acabou sendo assimétrica e deu, ao contrário, lugar a setores empresariais pecuários e agrícolas que possuíam mais terras do que as populações rurais. Antes de apresentar dados sobre a posse da terra é importante saber sobre os tipos de propriedades agrárias vigentes desde 1953.

Quadro 7 – Tipos de propriedades agrárias vigentes desde 1953

Nomes	Características	Hectares
Pequena Propriedade	É onde lavoura pessoalmente o camponês e sua família, cuja produção dá para satisfazer racionalmente suas necessidades. Em determinadas tarefas, temporariamente precisa de colaboradores.	Até 50
Propriedade Média	Existe trabalho assalariado nas atividades produtivas. O volume principal da produção é destinado ao mercado. Não tem características de empresa agrícola capitalista.	50 – 500
Empresa Agrícola	Possui investimento de capital em grande escala, regime assalariado com uso de meios técnicos modernos.	500 -
<i>Solar</i> Camponês	Sua função é de moradia rural. Insuficiente para as necessidades de subsistência de uma família.	-
Propriedade da comunidade indígena	É aquela reconhecida a favor de determinados grupos sociais indígenas.	-

Fonte: Elaboração do autor a partir da legislação agrária boliviana.

Eis alguns dados da distribuição assimétrica da terra nos anos 1953-2006:

Tabela 1 - Posse da terra na Bolívia nas duas legislações agrárias

Tipos de propriedade	1ra. Legislação 1953 – 1993				2da. Legislação 1996 – 2006			
	Beneficiários (B)	Superfície (S) em ha.	% (S)	S média por B	Beneficiários (B)	Superfície (S) em ha.	% (S)	S média por B
Pequena	269.179	4.850.839	8,5	18,1	45.072	914.924	7,5	29,4
Média	123.567	16.231.729	28,3	131,3	724	345.039	2,8	746,8
Empresa	17.005	23.011.055	40,2	1.353,2	486	968.017	7,8	3.545,8
Solar Camponês	3.999	23.866	0,04	5,9	1.304	188	0	0,2
P. Comunitaria	333.103	12.289.511	21,5	36,9	8.005	2.342.820	19,1	1.917,2
Sem Dado	12.283	898.322	1,6	73,1	126	* 7.712.983	62,7	63.221,10
Totais	759.136	57.305.322			55.717	12.283.971		

* A partir da promulgação da Lei Nº 1715 (1996) incorporou-se o reconhecimento de direitos às Terras Comunitárias de Origem (TCOs) a favor dos povos indígenas.

Fonte: Elaboração própria, a partir das *Estatísticas Anuais*, Serviço Nacional de Reforma Agraria (SNRA), Instituto Nacional de Colonização (INC) e o Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA).

Conforme a Tabela 1. No primeiro período (1953-1993), observa-se uma notória desigualdade no acesso à terra. Por exemplo, as propriedades médias e a grandes (Médias e Empresas) beneficiaram-se de 69% do total da superfície distribuída, mas favoreceu apenas 18% dos beneficiários no país. Desse grupo, o que ocupa 69% das terras distribuídas, a empresa agropecuária obteve 40% das terras, beneficiando unicamente 2% de pessoas.

Com a segunda norma, ou seja, no período 1996-2006, continuam sendo privilegiadas as empresas agropecuárias, outorgando-se, por exemplo, direitos em média por beneficiário, 1.353,2 hectares (hás) com a antiga lei, acrescentou-se 3.545,6 hás à segunda lei. Os dois processos foram benéficos para a média e grande propriedade na distribuição das terras. De resto, 82% dos beneficiários acessaram somente 30% da superfície dotada durante a segunda metade do século XX.

Fator 2, Dilema dos direitos à terra, homens ou gados?

No último quarto do século XX, emerge a questão da carga animal em normativas técnicas e regimentares. Desde 2006 é incorporado como conceito jurídico técnico para explicar a necessária superfície de terra para alimentar uma unidade animal, o gado. Cada vez que a validade desse conceito é questionada pelos movimentos camponeses indígenas, os empresários pecuaristas da planície amazônica argumentam com dados técnicos sobre a justificativa da superfície de terra para o ciclo pecuário.

Há muito tempo, dificuldades de abastecimento de carne para consumo nas principais cidades bolivianas foram assunto contínuo de preocupação, porque a cadeia produtiva²⁴ depende dos pecuaristas. No entanto, existem vários setores informais envolvidos no abastecimento desse produto que dependem do subministro dos pecuários da planície da bacia amazônica. Na Bolívia, existe uma confederação²⁵ que agrupa trabalhadores de estabelecimentos no varejo da carne. Nas principais cidades é maior a atividade nesse ramo.

Nesse sentido, entre os abastecedores pecuaristas e os trabalhadores no varejo de carne transformaram-se agentes influentes e de pressão aos governos. Por que trazer o assunto da carne, quando se analisa a questão da carga animal? Porque está relacionada ao fator de negociação e pressão contínua dos pecuaristas com os governos, no momento de ser questionada a superfície necessária por unidade bovina. Os pecuaristas defendem as superfícies, enquanto os movimentos sociais camponeses indígenas consideram um método para consolidar grandes fazendas no processo de regularização fundiária de terras.

Normativas regimentárias sustentavam a demanda pecuarista da carga animal. Porém, segundo Guzman (2007), é em 2006, com a modificação da lei agrária, que a demanda se transforma em conceito jurídico. A disposição legal define, para propriedades da atividade pecuária bovina, cinco hectares por unidade animal (BOLÍVIA, 2006, Disp. Trans.). Esta disposição foi questionada pela liderança rural de

²⁴ Os principais agentes da cadeia produtiva da carne são os: pecuaristas; as indústrias de insumos, rações e produtos veterinários; os frigoríficos; os cortumes (couro); os estabelecimentos de varejo e o consumidor.

²⁵ A *Confederación Nacional de Trabajadores en Carne de Bolivia*, situada na cidade de La Paz, tem 60 mil membros. (El Deber, 08/06/2015). Nos últimos anos, essa organização chamou greves nacionais para impedir que virem sujeitos de contribuição de impostos pela atividade econômica.

base, porque a liderança nacional, na época, participou da elaboração da normativa agrária. Considerou-se uma conquista dos pecuaristas, na maioria deles da região beniana. Simultaneamente os fazendeiros também fizeram demandas nos processos de diálogos da formulação da lei, mas as concessões governamentais tiveram tendência de favorecer mais aos pecuaristas.

Anteriormente, foi popular na comunicação dos movimentos sociais rurais o questionamento quanto ao significado da Carga Animal, comparando o camponês que vive no altiplano em minifúndio enquanto no oriente se dispõe cinco hectares por uma vaca.

Abaixo, dois exemplos que ilustram as propostas alternativas à carga animal. Primeiro, em 2001, organizações indígenas e camponesas propuseram três hectares no Chaco e dois hectares no oriente e Amazônia para cada bovino. (GUZMAN, 2007, p. 299). Conforme argumento desses movimentos, a carga animal estimula a prática do sistema de produção animal extensivo e contribui com a concentração da terra em poucas mãos. Segundo, em 2015, a demanda pecuarista da CAO propõe ao governo considerar viável acrescentar a superfície demandada: na zona do Chaco, 13 hectares de ervaçal pelas condições da vegetação; para a região do Beni, 15 hectares, porque são ervaçais abertos; e, na Chiquitanía, por terem ervaçais cultivados, até dois hectares. (Bolívia Rural, 07/04/2015).

Certamente, os críticos da norma agrária aprovada pelo governo de Evo Morales em 2006 têm argumentos sólidos, por ter sido incluída na lei a superfície. No entanto, durante dez anos (1996-2006), mesmo sem haver validade na lei, fazendo uso dos regimentos técnicos na execução do processo de regularização fundiária, chamado, *Saneamiento de Tierras*, os pecuaristas regularizaram grandes propriedades, nelas justificando a presença de produção pecuária e investimentos. Nessa década, houve também denúncias sobre consolidações fundiárias com presença de bovinos emprestados no momento das verificações em campo pelos funcionários do INRA. Essa irregular justificativa, do traslado de gados de fazendas vizinhas foi chamada de “vacas voadoras”, sancionados com a reversão de ditas terras por uma autoridade governamental da gestão de Morales.

Por conseguinte, a crítica não deveria se focar na incorporação ou não da nomenclatura na lei, mas questionar as vantagens legais concedidas aos pecuaristas. Os antecedentes vêm de décadas atrás. Por exemplo, a lei de reforma agrária (1953) estabelece três extensões de tipos de propriedade pecuária: a pequena, 500 hectares;

mediana, 2.500 hectares; e a grande empresa eecuária, de até 50.000 hectares, a razão de cinco hectares por unidade animal. (BOLÍVIA, 1953, Art. 21). Portanto, a relação terra/gado é vigente faz mais de 60 anos. Faz-se necessário lembrar que a legislação agrária da Bolívia foi mais flexível na primeira metade do século XX.

Fator 3, Desmatamento acelerado da floresta no oriente boliviano

O problema da terra no oriente tem um segundo elemento sobre o qual há escassa informação: o desmatamento da floresta. Sobre esta questão, os dados da entidade fiscalizadora não têm sido totalmente claros. Para determinar o tamanho do desmatamento, a *Superintendencia Forestal* (SF), desde 1996, têm organizado duas fontes de dados: uma sobre o desmatamento irregular feito em campo, e o desmatamento regularizado ou autorizado.

Por outro lado, o *Instituto de Reforma Agraria*, INRA, possui outros dados sobre o avanço da fronteira agrícola. A causa dos dados divergentes tem a ver com a instância a que cada estatística pertence e as atribuições normativas das que ambas dependem. A fiscalizadora SF, forma parte de um sistema de superintendências criadas em 1996, *Sistema de Regulación de Recursos Naturales Renovables* (SIRENARE); já o INRA depende do *Ministério de Asuntos Campesinos de Indígenas* (MAIPO).

Segundo os dados de 2004 a 2010, no departamento de Santa Cruz, diferentemente dos outros oito departamentos, registrou-se a maior deterioração da floresta do país. A Autoridade de Fiscalização e Controle Social da Floresta e Terras (ABT) – que desde 2009 substituiu a antiga *Superintendencia Forestal* – afirma que de 1.6 milhões de ha ilegalmente desmatadas no país, 1.3 milhão foi em Santa Cruz, ou seja, 78% (INE, 2012). Paralelamente, no mesmo período, os desmatamentos autorizados pela ABT alcançaram somente 289 mil ha, das quais em Santa Cruz foram 243 mil ha, ou seja, 84% nesse departamento.

A respeito das divergências de dados, as duas fontes revelam importante avanço do desmatamento da floresta. Ainda devemos conferir a informação para os períodos anteriores, mas vale a pena destacar também a existência de superfícies não conferidas, *in situ*, pela entidade fiscalizadora. O desmatamento acelerado pode estar relacionado com o interesse dos fazendeiros pelo incentivo à produção agroexportadora em ascensão.

Fator 4, Crescimento da fronteira agrícola

Similarmente aos dados sobre o desmatamento, a abertura de fronteiras agrícolas, no país, quintuplicou as superfícies utilizadas para a agricultura entre 1990 e 2009. Santa Cruz possui os maiores indicadores de abertura de fronteiras. Segundo os estudos da ONG, *Fundación Tierra* (FT), nesse período, registrou-se um incremento de 1.4 milhões de ha de terreno agrícola no departamento. Em 1990, existiram 413,3 mil ha de superfície total cultivada, 172,3 mil eram destinados ao cultivo da soja. Entretanto, para 2009, a fronteira agrícola cresceu a mais de 1.8 milhão de ha, dos quais, 1.0 milhão foi destinado à produção da soja (URIESTE, 2011). Como se vê, o terreno plantado com destino ao cultivo de produtos agroexportáveis como a soja tem aumentado progressivamente e é possível observar que a mancha verde vai em direção do sul ao norte.

Fator 5, A terra no mercado

O problema da terra no oriente está também relacionado ao mercado da terra, principalmente na região norte do departamento de Santa Cruz (ver Mapa 1). Em 2014, o valor de uma parcela de 50 ha nesta região beirava 150 mil \$us. As terras sem direitos legais, sem *Título Ejecutorial*²⁶, são vendidas de forma direta sem intermediações ou de registros públicos. Um comprador oferece o dinheiro ao possuidor da terra, que assina um papel de transferência. Nele figuram os nomes dos possuidores das terras adjacentes, o dado da superfície e o preço. Estas vendas, em raras situações, podem ser registradas no Livro de Atas do sindicato, ou algumas vezes, da *Asociación* a qual pertence o vendedor. As terras próximas às populações urbanas da capital, em geral, são oferecidas publicamente nos jornais, por estarem com regularização fundiária. Aquelas terras localizadas mais para o norte do departamento, porém, tendem a ser oferecidas de forma direta, pois se encontram em processo de regularização, como produto de ocupações anteriores a 1996. As terras potencialmente

²⁶ As propriedades agrárias, na Bolívia, são regulares somente se possuem o *Título Ejecutorial* que leva a assinatura do presidente do Estado nacional. Este documento é entregue para os titulares só depois do processo de regularização fundiária. A este processo chama-se de *saneamiento de tierras*.

irregulares, mas com preços acessíveis, se encontram em lugares inacessíveis a estradas e estão inabitadas, em áreas baldias.

A partir de informações jornalísticas, o sociólogo Miguel Urioste (2011) sistematizou alguns dados sobre o tamanho das terras à venda e o período no principal jornal de Santa Cruz, *El Deber*. Eis alguns dados, no período 2004-2010:

Tabela 2 – Oferta de venda de terras classificadas por tamanho e anos (em hectares)

Anos	Inferior a 4.000	De 4.001 a 8.000	De 8.001 a 12.000	De 12.001 a 16.000	Superior a 16.001	Total
2004	191	49	17	9	26	292
2005	205	97	15	7	10	334
2006	165	32	7	4	2	210
2007	270	56	9	2	15	352
2008	290	83	16	1	9	399
2009	129	26	5	0	0	160
2010	149	45	10	5	4	213
Totais	1399	388	79	28	66	1.960

Fonte: Elaboração do autor, baseado em URIOSTE, 2011.

Os dados consultados ajudam a compreender a lógica da oferta das terras no departamento. Segundo a Tabela 2, a maior quantidade de ofertas corresponde a superfícies menores de 4 mil hectares. Mas também, 66 propriedades superiores a 16 mil hectares foram oferecidas no mercado nesse período. Esse assunto se tornou polêmico nos debates das organizações dos camponeses, por considerar que era evidente a oferta no mercado de propriedades latifundiárias improdutivas, cuja finalidade era o enriquecimento dos possuidores.

Tratamos em nossa análise, de quatro fatores condicionantes do fluxo de migração interna boliviana em direção ao oriente. A iniquidade na posse da terra com os processos agrários de distribuição, seja com a lei de RA, seja com a lei INRA de 1996, ambas promovidas pelo Estado, só favoreceu as grandes propriedades.

O desmatamento da floresta foi propiciado para dar abertura à produção agroexportável de um produto primário, a soja. O aumento do mercado da terra criou condições propícias para a migração interna permanente de indígenas do ocidente em direção ao oriente, desde inícios da segunda metade do século XX.

Fator 6, Migração interna, crescimento demográfico do oriente boliviano

“Somos aymaras, quéchuas, guaraníes, y de otros pueblos originarios que hemos emigrado de las altas cumbres de Los Andes a zonas subtropicales...” (CSCIB²⁷)

A dinâmica interna de migrações foi dirigida ao incentivo do desenvolvimento das regiões que, até meados do século XX, estavam desarticuladas do eixo ocidental da economia nacional. Com os deslocamentos, as terras em potencial foram colocadas à disposição para as políticas de colonização. Trata-se, nesta parte do trabalho, de entender o contexto das migrações internas bolivianas e, em segundo, apontar dados sobre o crescimento populacional.

A perspectiva teórica mais conhecida no país sobre as migrações internas é aquela que fundamenta os deslocamentos no “*habitus* migratório andino”, chamado assim pelo sociólogo boliviano Alfonso Hinojosa (2009), a partir de referências etnográficas desenvolvidas pelos autores, Ramiro Condarco (1970) e John Murra (1975). Certamente, os dois autores foram motivados pela emergência de correntes intelectuais relacionadas a estudos indianistas. Esta perspectiva, em contraposição com as perspectivas marxistas, concorda que as migrações nem sempre são motivadas pelo avanço de formas de relações de exploração trabalho/capital. Por conseguinte, neste país, os povos migram ou se deslocam porque é o *habitus* de sobrevivência e complementariedade. Para Condarco, é a atividade de complementação econômica dos povos pré-hispânicos, articulando terras altas com baixas, seja no comércio primitivo, seja nas relações de intercâmbio contemporâneas, o que determina a razão dos deslocamentos (CONDARCO, 1970, p. 20). Segundo ele, na época pré-hispânica, os povos indígenas tiveram contínuos, intensos e estratégicos deslocamentos com características recorrentes, como as relações de parentesco e a complementariedade socioeconômica. John Murra (1975), intelectual russo, revolucionou o estudo e a compreensão das culturas andinas, especialmente da sociedade e do Estado incásico. Murra atribui a característica das sociedades incaicas de deslocamento ao “controle vertical ao máximo de pisos ecológicos”, isto é, ao controle simultâneo dos ‘arquipélagos verticais’. Segundo ele, as práticas de deslocamento eram parte do ideal

²⁷ *Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia–CSCIB. ¿Quiénes somos?*. La Paz. Disponível em: <<http://www.apcbolivia.org/org/cscib.aspx>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

andino compartilhado por etnias muito distantes; ou seja, as migrações eram parte da vivência dos povos entre os núcleos e os assentamentos, conservando os direitos no local de origem (MURRA, 1975, p. 30).

O conceito do *habitus*, a partir da interpretação de Hinojosa (2009), permite pensar a migração dos indígenas e as mudanças nas suas formas de vida, ao fato de serem expostos a distâncias afastadas de suas comunidades *altiplânicas* de origem e ao isolamento em zonas rurais receptoras do oriente. Além disso, de acordo com Sayad, “os migrantes internos, em similar situação aos migrantes transnacionais, estão também vulneráveis à hostilidade e ao desprezo” (SAYAD, 1998, p. 44). O conceito de *habitus* é interessante porque permite entender os migrantes como sendo pré-condicionados sócio-culturalmente, e como portadores de um determinado *habitus*, no caso *habitus* do indígena, e como produtores de um sentido social em um novo cenário diferente às disposições antes adquiridas. No caso, a nova situação está em Santa Cruz.

Segundo Hinojosa, o *habitus*, para o caso da migração boliviana, se origina, também, na interiorização transformadora de condições existenciais de ordem material e cultural e pode ser entendido como internalização da história na corporalidade (HINOJOSA, 2009, p. 19). Vulneráveis, os indígenas, ao não possuir terras, transformam-se, como qualquer migrante, em força de trabalho e força de trabalho provisória, temporária ou em trânsito (SAYAD, 1998, p. 54). Mais tarde, explicaremos a situação trabalhista dos empregos temporários nas fazendas locais e nas lavouras eventuais. Em situações de migrante ao exterior, por exemplo, para Sayad, no que diz respeito à natureza legal, social, etc. da migração, o imigrante continua sendo um trabalhador definido como provisório e como tal é demovível a qualquer momento.

O pesquisador da Universidad Autónoma do México, Hirai Shinji, num artigo intitulado, “*¡Sigue los símbolos del terruño!*”, considera que “os processos pelos quais os imigrantes constroem campos sociais, vinculam seu país de origem com seu país de assentamento” (HIRAI, 2012, p. 84). Nessa direção, em anos anteriores, os movimentos do campesinato pediram ao Estado para possuir terras no oriente, de forma legal, tanto no local de migração, como simultaneamente, no local de origem: o altiplano.

Seja a partir da perspectiva da complementação econômica dos povos, seja pelo controle dos pisos ecológicos, seja pelo “*habitus migratório andino*”, seja pela

utilidade do conceito *bourdieano* de habitus proposto por Sayad, a questão da migração interna boliviana indica que há uma característica específica dos povos andinos bolivianos, que é a do deslocamento contínuo sem perder as referências locais originais. Esta perspectiva traz um desafio a ser constantemente aprofundado.

Alguns antecedentes da migração devem ser enunciados. O crescimento do oriente foi resultado da aspiração promovida pelas elites locais, isto é, integrar-se ao eixo mineiro do país e participar dos mercados externos. Segundo o sociólogo boliviano René Zavaleta, o Estado foi condizente com o mercado interno gerado em função da área capitalista mineira (ZAVALETA, 1998, p. 33). A guerra com Paraguai (1932-1935) permite evidenciar até que ponto o território nacional girava em torno do eixo central e de modo desvinculado com as regiões distantes. Só após esse conflito, torna-se política nacional a integração da região oriental ao eixo econômico e político do país.

Sabe-se que em 1942, uma missão norte-americana a cargo do economista Merwin L. Bohan apresentou um Informe que se transformou no documento orientador do desenvolvimento do oriente:

Foi a primeira proposta de diversificação da economia boliviana, incorporação de novas terras à produção agrícola e pecuária; recomendava vincular o oriente ao resto do país mediante a construção de estradas e férreas²⁸; Traslado e assentamento de famílias agricultoras do altiplano e vales a novas zonas agrícolas, chamado à imigração europeia; Transformação tecnológica; e Autoabastecimento, a curto e médio prazo (ARRIETA, 1990, p.78).

Mais tarde, já em 1957, e depois da Revolução Nacionalista, os movimentos reivindicativos pelas regalias dos hidrocarbonetos, incentivados pelos setores cívicos²⁹, também articularam esforços para pressionar o Estado a avançar sobre o Oriente.

Desde 1961, iniciou-se uma aposta na migração dos indígenas provindos de terras altas do ocidente como promotores do desenvolvimento. O Estado boliviano já havia tentado a colonização do oriente com migração europeia desde finais do século XIX. Segundo Pilar Garcia (2001), não só o governo boliviano, sejam os conservadores,

²⁸ Em 1904, a *Sociedad de Estudios Geográficos e Históricos de Santa Cruz* tinha assinalado as mesmas reivindicações, mas foram interpretadas como manifestações políticas por conotar críticas ao modelo de administração centralizado do país.

²⁹ Nas cidades bolivianas, as famílias das elites locais se organizaram em *Comités Cívicos*, inicialmente como braço civil dos governos militares, com objetivos meramente cívicos de comemorar datas históricas. Com o tempo, estas organizações assumiram a tarefa de serem os principais articuladores da defesa dos interesses dos setores empresariais, dos partidos de direita, dos fazendeiros que se opõem ao projeto da formação do Estado Plurinacional. Isto muito embora criticassem o Estado centralista.

entre 1880 e 1899, sejam os liberais, entre 1899 e 1930, mas também os governos de países vizinhos ofereciam pacotes especiais de terras a europeus para imigrarem à região. Mas este incentivo, no caso boliviano, foi um fracasso. Por que essas iniciativas desenvolvimentistas do oriente com migrações europeias foram um fracasso? Talvez tenha sido pelos fracos resultados.

Conforme Jean-Pierre Lavaud (1998), até os anos cinquenta do século XX, a economia da região oriental se reduzia a uma agricultura extensiva na periferia da cidade de Santa Cruz. Tratava-se de:

Um povo grande adormecido baixo o sol, isolado do resto do país pela falta das vias de comunicação, nesses anos as elites *cruceñas* (novos empresários, políticos de direita, intelectuais) agrupadas com o Comitê Cívico pró-Santa Cruz (CCpSC), souberam mobilizar a seus moradores e, só assim, conseguiram obter conquistas, mais ainda, conseguiram apropriar-se da direção dos assuntos locais. (LAVAUD, 1998, p. 273).

Sabe-se que a década de cinquenta foi o período da consolidação da Revolução Nacional e período tentativo de superação de suas grandes dificuldades. O apoio à Revolução com milícias armadas camponesas para reprimir a contrarrevolução de frações políticas regionais; a afirmação da RA no altiplano e nos vales, com a consolidação do *processo parcelário*³⁰ da terra, e outras tarefas, mantiveram ocupados o movimento camponês e as entidades oficiais nas questões do ocidente do país.

Progressivamente, na década de sessenta, a atenção do governo foi se voltando para o oriente e para o programa de abertura à migração. Isto ocorreu sob um projeto, o Plano Quinquenal (1961-1966), executado pelo *Servicio Nacional de Reforma Agraria* SNRA, com importante apoio econômico norte-americano, como a Aliança para o Progresso (ALPRO):

... o governo boliviano junto com a Aliança para o Progresso (ALPRO), programa do governo norte-americano, organizou assentamentos humanos nas zonas tropicais do país. (CSCIB, 2013)

A década de setenta foi marcada por uma pausa nas políticas agrárias voltadas ao campesinato e às migrações. À época, os governos militares estimularam a empresa privada agropecuária e se conhecem denúncias de distribuição de terras a

³⁰ Entende-se como “processo parcelário” a divisão das terras, antigamente *haciendas*, pelos *ex-pongos*. A divisão foi feita por unidades familiares. Estas parcelas na RA foram tituladas com mecanismos longos e burocráticos de procedimentos.

militares, até mesmo estrangeiros. O líder socialista boliviano, Marcelo Quiroga Santa Cruz, denunciou a natureza pró-imperialista dos governos militares, especialmente de Hugo Banzer (1971-1978), na obra *Saqueo de Bolivia* de 1973, demonstrando casos de “concessão gratuita de terrenos industriais, muito embora o investidor não precisasse; a concessão gratuita de terras públicas para explorações agropecuárias” (QUIROGA SANTA CRUZ, 1979, p. 22). O autor diz que foi a década de irregularidades na administração fundiária e outorga de terras na região oriental.

Logo, a queda dos preços internacionais do mineiro, na década de oitenta, provocou ainda mais a massiva migração interna em direção ao oriente. Paralelamente, os mineiros demitidos, chamados de *relocalizados*, da maior empresa estatal de mineração, a *Corporación Minera de Bolivia* (COMIBOL)³¹, somaram-se à migração dos camponeses.

O campesinato, no oriente, tem experimentado nas últimas duas décadas, seja como proprietário de terras, trabalhador arrendatário, ou trabalhador temporário nas fazendas agrícolas, a presença de empresas transnacionais da agricultura. Essa presença se sente, por exemplo, na pressão que o agronegócio tem feito sobre o *camponês indígena* para ele mudar técnicas tradicionais de produção, e para que introduza, a manipulação de distintos tipos de agroquímicos destinados para uma variedade de plantas e pragas, e ao mesmo tempo, a multiplicidade de tempos de aplicação destes agroquímicos, inclusive segundo o tipo de origem da fabricação. Isto implica que o camponês indígena precisará da prestação de serviços de técnicos auxiliares. É o que o antropólogo Sidney Mintz analisa como *pensar de maneira abstrata sobre a produção* (MINTZ, 2007). Isto porque o agronegócio estaria precisando cada vez mais de atores ou empresas intermediárias e de camponeses especializados.

Os efeitos nocivos do uso dos agroquímicos, mesmo com os estudos já existentes, se potencializam paralelamente à expansão da oferta dos produtos nos países produtores de oleaginosas. Na Bolívia, entre 2004 e 2011, a importação de agroquímicos aumentou de 90,9 a 201,2 milhões de US\$, e de 34,0 a 94,2 mil

³¹ A *Corporación Minera de Bolivia*, COMIBOL, foi criada em outubro de 1952 como parte do processo revolucionário e como estratégia antecipada à nacionalização das minas então nas mãos de três empresários da mineração Patiño (chamado o rei do estanho), Hotchschild e Aramayo. Em agosto de 1985, o presidente da Bolívia, Victor Paz Estenssoro foi o promotor do desmonte da COMIBOL, pela demissão de mais de 23 mil mineiros num plano de demissões que designou os ex-mineiros como *relocalizados*. Disponível em: <http://www.comibol.gob.bo/nuestra_identidad/>. Acesso em: 12 abr. 2015.

toneladas. Porém, os volumes de exportação de oleaginosas contrariamente, nesse período, diminuíram de 1,5 a 1,2 milhões de toneladas. (BOLÍVIA, 2012). Nas populações camponesas da Bolívia, ainda não chamaram a atenção nem a resistência articulada dos movimentos sociais da região.

A preocupação é focada mais nos movimentos ecologistas urbanos que rurais. Por exemplo, o *glifosato* (herbicida ao qual somente resiste a soja transgênica) é o produto mais aplicado na produção da soja. Segundo o pesquisador argentino Andrés Carrasco (2011, p. 129), na Argentina, por exemplo, “200 milhões de litros são usados em 20 milhões de hectares”. O uso deste produto está causando “abortos repetidos, incremento de malformações, aumento de autismo, transtornos de conduta e câncer nos territórios submetidos a intensas pulverizações de agroquímicos como o glifosato” (CARRASCO, 2011, p. 132).

Fator 7, Crise da institucionalidade agrária

Outro aspecto que caracterizou a RA foi a fragilidade institucional com que se executaram as políticas de terras. Existem duas leis agrárias fundamentais na história contemporânea boliviana. A primeira foi lançada no povoado de *Ucureña*³², em 1953, por um Decreto Lei presidencial. A segunda lei é a chamada Lei INRA, aprovada em 1996 e modificada em 2006, que cria o *Instituto Nacional de Reforma Agraria* (INRA) visando regulamentar as terras sem regularização fundiária no país e do latifúndio no oriente.

As duas normas foram catalisadas por movimentos indígenas e populares, cada uma em contextos próprios e com atores específicos.

A primeira lei é produto da escalonada ação de ocupações de terras das *haciendas*, pela servidão indígena – chamados *pongos* – com epicentro de ação nos vales de Cochabamba, região central do país. Só depois das *haciendas* serem ocupadas, o governo nacionalista-popular lançou a *Ley Fundamental de Reforma Agraria* (LFRA), em 1953, que sucedia às primeiras medidas importantes da Revolução Nacionalista: o Voto Universal e a nacionalização das empresas de Mineração³³, em

³² Ucureña é um povoado camponês no vale alto do departamento de Cochabamba, no centro do país. já em 1936, uns grupos de indígenas *pongos* haviam organizado o primeiro sindicato camponês na *hacienda* santa clara, por isso, essa população é simbólica no país.

³³Essa nacionalização foi questionada, porque formava parte de um pacote de condições feitas pelo governo norte-americano, por exemplo, a indenização. Sergio Almaraz, em *Réquiem para una*

1952. Posteriormente, a Reforma Educativa foi realizada em 1955, além de um programa de reforma econômica progressivamente implementado, que incluía a diversificação econômica pela abertura de fronteiras agrícolas.

Quais foram os resultados das quatro décadas da institucionalidade agrária? Sem o propósito de exaurir o tema, podemos destacar alguns resultados concretos: a lei criou o *Consejo Nacional de Reforma Agraria (CNRA)*, que trabalhou no período 1953-1992 com competência em todo o território nacional; e, desde 1965 funcionou o *Instituto Nacional de Colonización (INC)* exclusivamente em áreas de colonização, entidades encarregadas de executar as políticas de ocupação do oriente pela abertura de programas agrícolas na região, seu encerramento foi em 1992. Pelo modo como estas instituições atuaram nas quatro décadas, devem ser a elas atribuídas as responsabilidades da distribuição desigual da terra.

Em 1992, após uma série de denúncias, o governo finalmente fez uma sindicância do CNRA e no INC para determinar as responsabilidades de ambas as instituições na relativização na Bolívia e na expansão acelerada de grandes fazendas no oriente do país.

Em novembro de 1992³⁴, o governo realizou uma sindicância ao CNRA e concluiu que nem o CNRA nem o INC “contavam com estatísticas, mosaicos ou cartas geográficas que mostrassem com certeza o grau de distribuição e redistribuição da terra. Isto provocou duplicidade nas demandas, superposições nas dotações e adjudicações, anomalias na titulação, concentração da propriedade e latifúndio, comércio ilegal da terra e loteamentos clandestinos” (DS. Nº 23331). Depois dessas medidas, os altos diretos foram retirados do cargo e, em seguida, foi instaurada a *Comisión Nacional de Ordenamiento Territorial sobre Uso del Suelo y Tenencia de la Tierra*³⁵, em 1993, uma medida que colocou os setores rurais do país em grande expectativa para a possível continuidade das investigações. Além de mostrar preocupação com a transparência, a Comissão tinha como objetivo central:

república, com o propósito de criticar o processo da chamada nacionalização, considerava uma simultânea desnacionalização dos hidrocarbonetos, assim: com o tempo, não somente se perdeu o petróleo, se não também 22 milhões de us\$ por conceito de indenização aos ex proprietários das minas. (ALMARAZ, 1969, p. 14).

³⁴ Decreto Supremo Nº 23331. La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 24 de noviembre de 1992. Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/bo-ds-23331.xhtml>. Acesso em: 10 mar. 2015.

³⁵ Decreto Supremo Nº 23331. La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 24 de noviembre de 1992. Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/bo-ds-23331.xhtml>. Acesso em: 10 mar. 2015.

“... contar com representação camponesa paritária, (para que a Comissão possa continuar a revisão de ofício dos processos de dotação, consolidação e adjudicação, por titular e titulados, a partir da média propriedade, especialmente nas zonas de conflito, de concentração de terras e/ou denúncias específicas...” (BOLÍVIA, 1993).

A investigação dos processos feitos é um assunto de complexa explicação. Em 1996, foi lançada a Lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária, cuja meta seria a regularização fundiária em dez anos, de 1996 a 2006. O desafio da regularização denominada de *Saneamiento de Tierras* foi resolver todas as irregularidades dos processos colocados em questão pela sindicância do CNRA e do INC. Apesar disto e dos vinte anos que se passaram desde que se decretou a Lei INRA, este objetivo de acabar com a desordem da propriedade agrária na região ainda não foi atingido.

Mesmo os fatores apresentados, o oriente boliviano continuou crescendo.

3.2 Povoando os orientes

3.2.1 Crescimento regional desigual da população boliviana

O atual território boliviano foi habitado antigamente por povos nativos. Em geral, a produção bibliográfica e as normativas legais da Bolívia republicana sobre os assuntos analisados pretendem mostrar a região da bacia amazônica como despovoada, sem modernização e desintegrada do resto do país. Dita produção ignora a outra versão da história, por exemplo, do extermínio das civilizações hidráulicas³⁶ da Amazônia desde épocas da Colônia. Segundo Mario Arrieta (1990, p.42), por exemplo, em Santa Cruz, a pouco depois de ser fundada pelos espanhóis em 1565, o comércio com escravos nativos foi muito mais rentável que a agricultura e mais lucrativo para os vizinhos da cidade. Os corregedores pediram permissão oficial para dispor dos nativos para as minas de prata de Potosí. Esse dado evidencia a afirmação do oriente amazônico povoado, não esvaziado.

³⁶ Essas civilizações desenvolveram tecnologias de conhecimento na administração dos grandes volumes das águas. Uma delas são os campos agrícolas elevados, chamados *camellones*. Trata-se da preparação do terreno, o que inclui a transferência de materiais terrosos para elevar o nível do solo sobre a superfície do redor natural, com o fim de melhorar as condições de cultivos, especialmente quando existe drenagem deficiente das águas. Os *camellones* foram construídos não só para cultivos agrícolas, mas também para proteção dos povoadores e animais das inundações.

Em 1900, foi feito o Censo Nacional Demográfico, cujos resultados, como das edições anteriores, têm dados confusos e pouco esclarecedores sobre a população amazônica, simplesmente por serem considerados povos selvagens (BOLÍVIA, 1902).

A ideia predominante sobre essa situação trata de um esvaziamento do altiplano, e um oriente Boliviano com grandes índices crescimento demográfico, caracterizada pelos cinco fatores expostos nesta pesquisa.

A partir dos dados oficiais demográficos analisados, é evidente que ainda até o final do século XIX a maior população boliviana se encontrava nas terras conhecidas como *altiplánicas*. A presença das altas densidades demográficas na época pré-colonial foi também nas regiões mais altas, porque os povos alcançaram um conhecimento sistemático e o aproveitamento do altiplano. Esse sucesso é considerado como “único na história da agricultura” (ALBÓ, 1988, p. 57).

Continuamos a introduzir os dados demográficos da Bolívia desde a fundação da República com o objetivo de evidenciar duas mudanças: o crescimento demográfico do oriente boliviano e as mudanças da Bolívia rural para urbana.

Em 1851, na cidade de Sucre, é publicado o livro *Bosquejo Estadístico de Bolivia*, por José Maria Dalence (1782-1852). Segundo o autor, em 1826, um ano depois da independência boliviana, o país tinha uma população aproximada de 997 mil pessoas (DALENCE, 1851, p. 217).

Até o fim do século XIX, foram feitos cinco censos demográficos: 1831, 1835, 1845, 1854 e 1882. Em 1900, realizou-se outro censo, em cujo resultado existem dois dados relacionados à população total da Bolívia. A primeira fonte estabelece 1,8 milhões de pessoas, (BOLÍVIA, 1902, p. 13); (ONIEPG, 1904, p.11). Porém, nas páginas introdutórias da publicação dos resultados do Censo de 1950, segunda fonte, afirma-se que o país tinha 1,7 milhões de pessoas em 1900 (BOLÍVIA, s/a, p. 3).

Segundo a versão das publicações oficiais, foi a desconfiança das populações indígenas da Amazônia e do altiplano, os escassos meios de locomoção até os locais, a ignorância dos membros da Comissão do Censo e da logística³⁷ e outros fatores que impediram estabelecer dados exatos. Eis os dados sobre a população nacional desde o primeiro até o último Censo feito:

³⁷ Em 1851, Dalence considerava a existência de grandes obstáculos para a formação da estatística de um País. Segundo ele, na Bolívia, pelo geral não se tem ideias claras sobre a natureza e importância da obra. Por sua vez, a desconfiança dos povos; tementes que as notícias que se lhes pediam pudessem ser para que depois pedissem a eles sacrifícios, negam informá-las, ou as comunicam incompletas, cheias de anomalias. (DALENCE, 1851, p. II)

Quadro 8 – Crescimento demográfico da população boliviana

Censos/Ano	1826	1900	1950	2001	2012
População	1.087.792	1.816.271	3.019.031	8.274.325	10.027.254

Fonte: Elaboração do autor.

Por outra parte, sobre a questão demográfica, incluímos aqui duas fontes importantes de respeitados autores sobre história boliviana: James Dunkerley (2003) e Herbert Klein (2002). Sabe-se que, durante a Colônia, Potosí foi a cidade mais próspera e de maior população das Américas por 250 anos. Segundo Dunkerley, pesquisador britânico, no começo de 1800, a população boliviana era ainda maior³⁸ que a de qualquer outra região de América do Sul, com exceção do Brasil. Bolívia era cinco vezes maior que a população da Argentina (DUNKERLEY, 2003, p. 19). Inclusive, segundo o autor, em 1850, quando se começava a primeira fase da imigração europeia, a Bolívia tinha o dobro da população argentina. Por sua vez, a população boliviana foi de 2,1 milhões, superava facilmente a população chilena de 1,4 milhões.

Na mesma direção, o norte-americano Herbert Klein (2002) explica os fenômenos que influenciaram na queda demográfica boliviana no século XIX. Embora a queda da situação econômica nos territórios ex-colônias espanholas havia começado vários anos atrás, segundo Herbert Klein, foram:

O colapso da economia imperial na década de 1790; os desastres agrícolas regionais de 1804 e 1805; a devastação produzida pelas guerras civis e pelos conflitos internacionais no período da luta em prol da independência (1809-1825); a desintegração da união alfandegária imperial e; finalmente, o abandono, depois de 1825, do sistema *mita* de trabalho forçado, tudo isso contribuiu para o declínio da indústria de mineração da prata. (KLEIN, 2002, p.377).

Klein contribui com elementos explicativos sobre a queda da economia colonial dos finais do século XVIII e começo do século XIX. Os dois autores ajudam a compreender o contexto do declínio econômico global durante a época do nascimento das repúblicas. Sem dúvida, a Bolívia teve a maior presença demográfica que seus vizinhos da região.

³⁸ Atualmente são ao invés os dados demográficos desses pais. Argentina possui quatro vezes mais, com 40 milhões; e, Chile superou com um e meio vezes do que a população total boliviana.

3.2.2 Crescimento da população em Santa Cruz

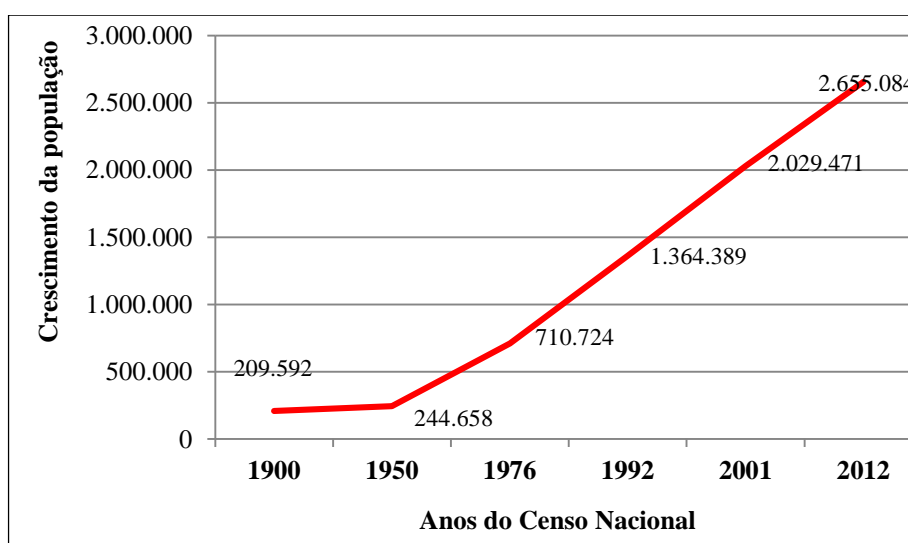
No início do século XX, Santa Cruz é o quarto departamento (Estado) boliviano, depois de La Paz, Cochabamba e Potosí, com maior população com 209 mil pessoas. A população de indígenas foi majoritária com 45%, os mestiços com 21% e, finalmente, a população branca significava 28%. A densidade foi de 0,5 pessoas por cada quilômetro quadrado. (ONIEPG, 1904, p.120).

Em 1950, o departamento (Estado) de Santa Cruz tinha 286 mil pessoas, enquanto na Capital havia 42 mil pessoas. Nos povoados do interior do departamento moravam 85% da população. A região Norte *cruceño* apresentou menor porcentagem de população. Entre 1900-1950, o número de habitantes da região cresceu somente 83 mil pessoas (BOLÍVIA, s/a, p. 5).

Porém, entre os censos demográficos feitos em 1950 e 2012, a população *cruceña* cresceu em 2,3 milhões de pessoas, ou seja, aproximadamente nove vezes mais do que foi há 50 anos.

O gráfico seguinte resume a relação do crescimento demográfico no departamento de Santa Cruz:

Gráfico 8 – Projeção demográfica no departamento de Santa Cruz, de 1900 a 2012

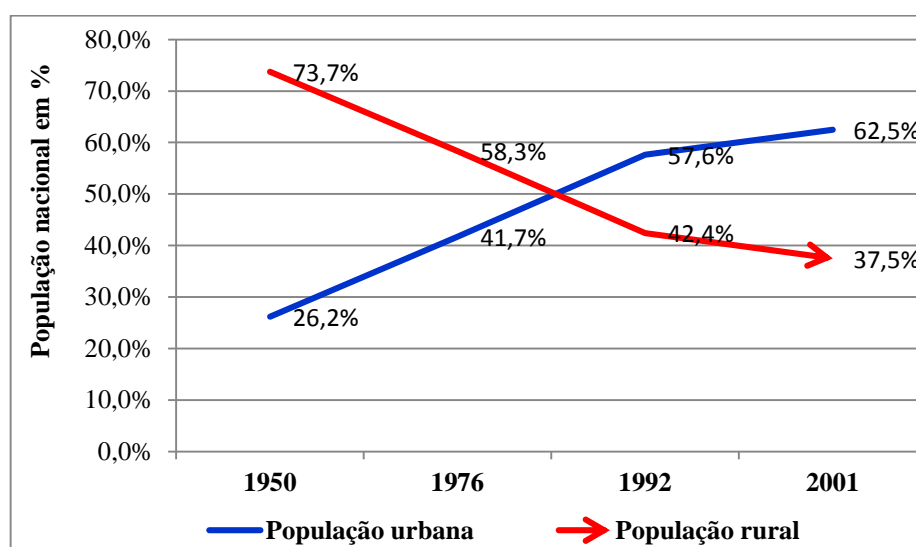


Fonte: Elaboração pelo autor a partir dos dados de: (ONIEPG, 1904, p. 211); INE. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20411.HTM>>. Acessado em: 10 de ago 2014; (INE, 2012, p. 5).

3.2.3 Crescimento da população urbana nacional

Outra transformação importante que aconteceu no país durante o século XX é a mudança de um país rural para urbano. Essa mudança acontece na década de 1970. Como poderá se observar no gráfico abaixo, na metade do século passado (1950), 73% da população boliviana era rural, enquanto a população urbana nacional alcançou somente 26%. A partir dos resultados do Censo de 2001, pode-se observar essa transformação: 62% da população boliviana vivia nas cidades, somente 37% vivem nas áreas rurais. Observe-se o seguinte gráfico:

Gráfico 9 – Projeção da população boliviana urbana e rural entre de 1950 a 2001



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados de: (ONIEPG, 1904, p. 211); INE. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/visualizador.aspx?ah=PC20411.HTM>>. Acessado em: 10 de agosto 2014; (INE, 2012, p. 5).

Os contrastes demográficos bolivianos analisados acima são parte do contexto dos contrastes de América Latina. Segundo Thomas W. Merrick (2009), o crescimento demográfico da América Latina foi o mais alto do mundo entre os anos 1930 e 1990; aumentou mais de quatro vezes, passando de cerca de 110 milhões para quase 450 milhões de pessoas. Segundo nosso autor, em 1930, a AL continuava predominantemente rural. Apenas 17% da população residia em cidades (MERRICK, 2009, p. 231). A transformação aconteceu com extraordinária rapidez na região de

Santa Cruz, em pouco mais de uma geração, com quase nove vezes mais em relação à população *cruceña* existente em 1950.

3.2.4 Reformas agrárias na América Latina

Concordam os pesquisadores no momento de estudar as reformas agrárias que a pobreza rural da América Latina era evidente, mas também que aquela pobreza era mundial. Como foi a proporção da pobreza rural na década das reformas agrárias? Segundo Feder (1978), a agricultura latifundiária de América Latina era uma agricultura do desemprego, não utilizava plenamente a terra, os recursos de capital e a mão-de-obra disponível. Os pobres rurais, como hoje, eram os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais sem terra.

Em 1960, segundo Feder (1978, p. 9), de 17,2 milhões de famílias rurais em 19 países da AL, aproximadamente 5,7 milhões eram os pequenos proprietários camponeses. Por outro lado, 6,9 milhões eram os trabalhadores rurais sem terra. Portanto, esses 12,6 milhões de famílias pobres representavam naquele ano 73% das famílias dedicadas à agricultura. A realização das reformas, em 1970, aumentou o número de famílias rurais pobres, chegou cerca de 15 milhões. Esse é o contexto da época das chamadas reformas agrárias na AL.

Por sua vez, é necessário conhecer, sobre os enfoques predominantes referentes ao problema do desenvolvimento agrário o que ocupou a intelectualidade, organismos internacionais, governos, etc. no debate internacional. Trata-se de dois grupos de opinião, às vezes irreconciliáveis da época: os reformadores e os tecnocratas. Os atores envolvidos com a questão da terra estiveram tanto afins, quanto discordantes, suas perspectivas foram as que orientaram os decênios seguintes. Os dois grupos pregavam o melhor funcionamento da agricultura latino-americana, melhorar o bem-estar da população agrícola, mas propunham políticas diametralmente opostas para consegui-lo. Utilizamos três autores, Feder (1965, 1978), Le, (1976), e Hamuy, (1966) para chegar às seguintes caracterizações das ditas correntes.

Os tecnocratas propunham estimular a produção e sua eficiência através da canalização de mais recursos, incluindo maquinaria moderna e inovações para a agricultura, e a melhor administração das grandes propriedades, sem fazer mudanças importantes na estrutura agrária. Patrocinaram custosos projetos de irrigação e drenagem, uma colonização igualmente onerosa nas zonas selváticas ou desertos

inabitados, a importação ou montagem interno de maquinaria e de equipamentos modernos, a distribuição das melhores sementes e fertilizantes e créditos. Os tecnocratas consideraram também importante a educação da população agrícola, porque uma população com boa educação pode obter bons ingressos econômicos. A capacitação em projetos locais produtivos e de fato segundo eles, era necessária para os pobres do campo. A maioria das políticas e programas nacionais e internacionais para o desenvolvimento agrícola na América Latina foi inspirada nesta perspectiva, como se verá nas próximas páginas.

Os reformadores partem de um enfoque diferente. De fato, não se opõem à tecnologia moderna, mas veem na estrutura agrária da época um obstáculo insuperável para a eliminação da pobreza. Portanto, os reformadores propunham eliminar a estrutura agrária como um fato prévio e necessário para que o setor agrícola, em rápida extensão, fosse habilitado para distribuir benefícios quantificáveis aos camponeses que formam a imensa maioria da população rural. Devido ao conteúdo político, esta perspectiva, em algumas oportunidades, virou popular e, em outras, impopular. Careciam do apoio dos políticos governistas e dos funcionários de programas de reformas agrárias. Esta perspectiva teve incidências nos movimentos sociais rurais, porque, os reformadores também lutavam pela eliminação das estruturas agrárias vigentes.

Mais para frente, explicam-se os processos latino-americanos que deram oportunidade para a realização das reformas agrárias, tanto na análise do caso boliviano, quanto das políticas da Aliança para o Progresso (ALPRO).

No quadro seguinte, vemos os principais países vizinhos da Bolívia com reformas agrárias distintas. Para compreender o caso boliviano, é necessário circunscrevê-las nos seguintes dados:

Quadro 9 – Reformas agrárias em América Latina

País	Ano de começo	País	Ano de começo
Bolívia	1953	México	1910
Chile	1964-1973	Nicarágua	1979
Colômbia	1961	Panamá	1962
Costa Rica	1961	Peru	1969
Cuba	1959	Rep. Dominicana	1962
El Salvador	1980	Uruguai	1815
Equador	1964	Venezuela	1960
Guatemala	1952	Paraguai ³⁹	1963

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados, Feder, (1978); Hamuy, (1966); Le, (1976).

3.2.5 Contexto das reformas agrárias, introdução ao processo boliviano

As Reformas Agrárias, no caso boliviano, colocam em jogo interesses econômicos consideráveis e também mobilizam forças sociais e políticas cuja ação conseguiu modificar profundamente o sistema socioeconômico boliviano. Leis, decretos, constituição de aparatos institucionais, recursos fiscais, cooperação internacional e privada foram organizadas e financiadas com destino à aplicação dela. Pode se distinguir, na bibliografia sobre a reforma agrária, três tipos de explicação: Primeiro, a *descritiva*, minuciosa e detalhada, publicada pelos órgãos oficiais. A maior parte do conteúdo da produção trata-se da descrição de tipo histórico, com antecedentes e consequências. O segundo tipo de bibliografia é *explicativa* sobre os pressupostos e objetivos da reforma agrária, sobre os meios que foram escolhidos, sobre os obstáculos que foram superados. Pertencem a este tipo de produção as feitas por instituições acadêmicas, ONGs, organismos internacionais. A terceira explicação constitui o juízo de valor, ou seja, expressam juízos e argumentos ligados a uma explicação. Na Bolívia, temos importantes contribuições neste tipo, feitas

³⁹ Em 1963, o *Instituto de Reforma Agraria* foi substituído por lei pelo *Instituto de Bienestar Rural*. Na época, o governo do Alfredo Stroessner (1954-1989) considerou por feito que os camponeses já tinham recebido a terra, portanto deviam receber não a etapa da reforma agrária, mas sim a do bem estar rural. Dessa forma, ainda existem movimentos camponeses que demandam uma reforma agrária no Paraguai. Disponível em: <http://www.cej.org.py/games/Leyes_por_Materia_juridica/AGRARIA/LEY%20No852.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

principalmente por sociólogos bolivianos como Arturo Urquidi (1956), Sergio Almaraz (1969), Rene Zavaleta (2011), Silvia Rivera Cusicanqui, Miguel Urioste e outros.

Como na bibliografia geral, as interpretações, perspectivas e juízos ainda são amplas e complexas de se entender. Talvez porque não existe uma disciplina científica que estude os problemas agrários. Estes são estudados pelo ponto de vista econômico, com os instrumentos de análise e meios próprios a ele. Por outro lado, estudam-se os pontos de vista geográfico, sociológico, político, histórico, agrônômico com os instrumentos pertencentes a essas disciplinas.

De fato, a reforma agrária consiste na posse da terra apropriada por uma ou várias classes sociais e seu traspasso a uma ou várias classes sociais. Esse traspasso físico é feito, em alguns casos, por uma indenização. Na produção explicativa, como se expõe acima, é variada as formas da materialização desse traspasso, mas o comum parece ser que a reforma agraria é produto da decisão de uma classe social, partido ou um Estado. Na bibliografia revisada pode se achar, por exemplo, o caso do Peru, onde o exército decidiu, em 1969, pôs em prática a reforma agrária; no México, a reforma nasce da vontade do campesinato oprimido, ou seja, a revolta permitiu levá-la à prática, portanto, o Estado somente recolheu a vontade camponesa, oficializando e prosseguindo com a reforma agrária. Os autores que vão ser [neste trabalho] debatidos concordam na perspectiva: o fracasso das reformas agrárias foi porque não tiveram os resultados esperados pela decisão de sabotagem do Estado e/ou classe social e por causa dessa sabotagem seriam reformas agrárias inconclusas. Certamente, segundo Eduardo Hamuy (1966), as reformas agrárias do século XX estiveram desenhadas para a mudança nas estruturas sociais, a modificação das relações de propriedade e especialmente dos modos institucionais de interação social. (HAMUY, 1966, p. 677).

Cada reforma agrária por decisão estatal teve programas que supõem, em geral, uma aplicação da teoria do desenvolvimento econômico. Por esta razão, a reforma agrária algumas vezes esteve na ordem do dia dos atores envolvidos (camponeses, indígenas), outras vezes na mera construção ideal de “técnicos” ou ideólogos, nos níveis burocráticos. (HAMUY, 1966, p. 677). Na prática, a finalidade das reformas agrárias foi aumentar a produtividade agrícola mediante a transformação da propriedade rural, chamadas rudimentares, orientada ao bem-estar da população (INC, 1970).

No processo boliviano, por sua vez, não só é uma reforma agrária do ponto de vista da estrutura da sociedade, é a extensão da racionalidade capitalista à

agricultura, mas também é produto da correlação de forças (fazendeiros e *pongos*). Nessa linha iremos desenvolver mais elementos do caso boliviano.

No oriente boliviano, a racionalidade capitalista à agricultura foi o foco que orientou, enquanto no altiplano, a correlação de forças que fez com que os *hacendados* percam suas terras. Sergio Almaraz⁴⁰ foi um importante intelectual crítico dos processos governamentais da década de 1950 e 1960 e que criticou também a reforma agrária boliviana. Segundo ele, “já em 1953 [no mesmo ano do lançamento da reforma agrária], chegaram os primeiros alimentos norte-americanos”. Nesse mesmo ano, o governo (revolucionário) estava disposto a realizar concessões em troca da ajuda norte-americana. Mesmo se tratasse de um governo revolucionário, segundo Almaraz: os planos que impôs o *Fondo Monetario Internacional* foram executados (ALMARAZ, 1969, p. 13). Tratava-se do programa “Alimentos pela Paz” que consistia no envio gratuito de uma parte da produção agrícola com destino aos países pobres, neste caso, distribuídos nas populações rurais bolivianas (CRESPO, 2005, p. 7).

Almaraz denominou a década de 1950 e começo da década de 1960 como “o tempo das coisas pequenas” (ALMARAZ, 1969, p. 11). Nessa direção à situação boliviana, ou seja, a chamada revolução nacional começada em 1952, chegou ao grau que:

Os Estados Unidos financiavam obras de desenvolvimento e inclusive destinavam fundos para a própria fazenda pública para contribuir com o pagamento de salários dos funcionários públicos bolivianos (CRESPO, 2005, p. 10).

O autor manteve um debate também com a intelectualidade da esquerda e marxista⁴¹ da época, concordantes com os alinhamentos oficiais da reforma agrária. Segundo René Zavaleta (2011), Almaraz teve um intenso debate, principalmente com um dos líderes destacados, Ricardo Anaya (1907-1997)⁴², em relação à formulação adequada do problema da reforma agrária no *Programa de Principios del Partido de Izquierda Revolucionario (PIR)*. Almaraz discordava que o problema do índio boliviano seja só o problema da terra, ao contrário, um partido revolucionário e

⁴⁰ Segundo René Zavaleta, Sergio Almaraz “passou sua vida com uma longa vigília, convocando à defesa do petróleo, que foi um trabalho de vida inteira, como fizeram, no seu tempo, contra a Standard Oil, Abel Iturralde e Carlos Montenegro. Almaraz foi o maior **defensor moderno** das riquezas naturais da Bolívia (ZAVALETA, 2011, p. 636).

⁴¹ *Partido de Izquierda Revolucionaria (PIR)* foi fundado em 1940, por José Antonio Arze e outros intelectuais bolivianos. O PIR era simpatizante da Internacional Comunista, mas não se tornou membro desta. Em 1950, o PIR se dissolve e funda o Partido Comunista da Bolívia.

⁴² Pensador marxista mais influente na primeira metade do século XX, tanto na política boliviana, quanto no âmbito acadêmico (GARCIA, 2008, p. 143).

marxista havia assumido uma ingênua definição e a bandeira de reforma agrária (ZAVALETA, 2011, p. 638).

Concordando com os desafios lançados por Arturo Urquidi⁴³, membro da Comissão de Reforma Agrária que elaborou a histórica lei boliviana, é necessário conhecer sua genealogia doutrinária para apreciar os alcances ideológicos, a partir dos documentos escritos. Segundo o autor, são cinco os organismos políticos que incluem como bandeira a reforma agrária.

Em 1928, foi a *Federación Universitaria Boliviana* (FUB) o primeiro organismo nacional que teve audácia de propor o problema agrário (URQUIDI, 1956, p. 65). No documento emitido pela FUB, consta a limitação do latifúndio e doação de terras aos índios.

Em 1940, a segunda organização foi o PIR, eles pregavam que o Partido combaterá com toda energia a reforma agrária, sobre um vasto e intensivo plano de irrigação e de tecnificação. Pois, o primeiro problema consiste em incorporar a terra em condições de produzir. Consideravam que o problema do índio é o problema da terra, assim como a eliminação do latifúndio feudal introduzindo e adaptando-as com às modernas exigências da civilização (URQUIDI, 1956, p. 67).

O terceiro foi o partido *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR). Em 1942, exigem a regulamentação do trabalho camponês conforme peculiaridades de cada região sem mudar os costumes. Por sua vez, propõem uma colonização, com o objetivo de que todo boliviano (a) se tornasse proprietário da terra (URQUIDI, 1956, p. 68).

Um quarto organismo, o Partido Comunista Boliviano (PCB), entre outros, propõe criar a propriedade camponesa, conforme o princípio ‘a terra aos que a trabalham’ e confiscar as terras dos fazendeiros e camponeses ricos, mas deixando terra necessária para aprenderem a trabalhar.

Finalmente, o *Partido Obrero Revolucionario* (POR), em 1946, considera necessária uma revolução agrária, ou seja, a liquidação da herança feudal e independência nacional. Mas aquela revolução devia ser comandada pelo proletariado. Em 1946, realizou-se no acampamento mineiro de Pulacayo o congresso dos

⁴³ Segundo Gustavo Rodríguez Ostría, Arturo Urquidi (1905-1992) é advogado e sociólogo boliviano. De formação marxista, defendeu a proposta de uma educação superior solidária com as lutas sociais, sendo Reitor da Universidade pública de Cochabamba. Agrarista, promoveu a redistribuição da terra. Integrou a Comissão de Reforma Agrária que elaborou a lei que deu sustento ao decreto que aboliu o latifúndio em agosto de 1953. (GARCIA, 2008, p. 144).

trabalhadores da mineração boliviana e aprovaram a Tese de Pulacayo. O documento foi o pilar ideológico do POR e considerado, por eles, como a Tese avançada da estratégia revolucionária; em relação à questão da terra o documento critica a história a ausência de uma burguesia capaz de suprimir o latifúndio, considera reiterativamente que a Bolívia é um país atrasado, por ser desindustrializado (LORA, 1970, p. 50).

O sociólogo boliviano Aldo Duran (2010, p. 2), apresentou um importante diagnóstico da questão agrária boliviana na Argentina, nele considera que após da revolução de 1952, o MNR havia abandonado a Tese de Pulacayo, ao contrário, optou pelo desenvolvimentismo burguês, esta questão é evidenciada pelo autor; porém, surge a pergunta, acaso a Tese não apregoava também um desenvolvimentismo burguês? Esta questão é uma importante pauta para refletir com o autor nas seguintes pesquisas. A partir das propostas de reformas agrárias já conhecidas desde 1928.

Estas são os avanços no debate boliviano sobre as bases doutrinárias da reforma agrária boliviana, segundo Urquidí, ele, também considera de antecedentes importantes os decretos do presidente Gualberto Villarroel, em 1945.

Todas as propostas analisadas pelo autor coincidem numa questão: distribuir terras aos índios com uma reforma agrária vinda do Estado. A partir dos documentos estudados por Urquidí, não existe a questão da devolução de terras aos indígenas.

A abordagem do problema agrário boliviano está associada a duas importantes noções analíticas: colonização e reforma agrária. Elas vão juntas na análise desde a metade do século XX. Colonização, literalmente, é uma noção que confunde com processos da época colonial, mas nesta pesquisa será entendida como a oferta e doação de terras, tanto para nacionais, quanto para estrangeiros desde o segundo quarto do século XIX, será abordado mais para frente. Nesse sentido, a reforma agrária e a colonização foram duas caras de uma mesma política, ambas orientadas à melhor integração nacional por meio de ações voluntaristas, impulsionadas e inclusive totalmente dirigidas pelo Estado boliviano. Pretendia-se incorporar o homem rural boliviano, marginalizado, à sociedade nacional e articular sua presença com as extensas zonas “vazias” do território nacional. Foram essas as dinâmicas espaciais, de produção e povoamento promovidos pela reforma agrária e a colonização.

A reforma agrária e a colonização emergem a partir de duas constatações. A primeira é pelo destaque da existência de regiões densamente povoadas e de extensas terras chamadas “baldias”, mesmo que não fossem realmente, mas que tivessem poucos habitantes, portanto, podia-se e/ou devia-se ocupar: colonizar. Nesse sentido, apresentou-se um quadro lógico e ideológico similar, talvez, às expansões em períodos anteriores da história: integrar à modernidade e à economia as terras afastadas em cujas regiões haviam sociedades consideradas “atrasadas”.

A segunda constatação é pelo destaque da existência de muitas regiões sobrecarregadas demograficamente, zonas de alta densidade populacional avizinhavam com grandes propriedades chamadas *haciendas* e/ou propriedades com escassa produtividade agrícola. Por causa desse contraste, na maioria dos casos, era feito uso da mão de obra gratuita (*pongueaje*). Nessas grandes propriedades havia a necessidade de novas maneiras de produzir com a *tecnificación del agro*, base da “Revolução Verde” com a incorporação de sementes certificadas de novas variedades, fertilizantes, etc. A reforma agrária tinha que atender a essas importantes limitações para o desenvolvimento, juntando os objetivos econômicos e sociais na mesma orientação.

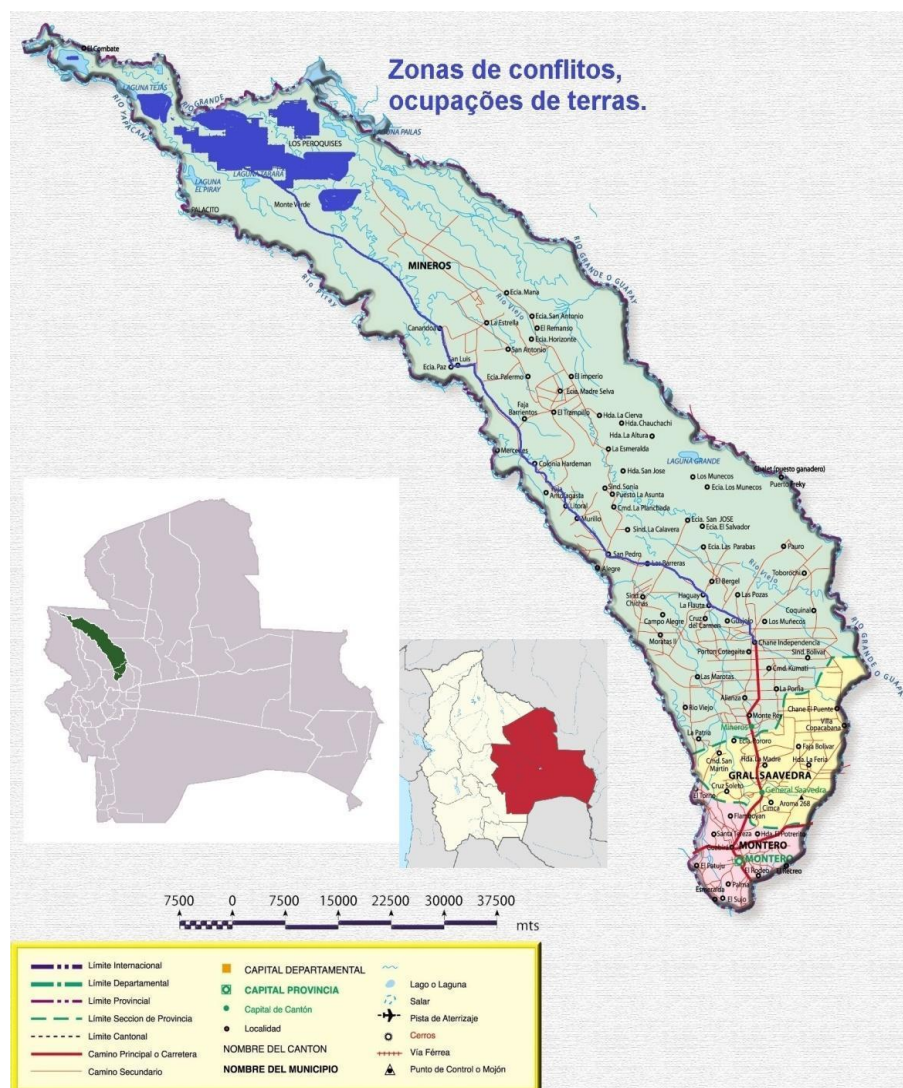
Por tanto, será útil abordar o desenvolvimento da noção de colonização no seguinte ponto.

4 CONSTRUÇÃO DE UTOPIAS NOS ORIENTES

Antes de aprofundar nesta questão, será necessário descrever alguns cenários do local de pesquisa.

Os grupos de indígenas sem-terra se organizaram em regiões urbanas que estão nas proximidades do rio Piráí, norte do departamento de Santa Cruz. Ao longo das ocupações, estas populações acedem só a uma estrada asfaltada que atravessa, de Sul a Norte, por quatro municípios, Montero, Saavedra, Puesto Fernandez e San Pedro. San Pedro possui ainda grande parte de estradas de terra. Os municípios formam a província Obispo Santiestevan.

Mapa 1 – Populações e zonas de conflito pelas ocupações de terras



Fonte: Elaboração do autor a partir de mapas do *Plan de Ordenamiento del Territorio Municipal San Pedro*, 2010.

Como se vê no mapa, os lugares onde aconteceram as ocupações estão localizados no Noroeste da província Obispo Santisteban, departamento de Santa Cruz. Aqueles pontos de conflito, antigamente, formaram parte da unidade administrativa territorial, da capital da Província, a cidade de Montero. Progressivamente foram sendo criados os municípios, a partir da antiga jurisdição de Montero. A última a ser criada foi San Pedro, em 2004.

Muito embora os grupos de assentados tenham se organizado ao longo dos quatro municípios, o centro das ações de conflitos aconteceu no Município de San Pedro. Os municípios estão atualmente povoados por indígenas que provêm dos departamentos de Chuquisaca, Cochabamba, Potosí e La Paz (MSP, 2010, p. 111-113). Aproximadamente, 95% são de origem quéchua e aymaras, e chegaram há décadas à região mediante uma rede de contatos de parentesco, ou por campanhas de contratações temporárias realizadas por empresas agrícolas para a coleta do algodão, cana-de-açúcar, arroz e outros. Uma boa parte deles teve pouco acesso a estudos e são analfabetos. Sabe-se de vários casos de indocumentados, situação conferida no momento da filiação aos grupos dos sem-terra. São homens e mulheres humildes que não falam fluentemente o espanhol, mas sim o quéchua e aymara.

No momento dos conflitos pela terra na região, em cada população urbana, organizou-se um núcleo chamado *sub-comunidade*, composto por homens e mulheres despossuídos de terra. O Movimento Sem Terra da região abrangia estas *sub-comunidades*.

4.1 Composição dos sujeitos locais

4.1.1 Sujeitos envolvidos com a produção da terra na região dos movimentos

Entendemos a categoria provisória de camponês indígena a partir de componentes que articulam questões étnicas, migração, filiação a organizações nacionais sindicais e uma ética de reivindicações homem/natureza. Estes critérios estão sendo estudados no local de pesquisa. Por enquanto, podemos diferenciar três tipos de camponeses indígenas no departamento de Santa Cruz. Os estudos de dois autores, Eric Fromm e Sidney Mintz nos ajudarão a compreender o caso proposto:

- a) *Camponeses modernos* (FROMM, 1974, p. 16) são, em geral, médio proprietários, com terras superiores a 50 hectares e antigos residentes. Têm acesso à tecnologia de maquinária e a créditos, e, às vezes, de forma organizada, conseguem negociar os preços da soja com as empresas locais.
- b) *Agricultores independentes*, migrantes recentes, possuem pequenas propriedades (menor a 50 ha). Desenvolvem atividades familiares, trabalham para subsistir, utilizam ferramentas manuais rudimentares, sendo que só alguns conseguem contratar serviços de maquinárias. Dependem da estabilidade dos mercados urbanos.
- c) *Os despossuídos de terra*. Sujeitos que compõem os movimentos sem-terra. Eles são peões, jornaleiros, diaristas que não possuem terras, trabalham com instrumentos rudimentares tanto nas medianas propriedades como nas “plantações” (MINTZ, 2007, p. 149), e em outras atividades informais da zona.

As ações coletivas do último tipo de camponeses indígenas naturais do ocidente é o interesse nessa pesquisa: as ocupações de terras que aconteceram entre 2000 e 2005, que geraram um grupo de *camponeses sem-terra*. Trata-se dos principais atores do conflito, no eixo oriente, no período que vai da crise de Estado e no período posterior, ou seja, durante o período de governo de Evo Morales.

Não existem datas precisas para estabelecer o início da ocupação de terras deste grupo de migrantes, o que induz a interpretar que os mobilizados evitam registro dos seus planos e ações.

4.1.2 Sujeitos agremiados ao movimento antes dos conflitos

Na região do local de pesquisa, o Movimento dos Sem Terra foi fundado em 2002. Três setores foram incentivados a se inscrever no Movimento.

Primeiro setor – Os trabalhadores temporários das empresas produtoras da soja da região, os assalariados eventuais em lavouras complementares ao agronegócio e os que limpam as trilhas e realizam a manutenção nos acampamentos. Pessoas envolvidas com empregos nas fazendas.

Segundo setor – Composto por peões jornaleiros independentes, prestadores de múltiplos serviços como a limpeza de grama, o *chaqueo* e a colheita

manual do arroz, feijão, milho e outros produtos de menor escala, contratados pelos pequenos produtores da região.

Terceiro setor – Trabalhadores ajudantes de pedreiros e pequenos pedreiros empreiteiros por conta própria. Em geral, reformam e/ou constroem barracos nos povoados urbanos. A construção é o emprego ao qual o que mais se oferecem os recém-chegados do interior do país. Eles possuíam distintas antiguidades de residência na região.

A organização desta população de Sem Terra foi muito relevante, pois, como diz Ponciano Sullka [E-3], “*Quando começamos, buscamos a Federación Campesina de Santa Cruz, mas eles não a nossa luta*”. Certamente, as organizações tradicionais e interlocutoras do campesinato boliviano, desde 1952, tem sido as federações camponesas que atuam na escala departamental e a Confederação, cuja presença é a escala nacional. Os representantes de cada *sub-comunidade* têm participado ativamente dos eventos sindicais. Porém, evidencia-se nos debates da *Federación* a importância de assuntos que tem a ver com os camponeses proprietários de terras como: o acesso às maquinarias e créditos para produção, o avanço do saneamento de terras, etc., ou seja, temáticas relacionadas à avaliação dos acordos assinados com o governo nacional depois dos bloqueios de estradas de 2001. O debate incluía a análise, os preparativos, a coordenação entre organizações para as mobilizações nacionais como a marcha pela lei da Assembleia Constituinte.

Mas, o grupo dos Sem Terra tinha interesses específicos na problemática da posse da terra, na reversão de terras que não tinham função social nem econômica para ser dotada. Também, exigia-se a não intervenção policial nos acampamentos e buscava-se impedir que o “saneamento de terras” de fazendeiros irregulares continuasse. Esses assuntos, de uns e outros, apontavam demandas divergentes às questões de interesse da *Federación*.

O Movimento Sem Terra da Bolívia (MST-Bo), de fato, já havia surgido no Sul de país, no Chaco do departamento de Tarija. Sabe-se que, em novembro de 2001, sete mortos foram o resultado da repressão dos grupos de choque ao movimento, em uma ocupação de terras. A esta ação de repressão se denominou *Massacre de Pananti* (MIRANDA, 2002, p. 5). O massacre foi denunciado como a primeira experiência de mortos na luta pela terra em mãos de jagunços. Em dezembro de 2001, o apoio de setores sociais e de entidades de direitos humanos pressionou o governo a convocar a *Cumbre de la Tierra*, cujo objetivo era debater os problemas estruturais da questão da

posse da terra. O MST-Bo foi a organização que canalizou melhor essas demandas. Entretanto, os grupos organizados em Sem Terras progressivamente se afastaram da *Federación* e decidiram se filiar ao MST-Bo.

A imagem que segue, retrata o cenário da ocupação de terras, em 2004, alguns dias depois da sua realização.

Imagem 1 – Amanhecer no acampamento do latifúndio Los Yuquises (Santa Cruz) ocupado pelo MST-Bo



Fonte: Registro de imagens, Alejandro Arispe, correspondente de www.indimedya.org, junho 2004.

Depois de estudar a fase inicial das ocupações, tarefa que realizamos neste momento, analisaremos como estão atualmente nossos sujeitos de pesquisa.

4.1.3 Sujeitos do conflito pela terra depois dos movimentos

Existem duas gerações de beneficiários, presentes nas atuais terras anteriormente ocupadas. Elas convivem, às vezes, confrontam suas visões, correlacionam suas forças. Há uma década e meia ocorreram os confrontos pela posse da terra. Alguns adolescentes nem presenciaram as invasões de terras.

Primeira geração de beneficiários – Trata-se de atores que participaram nas ocupações, politizados e interessados no desenvolvimento sustentável, na

produção ecológica comunitária concebida como “Mãe Terra”, a *Pachamama*⁴⁴, no similar sentido que dão ao conceito dos indígenas do ocidente. Ao invés de entender a terra como propriedade, como comércio e de exploração, acreditam na gestão horizontal da terra e no aproveitamento comunitário dos recursos naturais locais. Muitos deles tiveram que abandonar as terras que conquistaram, porque, as necessidades de subsistência do dia a dia os obrigaram a voltar às fazendas e/ou a se empregar nos trabalhos temporários. Voltaram ao lugar que ocupavam antes das ocupações, viver sem possuir a terra. É a geração que foi organizada e formada politicamente nas perspectivas programáticas afirmadas pelo MST-Bo que, por sua vez, teve cooperação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST-Br).

Segunda geração de beneficiários – Está formada por sujeitos que possuem terras nos antigos sindicatos da região. São donos de varejos, carros, casas nos povoados urbanos. Ex-sindicalistas, ou, inclusive membros de partidos políticos que governaram na época do conflito. Possuem virtudes em táticas de manipulação para a tomada de decisões nas assembleias das comunidades. Ingressaram aos assentamentos por meio de mecanismos diversos, por exemplo, substituição de obrigações de membros impossibilitados de continuar morando nos assentamentos, abandono de antigos membros por questões individuais⁴⁵. Eles formam uma geração mista. Caracterizam-se por não terem participado das ocupações de terras.

Restam ainda algumas questões a saber. Observamos que nosso sujeito de pesquisa é um ator que não possui as terras para sobreviver na eventualidade que é buscar um emprego. Mas falta saber, como conseguem investir tempo e recursos num contexto adverso de subsistência para lutar pela terra? Será que a tradição indígena do uso de “excedentes comunais” permite a eles, mesmo nas dificuldades econômicas (monetária), resistir vários dias nas ações coletivas? Como entender esta situação?

⁴⁴ *Pachamama* é termo da língua quéchua, significa a Mãe Terra.

⁴⁵ O INRA, até 2010, redistribuiu terras a 5.904 famílias numa superfície de 1.156.255 hectares. A maior parte delas, porém, está inabitada, seja por falta de assistência institucional para o uso ou por estratégias que os líderes dos assentamentos exercem (INRA, 2006, p. 25).

4.2 Outros atores envolvidos nos conflitos pela posse da terra

Além dos camponeses sem terras, há outros atores econômicos e político-sociais que devem ser reconhecidos e cuja relação com os sujeitos da pesquisa deve ser mais bem compreendida. Os atores econômicos surgem com a reconfiguração da agroindústria. Os atores político-sociais são tanto os setores de oposição ao governo e o MST, quanto aqueles que têm como foco a problemática agrária, gerada pelas ocupações de terras por parte dos sujeitos desta pesquisa.

Existe alguma mudança na composição social dos atores econômicos na agroindústria? Os conflitos pela posse da terra permitiram visibilizar mudanças na configuração do setor agroindustrial boliviano: os fazendeiros *cruceños* têm cedido protagonismo a outros atores que são empresários estrangeiros ligados ao agronegócio.

Por que se adota o conceito de agroindústria nesta pesquisa? Como compreender as tarefas da modernização no agronegócio de Santa Cruz? Há questões interligadas a saber: quem inicia, controla ou participa do processo de modernização regional? Talvez as respostas a estas perguntas possam ajudar a entender o que representa a agroindústria no local de pesquisa.

Segundo Feder, a agroindústria é “o conglomerado de agentes e atividades”, compostas pelas corporações multinacionais que operam desde os países industrializados. A agroindústria está dedicada diretamente à produção e/ou distribuição de produtos agrícolas. Inclui as corporações dedicadas à produção e distribuição dos insumos agrícolas associadas com capitais nacionais:

Corporações e firmas que subministram serviços, por exemplo, consultores jurídicos, relações públicas e propaganda, assessores técnicos e administrativos; instituições privadas de crédito, acadêmicas, bilaterais; organismos que ajudam à agroindústria (FEDER, 1978, p. 341. Tradução livre).

Como se vê, aquilo que significa o conceito de agroindústria desvirtua aqueles conceitos convencionais mais conhecidos, referidos só a: empresários agrícolas relacionados ao investimento na produção e na industrialização.

O conflito pela terra possibilitou se aproximar à complexa presença de um conglomerado de atores econômicos na zona. Anteriormente, o empresariado local se caracterizava pelo investimento no extrativismo do solo e da floresta. Em função desse

padrão de atividade, se incrementaram os investimentos na prestação de serviços: na comercialização, estocagem, serviços de transporte, segurança e controle, em sistemas de informática, etc. A *Corporación UNAGRO* é um exemplo do tipo de empresa boliviana organizada conforme esse padrão⁴⁶. Atualmente, as demandas de distribuição, comercialização, importação dos insumos do agronegócio se transformaram em processos cada vez mais complexos que é o que caracteriza o termo de conglomerado: são firmas associadas às principais transnacionais das corporações biotecnológicas com ênfase na produção de oleaginosas (FERREIRA, 2010, p. 57).

Conforme dados de exportação e importação do *Ministerio de Producción*, cabe citar, como exemplo, a presença na Bolívia das multinacionais *Archer Daniels Midland Company*⁴⁷ (ADM) e Cargill, desde o ano de 2004. Igualmente, há as empresas brasileiras mato-grossenses, Grupo Mônica e Companhia Marchett (BOLÍVIA, 2012).

Uma característica desses atores é o interesse pelo controle das representações institucionais locais do empresariado. As empresas têm buscado influenciar nas lideranças.

Os grupos de pressão que se organizam no oriente são uma questão que precisa ser estudada, pois as pesquisas sobre a região e a problemática da terra têm se limitado a estudos com destaque na renda econômico-financeira e nos volumes de exportação.

No entanto, a influência que as empresas transnacionais exercem sobre as instituições empresariais bolivianas, sobre as políticas agrárias e sua interlocução com o governo central ainda são uma problemática a ser analisada. Alguns dados já existentes nos permitem ter uma ideia desta pressão. Por exemplo, o papel mediador

⁴⁶ A Corporação UNAGRO tem as seguintes firmas filiadas: *Corporación Agroindustrial Amazonas*: desde 1990, dedica-se à colheita, transporte, beneficiado e exportação da castanha “Brazil nuts”. *Chané S.A.*: a principal atividade, cultivo da cana de açúcar e operações com maquinária pesada. *Jihussa S.A.*: dedicada à produção, estocagem e comercialização de grãos e a cria de gado. *Kholvy S.A.*: dedicada à distribuição, importação e representação de produtos de consumo massivo; distribui produtos a supermercados e mercados local e nacionalmente. *Macons Ltda*: dedicada à atividade madeireira. *Manutata S.A* e *Manutata SAC*: colheita, transporte, beneficiado (processo de quebrado, descascado, desidratado e empacotado), e exportação da castanha, na Amazônia. *Ingenio Azucarero “Roberto Barbery Paz*: dedicada desde 1977 à moenda de cana e obtenção de açúcar e álcool. *Samco S.A.*: trabalha em serviços avançados de monitoramento e controle eletrônico domiciliário, e empresarial e rastreamento veicular. *Upon Software S.A.*: Conhecido como UponSoft S.A., empresa especialista no desenvolvimento e comercialização de sistemas de informação para gestão contábil, administrativa e financeira. UNAGRO. *Nuestras empresas*. Santa Cruz, 2015. In: Disponível em: < <http://www.corp-unagro.com/>>. Acesso em: 2 abr. 2015.

⁴⁷ A ADM, Cargill, Louis Dreyfus Commodities (LDC), Bunge Limited, entre outras, fazem controle total do mercado mundial das oleaginosas, elas, estão associadas às empresas na região do Cone Sul.

do embaixador brasileiro Celso Amorim, no momento dos conflitos nacionais governo/cívicos do oriente boliviano (2008-2009), ou os reiterados encontros e diálogos Evo/Lula parecem dar elementos sobre a afirmação da presença brasileira no país.

O ocultamento do óleo que fizeram os empresários *cruceños*, em 2009, muito embora tenha gerado um problema de desabastecimento superado pelo desbloqueio dos empresários peruanos que acabaram dando uma opção ao governo, deixou claro para o governo que em Santa Cruz havia uma força econômica capaz de comprometer a oferta de produtos no país. Inicialmente houve falta de óleo, e logo em seguida de açúcar. Com isso, o governo optou por uma estratégia polêmica: tomou a decisão de se aproximar dos empresários brasileiros. Desse modo, e pela primeira vez desde sua fundação, a maior entidade de empresários produtores de oleaginosas, a *Asociación Nacional de Oleaginosas y Trigo* (ANAPO), até então dirigida pelos grupos de poder *cruceño*, ficou sob a liderança de um migrante indígena, que passou a ser o principal interlocutor dos novos atores, isto é, do empresariado agroindustrial brasileiro.

Os atores sociais e políticos, críticos às ocupações de terras e à problemática por elas gerada, têm tentado bloquear a agenda dos movimentos sem-terra. O *Comité Cívico pró-Santa Cruz* (CCpSC), entidade fundada em 1950, o *Movimiento Nación Camba de Liberação* (MNCL) formada em 2008, a *Unión Juvenil Cruceñista* (1957), e os *Comités de Defensa de la Tierra*, formados por ocasião das ocupações, são instâncias que organizaram grupos de pressão para impedir o acesso a posse das terras dos grupos de sem terras.

Os atores sociais afinados com a problemática agrária são as federações camponesas (FSUTC-SC), as de colonizadores (FSDTC-SC), os indígenas do oriente boliviano (CIDOB), a *Federación de Mujeres Campesinas* (FSDMC-SC), a *Central de Trabajadores Asalariados del Campo* (CDTAC) e *Central Obrera Departamental* (COD). Mesmo não tendo na sua agenda principal de reivindicações a questão da ocupação de terras, estas instâncias têm se tornado aliados do MST-bo.

Outras entidades tiveram um papel de mediação do diálogo em momentos de conflito. Foram elas: a *Asamblea Permanente de Derechos Humanos* (APDH) órgão dependente das Nações Unidas, a *Pastoral Social* (PASOC), ligada à igreja católica, a *Defensoria del Pueblo* (DP), órgão governamental com atribuições independentes do Estado, além de várias organizações não governamentais (ONGs).

4.3 Aproximações à teoria sobre o campesinato

Abordar as teorias sobre o camponês e o campesinato é um desafio maior, não é o propósito desta pesquisa. Porém, é necessário se aproximar dessas teorias, porque elas ajudarão a compreender o papel do campesinato nas suas diferentes dimensões culturais, políticas, econômicas, antropológicas e históricas do caso boliviano.

Consideraremos três temas centrais abordados pelos teóricos sobre o campesinato: 1) a natureza intrínseca, que inclui basicamente a dinâmica e estrutura interna, a família, economia, produção, etc.; 2) a inserção no sistema social maior, especialmente no que se refere a seus mecanismos de articulação e funcionalidade com a relação à sociedade; e 3) evolução e tendências.

No âmbito destas três temáticas, foram se alinhando correntes teóricas que se referem às formas camponesas e, entre elas, destacam-se duas posições: a *campesinista* e a *descampesinista*. Segundo Enrique Mayer (2016), do México irradiou-se um debate sobre se os camponeses eram na realidade proletários e não camponeses. Defendiam esta posição Roger Bartra e Hector Diaz Polanco, refutando os autores Arturo Warman e Gustavo Esteva, entre outros.

Os autores da perspectiva *campesinista* enfatizam a persistência destas formas sociais, apesar do desenvolvimento do sistema capitalista e suas possibilidades de fortalecimento como formas de produção familiar, principalmente na América Latina (REY, 1980, p. 9). Por outro lado, os autores aderentes à posição *descampesinista* constroem suas análises orientadas a processos de decomposição e desaparecimento das formas camponesas, seja via proletarização da maioria, via migração para as cidades, ou ainda pela conversão dos que ficam no campo nos *farmers* eficientes e integrados à economia nacional.

As duas correntes constituem posições teóricas divergentes, mas talvez não contrapostas na análise global da problemática camponesa. Qual delas, enfatiza as forças internas dos camponeses que lhes permitem sobreviver e se adaptar às condições impostas pelo sistema maior; enquanto a outra enfatiza as consequências que as estruturas e a dinâmica da sociedade maior produzem sobre a existência atual e futuro desses setores sociais.

Na América Latina, no decênio de 1970 e 1980, desenvolvem-se duas grandes correntes importantes dentro da posição *campesinista*: a *chayanovista*, que

destaca os camponeses como pertencentes a um modo de produção específico (CARVALHO, 2014); e a do materialismo histórico, que destaca a superioridade da unidade familiar nos processos agrícolas (MAYER, 2016).

Alexander Chayanov, autor russo, pegou como base a problemática camponesa gerada pelos processos revolucionários da Rússia. Segundo ele, a aplicação dos conceitos gerais da Economia Política clássica para a compreensão do modo de produção capitalista à agricultura camponesa é impossível. Nesse sentido, o autor propõe a necessidade de desenvolver teorias particulares para os casos das formas camponesas, porque elas constituem formas de produção não capitalistas, onde não existe ganância, salário ou renda. Propõe ainda a noção da “economia camponesa”, sustentada em “unidades econômicas familiares não assalariadas”, conduzidas por uma racionalidade econômica própria destas explorações agrícolas. Nessa direção, Eduardo Archetti diz que: o mérito de Chayanov está por ter descoberto as leis que regulam a estrutura interna da economia camponesa, diferenciando-a do modo de produção capitalista. (CARVALHO, 2014, p. 20).

Simultaneamente, a perspectiva de Chayanov foi questionada por ter colocado as formas camponesas como secundárias e subordinadas, de forma que, não podem ser analisadas discriminadas de sua articulação com o modo de produção dominante, ou seja, de sua localização dentro da sociedade e de suas relações com os setores sociais dominantes. Por exemplo, o camponês indígena boliviano, na região da pesquisa, está envolvido com formas combinadas entre não capitalistas e capitalistas do agronegócio.

De fato, mesmo ter sido questionado, o conceito de “economia camponesa” desenvolvido por Chayanov foi amplamente utilizado para compreender teoricamente estas formas sociais rurais de AL. No Peru, teve boa receptividade com os pesquisadores que discordavam da perspectiva do marxismo predominante. Os críticos do *chayanovismo* consideraram que o conceito “economia campesina” trata de um modelo somente econômico, insuficiente para esclarecer as origens, a crise e o destino de uma sociedade e conseqüentemente não pode ser aplicado para o estudo dos problemas do terceiro mundo. Ainda na visão dos críticos desta corrente, a população rural na América Latina não se articulou com uma economia industrializada a ponto de ter a capacidade de desarticular por completo do campesinato, tampouco o campesinato isolou-se da economia predominante capitalista. Portanto, a perspectiva originada por Chayanov talvez seja mais útil para ver um modo de vida camponês e

não um modo de produção camponês nem uma economia camponesa. Veremos mais adiante a composição da unidade familiar camponesa.

4.3.1 *Ser camponês, colonizador, pequeno produtor, sendo indígena*

Os pesquisadores mexicanos fizeram uma importante contribuição para o estudo da questão do campesinato e questão e tiveram impacto especialmente na Bolívia. O aporte mexicano resgata a complexa articulação das economias camponesas com a capitalista, além disso, indica como as formas indígenas se articulam ao capitalismo. Por exemplo, como trata Armando Bartra (2008, p. 11): pela particularidade da América Latina, os tão denominados camponeses não nascem camponeses, mas se fazem camponeses. O termo camponês designa uma *forma de produzir*, uma *sociabilidade*, uma cultura, sobretudo, é jogador de ligas superiores, porque ganhou com sua força um lugar na história. São camponeses porque *escolheram ser*.

No caso boliviano, aqueles chamados pelo Estado camponeses, na segunda metade do século XX, eram indígenas migrantes em terras tropicais. Após a reforma agrária, definiam-se como *colonizadores*, porque foram definidos assim. Atualmente, definem-se como *sem terras*, às vezes se definem como *indígenas*, como motivo de orgulho. Por outro lado, estes mesmos atores foram estigmatizados como forasteiros, *collas*⁴⁸, denominação interpretada como sinônimo de rudeza, de invasor, embora, os chamados *collas*, nos últimos dez anos usam como afirmação do *ser* indígena, ressaltando a questão de orgulho.

No período entre 1960 e 1990, houve uma forte tendência institucional dos Planos de Desenvolvimento Públicos, favorecendo a grande propriedade agrícola, orientada à tendência econômica, mas não à afirmação de identidades. Nessa época, aqueles pequenos agricultores colonizadores indígenas migrantes se definiam como *Pequeños Productores Agropecuarios*, diferenciando-se da *Empresa Agrícola* pela quantidade de terras possuídas. Foi até desagradável, para eles, era então desagradável serem denominados como camponeses e, ainda pior, indígenas. Porém, tratava-se dos mesmos sujeitos. A condição de ser Pequeno Produtor faz referência a uma *escala*. Conforme esta perspectiva, os proprietários cujas terras tivessem, na regularização

⁴⁸ O denominativo *colla* vem dos povos andinos pré-coloniais. Na contemporaneidade, os *cruceños* utilizam o termo com estigma para se referir aos migrantes do altiplano.

fundiária, uma extensão superior a 50 hectares, autodenominavam-se *Medianos Productores*.

Os setores latifundiários e alguns grupos sociais do oriente boliviano, contrários à imigração dos andinos, foram reticentes à acolhida aos chamados colonizadores. Por isto, os colonizadores, criam e adotam dois mecanismos de busca de inclusão:

- *Simbolismos locais*, sotaques, reforçam o ser *cruceño*. Na fala, incorporam fonemas linguísticos do oriente, mas com dificuldades por serem da matriz linguística *quéchua* e *aymara*. Por exemplo, os *cruceños* dizem *documento*, os migrantes dizem *ducumento*.
- *A posse da terra*, que se transformou em sinônimo de posse da cidadania e inclusão. O professor emérito Sedi Hirano (1996, p. 211) escreveu: “a cidadania do camponês é a sua terra e o seu mundo imaginário enlaçado pela tradição, e aquela é paulatinamente dissolvida no campo pela penetração do capitalismo”. A afirmação do autor tem pertinência para o caso boliviano porque, assim como no contexto brasileiro, o imigrante andino encontra na posse da terra a ponte que lhe permite possibilidades, por exemplo, ocupar cargos públicos, ser nomeado representante nas instituições locais, ter a autoestima elevada, vislumbrar novos horizontes de vida e alcançar o reconhecimento social.

Segundo Hirano, o camponês que não possui terra sofre um processo de marginalização e exclusão em relação à sociedade nacional, tornando-se um cidadão de segunda classe, fermento potencial de revolução e revolta (HIRANO, 1996). Já Octavio Ianni defende que o camponês, na América Latina, aparece como tutelado e subordinado às estruturas públicas e privadas do poder.

Simultaneamente à perspectiva examinada pelos autores brasileiros Hirano e Ianni; em 1993, o indiano Partha Chatterjee escreveu *The National and Its Peasants* (A Nação e Seus Camponeses). Ele afirma que, nas sociedades agrárias do oriente colonial:

Os camponeses se transformaram, de fato, em depositários de todos aqueles pressupostos culturais que diziam que essas sociedades eram incapazes do autogoverno moderno e, portanto, justificavam o autoritarismo paternalista do governo colonial ocidental. Na Índia, a mentalidade colonial pensava nos camponeses como seres simples, ignorantes, explorados por fazendeiros, comerciantes e prestamistas, respeitosos da autoridade, gratos aos que estão no poder pelo cuidado e proteção com que lhes brindam (CHATTERJEE, 1997, p. 196).

Tanto no ocidente quanto no oriente, os integrantes das sociedades rurais foram considerados “cidadãos de segunda classe”, até chamados de colonizadores, na Bolívia. Colonizadores do quê? Colonizando o quê?

4.3.2 Ser colonizador sendo indígena em terras tropicais

Segundo a socióloga boliviana Silvia Rivera Cusicanqui (E-23), na Bolívia se concebe de forma errada a noção de colonizador. O indígena camponês do altiplano, do ocidente, e que migrou às terras baixas, recebeu essa denominação de cima para baixo como promotor da modernidade numa região “sem modernidade”. A floresta da bacia amazônica é idealizada pelo Estado boliviano e pelas perspectivas desenvolvimentistas da época como territórios vazios e sem população. Por essa situação, os migrantes conduzidos para receber terras recebem também o denominativo peculiar de colonizadores.

Partindo do ponto de vista de Rivera Cusicanqui, pode-se deduzir que, se existe um colonizador, é porque existe um colonizado, lembrando questões estudadas pelo martinicano Frantz Fanon e o tunisiano/francês Albert Memmi. Em nosso caso, os colonizados seriam os *cruceños* e indígenas naturais do oriente. Sabe-se que toda colonização tem uma resistência, por exemplo, o fato dos grupos sociais locais fazerem subgrupos contrários à presença dos colonizadores camponeses.

4.4 Composição da economia da unidade familiar no Norte de Santa Cruz

A família, unidade de produção dos camponeses indígenas no oriente boliviano *cruceño*, baseados nas atividades cotidianas dos membros da unidade familiar observadas no trabalho de campo, pelas condições descritas neste trabalho, não produz primordialmente para acumular. O acúmulo até pode ser um objetivo, no entanto, o camponês indígena produz em função das necessidades do consumo familiar. Nesse sentido, podemos concluir que a força de trabalho da unidade familiar não depende apenas do trabalho do chefe de família, mas inclui os membros, isto é, o volume da atividade econômica familiar combinada com atividades na agricultura, no comércio e outros.

Como exemplo: Dionício Mechaca, um migrante quéchua da região dos vales da Bolívia, é o chefe (*esposo*) da família. Ele, em dias e épocas em que a chuva impede lavouras na agricultura, trabalha de ajudante diarista dos pedreiros na pequena atividade de empreiteiros da construção local do povoado de San Pedro. Em outros dias trabalha cortando grama, chamado “*rozado*”, para os vizinhos, denominado, *pega* (trampo). A esposa vai a lugares em que há trânsito de pessoas, como ruas, praças e pontos de parada de transporte público, para vender comidas, salgados, empanadas e sucos naturais. Ela, em outros horários, junto com seus filhos adolescentes, traslada-se de um a cinco quilômetros a pé para apanhar produtos que sobraram da retirada feita pelas máquinas colheitadeiras nas médias e grandes propriedades ao redor. Esses produtos (milho, batatas e outros) substituem aqueles que deveriam ser comprados no mercado. Os dois filhos adolescentes de Mechaca, em idade escolar, também trabalham apoiando a mãe - eles oferecem os produtos para os passageiros e motoristas que ingressam nos povoados da área e nas fazendas do agronegócio.

A atividade feminina é em alguns casos até mais “estável” que o trabalho temporário dos homens. Trata-se de atividades complementares, relacionadas a auxiliar nas necessidades do consumo doméstico. Podemos dizer que o mercado capitalista impõe condições às famílias, de forma que obriga os membros a se “autoexplorarem”, porque são seus próprios patrões. A família Mechaca depende da participação do total dos membros da unidade familiar.

4.5 Falsa construção boliviana de Nação e povo

Na Bolívia, até mesmo as lideranças indígenas se consideram satisfeitas pelos grandes avanços de inclusão na Constituição atual, porque ela foi produto de um protagonismo indígena tanto antes, quanto durante os debates da Assembleia Constituinte, desenvolvida entre 2006 e 2008. Neste trabalho, foi exposta a incorporação constitucional e política do caráter *multi* e *pluriculturalista* na década de 1990, considerando-se como avanços da época, embora com significativas contradições. Porém, a atual Constituição do Estado Plurinacional reconhece e garante aos povos indígenas e às nações indígenas a livre determinação, concede direito a autonomias, autogoverno, reconhece instituições e entidades territoriais (BOLÍVIA, 2009, Art. 2).

No entanto, nosso entrevistado, o sociólogo boliviano e ex-ministro de *Asuntos Campesinos e Indígenas* Ricardo Calla (E-24), colocou uma questão fundamental, útil para ampliar nossa compreensão sobre a incorporação do conceito nação nas últimas mudanças constitucionais. Segundo ele, qual nação indígena? Quais povos indígenas? Na Bolívia não existem nações, nem povos, afirma. O que existem na Bolívia são os *Ayllus, Suyus, Markas, Tentas, Capitánias*, mas não nações. Estas formas milenares de organização política, econômica, territorial, cultural, histórica, foram ignoradas desde a fundação do estado boliviano, em 1825. Por isso vimos como necessário ampliar algumas explicações.

Um ano após a fundação da nova República, é aprovada na Bolívia a primeira Constituição, em 1826. Desde aquele momento houve reformas constitucionais, tanto parciais, quanto totais, por mais de 12 vezes (TRIGO, 2003, p. 34). Houve até as autoproclamadas Assembleias Constituintes, conformadas por seletos grupos⁴⁹ de elites urbanas. Analisou-se a presença literal de noções, em nosso critério, importantes, nos textos constitucionais. Foram escolhidas noções relacionadas com o mundo rural, porque a Bolívia foi um país rural com população maioritariamente indígena (ver gráfico 9).

Optou-se pelos termos: *agrario*, seja para perceber como atividade econômica dos fazendeiros, seja pela atividade da servidão indígena; *Ayllu*, porque atualmente é ainda a organização territorial política e econômica fundamental das comunidades nativas do altiplano; *aymara* e *quechua*, por serem as línguas mais faladas no país; *campesino*, *comunidad* e *indígenas*, seja para constatar como sujeitos de direitos, seja como objetos de obrigações com o Estado; e, a *tierra*, para saber a razão do seu domínio, ou seja, de quem é, e para quem está destinada a terra, vital recurso para o mundo rural.

Por sua vez, a noção de *nación*, sem dúvida, é importante pela configuração do país com conflitos de identidade e de nação boliviana inconclusa que se tem até nossos dias. As citações desses termos nas constituições bolivianas constam no seguinte quadro:

⁴⁹ Na cidade capital do país, Sucre, em 6 de novembro de 1826, 41 deputados assinaram a primeira Constituição boliviana. Na representação, o número maior de deputados foi do eixo *altiplánico*; somente cinco deputados eram do eixo oriental amazônico, o departamento de Santa Cruz. (TRIGO, 2003)

Quadro 10 – Constituições bolivianas que ignoram o mundo rural indígena desde o século XIX

	1826	1831	1839	1843	1851	1861	1880	1938	1947	1961	1967	1994	2009
<i>Agrario</i>	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+
<i>Ayllu</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Aymara</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+
<i>Campesino</i>	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+
<i>Comunidad</i>	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+
<i>Indígena</i>	-	-	-	-	-	-	-	+	+	-	-	+	+
<i>Indio</i> *	-	-	-	-	-	-	-	+	-	-	-	-	-
<i>Nación</i>	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
<i>Quechua</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	+
<i>Tierra</i>	-	-	-	-	-	-	-	+	+	+	+	+	+

Fonte: Elaboração do autor a partir de (TRIGO, 2003).

* Foram analisados, por sua vez, por nativos, naturais, selvagens. Os textos constitucionais, também ignoram esses conceitos. O campo achou-se associado a campo de batalha e não a ruralidade.

No quadro acima se evidencia, nos textos constitucionais durante o século XIX, uma ausência nominal das noções *agrário*, *ayllu*, *aymara*, *campesino*, *comunidad*, *indígena*, *índio*, *nación*, *quéchua*, *tierra*. Somente a partir de 1947 a constituição inclui o termo *agrário*, *campesino*, *comunidad*, *indígena* e *tierra*. Naquela época foi o governo de German Busch (1937-1939) quem promoveu mudanças em favor dos direitos da maior população rural, conseguiu se atrair do apoio popular que lhe era necessário: as classes baixas, os ativistas operários, os ex soldados da Guerra do Chaco e os professores das escolas rurais (WHITEHEAD, 2012, p. 117).

Três anos depois, é o presidente Gualberto Villarroel (1943-1946) aprofunda as transformações iniciadas por Busch, ele foi o promotor da eliminação da servidão indígenas e da inclusão dos direitos na normativa boliviana. No entanto, como afirma Calla, nem *Suyo*, *Ayllu*, *Markas*, *Capitania* e *Tenta* aparecem incluídos. Já a atual Constituição, pelo contrário, considera estes atores como povos, nações baseadas a partir da linguagem, o que apaga o mosaico da diversidade e identidades locais. Isto é algo semelhante ao conceito de nação proposto por Anthony D. Smith: o cívico ou territorial, que trata as nações como unidades de população que habitam um território demarcado (ANNINO; GUERRA, 2003, p. 289). A partir de unidades territoriais demarcadas conhecidas como “territórios indígenas”, consolidaram-se desde a década de 1990 a ideia de transformar os *Ayllus Suyus*, *Marcas*, *Tentas* e *Capitanias* em meros direitos territoriais circunscritos na normativa da OIT. Segundo Calla, foi o maior

momento de dissolução feito pelo Estado boliviano (E-24). Indo nessa direção, certamente o país criado em 1825 ignorava a organização do *Ayllu*, mas, na última década do século XX, o Estado inclui afirmações indígenas nas políticas públicas dissolvendo-as com nomenclaturas eurocêntricas, povo, nação. Por exemplo, um quéchua do *Ayllu Jatun Tulla Chichas*, deve se autoidentificar com vestuário ocidental, como pertencente de uma nação, de um povo, colocado para um canto sua pertença real, o *ser* membro de um *Ayllu*. Em conclusão, é apenas um reducionismo linguístico, segundo Calla.

Ocorre algo diferente à ideia de “nação boliviana”, porque desde a criação do país se dá ênfase à ideia da nação única. O século XIX foi a invenção generalizada da nação na Europa, além disso, sua reprodução na América Latina. Naquele momento, a questão era a construção da nação: boliviana, peruana, argentina, etc. Qual nação? Quem constitui a nação? Desde quando se tem a nação? Sabe-se que conceituar a nação é muito mais difícil que conceituar o Estado. Talvez seja por um motivo: a nação por essência é intangível, enquanto o Estado é uma série de instituições mais palpáveis.

5 OCUPAÇÃO E CONSTRUÇÃO DOS ORIENTES

5.1 Ocupação tradicional das terras sem conflito

Em 2014, um migrante indígena disse: “A princípio dos anos 1990, ainda havia amplas florestas sem donos. Os fazendeiros desmatavam e ficavam donos das melhores terras aptas ao cultivo”. Lembrava-se ainda, na época, que a instituição governamental agrária estava sob sindicância. O *modus operandi* tradicional dos fazendeiros, em geral, tem sido primeiro desmatar, depois solicitar a regularização fundiária da terra. “Nós não podíamos apropriar-nos da terra, porque eles (*cruceños*) diziam que somos migrantes”, responde um *ex-ocupante* de terras (E-12).

Há décadas, os fazendeiros optaram tanto pela ocupação das terras fiscais quanto pela compra daquelas localizadas em áreas de vegetação descartada pelos migrantes. Tratavam-se das áreas altas, preferidas pelos fazendeiros por estarem cobertas com vegetação nativa, *caña flecha*, chamada “*chuchiu*⁵⁰”, com altura média de 4 m. Aquela vegetação era densa, com raiz tecida, fina e dura, manualmente impossível de ser desmatada. Atualmente, as propriedades físicas, químicas e biológicas do solo, pela intensificação produtiva do agronegócio, estão sob risco, por causa do desmatamento e das técnicas aplicadas, como os métodos de rotação, de sementeira direta, de controle integrado de pragas, entre outros. Sabe-se do investimento de empresas ligadas a capitais americanos, brasileiros, colombianos e argentinos (BALLERSTAEDT, 2008).

Ao contrário, os migrantes, também chamados colonos por serem beneficiários das políticas de colonização, optaram pelas terras próximas aos rios, com árvores altas, úmidas, aptas para o cultivo do arroz, principal sustento familiar. O colono prefere a floresta com menor densidade porque é possível desmatá-la em pequenos espaços de perímetro, 25m x 25m de forma manual, usando facão e machado. Ali, o colono produz arroz, amendoim, mandioca e milho. O desmatamento para cultivo é conhecido como *chaqueado*, tarefa depois da qual, queimam-se as

⁵⁰ Erva gramínea ereta, cujos talos retos e verticais crescem até 4 ou 5 m, conhecida como na região como “*caña flecha*”, no nome científico a *Gynerium sagittatum*. São plantas que, como ocorre em outros países, na Bolívia estão ameaçadas. A biodiversidade genética tem sido vítima da destruição do habitat devido à atividade do gado e agrícola. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0568-25172009000100008&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 17 mar. 2015.

árvores para semear com plantadeiras⁵¹ manuais. Talvez, por causa disso, da acessibilidade manual, os colonos consideram vantajoso o tipo de terras e árvores. Porém, em épocas de chuva, percebem que a localização desvantajosa das terras, que facilmente se inundam, torna impossível o deslocamento dos camponeses às cidades e vice-versa.

A despeito desses problemas, estas são algumas das formas tradicionais de ocupar as terras do oriente sem conflitos e os métodos manuais dos indígenas bolivianos têm contribuído no decorrer dos anos para permitir o avanço das fronteiras agrícolas no oriente sem impactos no meio ambiente. São formas que precedem as intervenções das maquinarias. Somente depois de passarem vários anos com estas formas de uso das terras e depois da regularização fundiária, quando possível, os agricultores – poucos deles – conseguem ter condições econômicas para aplicar a mecanização, com tecnologia. Estes processos também precedem o uso das terras no agronegócio.

Neste item, gostaríamos de caracterizar o sujeito central do nosso trabalho: Qual é a característica deste camponês indígena, no oriente boliviano?

5.1.1 Colonização de terras antes e depois da reforma agrária

Aquela forma de traspasse da posse da terra de uma classe, grupo ou do Estado para outros grupos sociais e classes já se fizeram desde a metade do século XIX. Esse traspasse foi pensado com ênfase para imigrantes europeus. O jurista boliviano Humberto Delgado, em 1928, fez uma coletânea da legislação existente tanto do último quarto do século XIX, quanto do primeiro quarto do século XX. A partir dessa coletânea, pode-se perceber a existência de uma importante institucionalidade e legislação que promoveu a posse das terras destinada para imigrantes estrangeiros. A legislação daquela época definiu conceitos como:

Tierras Baldías, Concesiones gomeras, Delegaciones Nacionales, Colonización, Misiones, Centros Coloniales, Inmigración, Concesiones

⁵¹ Depois do desmato manual e da queima dos galhos das árvores, eles ficam com troncos de até 0,80 metros à flor de terra, mas as raízes ficam intatas. Sem precisar ser aradas, acima das cinzas, os camponeses semeiam com plantadeiras manuais, uma ferramenta com dois cabos de madeira, regulador de grãos que com o impacto no solo, permite a queda dos grãos que estão dentro de um recipiente da plantadeira. É ferramenta para plantio tradicional em pequena escala. Com as plantadeiras são semeados milho, soja, feijão, sorgo, girassol, amendoim, pipoca, arroz, entre outros produtos, a exceção das hortaliças.

Especiales, Premios, Navegación, Impuestos, Consolidaciones, etc.
(DELGADO, 1928).

Segundo a legislação boliviana de 1905, as terras baldias, localizadas na maior parte na Amazônia boliviana, podiam ser compradas por estrangeiros e nacionais, cada hectare a dez centavos da moeda boliviana até um máximo de 20 mil hectares, incluindo árvores e vegetais (DELGADO, 1928, p. 1). As oportunidades para a posse da terra foram oferecidas nas *Delegaciones Nacionales*, na Europa. Até a metade do século XX, a essa forma de promoção do Estado à posse foi conhecido como a colonização do oriente boliviano, ou seja, na região de terras baixas, bacia amazônica.

A colonização está associada à ideia de desenvolver um plano que forneça o povoamento da república, mediante uma ativa propaganda nos países onde se julgue pertinente a corrente imigratória (DELGADO, 1928, p.82). Um decreto do presidente Ismael Montes, em 1905, estabelece, por exemplo, oito zonas reservadas para colonização colocadas em oferta:

Quadro 11 – Superfícies de terras baldias na bacia amazônica destinadas para processos de colonização, legislação, 1905

Zonas	Departamento	Hectares
A	La Paz	1.725.000
B	La Paz	1.450.000
C	Beni	1.255.000
D	Santa Cruz	1.700.000
E	Cochabamba	1.850.000
F	Santa Cruz	9.280.000
G	Chuquisaca	6.775.000
H	Tarija	3.025.000
Total		27.060.000

Fonte: Elaboração do autor conforme informação do *Decreto Supremo*, abril de 1905 (DELGADO, 1928, p.82-83)

Como pode ser conferido, mais de 27 milhões de hectares de terras baldias das regiões tropicais foram oferecidos para processos de colonização.

Mesmo que tenha existido uma forte promoção das terras baldias com destino à colonização pelas entidades públicas bolivianas até a metade do século, a partir dos dados de população nos orientes podemos evidenciar a reduzida densidade populacional - ver: crescimento demográfico da população. Com esse dado se corroborou que houve um leve crescimento no oriente. Foi na segunda metade do

século XX, que passaram a existir promoções de terras orientadas para camponeses de acordo com os alinhamentos da reforma agrária.

5.1.2 Políticas de colonização depois da reforma agrária

No âmbito dos três tipos de explicações sobre a reforma agrária, a produção descritiva feita pelas instituições oficiais encarregadas de executar os programas de reforma agrária, neste caso o *Instituto Nacional de Colonización* (INC), será importante conhecer um caso, um processo, que poderá servir para o exame do caso boliviano, concretamente o departamento de Santa Cruz, local de pesquisa.

Segundo os informes oficiais do INC, em 1970, colonização é entendida como: processo de deslocamento humano das áreas mais densamente povoadas a aquelas com menor pressão demográfica (INC, 1970, p. 1). O deslocamento foi projetado com a criação de novas unidades agrícolas, ou seja, as Áreas de Colonização. Em cada área foram organizadas de 10 a 15 comunidades, chamadas de colônias. Os objetivos dessa colonização foram dois:

Melhorar o nível de vida dos camponeses das áreas minifundiárias e os desempregados dos centros urbanos; e incrementar o ingresso nacional por meio da substituição de importações e diversificação das exportações, estimulando a iniciativa privada e a atividade empresarial. (INC, 1970, p. 2).

Como se apontou, a colonização não só foi desenhada para integrar à modernidade e à economia as terras afastadas do eixo econômico, consideradas “atrasadas”, mas também foi desenhada para “o incremento das superfícies de cultivo agrícola, incremento do produto nacional e o ingresso per capita do camponês”.

Se as experiências de aplicação de políticas de colonização, ou seja, a ocupação por grupos e/ou classes de terras consideradas pelo Estado boliviano como baldias é conhecida como a colonização, esse tipo de fato remonta à época colonial⁵². Ela foi simultaneamente acompanhada dos processos migratórios espontâneos. Mesmo a existência de políticas estatais desde a último quarto do século XIX, elas começaram em 1920.

⁵² Assim como os grupos de espanhóis *encomenderos*, os missioneiros (missionários?) da igreja católica que trataram de reduzir (aglutinar) os indígenas, ocupando seus territórios, segundo eles, para a conversão ao catolicismo e educação cristã. Uma das missões franciscanas mais importantes foi a de Santa Ana de *Mosetenes* (departamento de Beni), fundada no ano 1815. (INC, 1970, p. 2). Segundo o INC, estas formas de ocupação dos territórios foram também colonizações.

A partir de 1954, um ano após o lançamento da Lei de Reforma Agrária, se realizam experiências de deslocamentos promovidos, tanto por organismos internacionais, quanto por nacionais no propósito de ordenar e/ou organizar o processo de colonização. Dessa forma surgiram os programas de migrações internas financiadas por dois organismos. A *Corporación Boliviana de Fomento* (CBF) financiou três áreas de colonização: Chané, Huaytú e Cuatro Ojitos. A *Acción Andina de Naciones Unidas* financiou uma única área, Cotoca. As quatro áreas de colonização estão localizadas no departamento de Santa Cruz.

Em julho de 1961, foi lançado o chamado *Plan de Desarrollo Económico-Social* para o decênio 1962-1971. Esse meritório trabalho é, sem dúvida, o maior esforço feito na Bolívia. Segundo Zavaleta (2011, p. 61) porque se orientou construir uma economia planejada e científica. Como parte de um conjunto de programas do Plano, em 1963, se dá começo com o projeto “*Reasentamiento de Campesinos*” com financiamento do *Banco Interamericano de Desarrollo* (BID), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a *Corporación Boliviana de Fomento* (CBF), em representação do governo boliviano.

Existiram duas formas bolivianas de colonização: espontâneas e orientadas ou planejadas.

5.1.3 *Colonizações espontâneas*

Certamente, as primeiras migrações do altiplano e vales bolivianos em direção a regiões tropicais, principalmente ao departamento de Santa Cruz, foram voluntárias. Provavelmente, os deslocamentos se realizaram mais por situações econômicas precárias nos lugares de origem dos migrantes do que por interesse pelos incentivos realizados nas zonas potenciais de colonização. Por exemplo, os incentivos mais visíveis tratavam da abertura de estradas de ingresso às terras objetos de oferta governamental.

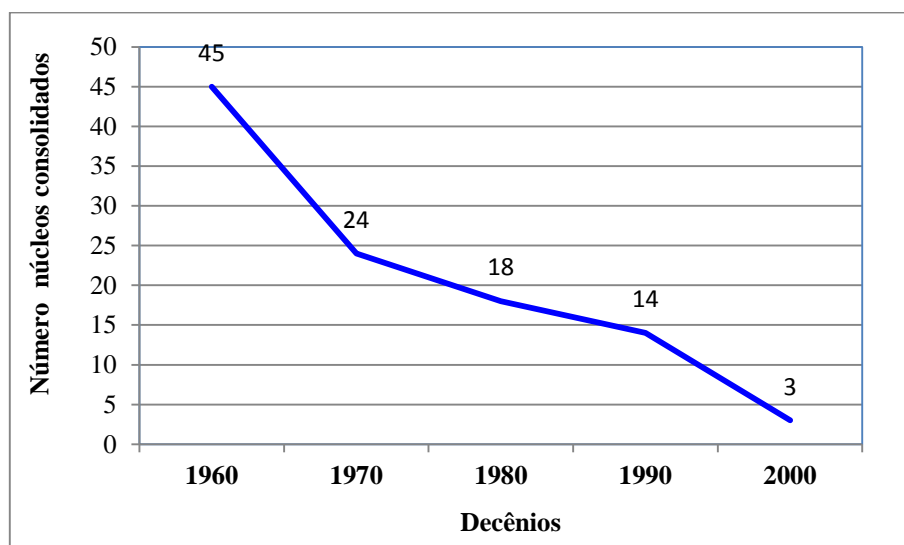
Naquela época, os deslocamentos (migrantes) e os assentamentos (acampamentos) são desorganizados. Os colonos não recebem nenhuma ajuda nem orientação. Essa forma de estabelecimento de famílias em acampamentos foi chamada “colonização espontânea”. Mesmo que o INC tenha tido um *Centro de Control de Colonos Espontáneos* (CCCE) destinado exclusivamente para monitorar o avanço da formação das colônias espontâneas, não foi freado nem tomado controle do avanço

irregular. Nesse sentido, teve, mediante o CCCE se apoiaram às ocupações espontâneas de forma reduzida na década de 1970 (INC, 1970, p. 12).

A partir do registro das organizações camponesas e dos planos municipais, na região da pesquisa evidencia-se que foram as colonizações espontâneas as que consolidaram mais comunidades camponesas, em relação às colonizações planejadas.

No gráfico seguinte, pode-se observar um exemplo: de 104 colônias ou comunidades ocupadas de forma espontânea no município de San Pedro, 45 correspondem à década de 1960, ou seja, quase metade do total no decorrer de 50 anos. Segundo a projeção do gráfico, na primeira década do século XXI é o período em que menos ocupações aconteceram. Esta diferença assimétrica é uma das explicações para a explosão dos conflitos pela terra. Eis o gráfico seguinte:

Gráfico 10 – Número de colônias ou sindicatos consolidados com terras por decênio no Município de San Pedro

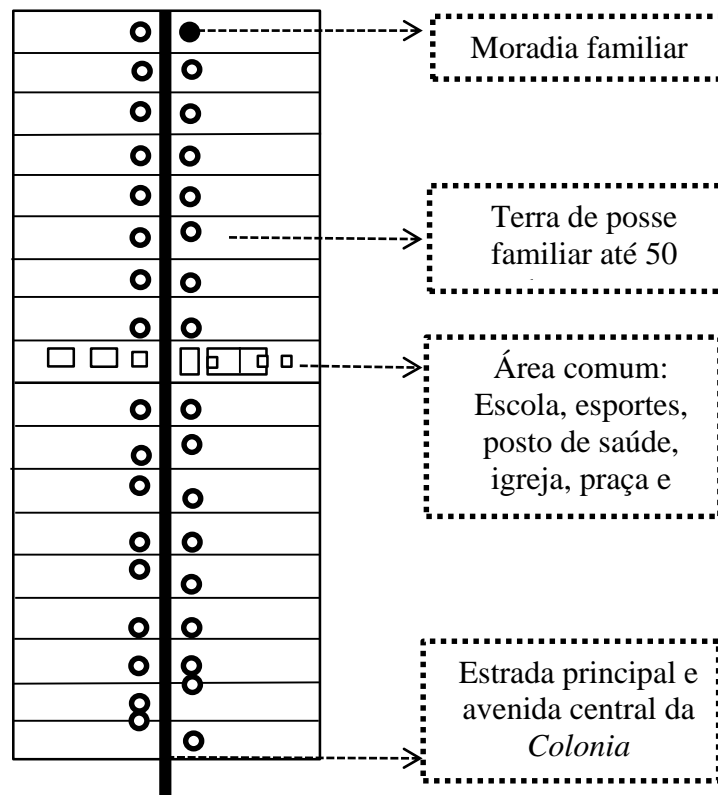


Fonte: Elaboração do autor

5.2 Organização cartográfica das colonizações espontâneas

A partir de uma metafórica vista aérea da organização cartográfica das colônias espontâneas, chamadas pelos camponeses de “modelo pente”, pode-se observar a distribuição das terras individuais tal como estão no gráfico que segue:

Figura 1 – Organização cartográfica de uma colônia baseada no modelo de colonização espontânea, não planejada, “Modelo Pente”



Fonte: Elaboração do autor a partir das entrevistas e observação de campo

Foi chamado “modelo pente” porque atravessa pelo meio uma estrada; nas laterais se encontram as parcelas individuais. A estrada, conforme vai se consolidando o assentamento, transforma-se na avenida principal e estrada central, por sua vez.

Como é desenhado ou configurado o “modelo pente” pelos ocupantes? Em geral, após 2 a 3 dias da ocupação, formam-se comissões de trabalho para a abertura da trilha central a olho, sem apoio de aparelhos topográficos. Enquanto os membros ocupantes despejam a floresta manualmente formando uma trilha de três a cinco metros, um grupo reduzido, chamado “*jaladores*”, enfiam postes finos, retos e afilados. Essa é a base empírica da formação do “modelo pente”.

Progressivamente, baseados por esse delineamento, são contratados os serviços de topógrafos conforme seja necessária a medição de perímetros e superfícies. A trilha central, com o passar das décadas vira, em alguns casos, a avenida mais frequentada de *lujosa* (“luxuosa”) dos povoados urbanos.

Na metade do espaço territorial ocupado, é delimitada a área comum. Nela se constroem a escola, centro de saúde, praça e outras infraestruturas de caráter social da comunidade.

Com esta mesma forma de organização e distribuição cartográfica, nas áreas seguintes se organizam as novas ocupações. Assim é formada a rede de estradas rurais da região. Atualmente, essas redes são produtos daquele sistema de organização de ocupações, não são resultado do planejamento oficial dos órgãos do *Ministerio de Planificación* nem da *Administradora Boliviana de Carreteras* (ABC).

O direito de propriedade é individual, ou seja, devem ter menos de 50 hectares para serem consideradas conforme os parâmetros da pequena propriedade. Caso a propriedade seja superior, mesmo que por um metro quadrado - isto verificado no processo de regularização fundiária -, é submetida para ser considerada como *mediana propiedad*.

5.2.1 Colonizações orientadas ou planejadas

O sujeito dos processos da colonização boliviana foi coletivo: o sindicato agrário. A conformação dos Sindicatos beneficiários à colonização foi promovida e organizada pelas equipes técnicas do Instituto Nacional de Colonização (INC) nas regiões *altiplánicas*. Devia compor um mínimo de 25 “capacitados”, de camponeses sem terra: chefes de família ou jovens homens dispostos a mudar de local de residência. A CBF, através da Divisão de Colonização, formou um Departamento de Sociologia⁵³. Os técnicos desse departamento realizaram o trabalho de promoção nas áreas rurais dos povoados do altiplano e dos vales. Ofereciam aos interessados o financiamento de transporte e viáticos para o deslocamento, esse valor se carregava como empréstimo do plano. A CBF fez um investimento de 4.500 dólares por unidade familiar (NELSON, 1978, p. 2). A equipe do departamento de sociologia não apenas se encarregou de programar a promoção de cada ano e para cada zona, mas também de dirigir a propaganda e publicidade nos jornais, rádios, cartazes, apostilas, fotografias e outros meios. Porém, posteriormente mudou-se de estratégia: foram os líderes naturais e *colonos* antigos os encarregados diretos da difusão dos processos de colonização em comunidades indígenas dos Andes.

⁵³ Depois substituído pelo *Departamento de Promoción de Migraciones y Servicio Social*.

Segundo os informes oficiais do INC (1970, p. 2), os primeiros sujeitos da oferta ao benefício da colonização de terras, pouco depois de 1953, ano da reforma agrária, foram os reservistas do exército, com preferência para aqueles naturais dos Andes. Eles, em período de serviço militar, trabalharam nos grupos chamados “*Destamentos Coloniales*” realizando tarefas denominadas como “*trabajos de precolonización*”, ou seja, abertura de estradas, trilhas, o desmato para barracas, e outras sinalizações para a recepção dos sindicatos vindos do interior do país. Nos primeiros anos, o dito traslado dos grupos organizados nos Andes teve relativo sucesso porque as condições do clima tropical, diferentes das suas, e as precárias infraestruturas foram adversas, pois os andinos tiveram que abandonar as colônias. Pois também os reservistas, mesmo sendo os sujeitos de preferência para a posse da terra pela colonização, acabaram voltando para seus locais de origem e só após alguns anos decidiram voltar às terras objeto de colonização. Além do mais, como chefes de família, os reservistas foram socializadores nas suas regiões, o que contribuiu para o deslocamento de outros camponeses em direção às zonas de colonização. Assim, por causa desses dois fatores, tornou-se um processo longo estabelecer as novas colônias formadas na década de 1950. A partir dos resultados estatísticos conferidos, somente na década de 1960 houve maior visibilidade dos resultados da colonização. Já na década de 1950, este processo foi mais lento.

As consequências da Guerra do Chaco, entre Paraguai e a Bolívia (1932-1936), estabeleceram uma redescoberta do país. Segundo René Zavaleta Mercado (1998, p. 19), aquela guerra, no sul do território boliviano (Chaco), lugar sem vida, onde Bolívia foi ali para se perguntar, em que consistia sua vida de país. Depois daquela guerra, no país se evidenciou a débil infraestrutura de integração entre regiões, um país governado somente num eixo geográfico. Por isso, projetaram-se, entre outras, a formação de instituições encarregadas de potencializar a integração e de diversificar a base econômica nacional. É a emergência do chamado nacionalismo e a abertura do Estado do Bem-estar, 1936-1951 (ARRIETA, 1990). Nesse período, nacionalizam-se os hidrocarbonetos, constituindo a empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), em 1936; além disso, cria-se o *Banco Minero de Bolivia*⁵⁴

⁵⁴ O objetivo pelo qual o *Banco Minero de Bolivia* (BAMIN) foi criado é: a) fomentar a indústria extrativa mediante o crédito; b) cooperar com a pequena empresa de mineração para a exploração dos produtos e sua venda nos mercados de exportação; c) criar armazenagens de abastecimentos nas minas; d) créditos para capital de trabalho, salários, providências, ferramentas, transporte, etc. Disponível em: < <http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/fondoDetail.htm?id=817801>>. Acesso em: 08 de mar. 2016.

(BAMIN), em 1936, para potencializar a economia gerada pela mineração; finalmente, em 1942, o *Banco Agrícola de Bolivia*⁵⁵ (BAB) e a *Corporación Boliviana de Fomento*⁵⁶ (CBF), em 1942. Tanto o BAB quanto a CBF tiveram papel financeiro para incentivar o processo das colonizações (BID, 1962, p. 1).

A CBF recebeu a missão de transformar uma Bolívia dependente do mineiro centrado nos Andes para uma Bolívia subtropical, projetando exportações de produtos tais como o cacau, o café, o algodão, a borracha, as madeiras preciosas e óleos vegetais, que pudessem superar as exportações da mineração (CRESPO, 2005, p. 34). Assim, os focos nacionais das políticas econômicas transformaram-se voltadas ao oriente boliviano. De fato, a CBF⁵⁷ começou a financiar a formação das colônias de assentamentos planejadas desde 1954 (INC, 1970, p. 8). Vejamos alguns dados de discordância que podem esclarecer sobre os obstáculos da colonização planejada.

5.2.2 *Investimentos na formação de colônias planejadas e vozes discordantes*

Em março de 1973, a diretoria nacional dos colonizadores avalia o processo para encaminhar à direção nacional do INC. A entidade emitiu avaliação, citando:

Falta de estradas vizinhas; falta de se ter proporcionado infraestrutura mínima, porque os camponeses alcançam apenas para subsistência e ficaram impossibilitados de pagar dívidas tanto com o INC quanto com o *Banco Agrícola* (BAB); a falta de títulos agrários para acessar os créditos financeiros; pouca orientação técnica para os cultivos segundo a aptidão dos solos; e, a organização camponesa

⁵⁵ As funções do *Banco Agrícola de Bolivia* (BAB) foram: a) organizar o crédito rural a favor dos produtores, b) cooperar com a colonização, por meio de créditos hipotecários; c) desenvolver finalidades anexas ao crédito: importação de maquinários e outros implementos aplicáveis à indústria rural. Disponível em: < <http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/fondoDetail.htm?id=817801>>. Acesso em: 08 de mar. 2016.

⁵⁶ A *Corporación Boliviana de Fomento* (CBF) teve como principal objetivo o desenvolvimento nacional. Foi criado como entidade pública. Sua missão não só foi focada na colonização das extensas zonas desabitadas, no fomento agrícola e à pecuária, à irrigação e à exploração florestal; mas também foi a exploração da mineração, o petróleo, construção de estradas, obras de transportes aéreos e trens. Além disso, foi a construção de obras de eletrificação; massiva construção de moradias; formação e capacitação de profissionais e técnicos; e estudos de investimento. Disponível em: < <http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/fondoDetail.htm?id=817801>>. Acesso em: 08 de mar. 2016.

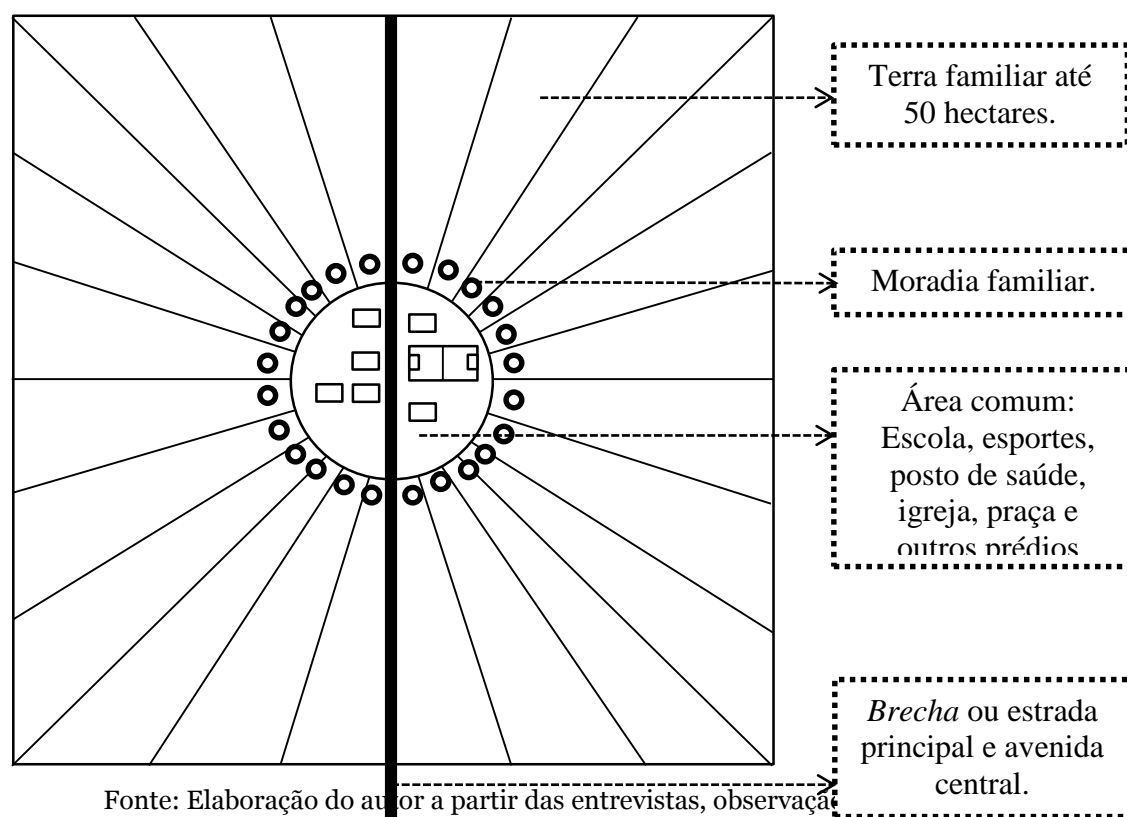
⁵⁷ Não se achou bibliografia, para esta pesquisa, relacionada à trajetória da CBF. Segundo Alfonso Crespo, a CBF é criada em 1942. Após 47 anos foi declarada sua dissolução como parte de um conjunto de medidas econômicas do *Decreto Supremo* N° 21060 (Art, 118). O decreto foi assinado em 29 de agosto de 1985.

considerou, na época, que os erros não ocorreram pela falta de dinheiro, mas sim pela incompetência de funcionários (INC, 1970, p. 21). O documento revela um dado até curioso: devido a um estudo inadequado de solos e um planejamento técnico dos ciclos da produção agrícola, o INC gastou um milhão de dólares no assentamento de 15 colonizadores na região de Cotoca, Santa Cruz.

5.3 Organização cartográfica das colonizações planejadas

As colonizações planejadas foram constituídas no chamado “Modelo Núcleo”. Em vastas extensões de terras públicas destinadas à colonização são desenhadas as brechas, estradas longas e retas. No decorrer do percurso dessas brechas, encontram-se os núcleos. Conforme a figura que segue, pode-se observar a chamada brecha (estrada) que se transforma na avenida central do núcleo - neste caso, o centro povoado da colônia. As terras de posse familiar estão orientadas em forma de raios, segmentos de reta que liga o centro, eixo. No centro do núcleo encontra-se a área comum, semelhante ao que ocorre nas colônias do “modelo pente”. Os entrevistados consideram que a desvantagem é que, devido à proximidade entre as moradias, o desenvolvimento da criação de animais domésticos é dificultado. A vantagem é a fácil distribuição da água e energia elétrica. Eis a figura seguinte:

Figura 2 – Organização cartográfica de uma colônia baseada no modelo de colonização planejada, “Modelo Núcleo”



5.4 Aliança para o Progresso

Em março de 1961, na Casa Branca (EUA), diante do corpo diplomático latino-americano, foi feito o lançamento das bases fundacionais da Aliança para o Progresso (ALPRO) pelo presidente John F. Kennedy (1917-1963). Com meta de dez anos, devia-se conseguir: *“homens livres trabalhando”, com as necessidades fundamentais resolvidas: teto, trabalho e terra, saúde e escolas* (ALPRO, 1964, p.4). Em relação ao tema agrário, a proposta presidencial tinha entre seus objetivos: *Melhorar o uso da terra, modificar os arcaicos sistemas da tenência da terra, que se façam livremente as reformas sociais necessárias, incluindo reformas agrárias e tributárias.* (ALPRO, 1964, p. 8).

Como consequência do lançamento, em agosto de 1961, os países da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidem oficialmente constituir a ALPRO, assinando a conhecida *Carta de Punta del Este*. Ela estabeleceu o marco de referência e dispõe, no alto nível político, a execução de reformas sociais, particularmente as reformas agrárias nos países latino-americanos, embora desde

1950 a ONU fizesse induzimento aos governos do mundo a fazerem as reformas agrárias. Finalmente, em 1966, por consenso conseguiu-se a realização da primeira Conferência Mundial da Reforma Agrária⁵⁸. Aquelas reformas foram definidas como um pré-requisito para o desenvolvimento econômico, subordinando a assistência técnica agrícola a serem aplicadas em ditas reformas agrárias, sobre uma base da macro planificação.

Existem muitas perspectivas críticas em relação às políticas promovidas pela ALPPO. Na metade do século XX, houve várias possibilidades de revoluções de caráter socialistas afins ao bloco da União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em contraste à ameaça soviética com “revoluções comunistas”, as reformas da ALPRO foram pensadas no campo das possibilidades, uma “revolução pacífica” (FEDER, 1965, p. 501). Esta orientação pode ser conferida nos objetivos da Carta. Segundo o ex-presidente Kennedy, as reformas iniciadas deveriam se transformar numa tarefa para garantir que aquela “revolução (pacífica) não seja pervertida pelos comunistas” (ALPRO, 1964, p. 34). É evidente, foi outro período, talvez pode-se dizer outro período histórico, caracterizado pela bipolarização do mundo. A preocupação por impedir a expansão do chamado sistema comunista na América Latina levou a uma decisão e aceitação, bastante geral dos governos, inclusive de alguns pontos da análise marxista da situação social. O vocabulário oficial se traduzia no amplo consenso. Falava-se de “revolução” verde e de “reformas” agrárias.

Após a realização das reformas propostas, entre elas a agrária, é comumente aceito, segundo Feder (1965, p. 502), que os resultados dos três primeiros anos da ALPRO, a partir dos dados, foram decepcionantes. Nessa direção, um dado apoia a afirmação de Ernest Feder de que se tratae de um episódio boliviano. Em outubro de 1963, em reunião de avaliação do ALPRO no Salão Oval da Casa Branca, entre os presidentes da Bolívia, Victor Paz Estenssoro (1907-2001) e Kennedy dos EUA, o Ministro da Fazenda boliviano Alfonso Gumucio se pronunciou:

Senhor Presidente, Washington não delega suficiente autoridade e autonomia aos funcionários norte-americanos que atuam no terreno. Eu gostaria de saber

⁵⁸ *Les reformes agraires* (1974), escrito por Jean Le Coz, tornou-se um clássico sobre reformas agrárias. A tradução ao espanhol foi feita dois anos depois. Segundo o autor, nos diferentes foros internacionais da ONU, foi debatida a necessidade das reformas agrárias no mundo. Na cidade de Madison, Wisconsin (EUA), em 1951, com o auspício da FAO, foi realizada a primeira *Conferencia Internacional sobre el Régimen Territorial*. O evento tinha como objetivo fazer compreender aos países a necessidade de executar a reforma agrária. Diversos colóquios feitos na África, América Latina e Ásia estudaram o problema agrário e se prepararam para a *Conferencia Mundial de la Reforma Agraria*, em Roma Itália de 1966 (LE, 1976, p. 34).

se a Aliança é para agora ou para mais tarde. No momento, a Aliança ficou muito curta na realização de suas promessas e, a dizer a verdade, não estou satisfeito com a Aliança. É uma máquina funcionando sem produzir. (CRESPO, 2005, p. 8).

Segundo Alfonso Crespo, o biógrafo do então ministro, após as corajosas palavras Gumucio foi demitido pelo presidente Estenssoro - mas foi por apenas alguns minutos, porque o próprio Kennedy mandou que seus colaboradores parabenizassem o ministro pelas palavras ditas.

Nessa linha da crítica à aplicação da ALPRO na Bolívia, segundo Sergio Almaraz, o impulso construtor da revolução (financiada pelos norte-americanos) estava morto. A chamada revolução boliviana foi se minimizando até chegar aos objetivos planejados e desejados pelos norte-americanos e as proporções dessa diminuição foram descobertas, por sua vez, na própria miséria do país, diz Almaraz (1969). Na época, o governo boliviano ainda considerava possível fazer a revolução utilizando o dinheiro da ALPRO e harmonizando com sua linha programática do partido, mas, terminou, segundo Almaraz, a ALPRO exibindo mostrando apenas: um sanitário, um posto de saúde ou motocicletas para a polícia. Era o tempo da menor resistência. O tempo das coisas pequenas, “sensatas e realizáveis”, como se repetia com frequência. (ALMARAZ, 1969, p. 12).

O parâmetro central e programático das medidas da ALPRO foi a transformação das estruturas e dos injustos sistemas de posse e exploração da terra (ALPRO, 1964, p. 10). Quarenta cinco anos mais tarde, o governo de Evo Morales, em 2007, projeta como desafio central da política agrária a transformação das estruturas agrárias – significando uma dívida irresoluta do Estado boliviano com os povos originários (MDRAYMA, 2007, p. 65). Meio século depois, aqueles objetivos ainda são inconclusos, porque as estruturas da posse da terra continuam sem ser resolvidas, tal como se explica amplamente nesta pesquisa. Outro parâmetro das políticas foi o assentamento planejado de agricultores em terras baldias, também, como se evidencia mais para frente, foram os assentamentos espontâneos que tiveram mais êxito que as planejadas. Produto daquele processo espontâneo é a formação de populações rurais concentradas em pequenos centros urbanos do norte de Santa Cruz. Para o fracasso da ALPRO há vários fatores, mas também colaborou a falta de operacionalidade burocrática dos funcionários norte-americanos e as entidades financeiras encarregadas dos desembolsos econômicos, assim como foi informado ao presidente Kennedy.

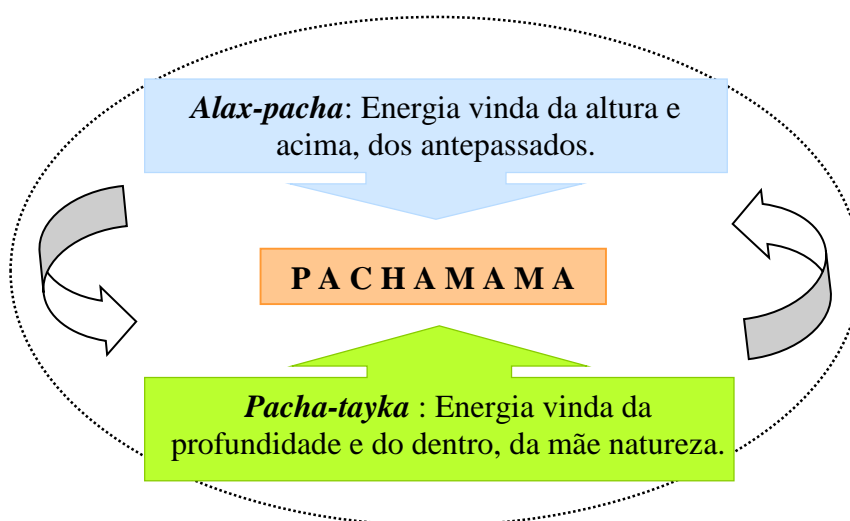
A ideia do progresso não só esteve no cotidiano mundial, mas também no cotidiano dos camponeses bolivianos. Os entrevistados para esta pesquisa, ex-ocupantes de terras, concordam que o fato de terem saído de suas comunidades *altiplánicas* em direção ao oriente boliviano é parte da esperança do: “progresso familiar para nossos filhos” [E-3]. Em 1962, Zavaleta (2011, p. 62) considerava que no país havia um “desenvolvimento e progresso” que não libertava, porque existia uma interpretação simplista sobre o significado de desenvolvimento econômico, por exemplo. Na realidade, no contexto boliviano pretendia-se explicar que atraso e desenvolvimento eram somente isso, portanto, desenvolvimento e progresso eram a solução. A crítica de Zavaleta ajuda a pensar que na América Latina se apresentou uma nova fase do imperialismo norte-americano, porque, na década de 1960 houve um crescimento dos movimentos populares no continente, a derrota do militarismo representado por Fulgencio Batista (1959), o fracasso da invasão pela Bahía de Cochinos (1961), Cuba, e entre outros. Criaram, portanto, uma nova fase tática do imperialismo - é visível que a América Latina estava entrando em zonas queimantes da Guerra Fria. Por essa situação, os EUA mudaram de estratégia, propondo um desenvolvimento, mas pautado por eles, ou seja: “os civilizados querem que nos civilizemos, mas somente um pouco, o estritamente necessário para que não realizemos nossa independência” (ZAVALETA, 2011, p. 62).

No contexto mundial, o século XX foi cheio da ideia de progresso. Para John B. Bury (2009), a ideia é antiga, ela se diferencia no século XX porque inclui as futuras gerações. Enquadra-se na perspectiva da modernidade, porque o progresso se encontra associado simultaneamente à relação de “progresso e civilização”, de “progresso e democracia” e de “progresso e liberdade”. O progresso foi pensado: na esperança de se conseguir uma sociedade feliz neste mundo para as futuras gerações, transformou-se no centro de mobilização social. (BURY, 2009, p. 10). Por exemplo, as bandeiras de luta dos camponeses: “Terra para nossos filhos e netos”, acaso não está circunscrita no contexto dessas ideias matrizes do século XX?

5.5 A Pachamama nos orientes bolivianos

Segundo Simon Yampara (2010), intelectual aymara, Pachamama é o resultado de uma generalização, de uma dupla força e energia da Mãe, complementado com a do Pai. Nesse sentido, deve-se entender como o contrário ao intelecto monoteísta e monológico a forma de pensar a Pachamama, considerando somente na “mãe terra”. A partir dessa interpretação, pode-se entender a seguinte representação:

Fluxograma 1 – A Pachamama nos orientes bolivianos



Fonte: Interpretação do autor.

Nos últimos anos, por consequência da defesa dos recursos naturais da biodiversidade e pela ameaça da perspectiva governamental do extrativismo, os sujeitos que defenderam esta bandeira foram chamados pelos funcionários públicos como pachamamistas. Este denominativo carrega preconceito, limitando uma interpretação unidimensional, simplesmente de invocação à mãe terra como o contrário ao modernismo, e não tal como se explica no gráfico acima, sua dimensão integral.

5.5.1 Terra na perspectiva indígena no oriente boliviano

Para os camponeses indígenas do oriente boliviano, a terra, na perspectiva indianista, é também a complementariedade, ou seja, uma dinâmica de convivência, onde os mundos - animal, vegetal, das deidades, a terra e a gente - interagem, aportam,

complementam e harmonizam energias materiais espirituais, que usam e disfrutam de forma privada, mas comunitária.

Certamente, no altiplano existe uma manifestação mais aberta das representações da perspectiva indianista no cotidiano. Ao contrário, nas terras orientais da Bolívia, os sujeitos de origem andina praticam esses costumes de forma um pouco mais silenciosa, “subterrânea” de conceber a terra, porque predominam as linguagens, vocabulários que envolvem o mercado, a economia, as exportações, importações etc. Talvez por isso os pesquisadores, em geral, dão mais crédito para a concepção do mercado, do recurso, da renda na terra.

Simón Yampara (2010) aporta com outro conceito, a *cosmoconvivência*. Segundo ele, a terra, os animais, plantas e as pedras têm vida. Além disso, os seres humanos, as deidades, vivem, convivem e complementam suas energias fazendo *ayni*/reciprocidade, em harmonia integral e de respeito mútuo, e não do domínio de um sob outro. São bem conhecidos no meio acadêmico textos que denominados “A cosmovisão andina dos indígenas”. Com aquilo, suprimem a explicação ampla que tem o conceito da *cosmoconvivência*.

Por outro lado, para antropólogo aymara Mauricio Mamani (1988), a Pachamama é:

Cósmica, tempo, espaço e movimento; é uma realidade com vida, e é o mais sagrado; cuida, como castiga, nos mantém sem doenças, ou nos leva à doença; pode nos dar vida, como pode se ressentir; deve ser protegida para receber sua proteção, deve ser alimentada para receber um bom alimento. A mãe terra é fecunda e pode alimentar a seus filhos, assim como também, por castigo, pode deixar morrer de fome ou de sofrimento (ALBO, 1988, p. 80).

Os dois autores confluem em considerar a *Pachamama* como viva, recebe e dá. Portanto, vivem, convivem e se complementam energias e forças dos seres que vivem.

5.5.2 A *Pachamama* a partir dos ocupantes de terras

Geralmente, tem-se uma ideia, mas errada, sobre a melancolia dos povos indígenas *altiplánicos*. Importantes aportes foram feitos por cientistas franceses e ingleses na Bolívia durante as décadas de 1980 e 1990. Eles concluem que os povos quéchuas e aymaras combinam o regozijo, a dança e as composições musicais com suas lutas e a noção do trabalho. Segundo Olivia Harris, pesquisadora inglesa, enquanto os espanhóis, na colônia, os antropólogos e os marxistas consideraram o trabalho

desvinculando de seus aspectos rituais praticados nos Andes bolivianos, os andinos valorizam não somente o trabalho que realizam para fornecer e confirmar suas próprias redes sociais, mas mais especificamente valorizam o ato de trabalhar para a comunidade do qual fazem parte (HARRIS, 2010, p. 222).

Além de estarem associados regozijo e trabalho, também se incorporam as lutas que os andinos exercem, desta vez, em terras onde se encontram como migrantes e excluídos da posse da terra. Por isso, nos conflitos de luta pela terra no oriente boliviano é constante ver a presença da música e composição, porque para os indígenas camponeses:

Mobilizar-se, significa, por exemplo, compartilhar alegria, assim como os *mitayos andinos* pré-hispânicos e na colônia iam embelezados brigar na servidão das minas. Os indígenas de base, hoje, fazem a mesma representação, desta vez para se mobilizar pela terra, por uma Constituinte, por seus direitos, talvez sem ter certeza se o que eles sonham acabaria sendo ou não, uma realidade (VILLCA, 2015, p.15).

Portanto, os ocupantes de terra não só contaram suas experiências e perspectivas através dos seus depoimentos nos interrogatórios judiciais, policiais, nem socialização de suas vivências em eventos nacionais e internacionais, mas também contaram cantando em quéchua, língua materna. Este método é utilizado pelos membros com virtudes na música e no canto, que propriamente não são as virtudes de pessoas com vocação de liderança, de serem homens e mulheres públicos. Estas pessoas aportam, com suas composições, a perspectiva dos ocupantes de terras sobre o significado do recurso terra: sobre a *Pachamama*.

Para esta pesquisa, sistematizaram-se CDs produzidos por eles com apoio de entidades e ONGs. Segundo eles, a terra não é para comercializar, nem para ostentar. O horto, espaço de cultivo familiar, está associado ao feminino e à reciprocidade entre humanos e a terra (GUZMÁN, CD-ROM, 2009). Os andinos vinculam a terra como o sagrado, criadora da Vida como valor supremo. Nas composições musicais analisadas, encontram-se fatos do nascimento de crianças em novas terras próprias conseguidas com a luta e esta forma de conceber a terra esta vinculada com a Vida. A colheita é entendida como o alimento dado como donativo pela Mãe Terra para seus filhos, um regalo que deve ser agradecido, respeitado, por exemplo, não jogando nem desperdiçando os produtos. Portanto, o cuidado, o carinho e a dedicação com a terra são exemplos, princípios que guiam na criação das crianças.

Eis alguns fragmentos dedicados a um bebê que chora nos braços de um pai migrante que sai em busca de terras. A canção se chama: *Nina muju*, semente de fogo:

Ama waqaychu wawitay, chamunchijña Jallp'amchijmam (Não chores mais meu bebezinho, acabamos de chegar a nossa terra)... Meu bebezinho, de longe temos vindo. Por tua vida, porque te quero, meu tesouro. E nos teus sonhos, terás um lindo sítio, as estrelas nas tuas mãos, a selva, o rio, os animais. Comunidade e natureza serão para sempre tua fortuna (GUZMÁN, CD-ROM, 2009).

Por outro lado, conceitos mais recentes também estão manifestos: monocultivos, transgênicos e agroecologia. É rejeitado o cultivo predominante de um só produto; a diversidade de produtos é o que alimenta suas vidas. Os produtos transgênicos são outro elemento a ser negado como prática deles. Em contraproposta, a questão da produção agroecológica emerge como alternativa, porque a maior parte da produção no oriente boliviano é intensiva com monocultivos da soja.

5.5.3 A proposta agroecológica nas ex-ocupações

Existe um padrão de conteúdos nos documentos formais, seja em regimentos, seja em estatutos das organizações locais rurais da Bolívia, porque o respeito de cima para baixo e de baixo para cima é uma regra geral de enfoque na natureza das organizações sociais nacionais, departamentais, regionais e de outros níveis - essa questão foi exposta em “lógicas e estruturas organizativas”. Nesse contexto, os conceitos, noções, bandeiras de luta, discursos concebidos e formalizados nos documentos escritos das comunidades locais são também semelhantes em todas as comunidades com inscrição numa determinada organização de caráter nacional. Do local de pesquisa foram analisados os seguintes documentos originais de uma comunidade (ver Anexos):

Avances del Plan de Gestión Territorial y Reglamento de Acceso, Uso y Manejo de Tierra y los Recursos Naturales; Estatuto Orgánico; Reglamento de Acceso, uso y manejo de la tierra y de los recursos naturales; Reglamento del Tribunal Disciplinario; Reglamento del Tribunal Disciplinario; Reglamento de la Unidad Económica Comunal; e, Reglamento Interno (CCA-PU, 2007, 2011a,b,c,d; 2012).

A principal pauta de reivindicações do Movimento Sem Terra da Bolívia (MST-Bo), desde sua fundação, em 2002, foi a produção agroecológica em terras a

serem conquistadas tanto via doação legal quanto pela ocupação. As novas comunidades, grupos, e organizações locais formadas e pertencentes ao MST-Bo do departamento de Santa Cruz se autodenominam “*Comunidad Agroecológica*”. Essa autoidentificação tem a ver com a contraproposta às formas do monocultivo depredatório do solo predominantes no oriente boliviano. Gregoria Mamani Huanca (E-20) participou ativamente das ocupações. Segundo ela, as organizações do MST-Bo começaram a propor a agroecologia, porque a *Pachamama* merecia respeito, tal como faziam nas suas comunidades de origem dos Andes bolivianos.

Por exemplo, nessa linha, no *Reglamento de Acceso, Uso y Manejo de la Tierra y de los Recursos Naturales*, da comunidade Pueblos Unidos, os membros camponeses indígenas alinhados com o MST-Bo, adquirem o papel de guardiões da natureza, bosques, rios, animais, plantas, solo, que mantêm, cultivam e protegem, numa relação harmônica com suas atividades produtivas (CCA-PU, 2011b). A questão da agroecologia envolve o compromisso com as futuras gerações. Outra variável da agroecologia é a responsabilidade dos seres humanos de cuidar e preservar a gestão do território e dos seus recursos naturais por meio da relação harmoniosa com a natureza, como foi feita milenarmente pelos povos originários pré-coloniais (CCA-PU, 2011a, p. 3).

Nesse sentido, para os camponeses indígenas, tanto a *Pachamama* quanto a agroecologia têm em comum o respeito sobre o uso a partir da aptidão dos solos, além disso, o respeito conforme a perspectiva dos povos indígenas. Embora o conceito de agroecologia tenha sido utilizado somente desde a década de 1970, a prática da agroecologia é tão antiga como a própria agricultura.

6 FORMAÇÃO DAS FORÇAS DO CONFLITO PELA POSSE DA TERRA

6.1 Justaposição de perspectivas e ações simultâneas

Como consequência do importante papel dos partidos políticos de massas nas sociedades contemporâneas focadas na Europa e os Estados Unidos, nas duas primeiras décadas do século XX os sociólogos elaboraram importantes teorias de partidos políticos, elites, lideranças (chefes). Em 1911, Robert Michels (1876-1936), teórico alemão, foi quem argumentou sobre a impossibilidade de um funcionamento autenticamente democrático dos partidos políticos. Num estudo sociológico⁵⁹, Michels também explica sobre a emergência das lideranças, da psicologia do poder e as tendências oligárquicas da organização dos partidos políticos, partindo da análise da dinâmica evolutiva da organização interna do Partido Socialdemocrata Alemão (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD), na época, o maior partido socialista do mundo (MICHELS, 2001, p. 14). A força dos partidos estava na força dos dirigentes sindicais, que foram os protagonistas.

Sabe-se que, nos Estados Unidos, na metade do século XX, o movimento sindical abrangia uma terça da população norte-americana, a metade do poder mundial pertencia aos Estados Unidos. Nesse sentido, o papel dos dirigentes sindicais foi importante objeto de estudos. Wright Mills (1916-1962), sociólogo norte-americano, fez um amplo estudo sobre o poder dos sindicatos, possuidores de importante influência. Os partidos com enormes bases sociais e dirigentes com influência foram objeto de estudo.

O resultado desses estudos, feitos na primeira metade do século XX, são úteis para interpretar a realidade boliviana da segunda metade, mas com realidades e atores diferentes. Por sua vez, a utilidade dos autores mencionados serve para esquadrihar os últimos 15 anos, tanto pelo importante papel das lideranças camponesas indígenas da Bolívia, quanto pelo papel dos movimentos sociais. Os riscos

⁵⁹ O livro *Zur Sociologie des Parteiwesens in der Modernen Demokratie*, publicado na Alemanha por Robert Michels em 1911, tem a reputação de ser um grande livro e um clássico dos estudos políticos. Segundo o prefácio da publicação brasileira (1982), o livro durante muito tempo não teve equivalente. Continuaria quase o único de sua espécie até 1951, ano de aparecimento do livro pioneiro de Maurice Duverger, *Les Partis politiques*.

identificados por Michel e Mills são semelhantes: o poder e a elitização dos representantes.

Pergunta-se, a partir da observação empírica do papel dos *líderes* (em geral, chefes, traduzido no português: Como são os dirigentes das organizações rurais bolivianas na região do oriente boliviano? Como podemos compreendê-los?

No primeiro decênio deste século, os dirigentes tornaram-se atores decisivos na Bolívia, estrategicamente falando, da vida nacional. Enquanto a década de 1990 se caracterizou pelo protagonismo dos partidos políticos, nos quais a intermediação partidária foi predominante entre a chamada sociedade civil e o Estado, nos últimos anos é o protagonismo dos dirigentes camponeses indígenas que se destaca, porque eles não só são cidadãos particulares, são também protagonistas sociais. “Cada sindicato configura seu dirigente”, diria Wright Mills como produto de suas pesquisas sobre o papel do poder dos sindicatos nos Estados Unidos de América nos anos de 1960. (MILLS, 1965, p. 11).

A forma de organização dos camponeses bolivianos em sindicatos agrários, em geral, é composta a partir de 25 pessoas, conforme estatutos orgânicos padronizados desde a revolução de 1952. Atualmente, essas organizações se transformaram em veiculadores de diversas reivindicações dos povoadores rurais nos níveis nacionais, departamentais (estadual), regionais, municipais para o Estado.

No oriente boliviano, os dirigentes líderes são produto da combinação de três tipos de líderes: indígenas, sindicais e do MST. Cada dirigente é possuidor destas formas, porque em algum momento tiveram a influência na formação política individual em alguma destas matrizes, chamadas por alguns de *escuela de formación*. Portanto, simultaneamente pode-se observar neles atitudes por vezes como se fossem de tipo indígenas, de tipo sindical e MSTista.

6.1.1 Perspectivas de tipo indígena

Wilbert Villca (2010) realizou um estudo sobre as formas de constituição dos *líderes ejemónicos*, e não hegemônicos, nas comunidades quéchuas dos vales do departamento de Cochabamba, as *ex-haciendas*. O autor, por sua vez, explica as concepções sobre o poder local dos camponeses. Segundo ele, são as formas circulares de influências simbólicas e espirituais que se praticam nesses povos, e não as formas piramidais de tipo sindical. Os *líderes ejemónicos*, a partir da forma de exercício em eixo (*Eje*), organizam, ativam e irradiam temporariamente suas influências horizontais

tanto com os líderes em função do cargo, quanto com os operadores políticos externos (VILLCA, 2010, p 111-145). Aqueles operadores externos são chamados por Eric Wolf de “intermediários culturais” (WOLF, 2003, p. 87).

Aquelas formas circulares de influências nas organizações do oriente boliviano são também praticadas e acionadas ou ativadas no momento das ações comunitárias das ocupações de terras. As lógicas e formas circulares se evidenciam no momento em que os antigos protagonistas, mesmo estando fora do exercício dos cargos das diretorias, exercem influências sobre os modos de decisão, sobre os momentos da tomada de decisões, nos momentos de conflito. Claro, estas participações são dadas no momento dos debates das assembleias, não se manifestam como manipulações individuais. A reivindicação da terra como a Mãe Terra, *Pachamama*, a concepção da terra incluindo como parte dos recursos naturais e a gestão comunitária da terra vêm da matriz indígena, assim como a *Ch’alla*⁶⁰ e o *Akulliku* são as práticas deles.

Casildo Condori (E-17) é natural do Cantón Puko Puko da Provincia Cornelio Savedra, Potosí. Ele relembra suas atividades da lavoura na agricultura dizendo: “*Q’allariyku imata ruwaspapis cocata akullispapuni*” (Começamos todo fato, sempre mastigando a coca). Condori foi autoridade originária antes de se trasladar ao oriente. Essas aprendizagens, assim como outros fatores, produzem influência com os membros novos desconhecedores dos rituais. Estes elementos e outros são afirmados pelos líderes com formação de tipo indígena-indianista.

6.1.2 Perspectivas de tipo sindical

O líder de tipo sindical se caracteriza pela tendência de comandar as ocupações de terras; por assistir a reuniões de caráter nacional, departamental e regional porque considera que lhe corresponde ser o principal membro da diretoria, porque recebe o convite direto mediante convocatória ou é chamado pelos seus semelhantes, porque, por sua vez, os estatutos orgânicos nacionais, lhe autorizam; põe em votação através do centralismo democrático, ou seja, mesmo com um ou dois votos, as pautas que coloca em votação são válidas e democráticas.

Estas formas de exercício são parte das heranças aprendidas no movimento sindical operário da mineração e com forte exercício nos sindicatos de caráter

⁶⁰ A *Ch’alla* é termo quéchua, significa o ritual de agradecimento à Mãe Terra; o *Akulliku*, é também termo quéchua, significa o ritual de mastigar as folhas de coca antes dos atos agrícolas, reuniões.

corporativo, educadores do ensino, petroleiros, transportes, etc. O líder de tipo sindical tem entre suas pretensões convencionais formar parte das diretorias nacionais e departamentais, porque são recursos que lhe permitem visibilidade política, tanto no grêmio, quanto para os partidos políticos. É frequente que ex-líderes com esse perfil se tornem candidatos a vereadores dos municípios, deputados, senadores etc.

6.1.3 Perspectivas de tipo “MSTista” boliviano

O líder de tipo “MSTista” atua com outra lógica. Na linguagem dele, é constante ouvir o termo da Coordenação. As decisões, segundo eles, devem ser submetidas em coordenação e consenso horizontal com os membros da comunidade e das diretorias. São inexistentes os cargos de presidentes e *secretarios ejecutivos* - esses cargos são exercidos de forma piramidal, tipicamente sindical. Na perspectiva MSTista, os cargos de secretários são substituídos por comissões de terra e território; desenvolvimento produtivo; economia; arquivo e registro; organização político-ideológica, defensoria das crianças e adolescentes; educação, gênero e cultura; saúde; juventude; e comunicação (CCA-PU, 2011a, Art. 23).

A revogatória do mandato dos cargos é parte das práticas constantes, diferentemente das práticas de tipo sindical. Os líderes afirmam, nos seus discursos, que a luta pela terra é parte da luta dos povos em todo o mundo, destacam suas participações nos movimentos e eventos realizados na América Latina e no mundo através da *Via Campesina*. Participam nos cursos de formação da Escola Nacional Florestan Fernandes do MST brasileiro, em São Paulo. Destacam que toda organização deve possuir uma unidade econômica encarregada de administrar a ganância da produção agrícola e fornecer recursos econômicos às atividades da diretoria.

No discurso dos líderes sindicais se escuta há anos a formação de um “instrumento e/ou braço econômico” com o mesmo papel que as unidades econômicas afirmadas pelos líderes MSTistas. Hoje ainda não existe na prática ditas expectativas sindicais, enquanto nas comunidades MSTistas estão formadas as Unidades Econômicas Comuns encarregadas da produção, transformação e serviços comuns (CCA-PU, 2011d, Art. 1), embora com pouca operabilidade esperada, mas com diretorias e regras de funcionamento.

Estas características dos líderes MSTistas bolivianos se assemelham às perspectivas dos líderes do MST brasileiro, segundo “quem somos” do site oficial e

documentos. Semelhantes porque a luta internacionalizada⁶¹ pela terra os une; a pauta da produção agroecológica é uma proposta de ambos os movimentos; os símbolos, tipo de bandeira da organização; a cor vermelha com mapa e ícones; a ocupação de terras griladas e improdutivas.

Imagem 2 – Semelhanças visuais do MST-Bo com os símbolos do MST-Br



Fonte: Registro de imagens do autor, 6 de setembro, 2006

Essas três perspectivas simultâneas e justapostas que possuem os líderes camponeses indígenas do oriente boliviano são ativadas segundo a conjuntura e mobilização que comandam. Porém, são ativadas as três simultaneamente em momentos de mobilização de forças e de confronto com os fazendeiros e órgãos repressivos do Estado. A esta situação eles chamam de “estado de emergência”.

⁶¹ É possível conferir semelhanças entre o MST-Bo e o MST-Br no uso de símbolos, bandeiras, cores, carimbos no site oficial do MST Br. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>. Acessado em 10 abr. 2016.

7.2 Formação de círculos de confiança dos líderes chefes nos níveis intermediários

As “estruturas organizativas” do campesinato, como exposto nesta pesquisa, são os níveis nacional, departamental e regional. São chamados aqui níveis intermediários o âmbito regional, porque este é o “colchão” ou “sanduíche”; porque se trata do lugar do germe e fermento, da constituição de círculos de confiança que catapultam e promovem a formação de líderes ao âmbito departamental e nacional.

Podemos dizer que é a prateleira da promoção dos novos líderes. É o lugar estratégico. Por exemplo, poucos políticos dos partidos conseguem ter o tato para identificar este ponto e assim investir com comodidade estratégias eleitorais. É o ponto dobradiço entre as estruturas de lideranças convencionais com grandes protagonismos e a potência das bases. Os líderes experientes sabem que devem investir seus esforços neste nível, por essa razão, eles trabalham para potencializar ali sua imagem, relevância e notoriedade.

Por causa disso, no redor deles (chefes) se constroem segmento de homens de confiança. Na base, trata-se de dirigentes locais de unidades de sindicato, funcionários técnicos de ONGs destinados para trabalhos de base e membros ativos dos partidos políticos que cumprem o papel de nexos diretos no âmbito local, além de ativistas urbanos com residência temporária nos locais de mobilização.

Estes sujeitos carregam a *bateria moral* nas bases, bateria porque muito depende do trabalho deles: podem gerar a indignação e atrair pessoas à causa dos líderes, assim como podem gerar o polo negativo de rejeição das bases. O papel deles, porém, é construir a adesão. Durante as ocupações de terras, eles trabalham ativamente como operadores das aqui denominadas estratégias de adesão.

Durante a ausência de oportunidades de mobilização, ou seja, no momento da preparação das ocupações de terras, estes sujeitos agem à maneira de rebeldes. A este tipo de situação, Wright Mills (1965, p. 15) chamou épocas de organização militante. No período governamental dos partidos chamados neoliberais (1985-2000) é que estes indivíduos trabalharam com intensidade na identificação e formação dos membros do grupo para a ocupação das terras, porque é nesse período que as bases se nutrem de informação estadística, cartografias, mapas, matérias de jornais, cópias de documentos de denúncias e de discursos. Desenvolveram-se campanhas de organização de massas, é o que citamos como produção e *agitación*.

Estes atores, por sua vez, afervoram a opinião e a dirigem contra os possuidores das terras, as autoridades agrárias, e os fazendeiros. Nesses contextos, os líderes dirigentes são pessoas que expressam em voz alta o descontentamento e as aspirações das pessoas de base. Nos círculos empresariais, o líder é considerado um avassalador e um *agitador*, mas com forte convocatória em relação aos dirigentes convencionais. Por sua vez, é um administrador do descontentamento. Tudo isto é produto da lavoura dos círculos de confiança que organizam os líderes chefes nos níveis intermediários.

6.3 Ciclos e trajetórias das associações (sindicatos) camponesas no norte cruceño.

É quase comum observar a criação de associações, chamados sindicatos, de camponeses no oriente boliviano. Enquanto no ocidente do país as associações camponesas já são constituídas desde a formação - alguns até de forma obrigatória - dos primeiros sindicatos promovida na metade do século XX, ou seja, após a eliminação das *haciendas*, com a revolução de 1952, o contrário acontece no oriente boliviano. Parece que existem sindicatos, associações, desde “velhas” a “novas”. As velhas foram criadas desde 1954 (INC, 1970, p. 2) e, no seu momento, tiveram a mesma trajetória das novas de hoje. Dessa forma, também existe uma espécie de uma tradição sobre os passos de como formar as ditas associações, ou seja, um manual imaginário, um guia prático na experiência dos ex-líderes da época. Esses conhecimentos continuam sendo transmitidos e recriados até hoje.

As antigas associações, atualmente, nem se chamam colônias, tal qual foram formadas:

- a) Aquelas que estão localizadas longe do eixo da estrada principal ficaram com a denominação formal de sindicatos, algumas de Associações de Pequenos Produtores. Um número menor de associações ainda permanece com a denominação de colônias e comunidades. No lugar dos antigos centros de acampamentos, outrora novas e ativas organizações de assentamentos espontâneos, hoje simplesmente existem barracos abandonados como sedes sindicais, sem moradores.

b) As associações localizadas no trajeto da estrada principal foram esvaziando-se ainda mais dos seus moradores. Eles se trasladaram aos povoados centrais. As associações antigamente criadas hoje ficaram em Comitês Cívicos, outros com a denominação Organização Territorial de Base (OTB). Em geral, a distribuição de terras e a organização cartográfica dessas unidades territoriais foram fundadas conforme o convencional “Modelo Pente”, expostos na figura 1, organização cartográfica de uma colônia baseado no modelo de colonização espontânea, não planejada.

Nos dois casos, as ditas organizações (com exceções) se reúnem de forma anual para eleger as diretorias. Na prática, acabam elegendo as mesmas pessoas como principais representantes. De fato, são organizações sem bases ativas, sem moradores nos espaços territoriais da organização. Observa-se que os atuais donos das terras antigamente conquistadas também com ocupações não são os mesmos, porque muitos deles saíram da organização, seja transferindo a terra para outros migrantes, seja para os filhos dos antigos vizinhos.

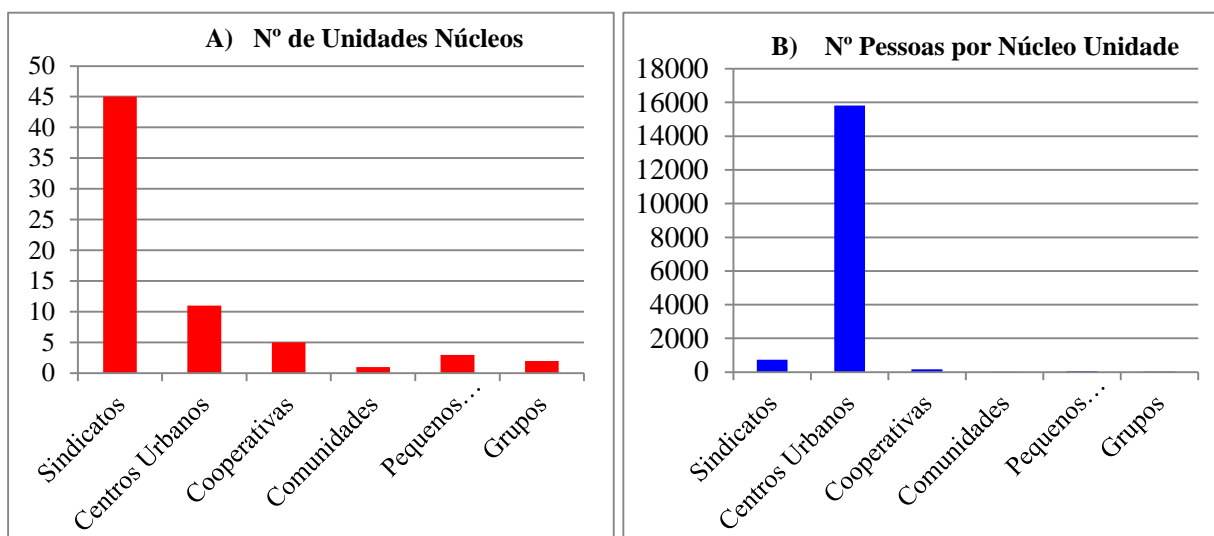
No norte de Santa Cruz, a lógica de centralizar um povoado urbano pode trazer oportunidades e vantagens. Enquanto se transformam, centros urbanos de relevância podem virar distritos municipais⁶², em sub-alcaldias, e, no melhor dos casos, em novos municípios (prefeituras). Por exemplo, os centros urbanos de Mineros, Puesto Fernandez e San Pedro transformaram-se em municípios novos.

Essa lógica, podemos dizer social, de construir os centros urbanos no trajeto das principais estradas são predominantes no oriente boliviano, aquelas formadas por processos de colonização, sejam elas em áreas planejadas, sejam nas ocupações espontâneas. Também é comum a paulatina *desruralização* semelhante ao que acontece com a perda da vigência dos sindicatos chamados “velhos”, expostos nos parágrafos anteriores, referentes às trajetórias organizacionais das associações locais.

A partir da análise dos dados do *Plan Municipal del Municipio de San Pedro*, esse processo da *desruralização*, por exemplo, podemos observar, nos seguintes gráficos 11 (A e B):

⁶² Na Bolívia, conforme as leis de *Participación Popular* (1994) e de *Municipalidades* (1999), as unidades territoriais administrativas foram reorganizadas no âmbito municipal, mas continuam vigentes os departamentos e províncias desde a criação da república. Desde o nível nacional a nível local são: *Departamentos* (Estados), *Provincias*, *Municipios* (Prefeituras), *Sub-Alcaldias*, *Distritos Municipais*. No nível de base estão as *Organizaciones Territoriales de Base*, chamadas OTBs. Um sindicato se encontra no mesmo nível territorial de base que uma OTB.

Gráficos 11a e 11b – Relação de esvaziamento de antigos núcleos de assentamentos e projeção da concentração de núcleos urbanos atuais



Fonte: Elaboração do autor a partir do *Plan de Ordenamiento del Territorial Municipal San Pedro* (MSP, 2010, p. 111-113)

Evidencia-se que, no município de San Pedro, 93% da população moram em 11 centros urbanos, totalizando 15,8 mil pessoas. Por outro lado, somente 1,1 mil pessoas (7%) moram em áreas rurais dispersas em 57 unidades-núcleos, chamadas de sindicatos, cooperativas, comunidades, associação de pequenos produtores agropecuários e outros grupos. Destes, 18 núcleos estão povoados, 12 deles povoados com uma ou duas famílias. O esvaziamento rural de que falamos é manifestado em 39 unidades sem moradores entre as 57 áreas rurais.

A população que vive na zona de origem estrangeira é reduzida, representa 0,3% do total. Existem 120 estrangeiros de origem russa. Sabe-se que somente 52 pessoas são de origem brasileira, falantes de português, moradores nas grandes fazendas. Eles, segundo o Plano Municipal, mantêm a comunicação permanente nas suas famílias com a língua brasileira (MSP, 2010, p. 116).

Após sustentar o argumento das mudanças e dos trajetos que sofrem as associações de camponeses criadas no contexto de avanço da ocupação dos espaços territoriais, seja com a ocupação planejada, seja espontânea, evidencia-se a perda de importância e influência da forma organizacional de associação em sindicatos nos antigos locais, tanto na queda do protagonismo coletivo, quanto no esvaziamento dos membros.

Nos seguintes tópicos, descreveremos as características e lógicas organizacionais no oriente boliviano. Esta questão permitirá compreender o contexto das mobilizações nas ocupações massivas das terras.

6.4 Características organizativas sindicais, indígenas e boliviano-brasileiras

Desde o início do decênio de 2000, a novidade é a presença de duas afirmações e formas organizativas rurais no oriente boliviano envolvidas na luta pela posse da terra: o caráter étnico da afirmação do indígena e a influência do Movimento Sem Terra do Brasil (MST-Br). Por sua vez, essas duas perspectivas de organização se combinam, com uma terceira, às antigas formas de associação de *tipo sindical* formadas com a criação das colonizações nos decênios anteriores.

É visível a presença no oriente boliviano destas três formas organizativas nas ações coletivas e ações comunitárias voltadas às ocupações de terras. A pesar de que a disciplina de tipo obediencial é a estatutária, ou seja, todas associações de base se regimentam nos estatutos orgânicos das tradicionais organizações nacionais, com sede em La Paz. Conforme os alinhamentos orientadores dessas entidades, as antigas e novas organizações rurais, de base, formalizam e regularizam seus estatutos orgânicos conforme estes guarda-chuvas. Eis a relação delas:

Quadro 12 – Organizações nacionais rurais da Bolívia segundo a afirmação sindical, indígena e dos sem terra.

Afirmação Sindical	Afirmação Indígena	Afirmação Sem Terra
<ul style="list-style-type: none"> • Fundação, década de 1970⁶³ • Incidência na Amazônia e no Altiplano • Organização matriz: <i>Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia</i> (CSUTCB) • <i>Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia</i> (CSCIB) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação, década 1990 • Incidência predominante no Altiplano • Organização matriz: <i>Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu</i> (CONAMAQ) 	<ul style="list-style-type: none"> • Fundação, década 2000 • Incidência na Amazônia e no Altiplano • Organização matriz: <i>Movimiento de los Trabajadores Campesinos e Indígenas Sin Tierra de Bolivia</i> (MST-Bo)

Fonte: Elaboração do autor

Quais são as diferenças das lógicas práticas organizativas que produzem estas três afirmações para propiciar adesões de agremiação das organizações de base? Entende-se por lógicas práticas as elaboradas em termos de conseguir adesões e influências produzidas pelas três grandes organizações rurais da Bolívia. Qual a incidência delas nas organizações de bases do oriente boliviano que ocuparam terras?

6.4.1 Tendências de direção na Afirmação Sindical

Nas décadas 1960-1990, as associações de base protagonizaram as ocupações espontâneas e filiaram-se às de caráter sindical. Para que qualquer associação de base pudesse escolher filiar-se ou se inscrever numa das organizações matrizes, habitualmente, devia exibir três elementos estimulantes: presença ou incidência desses organismos na área; o mais fundamental, a capacidade de negociação e diálogo que elas tenham com o Estado; e o papel dos “*círculos de confiança dos líderes chefes nos níveis intermediários*”.

⁶³ Em 1979 foi realizado o Congresso de Unidade das confederações agrárias, algumas alinhadas com o *Pacto Militar-Campesino*. A mais conhecida foi a *Confederación Nacional de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CNTCB). Após o Congresso, fundou-se a CSUTCB, denominou-se “única” porque, a partir desta data, era única entidade representativa do campesinato boliviano.

1) na Bolívia, pode-se dizer que existem influências e/ou incidências em determinadas regiões de cada organização matriz (ver quadro acima). As novas associações orientadas a ocupar terras filiaram-se à CSUTCB e CSCB, porque estas tradicionalmente tiveram influência na região desde que se iniciaram os processos de colonização. Por exemplo: a Confederação de Colonizadores não tem agremiados no departamento altiplânico de Potosí, porque nessa região não se tem realizado colonizações de terras, como foi no oriente boliviano.

2) naquelas décadas, as organizações sindicais que tiveram relação entre operários/Estado, operários/empresários e campesinato/Estado eram as reconhecidas oficialmente pelos governos e até formalmente acolhidos pelos ministérios de trabalho. Uma resolução ministerial autenticava a “legalidade” da representatividade das diretorias nacionais, após a recomendação formal da *Central Obrera Boliviana* (COB). Foi até normal na conclusão dos congressos nacionais, o secretário executivo COBista fazer a posse da nova diretoria, chamada *Comité Ejecutivo Nacional* (CEN,) para dar sinal do reconhecimento. Em consequência, as diretorias sindicais que não possuíam o respaldo COBista podiam ser consideradas pelas associações de bases como apenas de resistência e militância, sem poder de diálogo com o Estado.

Por sua vez, além dos reconhecimentos formais, *Resolución Suprema*⁶⁴ outorgava a “*Personalidad Jurídica*” para as ditas entidades. A obtenção dela transformou as organizações como a consecução de uma batalha e o “status de legalidade” em relação às agremiações que não possuíam aquele documento. Essas duas condições formais, em teoria, habilitam para a interlocução e diálogo com o Estado. Talvez, por essa razão, às vezes, as diretorias nacionais optaram por se tornarem funcionais aos partidos governantes, porque deles conseguiam, por exemplo, trâmites, avanços na titulação de terras em andamento.

3) para que uma organização de base optasse pela escolha formal da filiação, o trabalho prévio dos promotores é o que influi na tomada de decisão. Trata-se daqueles sujeitos denominados aqui, círculos de confiança dos líderes e dos ativistas. Estes sujeitos induzem a afinidades programáticas para acontecer a filiação.

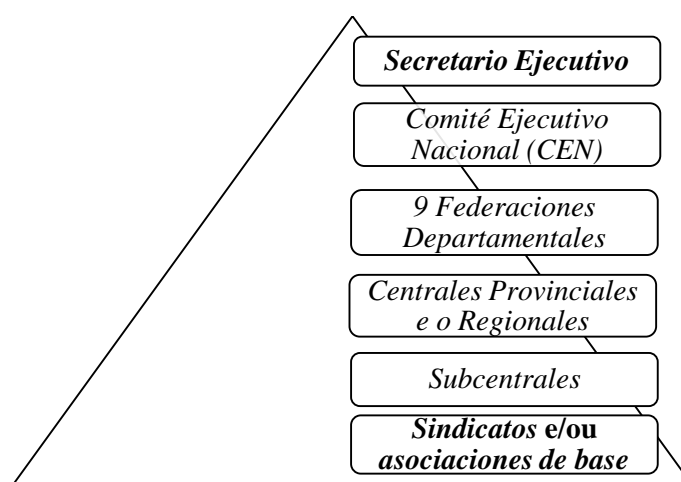
Foram essas três condições convencionais as que geraram, ao longo das décadas, a decisão de adesões e filiações das associações de base voltadas para as

⁶⁴ A Resolução Suprema é um documento de menor hierarquia em relação a um Decreto Supremo (DS) presidencial.

lógicas sindicais de direção. Elas são evidenciadas nas atuais ações coletivas e formas de organização dos camponeses indígenas que ocupam terras.

O sindicato, sabe-se, é uma organização com gênese na modernidade. Grupos de operários tinham-se agremiado no industrialismo europeu, portanto as decisões se dão conforme mandos de cima para baixo, estatutos, programas, “lógicas da produção de demandas” ao Estado. Tem-se, portanto, estrutura orgânica. Em consequência, delegação abstrata do campesinato numa direção conforme níveis, nacional, departamental, provincial, regional, sub-centrais, e sindicatos de base. Nesse sentido é piramidal, assim como é refletida no seguinte quadro:

Figura 3 – Lógicas de direção da afirmação sindical do campesinato boliviano



Fonte: Elaboração do autor

6.4.2 Tendências de direção na Afirmação Indígena

Durante décadas, as tendências da afirmação do indígena nos orientes, ao contrário da afirmação sindical, foram desprovidas de elementos estimulantes para que as novas associações e lideranças locais pudessem se identificar e buscar filiação nela. Identificaram-se dois obstáculos que impediram a influência da afirmação indígena na região do oriente:

1) no cenário nacional, o *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ)* é a organização que reivindica a pauta da afirmação indígena: restituição dos territórios pré-coloniais, autoridades originárias, cosmovisão andina. Enquanto a CONAMAQ na região de influência predominante possui membros

associados a partir da homogeneidade étnico-linguístico e territorial, na região do oriente a afirmação indígena afronta obstáculos com a heterogeneidade de origem e língua de homens e mulheres imigrantes, mesmo tenham origem *quéchua* e *aymara*. Portanto, essa situação dificultou que eles se tornassem potenciais membros e aderentes.

2) o contexto hostil promovido pelos fazendeiros locais de discursos anti-imigrantistas, *anticolonizadores*, *anti-indígenas* propiciou um contexto local favorável para que as iniciativas de associação estivessem voltadas para as afirmações sindicais e MSTistas. Em consequência, também, buscavam estratégias noutras formas de inclusão local, assim como a autoidentificação do ser pequeno produtor, camponês, colonizador, mesmo sendo indígena.

Pois as associações de base formadas para as ocupações de terras optaram por silenciar a afirmação e deslocar para apenas práticas cotidianas e não em pautas, tomadas de decisões e formalização de filiações. Porém, durante o indefinido período do silenciamento, ou seja, até o início da década de 2000, potencializou-se a formação, no interior do campesinato, de grupos de camponeses, jovens lideranças. Eles assistem a eventos nacionais e internacionais, nelas resgatam a afirmação indígena.

O resgate da perspectiva foi em três eixos: paridade, ou seja, equidade na liderança homem/mulher, a convivência homem/natureza, e a reivindicação não só da terra, mas também do território sintetizado como a Mãe Terra, *Pachamama*; a crítica à perspectiva ocidental eurocêntrica; e a reivindicação do ser originário e não forasteiro no próprio país. Estas foram as afirmações que acrescentaram na formação política no interior do campesinato. Eles, em determinado momento, afloraram as aprendizagens no fornecimento dos coletivos formados para as ocupações de terras, apenas a partir do período de crise política boliviana começada em 2000.

Nesse sentido, no início do século XX, o movimento do campesinato no oriente boliviano teve a objetivação da confluência indígena e MSTista.

6.4.3 Tendências de direção na Afirmação MSTista

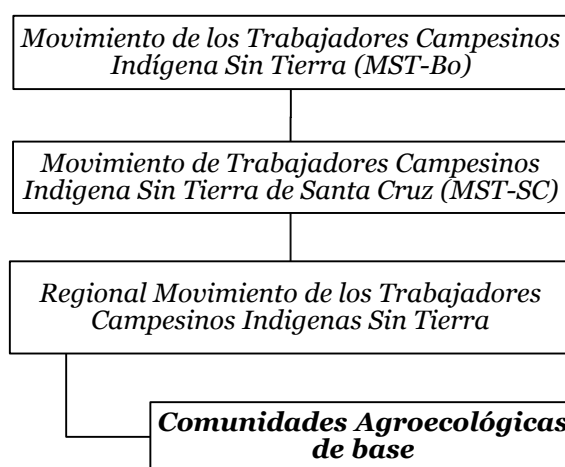
Até o final da década de 1990, a convocatória sindicalista havia perdido força, fato refletido amplamente nesta pesquisa. Por exemplo, na cidade de Cochabamba, em 2000, foi a direção de entidades não sindicalizadas, reunidas numa diretoria horizontal chamada Coordenadoria de Água a que comandou as mobilizações

populares urbanas que expulsaram pela primeira vez uma multinacional privatizadora da água. Portanto, não foi pela convocatória das velhas e tradicionais direções sindicais afins à *Central Obrera Bolívia (COB)*. Aquelas históricas organizações chamadas confederações camponesas e operárias haviam diminuído credibilidade das massas.

No oriente boliviano, de fato as organizações de direção de tipo sindical também tinham diminuído sua influência, não eram as que representavam as famílias que não possuíam terra. A emergência do Movimento Sem Terra foi oportuna porque incluía na pauta a posse da terra, mesmo sendo pela ocupação violenta e/ou pacífica das terras griladas, públicas e latifúndios improdutivos.

Nesse sentido, o MST-Bo espalhou-se de adesões de grupos formados nas regiões tropicais. Um grupo de pessoas formam uma associação chamada *sub-comunidades*, várias *sub-comunidades* conformam uma regional, e elas em instância departamental e nacional. Ver a seguinte figura:

Figura 4 – Lógicas de direção da afirmação MSTista



Fonte: Elaboração do autor a partir dos documentos, CCA-PU

6.5 Movimentos camponeses a partir da perspectiva governamental

A abordagem sobre os movimentos sociais indígenas camponeses tem provocado mais reações que análises nos âmbitos dos órgãos públicos do Estado boliviano. Talvez sejam três as características do tratamento de ditos movimentos sociais por parte dessas entidades:

- *Primeiro*: a implícita assimilação do modelo democrático boliviano, baseado somente nos processos eleitorais, fez com que todas as demandas sociais fossem feitas por meio de um único canal, a representação partidária, sistema de pacto de partidos, em todos os níveis do governo executivo. Por exemplo, as demandas dos movimentos (populares, camponeses, urbanos, operários) deveriam ser canalizadas por meio da representação partidária para serem resolvidas: havia limite para serem ouvidas. A partir desse ponto de vista, as ações dos movimentos como greves e bloqueios nas ruas e rodovias passaram a ser tratadas como atos apenas para provocar desordem. O que os movimentos poderiam ou não causar é abordado desde a suspeita, atribuindo, assim, ao que poderia ser uma consequência dos atos os movimentos sociais, uma abordagem a priori, que reforçava os estereótipos.
- *Segundo*: o mistério constitui o segundo elemento para a ausência da análise. Os movimentos camponeses indígenas aparecem como um tecido de enigmas. São vistos como imprevisíveis, tanto em seu surgimento, quanto na sua dinâmica. São apresentados como alteração da racionalidade. Houve autoridades nacionais que preferiam usar um léxico metafórico chamando como “*horadanizaciones sociales*”, como se fossem uma turba de animais que de seres humanos ou de as organizações sociais propriamente ditas. Na época dos conflitos, as autoridades governamentais promovem a divisão de diretorias paralelas. No cenário rural, por exemplo, teve, em geral, uma diretoria nacional da CSUTCB pró-governo, chamada de *paralela e oficialista*; e outra, a chamada “legítima e orgânica” *anti-oficialista*, mas, desqualificada pelos órgãos do Estado, que consideram suas ações como fatos isolados de grupos pequenos.
- *Terceiro*: os movimentos são tratados como rotinas desenvolvidas em épocas determinadas, como costumes. Esta perspectiva governamental pretende acalmar a população que não participa dos movimentos, deixando subentender que essas ações passam após certos ciclos de conflitos. Certamente, os movimentos têm ciclos: momentos de explosão, retirada e novas incursões. Os mobilizados entram em retirada quando começam os trabalhos de semeadura e colheita. Tratam-se dos principais produtos dos ciclos de produção de batata e trigo, nas regiões andinas, e de milho e frutas, nos vales. Tampouco entram em mobilização em época de chuvas. Por esse motivo os governos consideram que existe rotinas, épocas determinadas de mobilização, e épocas de retirada.

Esta perspectiva governamental foi instituída com maior força após o declive do movimento operário. Em 1985, houve a demissão massiva dos trabalhadores da empresa estatal de mineração, o que provocou a propensão governamental de subestimar a potência dos movimentos camponeses. Houve, anteriormente, um diálogo entre movimento operário e rural para realizar ações conjuntas por meio de uma só plataforma de demandas ao Estado, de acordo com a convencional aliança operário/camponês.

Mesmo que o movimento camponês mantivesse protagonismo, exercendo o principal papel na Secretaria Geral, dentro da *Central Obrera Boliviana* (COB), as demandas rurais tiveram que ser canalizadas pelo próprio campesinato em plataformas setoriais.

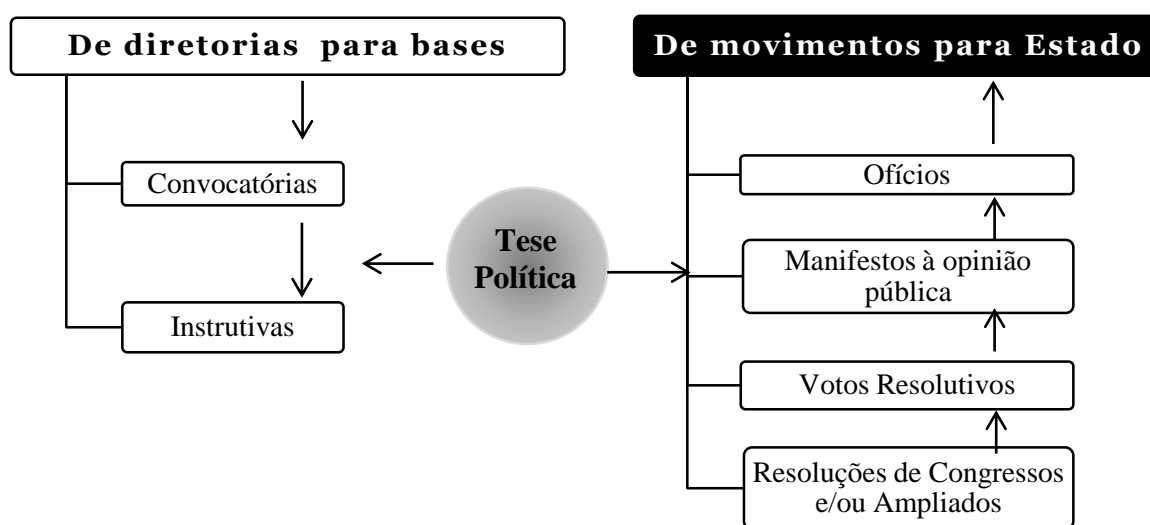
Na ausência de oportunidades de mobilização, o movimento camponês indígena desenvolveu, em momentos de retirada, relações de comunicação, produção e *agitación* entre, por um lado, aqueles que falam e escrevem, e por outro lado, as bases desmobilizadas e despolitizadas para as incursões em dois níveis:

a) Relação de comunicação horizontal entre líderes e ativistas – Trata-se não apenas de simples relações de comunicação oral, mas também de relações econômicas onde é posto em jogo o valor de quem fala. Além disso, são cultivadas relações de linguagem que criam e reforçam crenças e fidelidades nas bases sobre qual dos líderes e ativistas são os aliados e quais são os inimigos. Constitui-se um espaço de projeção de supostos divergentes, em palavras, em orações e até em apelidos contra os chamados inimigos do movimento camponês indígena, ou seja, outros líderes e ativistas. Portanto, eles desenvolvem capacidades de oratória, do uso da informação, do desenho de estratégias, de agendas com os líderes de base com os quais entraram em contato. Oferecem uma poderosa bateria moral às bases despolitizadas, ou seja, argumentos positivos e negativos que gerem indignação para atraí-los para o polo positivo. Talvez tenha a ver, para este caso, uma comparação do que Pierre Bourdieu (2001) chama de “intercâmbios linguísticos”. Para o autor, em todas as relações de comunicação existem, por excelência, intercâmbios linguísticos, eles são também relações de poder simbólico onde se atualizam as relações de força entre locutores e seus respectivos grupos.

b) Fluxo de demandas escritas – Trata-se dos processos de produção escrita, do valor da produção de documentos ideológicos políticos-programáticos.

Podem ser percebidos em duas direções: desde as diretorias nacionais, departamentais e regionais dirigidas às organizações de base (de cima para baixo); e, desde distintos níveis (de baixo para cima) dirigidos ao Estado, às autoridades nacionais, ministeriais, governações, municipais, prefeituras, etc. Eis esta relação no fluxograma seguinte:

Fluxograma 2 – Relação e lógicas da produção de demandas escritas do movimento que precedem as ações coletivas, em período de retirada



Fonte: Elaboração do autor.

6.5.1 De diretorias para bases

Convocatórias – Tratam-se de circular ou ordem de convocação para participar de determinadas atividades de análise, debate e avaliação com potencial à ação. Em geral, convocam-se para *ampliados*, congressos, marchas, manifestações e reuniões de diretorias hierárquicas. Elas são encaminhadas após as determinações de reuniões de diretorias ou após as instrutivas recebidas de diretorias hierárquicas. Estes documentos são distribuídos fisicamente e por emissoras de rádio católicas e comunitárias. Obrigatoriamente possuem carimbos, selos e assinaturas em folhas oficiais da organização que convoca.

Instrutivas – É o chamado à ação concreta. Tem caráter de convocação inesperada e de emergência. Este documento é emitido em caráter de urgência porque os prazos são insuficientes para os processos de consulta e consenso, caso este esteja de acordo com a orientação da tese política. Por exemplo, em situações como quando,

durante mobilizações, um ou vários mobilizados de base e/ou líderes são detidos pela polícia, confinados ou reprimidos com violência, atingindo diretamente as lutas históricas do campesinato, um reduzido número de membros da diretoria tem faculdade de realizar o chamado de instrutiva. São distribuídas da mesma forma que as convocatórias, também fisicamente e têm características formais semelhantes.

6.5.2 Dos movimentos para o Estado e Sociedade

Ofícios – Comunicação dirigida às autoridades públicas. Serve para solicitar audiências tanto para apresentar a plataforma de demandas, quanto para avaliar os avanços dos acordos assinados entre Governo/Campesinato. Tem caráter informativo, nele vão anexadas as resoluções dos Congressos e Ampliados. A assinatura dos secretários executivos e/ou do principal membro da diretoria é elementar, somente assim dão a integridade do formalismo do ofício. Em casos excepcionais, por exemplo, confinamentos, prisões por Estado de Exceção, somente os membros restantes assinam os ofícios. A figura do Secretário Executivo é mais que simbólica para o encaminhamento desses documentos.

Manifestos à Opinião Pública – Têm caráter de solidariedade de classe, de adesão ideológica aos movimentos afins que se desenrolam. Anunciam um possível desencadeamento do conflito. São apresentados em entrevistas coletivas e difundidos nos meios de comunicação. Em alguns casos, após a advertência de adesão ideológica virá a de adesão física à mobilização. É assinada pelos membros das diretorias.

Votos Resolutivos – Têm caráter de rejeição sobre uma conjuntura desfavorável para o setor. Denúncia feita às autoridades públicas pela desatenção às demandas. Desconhece diretorias paralelas sem legitimidade e reconhece as de maior apoio. É produto dos consensos e conclusões dos Ampliados e Congressos, são assinados pela totalidade dos delegados dos eventos.

Resoluções de Congressos e/ou Ampliados – São documentos “esquentadores” enunciativos para uma ação. São debatidos amplamente em mesas e comissões de trabalho durante os dias do evento. Após longos processos de discussão são apresentados por um relator no plenário, depois, é considerada suas aprovações. Definem tarefas, dão mecanismos preparatórios para eventuais mobilizações. Abordam contextos.

A estrutura do conteúdo dos Manifestos à Opinião Pública, dos Votos Resolutivos e das Resoluções compõem em três partes: a *considerativa*, que apresenta uma descrição do contexto crítico; a *determinativa*, que sinaliza ações de resposta; e a *cominativa*, que adverte ações de fato caso a serem desatendidos.

Teses Políticas – É o pacote ideológico mais importante, de caráter nacional e centrífugo, presente em todos os documentos. É o horizonte que guia as ações da organização aprovadas nos Congressos Ordinários bianuais que elegem, por sua vez, diretorias nacionais. Nos congressos, existe uma tradição de formação de comissões de debate, entre elas, a Comissão Política⁶⁵, que é considerada a central porque nela se apresentam documentos ideológicos de correntes políticas, desde as tendências de grupos armados até os moderados. Os empolgantes debates da Comissão tornam-se numa plateia de qualificados oradores militantes que defendem posicionamentos. Finalmente, seja por consenso, seja por dissenso, são apresentadas no plenário para serem consideradas sua aprovação. O documento aprovado transforma-se em Tese Política. A organização nacional se baseia conforme os alinhamentos da Tese. Essa relação está refletida no fluxograma acima.

Certamente, a influência da perspectiva oficial sobre o movimento camponês indígena foi predominante para serem abordados na produção acadêmica boliviana. Por causa disso, a produção boliviana se refere mais na observação do âmbito macro do que na análise propriamente dita sobre o corpo, a composição, os ciclos e as lógicas que se desenvolvem, seja nos momentos de explosão, seja nos momentos de retirada e nas novas incursões. Como vimos, enquanto os movimentos estão em etapa de retirada, projetando mobilizações, temos a etapa de maior produção ideológica. Mesmo que as bases estejam despolidizadas e desmobilizadas, é o melhor cenário para recrutamento de militantes, assim como a criatividade discursiva dos militantes, ativistas e líderes camponeses.

⁶⁵ A Comissão Orgânica é também a segunda comissão em importância dos congressos, porque é a encarregada de propor a modificação dos Estatutos Orgânicos da organização.

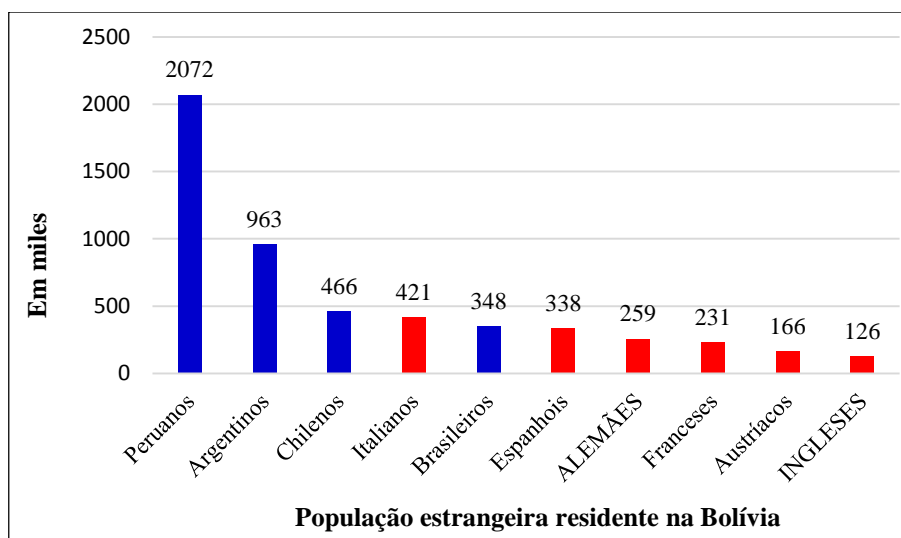
6.6 Terras prometidas para doação, Estado e movimentos

6.6.1 De Terras Baldias a Terras Fiscais para doação no século XX

O continente americano foi receptor de milhões de imigrantes europeus no século XIX. Já o capitalismo mundial, no ocidente, havia movimentado incalculável quantidade de milhões de pessoas com destino ao centro do industrialismo: Inglaterra, Escócia e Irlanda. Autores franceses, por exemplo, a este fato chamaram as primeiras exportações de força trabalho rural em direção aos centros urbanos, aquilo que foi considerado como o maior processo de proletarização dos camponeses (BRIS; REY; SAMUEL, 1980, p. 9). Em relação ao continente americano, segundo Hirano (2005, p. 61), no decorrer do século XIX, até 1913, aproximadamente 45 milhões de pessoas cruzaram o Atlântico. Dois fenômenos acontecem: por um lado, aqueles países acolhedores de migrações, americanos; por outra parte, os europeus exportam força de trabalho ao continente americano. Conforme os dados de Hirano, a primeira grande corrente migratória tinha origem da Irlanda, a segunda da Alemanha, a terceira da Inglaterra, e Itália, esses imigrantes europeus desempenharam um papel importante na modernização das Américas (HIRANO, 2005, p. 59).

Pergunta-se: de que forma a Bolívia participou na recepção dessa corrente migratória europeia? A partir dos dados oficiais, a população estrangeira em 1900 somente representava um 0,45% da população boliviana (BOLÍVIA, 1902, p. 128). Foi diferente o que acontecia, por exemplo, nos Estados Unidos e no Brasil. A proporção é enorme: dos 45 milhões de europeus, 70% desembarcaram nos Estados Unidos. Conforme Hirano, no Brasil, na última década do século XIX, registraram-se 216 mil imigrantes europeus. No entanto, apenas na Bolívia registram-se 7.425 estrangeiros em 1900. Desse número, 2.072 foram peruanos, 963 argentinos, 466 chilenos, ou seja, dos países vizinhos. A chegada da de europeus foi insignificante. O gráfico seguinte ilustra essa diferença:

Gráfico 12 – Presença de população estrangeira na Bolívia, segundo país de origem, em 1900



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do *Censo General de Población de la República de Bolivia 1900* (BOLÍVIA, 1902).

Consideramos importantes os dados demográficos que colocamos em destaque, porque na Bolívia existe uma tradição discursiva contra os estrangeiros no interior do movimento camponês indígena. Eles consideram que a terra foi apropriada pelos estrangeiros, porém a dimensão de presença de estrangeiros, comparada com os países vizinhos, é descomunal. A Bolívia não foi receptora da migração europeia em grandes quantidades, mesmo que tenha tido políticas de estado de incentivo, como o oferecimento de terras baldias.

Neste segmento, pretende-se esclarecer dois conceitos aplicados na legislação boliviana: terras baldias e terras fiscais. Na ampla legislação boliviana sobre processos de promoção da imigração europeia através de políticas chamadas de colonização, iniciadas na segunda metade do século XIX (GARCIA, 2001), é inexistente menção alguma a presença de povos nativos em terras consideradas baldias. Simultaneamente, havia uma forte interpretação da intelectualidade e dos governantes sobre o discurso teórico em relação à migração e à colonização como meios de progresso e desenvolvimento socioeconômico boliviano. Essa interpretação teve influência que alcançou a um ponto mais gélido no final do século, as teses darwinistas aplicadas à sociedade alcançaram aos intelectuais e políticos bolivianos⁶⁶.

⁶⁶ A pesquisadora francesa Marie Daniele Demelas fez uma pesquisa sobre o darwinismo europeu com impacto no contexto da elite *criola* boliviana. Segundo ela, foram a Revolução Francesa e os estudos

Segundo Demelas (1981, p. 58) as elites de Santa Cruz optaram pela influência francófila; enquanto em La Paz optou-se pela produção inglesa e chilena. Produto da influência estrangeira. As elites pretendiam justificar a opressão que brancos e mestiços exerciam sobre os grupos de indígenas em servidão nas *haciendas*, mesmo que estes tenham sido povos de grandes avanços tecnológicos na agricultura e no manejo hidráulico. Talvez por isso e por outros fatores que precisam ser debatidos nas próximas pesquisas as classes governantes bolivianas ignorassem a presença de povos nativos em terras baldias.

Descrevem-se aqui no quadro 11 as oito zonas de terras reservadas para colonização europeia a partir da legislação publicada numa ampla coletânea em 1905. As ditas áreas ofertadas se sobrepõem aos territórios de 23 povos indígenas existentes na bacia amazônica. No departamento de Santa Cruz há quatro territórios: *Ayoreo*, *Chiquitano*, *Paiconeca* e *Guarani*. No departamento de Beni, encontram-se justapostos 14 territórios dos povos *Moxeño*, *Sirionó*, *Canichana*, *Movima*, *Chimani*, *Joquiniano*, *Tonalla*, *Baure*, *Reyesano*, *Cayubaba*, *Cavineño*, *Chacobo*, *Moré* e *Esse Ejja*. No departamento amazônico, local de maior promoção de colonizações, encontravam-se três povos: *Pacahuara*, *Yaminahua* e *Machineri*. Finalmente no departamento de La Paz habitavam os povos *Tacana* e *Araona*. Atualmente essas áreas oferecidas, por exemplo, em 1905, são territórios reconhecidos pelo Estado boliviano como *Territorios Comunitarios de Origen* (TCOs).

Entre 1905 e 1996 transcorrem 92 anos. Naqueles anos as legislações, obviamente com contextos diferentes, estabelecem a disponibilidade de terras públicas para distribuição. Anteriormente, esta distribuição esteve orientada com ênfase para os estrangeiros europeus com cômodos preços de adjudicações, portanto, a terra foi objeto de procedimentos burocráticos fáceis de acessar. No decorrer dos anos, mesmo que as terras desta vez estivessem destinadas para os camponeses indígenas e famílias que possuíssem terra insuficiente, a acessibilidade se tornou quase impossível.

Certamente, a questão é complexa de ser analisada. Por exemplo, a crise da institucionalidade agrária, debatida nesta pesquisa, é um dos fatores que demonstram uma série de filtros e procedimentos burocráticos. As decisões de funcionários públicos

das leis que regem as sociedades que ocuparam a atenção das castas dirigentes sul-americanas no decorrer do século XX. No México, Brasil, Chile e também no Peru e Argentina, a filosofia positivista se torna em referência obrigatória das elites progressistas na luta contra o conservadorismo clerical. Aconteceu o contrário na Bolívia, foi o *spenciarianismo* (darwinismo social) que se torna no modo de pensamento comum à maior parte das classes dirigentes.

tornaram-se determinantes no processo de acesso formal, regular, o acesso à terra tornou-se assimétrico, porque estiveram favorecidos certos setores sociais empresariais com essa distribuição. Nesse sentido, o acesso às terras públicas para setores rurais foi se fechando cada vez mais. Esta situação pode ser evidenciada no Decreto Supremo Nº 24784 que regulamenta a lei agrária de 1996. Essa norma destina um quarto do conteúdo somente a procedimentos sobre terras públicas, chamadas fiscais, cujo conteúdo está direcionado a descrever uma série de passos que impedem o acesso à terra, embora diga a norma: terra para os que não possuem ou que possuam terra insuficiente. Até parece chamativo, 92 anos após aquelas normas sobre terras baldias de 1905, são também 92 artigos da norma que ocupam somente procedimentos e definições de *tierras fiscales* e acesso à distribuição delas (ver fluxograma em anexos).

Atualmente, terras fiscais disponíveis para distribuição destinada a camponeses indígenas, a partir da interpretação resumida da legislação, são aquelas: 1) identificadas à conclusão dos processos de regularização fundiária; 2) as revertidas a seus proprietários por abandono; 3) expropriadas a seus proprietários por não cumprimento da função econômico-social, reagrupamento e redistribuição da terra; e, 4) que foram objeto de uma declaração de nulidade de todo processo jurídico. Tampouco podem ser consideradas terras fiscais aquelas áreas em processo de regularização fundiária em favor de Terras Comunitárias de Origem (TCOs) (BOLÍVIA, 1997, Art. 74).

Como poderá se compreender, os quatro pontos tornam-se fortes cadeados, porque somente depois de um longo processo burocrático de regularização fundiária das terras em disputa há décadas, ou seja, o resto delas pode ser declarada disponível para doação. A regularização fundiária leva em conta terras possuídas inclusive consuetudinariamente. Em síntese, o acesso livre sem restrições à terra tornou-se impossível. Considera-se, portanto, um dos fatores para a ocorrência das ocupações de terras na Bolívia pelos camponeses, ou seja, a via irregular.

Outra modalidade jurídica para serem declaradas terras disponíveis para dotação são aquelas áreas que não foram objeto da regularização. Trata-se de “terras públicas”, chamadas também “terras baldias” e “terras virgens” pelos camponeses. Estas terras se encontram nos lugares mais distantes dos povoados rurais, portanto, impenetráveis e inacessíveis.

6.6.2 *Procedimentos práticos e cotidianos prévios para a solicitação da dotação de terras*

A filosofia de toda norma legal é equitativa, democrática. A normativa agrária boliviana é até a que mais privilegia, porque é orientada para favorecer aos camponeses indígenas. Porém, essa normativa outorga uma série de procedimentos para acessar a dotação regular, que, por suas exigências, pode até manter-se somente teoria. Aqui vão, em resumo, os procedimentos práticos e cotidianos:

1. Um grupo de pessoas afins (a partir de 25 membros) organiza uma comunidade. Colocam um nome à associação. Nomeiam uma diretiva. Reúnem-se regularmente para consolidar formalmente a comunidade.
2. A diretoria “regulariza” sua condição de organização/associação. Onde? A agremiação com uma organização camponesa regular reconhecida de tipo regional, departamental e nacional é um avanço fundamental para o sentimento de confiança dos associados. Para se chegar a essa situação, o grupo realiza uma série de contatos com líderes da organização matriz.

A forma convencional dos bolivianos para se associarem é conforme as práticas descritas nos dois pontos anteriores. Essas práticas são reconhecidas dentro das formas de associação civil, chamadas de “*Personería Jurídica*”. No entanto, as associações ainda devem regularizar outra condição para acessar direitos com o Estado e possuir a “*Personalidad Jurídica*”. Trata-se de uma resolução assinada seja pelo governador, subgovernador ou por um prefeito. O documento reconhece a associação com data de fundação, lugar e número de associados.

3. Alguns grupos associados para solicitar terras, inclusive, conseguem a *personalidad jurídica* antes de apresentar a Solicitação de Terras, mas para a apresentação é só necessário a *personeria jurídica*: atas das assembleias, diretoria da “nova” comunidade, certidão de agremiação, lista de associados da comunidade, etc. A documentação de solicitação é apresentada na Direção nacional do INRA.
4. Diz-se comumente que o seguimento é um dos pilares fundamentais na função pública. No caso da solicitação de dotação de terras, até para ingressar no cadastro do Registro Único Nacional de Beneficiários (RUNB) deve realizar-se

inúmeros ofícios de pressão e reuniões com autoridades agrárias departamentais e nacionais, até mesmo pressão como tomar de reféns a funcionários públicos.

Uma vez realizados esses procedimentos, a solicitação passa pelos filtros institucionais, o RUNB.

6.6.3 Dois registros nacionais para acesso a terras

Em junho de 2006, por meio de decretos presidenciais, criam-se dois registros nacionais: *Registro Único Nacional de Tierras Fiscales* (RUNTF) e o *Registro Único Nacional de Beneficiarios* (RUNB). O RUNTF Trata-se de uma base de dados com standard técnico em informação geodésica padronizada e centralizada dentro da institucionalidade agrária boliviana, conforme exigências técnicas internacionais.

Como consequência da reorientação das políticas agrárias, voltadas a favorecer a distribuição prioritária de terras fiscais a camponeses indígenas, cria-se uma série de procedimentos operacionais. Nesse sentido, cria-se a base de dados tanto de terras fiscais disponíveis e não disponíveis para distribuição quanto de comunidades sem terras ou com insuficiente posse da terra (MDRAYMA, 2008, p. 10).

O RUNTF tinha como propósitos, por exemplo, padronizar e deixar transparente a informação cadastral, técnica, produzida como resultado do processo de regularização fundiária, incorporando tecnologia; possuir informação estatística e geográfica de terras disponíveis e não disponíveis para incorporá-las à distribuição; e, dispor acesso público à informação da base de dados aos demandantes.

O RUNB foi criado para dispor dados completos, classificados e atualizados sobre povos e comunidades indígenas e camponesas sem terra ou aquelas que possuem escassa propriedade. O RUNB também identifica e seleciona, a partir das necessidades socioeconômicas, as famílias solicitantes para encaminhá-las à dotação de terras, e mantém informação estatística delas. Mantém o registro de famílias, verificadas em trabalhos de campo no processo da regularização fundiária, com insuficientes terras.

6.6.4 *Perspectiva oficial de dotação de terras*

O *Plan Nacional de Distribuição de Terras* proposto pelo governo de Evo Morales, a partir de 2006, em cujo ministério da área este pesquisador foi funcionário, formula um Modelo de Assentamentos Humanos. Na linguagem antiga, das colonizações, a organização de colônias, hoje de assentamentos. O modelo se orienta em três componentes: Infraestrutura adequada e suficiente; distribuição planejada das áreas produtivas; e definição de normas de gestão da terra (MDRAyMA, 2008, p. 24).

O plano oficial, de fato é formulado de cima para baixo, embora enfatize que a execução será adaptada tanto à realidade local das áreas concretas (terras) de dotação, quanto às realidades das populações locais e a serem deslocadas. Nas duas, dá-se a importância ao uso da terra segundo as características biofísicas do solo.

O conteúdo do Plano tem enfoque de métodos e técnicas da perspectiva da teoria do planejamento. Os seguintes pontos esclarecem o dito enfoque:

- a) *Infraestrutura* – Sabe-se que os anteriores processos de dotação de terras, as de colonização antes de reforma agrária e os programas de colonização, após a reforma agrária, haviam fracassado devido à escassa infraestrutura oferecida aos beneficiários dos deslocamentos. Desta vez, o Plano governamental considera importante infraestrutura básica: estradas de intercomunicação com centros urbanos, acesso ao consumo de água, comunicação, eletricidade. São importantes, também, os chamados “equipamentos sociais”, construção de escolas, centros de saúde, espaços esportivos, e abastecimentos. Os “equipamentos de apoio à produção”, instalações para produção: processadoras de alimentos e outros. As moradias devem ser construídas com materiais do lugar.
- b) *Distribuição planejada das áreas produtivas* – Os beneficiários da dotação e uma equipe elaboram um Plano de Ordenamento do Espaço Comunal. Nele, desenham um mapa, identificando áreas de conservação, produção florestal, agrícola e pecuária, conforme normas de vocação dos solos. Além disso, a norma, ou seja, o Plano propõe porcentagem de superfície destinada à segurança alimentar familiar localizada ao redor da moradia e em áreas próximas. Propõe também superfícies para cultivos comerciais.
- c) *Definição de normas de gestão* – Trata-se do processo de formação, construção de normas de gestão (uso), formuladas em Estatutos que regulem as decisões

coletivas e a convivência dos moradores, porque se trata de terras dotadas de forma coletiva, com um só título proprietário. Certamente, a redação do Estatuto é dinâmica, porque no decorrer o tempo as regras podem ser alteradas. Está pensada na justiça social, reciprocidade e complementariedade; define responsabilidades e direitos dos moradores (MDRAyMA, 2008, p. 28). O Plano nacional propõe também outros conceitos, como autogestão e inserção cultural dos beneficiários deslocados. O conteúdo dos Estatutos deve ser socializado entre os assentamentos.

6.7 Terra, lei, ordem e forças repressivas

6.7.1 Planejamento e execução das intervenções policiais nos conflitos pela terra

A chamada Lei INRA, desde 1996, define como ilegal todo fato de ocupação de terras. Os movimentos camponeses indígenas haviam conseguido a aprovação da norma após uma longa luta de protestos, marchas e processos de negociação com o governo. Aquela nova lei reconheceu todas as ocupações espontâneas, consideradas ilegais, até a data da aprovação, para serem sujeitas à regularização fundiária. Porém, a lei dispõe que todas as ocupações posteriores sejam estabelecidas como ilegais. Nesse sentido, a Lei INRA, referente a ocupações de terras, diz:

Os assentamentos e ocupações de fato em terras fiscais, produzidas com posterioridade à promulgação desta Lei, são ilegais e violam seus princípios; portanto, seus autores serão suscetíveis de despejo, com intervenção da força pública se for necessário, a requerimento de autoridade administrativa ou judicial competente (BOLIVIA, 1996, Disposições Finais, Primeira).

Neste caso, o requerimento da solicitação para a intervenção policial são duas instituições: a autoridade administrativa é o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), que pertence ao Poder Executivo; e, a autoridade judicial, os juízes agrários. Qualquer delas tem competência de emitir uma Resolução de Despejo. O Ministério Público participa em conjunto com a força pública, caso se trate de terras ocupadas que possuem moradias.

Caso as terras ocupadas estejam em processo de regularização fundiária (chamado *Saneamiento de Tierras*), sejam estas de possuidores privados, sejam terras

públicas, é o INRA que ordena o uso da força pública⁶⁷ para o despejo dos ocupantes. De outro lado, caso se trate de terras com regularização fundiária concluída, são os juízes agrários⁶⁸ que atuam com a ordem do uso da força pública. Os *Juzgados Agrarios* cuidam garantir os direitos dos proprietários com *Título Ejecutorial* das terras. Portanto, as duas instituições realizam a ordem formal dos despejos, a *Policia Nacional* executa a ordem. Simultaneamente o *Ministerio Público* nomeia um fiscal responsável do caso solicitado, eles acompanham a *Policia Nacional (PN)* no ato do despejo com força.

Anteriormente ao despejo policial, existe uma série de preparativos técnicos e operacionais. Foram entrevistados dois ex-diretores do *Régimen Interior* do *Ministerio de Gobierno*⁶⁹ da Bolívia. Por se tratar de informações sigilosas das instâncias coercitivas policiais, serão utilizados nomes fictícios nesta pesquisa: Surdo (E-7) e Lanza (E-25). A polícia nacional (Policia Militar) da Bolívia responde a um mando único nacional, o *Comando General*. Além disso, a PN responde ao mando Executivo, do *Ministro de Gobierno*. Nesse sentido, a Direção de Regime Interior é a instância operativa do ministério; ela organiza, dirige, operacionaliza e coordena com atores envolvidos: instituições agrárias solicitantes, Ministério Público e PN. Ainda assim, a última palavra de autorização é do Ministro.

Surdo proporcionou a organização logística, tática, e estratégica dos métodos do percurso procedimental dos despejos policiais. Com certeza, sobre este percurso não existe nem existirá algo escrito por questões de segurança. Segundo o entrevistado, para qualquer intervenção policial são desenvolvidos quatro passos com três atores interdependentes: Ministério de Governo, INRA e Vice-ministério de Terras (VT) ou PN.

Podemos considerar que existem duas formas de olhar a intervenção policial às ocupações: antes e depois de 2006, ano de início do governo de Evo Morales. Antes, os despejos policiais tinham maior ênfase contra os ocupantes camponeses, o assunto central de nossa pesquisa, e os fazendeiros tiveram maior possibilidade de ser ouvidos; por isso, a institucionalidade agrária, como foi descrito neste trabalho,

⁶⁷ Os diretores departamentais do INRA dispõem de faculdades de ordenar com a *Resolución de Desalojo*, conforme o artigo 34 e 343 do *Decreto Supremo* (DS) N° 23418 (BOLÍVIA, 1997).

⁶⁸ Na Lei INRA (1996), por sua vez, foi aprovada à criação da *Judicatura Agraria*, ou seja, o *Tribunal Agrario Nacional* e *Juzgados Agrarios*. Dito órgão desde 1999, por Lei N° 20225 de 22 de outubro, funciona como o *Tribunal Agrario Nacional*, sendo o primeiro no País na área jurisdiccional.

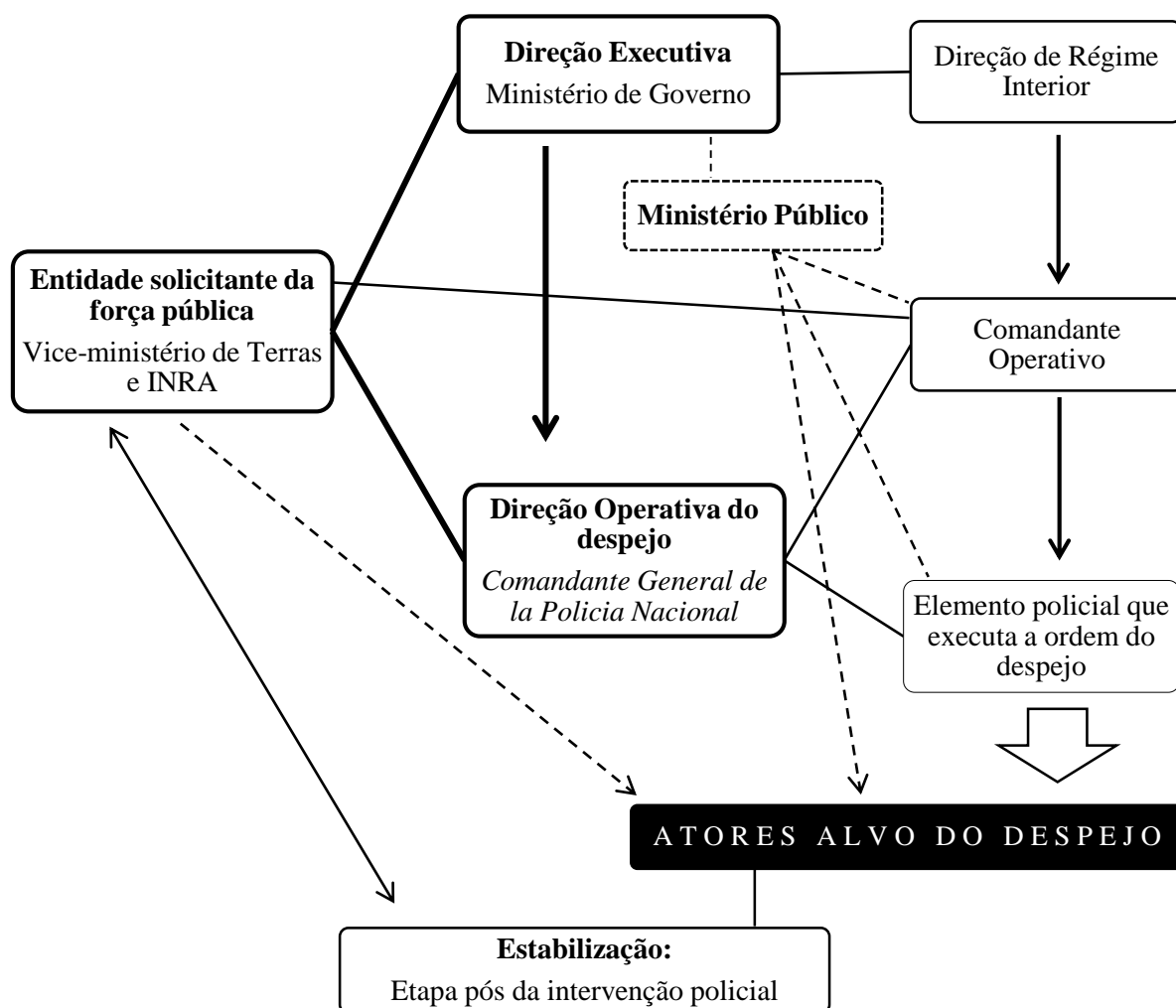
⁶⁹ A *Dirección de Régimen Interior*, na gestão do governo de Carlos D. Mesa, 2003-2004 teve seu nome trocado por *Dirección Nacional Operación del Conflictos*.

recebeu críticas do movimento camponês por ter agido em favor dos setores empresariais.

Durante o governo de Morales (2006-2009), a orientação dos despejos é dirigida contra os fazendeiros e pecuaristas alinhados com a oposição governamental. Eles, nesse período, receberam apoio dos grupos de resistência partidários de posturas regionalistas contra um governo central de Morales, que pretendia favorecer camponeses indígenas migrantes, concedendo terras. Alguns fazendeiros e pecuaristas, por sua vez, como evidencia um Informe Parlamentar (BOLIVIA, 2013a), sustentaram financeiramente os grupos de oposição política. Portanto, o governo de Morales aproveitou essa situação para investigar a legalidade das fazendas com as que foram tituladas no processo de regularização fundiária. Como resultado da investigação, evidenciaram-se atos de irregularidade, portanto determinou-se a expropriação das terras dos fazendeiros colocados em alvo governamental. Nosso entrevistado oferece uma descrição dos *modus operandi* para os despejos com dois aliados em terreno da intervenção: funcionários de fazendeiros que defendem a fazenda expropriada e grupos de choque, afins ao fazendeiro, que ajudam no confronto à PN.

Por que analisar aqui a organização logística, tática, e estratégica dos métodos do percurso procedimentais dos despejos policiais a partir do contexto apresentado no governo de Evo Morales? Considera-se que as estratégias de intervenção policiais sofrem mínimas modificações em cada conjuntura, porque as forças regulares que representam o direito afrontam contra um definido oponente, os irregulares, sejam os camponeses, sejam os grupos de choque, sejam os operários etc. Porque a lógica policial está definida para afirmar a superioridade da força legal, portanto da norma, da lei. Por essa situação, considera-se importante sua utilidade para este trabalho.

Fluxograma 3 - Relação de mando durante o planejamento e execução das intervenções policiais nos conflitos pela Régime Interior



Fonte: Elaboração do autor a partir da entrevista E-7 e legislação agrária.

Há três atores institucionais do Estado: Vice-ministério de Terras, Ministério de Governo e Polícia Nacional. O papel das instituições públicas no planejamento e execução das operações policiais se desenrola em quatro etapas:

- *1ª Etapa, recepção da solicitação da ação policial*: a institucionalidade agrária ou o possuidor de terras ocupadas solicita a ação da força pública. Na solicitação, incluem-se duas informações: a) descrição preliminar sobre a presença de ocupantes (alvo): característica dos participantes, localização com informação geodésica, lugar de procedência dos mobilizados, logísticas entendidas como acessórios para a lavoura, ferramentas, carros, bicicletas, motocicletas, etc. que possuem no lugar das ocupações onde serão despejados. b) simultaneamente, o

Ministério Público recebe a solicitação da ação dos fiscais. Os fiscais acompanham a operação policial para reforçar a legalidade da intervenção. Sabe-se que os fiscais, em algumas oportunidades, ingressaram às ocupações de terras até despercebidos entre os policiais (MAMANI, 2015, E-20).

- *2ª Etapa, primeira reunião de coordenação e planejamento:* a reunião é de alto nível, participam Ministros, Vice-ministros e Comandante Geral da Polícia. Verificam-se os dados oferecidos pelo solicitante, justapõem-se com a informação de inteligência policial. Por outro lado, expõem-se os motivos e o estado geral da situação do conflito, apresenta-se um plano preliminar da intervenção policial a partir dos dados disponíveis. O ministério de governo assume a tarefa de conferir os dados existentes. A polícia envia agentes ao local do conflito, eles coletam e diagnosticam a área onde será a ação policial. Essa tarefa é chamada de “trabalho de inteligência”, porque se indaga a força dos oponentes diretos, a força potencial dos grupos afins e a logística necessária.
- *3ª Etapa, segunda reunião, distribuição de responsabilidades:* precisam-se dados após o trabalho de inteligência. Estabelece-se o número preliminar do contingente policial, conforme o potencial de resistência. O encontro tem como objetivo operacionalizar a logística quantificada em recursos econômicos. O Plano de Operação é apresentado pela polícia, sem que seja dada a hora de execução, segundo guias e manuais sigilosos para a execução das operações. O plano inclui a quantia econômica, a logística, tarefa de apoio das instituições envolvidas, carros, comunicação e médicos auxiliares. O Ministério de Governo responsabiliza-se por financiar o plano, ou seja, viático dos uniformados, gases, munições, transporte, alimentação etc; em alguns casos, os gastos são divididos com a entidade solicitante. A Polícia define, a partir tanto da área geográfica estabelecida, clima, distâncias, quanto da força dos oponentes, o número do elemento humano especializado para a intervenção e o vestuário de combate.
- *4ª Etapa, fase operativa:* é a terceira reunião. Estabelece a execução: o “Dia, D”, a data de execução; e a “Hora, H”, o horário da intervenção, a chave do operação é a surpresa. É nomeado pelo Comando Geral o Comandante Operativo para dirigir a operação policial - deve ser superior a Tenente Coronel. Os planos e a informação gerenciada nas quatro etapas são confidenciais e existe uma escala vertical de segurança do conhecimento do “Dia, D”. Recomendam-se os mecanismos de cuidado para não ser divulgada a informação. Caso algum

dado dos planos seja exposto, a operação pode ser cancelada e o funcionário suspeito é submetido à disposição de processo disciplinar interno.

Nesta etapa, o elemento policial de base simplesmente recebe a instrução para estar em “disposição de combate” desde “Dia, D” até “Dia, X”. Eles podem até supor sobre o tipo da missão que recebem só a partir da característica de vestuário de combate que devem portar. Também define-se a idade dos uniformados e estado físico conforme o *Guia de Operaciones Policiales*.

As operações policiais somente podem ser canceladas por três fatores: caso a ação de resistência dos oponentes possa superar em violência o número de policiais; fenômenos climáticos adversos, chuvas, inacessibilidade de estradas; e processos de resolução do conflito via diálogo entre setores em conflito, ocupantes/fazendeiros/governo nacional.

Em caso de ter sido executada a operação, após a “Hora, H”, os elementos policiais, em geral, ficam no lugar do despejo máximo por um dia. Em situações onde o conflito se transforma numa constante retomada das ocupações devido a um fornecimento de forças sociais afins e dos próprios atores do conflito, existe uma quinta etapa.

- *5ª Etapa, estabilização*: após a avaliação do despejo, os solicitantes pedem às autoridades judiciárias fiscais, a etapa de estabilização. Esta etapa é atendida pelo exército. O Ministério de Governo ainda realiza o trabalho de monitoramento com os agentes da inteligência, eles providenciam “informação após o conflito”.

6.7.2 De invasor para avassalador de terras

Na teoria dos movimentos sociais, existem as perspectivas macrossocial e microsocial. Estas últimas foram as mais difundidas e conhecidas. A teoria psicológica popular, por exemplo, predominou desde o século XIX até a década de 1970. Depois, as teorias histórico-estruturais, as histórico-culturais e as teorias do enquadramento, da narrativa e da emoção, foram-se estudando. Como temos visto, ainda na perspectiva estatal boliviana, os movimentos sociais são abordados a partir dos elementos superados. Ainda se acredita como se fossem pessoas mobilizadas apenas orientadas por um pequeno número de impulsos ou incentivos e não por um amplo espectro de

objetivos culturalmente definidos, embora essa perspectiva psicologista tenha sido superada.

Ao contrário, no fim de dezembro do ano 2013, é aprovada a lei que proíbe a invasão e tráfico de terras. Ela inclui uma série de punições inseridas no Código Penal e abre ambiguidades que soluções ao conflito da propagação das invasões de terras. As ocupações não são protagonizadas apenas por um grupo de invasores, impulsivos e criminosos, mas trata-se de uma empresa organizada, politizada, produto de um processo de construção orgânica. É uma complexa racionalidade criativa de homens e mulheres.

Em contracorrente, a dita lei nacional permite ao Estado resguardar, proteger e defender a propriedade privada e coletiva, a propriedade estatal e as terras baldias dos avassalamentos e do tráfico de terras (BOLIVIA, 2013b, Art. 3). Foi num momento do florescimento de ocupações de terras, principalmente no departamento de Santa Cruz. Segundo o Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE), no fim de 2013, havia aproximadamente 70 propriedades ocupadas somente no departamento de Santa Cruz (La Razón, 06/01/2014).

Por instrução presidencial, de forma extraordinária e em breve prazo, foi aprovada dita disposição legal. Segundo a norma, entende-se por *avassalamento* as invasões ou ocupações de fato, assim como a execução de trabalhos ou melhorias, com incursão violenta ou pacífica, temporária ou contínua, de uma ou várias pessoas que não possuem direito de propriedade, posse legal, direitos ou autorizações sobre propriedades individuais, coletivas, bens de patrimônio do Estado, bens de domínio público ou terras baldias.

Outorga aos juízes do Tribunal Agroambiental (TA) e dos tribunais em matéria penal a competência para conhecer e resolver as ações processuais contra os invasores de terras.

6.7.3 Procedimentos para os despejos

Existem dois meios para proceder os despejos: o âmbito judiciário agroambiental e a via penal. Os procedimentos são rápidos, menos burocráticos, práticos. Existem prazos curtos para conseguir o objetivo final: despejo com as forças da polícia e sentença judicial para os ilegais. O seguinte quadro faz um resumo dos procedimentos:

Quadro 13 – Passos e procedimentos para os despejos, via *Tribunal Agroambiental (TA)*

Atores	Procedimento	Prazos
Possuidores	Apresentação escrita ou verbal com o relato dos fatos e exposição da documentação de propriedade.	1º dia
Tribunal Agroambiental (TA)	Admissão da solicitação de despejo	1º dia
TA	É agendada a audiência de inspeção presencial e notificação ao ou aos demandados.	24h máximo
TA	É realizada a audiência na ocupação: persuade-se o abandono voluntário da ocupação, recepcionam-se, e avaliam-se as provas dos ocupantes e do proprietário.	24h máximo
TA – ocupantes e proprietário	Caso se opte por abandono voluntário da ocupação, é estabelecido um prazo para a saída. Por sua vez, estabelece-se o fim do processo contra os ocupantes fixando um custo pelos danos materiais. Não corresponde a continuidade da via penal.	Prazo rápido
TA	Após a audiência, caso continue a via do despejo, o TA agenda o dia do despejo ou também pode aprovar a demanda dos ocupantes.	3 dias
TA	È agendada com prazo a saída voluntária. Caso os ocupantes desobedeçam, com prazo razoável o TA pede à força pública a Ordem de Despejo.	4 dias
TA	A sentença impõe a relação dos pagamentos de danos e prejuízos feitos contra o possuidor da terra	Dia da audiência
TA	Juiz ordena o despejo dos ocupantes com força pública	10 dias

Fonte: Elaboração própria do autor a partir da interpretação da Lei N° 477

A partir do momento da admissão das solicitudes de despejo, dispõe-se a paralisação e suspensão de trabalhos agrícolas e desmatamentos. Além disso, após o despejo, os juízes não só dispõem sobre a custódia das terras pela força pública, mas também o confisco de elementos de logística dos ocupantes (BOLIVIA, 2013b, Art. 6).

As normas agrárias anteriores incluem os despejos das ocupações de terras com a força pública, tanto a chamada Lei INRA (BOLIVIA, 1996, Disp. Finais), quanto a Lei que modificou a Lei INRA, feita em 2006 (BOLIVIA, 2006, Disp.Trans.). No entanto, nos 177 artigos da histórica Lei de Reforma Agrária de 1953, não existe nomenclatura alguma sobre despejo, nem o uso da força pública, invasão de terras, ocupações de terras, nem mecanismos de punição (BOLIVIA, 1953).

6.7.4 Penalização das ocupações de terras

A norma estabelece a punição de três a oito anos de cadeia por tráfico de terras e por avassalamentos. São incorporadas três disposições legais ao Código Penal boliviano: 1) *Tráfico de Terras* – quando: como indivíduo ou por meio de terceiras pessoas alugue, negocie ou realize doações, compra-venda de terras individuais ou coletivas que não sejam de sua propriedade. (BOLIVIA, 2013b, Art. 337). Neste caso, trata-se de terras ocupadas de domínio público, patrimônio do Estado, terras baldias de forma irregular. 2) *Avassalamento* – é considerado quando:

Como indivíduo ou por meio de terceiras pessoas seja fazendo uso da violência, da ameaça, do engano, do abuso de confiança, seja por qualquer meio invadirem ou ocuparem de fato, total ou parcialmente, terras individuais, coletivos, bens do Estado, terras baldias, perturbando o direito proprietário (BOLIVIA, 2013b, Art. 351).

3) outra disposição incorporada é a inclusão de funcionários públicos envolvidos com os atos. Inclui a punição maior por reincidência. A privação de ser beneficiário, em futuras dotações de terras, no período de dez anos.

Por que privá-los das futuras dotações de terras? Acaso não é um direito fundamental, a terra, por ser um recurso de subsistência familiar protegida pela Constituição boliviana (BOLIVIA, 2009, Art.30)? Existe diferença entre os sujeitos ocupantes de antes com os sujeitos dos últimos anos?

Será um desafio, para os pesquisadores, estudar a composição dos grupos e das lideranças atuais que protagonizam as crescentes ocupações. Eventualmente, considera-se que, existe um antes e depois de 2006, ano significativo para os movimentos camponeses indígenas.

7 DESENCADEAMENTO DOS CONFLITOS PELA TERRA

7.1 Racionalidades andinas nos conflitos pela terra

*“Hé dejado mi tierra... allá arriba
Y comencé a viajar... a la deriva
Mi hijo me acompaña... por los caminos
Como buscando en las nubes... su propio destino
De gente que no tiene... ni pierde nada”*

(CD-ROM, GUZMÁN, 2009. “Mujeres y MST”. Trad. nossa do quéchua)

Esta fracção do trabalho descreve as formas organizacionais desenvolvidas no processo de ocupação de terras a partir de: depoimentos – recolhidos em língua quéchua⁷⁰ - de ocupantes dessas terras; da análise dos manifestos à opinião pública, convocatórias, estatutos orgânicos; e, por sua vez da revisão de arquivos policiais. Fizeram-se poucas pesquisas na Bolívia, a partir de testemunhas⁷¹. Foram alguns líderes indianistas aymaras que escreveram na década de 1980, suas narrativas da incursão na política indianista *katarista*. O *Taller de Historia Oral Andina* (THOA), uma ONG com sede em La Paz, tinha desenvolvido pesquisas de história oral a partir de depoimentos de ex-chefes do movimento aymara. Porém, sobre conflitos agrários na região do oriente boliviano, no momento de se desenvolver esta pesquisa, se desconhece algum estudo concreto.

Por esta razão nos colocamos no desafio de examinar as entrevistas não apenas como simples narrativas gravadas, transcritas, traduzidas e redigidas, mas sim orientados a mapear, a organizar uma lógica das estratégias tomadas pelos mobilizados nas ocupações de terras. Portanto pretendeu-se, examinar as entidades de nível micro, encontradas no decorrer dos conflitos das ocupações. Desta vez, concentra-se menos nas estruturas e mais em pessoas, em indivíduos e suas interações, em suas emoções, consensos e dissensos cotidianos. A questão metodológica do diálogo, narradores (as)/compilador teve acessibilidade por se tratar, no autor, de realidades participadas anteriormente.

⁷⁰ Optou-se por entrevistar os ex-ocupantes na sua língua materna porque só dessa forma eles conseguem expressar os fatos vivenciados nos conflitos. Além disso, o pesquisador fala o quéchua.

⁷¹ Segundo Beverley (1987), a testemunha foi desenvolvida particularmente nos países do chamado terceiro Mundo ou entre as minorias nacionais ou subculturas das metrópoles. Na década de 1960, começou a se difundir. Na maioria dos casos a partir de testemunhas de ex-guerrilheiros. Foi em Nicarágua, segundo nosso autor, onde difundiu-se com mais amplitude após da revolução sandinista. (BEVERLEY, 1987, p.)

No apêndice, encontram-se tanto o perfil de cada um dos entrevistados, como as imagens do trabalho de campo. Como veremos, observou-se que a organização das ocupações foi resultado de conhecimentos da ação coletiva a partir de experiências cotidianas, de intercâmbios e de reflexões compartilhadas com o Movimento de Trabalhadores Sem Terra do Brasil (MST – brasileiro), e também de práticas organizativas sindicais, além, finalmente, de práticas de organização indígenas.

Os casos mais comuns de ocupação de terras, invasões em massa, estão relacionados, em geral, com as terras reivindicadas por fazendeiros e indígenas, e comumente, estão permeadas de um “arraigo de legalismo”: os envolvidos no conflito pretendem demonstrar a posse legal e/ou direito consuetudinário. (HOBSBAWM, 1998). Esse tipo de situação é comum nas regiões não ocupadas pelas políticas estatais de distribuição, chamadas colonização no oriente boliviano.

Segundo Hobsbawm (1998, p. 241) são três os tipos de ocupação de terras, dependendo a situação legal das terras ocupadas. Primeiro, pela recuperação de terras alienadas, legalmente ou não, ou seja, pela posse imemorial, de um modo que os ocupantes não reconhecem a posse alegada pelos possuidores. Segundo, as terras ocupadas podem não pertencer a nenhum dos invasores ou, em termos legais, pertencer ao Estado como terras públicas. Neste caso, pelos processos de colonização ou grilagem, tanto os camponeses como os fazendeiros realizam apenas a invasão. Terceiro, as terras ocupadas podem pertencer indiscutivelmente a alguma outra pessoa que não os invasores. Portanto, os ocupantes negam o direito de propriedade dos posseiros e pedem a expropriação da terra na qual se encontram já trabalhando, ou seja, só buscam alterar o título legal.

E as ações coletivas dos camponeses, como são consideradas pelos governantes? Segundo John H. Coatsworth as ações coletivas são classificadas como ilegais em: revoltas massivas de povos indígenas; levantamentos contra as fazendas; revoltas nas missões e incursões nômades, revoltas regionais multiclassistas e camponesas; e, revoltas com base nos escravos. (KATZ, 1990, p. 30). Para o caso da pesquisa, a ação coletiva tem a ver com a segunda classificação, a relação com fazendeiros, mas também está relacionada com o segundo tipo de invasão de terras assinaladas por Hobsbawm.

As ocupações das terras estão relacionadas à necessidade de exploração de terras em áreas baldias, com a formação de grupos com distintas tarefas: de defesa, de

logísticas e de mobilização até a organização de oportunidades de mobilização tais como conformação de aliados internos e externos.

7.1.1 Conformação dos grupos de base sub-comunidades Sem Terras

Em 2002, um grupo de universitários da universidade pública⁷² de Santa Cruz acompanhou reuniões de famílias sem-terra em regiões do norte do departamento de Santa Cruz. Estas reuniões se desenvolviam à noite, quase de maneira clandestina, em barracos que à época estavam nas marginais dos povoados urbanos de Colonia Piráí, Hárdeman, Canandoa San Pedro e outros, de modo que não tinham ainda eletricidade. Na escuridão, se lutava com os mosquitos e o clima quente das noites (Ver imagens em anexos). Na época, socializou-se a experiência de lutas do MST – brasileiro e planejou-se a conquista da terra. Ela não somente deveria ser ocupada com o respeito e vínculo com a *Pachamama*, mas também deveria adotar as práticas horizontais de organização e produção desenvolvidos na similar brasileira.

É importante destacar esta fase inicial de organização, pois, do anonimato, do contexto que os desvaloriza e ignora, o grupo de estudantes converteram-se em protagonistas dos momentos mais conflituosos que experimentou o país na época de crise política (2000-2005). Colocaram, para os camponeses, em jogo seus sonhos e suas aspirações de conquistar um pedaço de terra onde pudessem viver.

“*Em cada localidade do norte se organiza um grupo Sem Terra, chamado sub-comunidade*”, responde Ponciano Sullka⁷³ [E-3], um dos primeiros líderes, que por mais de seis meses esteve nas celas do Cárcere da cidade de Montero⁷⁴, preventivamente sem assistência judicial.

Para se afiliar à *sub-comunidade*, cada interessado deveria assinar uma Ata de Compromisso, como principal condição para a participação no grupo. Os termos do documento permitem analisar a natureza da organização, conforme o quadro abaixo:

⁷² Os estudantes, entre os quais se encontrava o autor deste trabalho, eram do curso de Sociologia da *Facultad de Humanidades da Universidad Autónoma Gabriel René Moreno (UAGRM)*. A entrevista formava parte das atividades junto aos movimentos sociais? Ou não tinha nada a ver com a Universidade. Nesse caso, não vale a pena nem falar dela.

⁷³ Ponciano Sullka, [E-3] Depoimento da direção das ocupações de terras (Dirigente do MST Regional Santa Cruz), San Pedro, 14 de agosto, 2014. (Tradução do quéchua, Wilbert Villca).

⁷⁴ Cidade intermediária do Norte de Santa Cruz, principal centro de confluência para o fornecimento de insumos agropecuários e financeiros.

Quadro 14 – Responsabilidades individuais com a MST-Bo

Responsabilidades Sociais – organizativas	Responsabilidades Econômicas – produtivas
<ul style="list-style-type: none"> - Não trair, ser militante ativo, participar nos ampliados, congressos, reuniões, encontros, seminários, grupos de trabalho e outros eventos. - Respeitar os princípios estatutários do MST, unidade, independência, solidariedade e consequência. - Apoiar fielmente à doação de terras coletivas para todos e não a parcela individual. - Respeitar as resoluções, Estatutos Orgânicos e o regimento interno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não mercantilizar a terra, trabalhar a terra, produzir alimentos para o consumo local e a exportação. - Os aportes que recebe a organização serão a fundo perdido apenas com prestação de contas, chamado: <i>informe económico</i>. - Cumprir fielmente com os aportes mensuráveis e outros que se requeiram. - Morar no assentamento, todos juntos, e participar nos trabalhos comunais planejados e requeridos.
<p>- O afiliado que não cumprir com estes compromissos será sancionado em uma reunião pelas bases do MST.</p>	

Fonte: Elaboração própria a partir de livros de atas do acampamento (2005), assinadas pelos membros do MST,

Realizado o primeiro ritual de ingresso na organização, entra-se em contato com uma série de conhecimentos sobre as táticas de organização para a conquista da terra:

7.1.2 Sondagem de terras

As assembleias delegam um grupo reduzido de homens mais aptos para tarefas de reconhecimento de terras a serem potencialmente ocupadas. Assim, neste grupo estão aqueles que mais conhecem o terreno e que têm melhores condições de confrontar a possível repressão dos grupos de choque, além de que também participam os jovens. A tarefa deste grupo é identificar áreas em que não há conflitos de interesses e/ou disputas entre fazendeiros, avaliar acessos para transporte, vertentes de água e lugares provisórios para o acampamento. Isto precede ao ato da ocupação das terras.

No percurso, segundo o relato colhido com os participantes da ocupação, olham-se os esquemas de segurança das fazendas, isto é, a existência, ou não, de seguranças locais ou externas, inclusive de jagunços estrangeiros – presumivelmente

“colombianos”, “pelo sotaque” – e ainda de policiais ou de “sicários armados”⁷⁵, [E-5]. “Os que resguardavam as ‘propriedades’ nos perguntavam aonde nos dirigíamos. Íamos pescar, respondíamos” (SULLKA, [E-3]).

O grupo de exploradores, em geral até oito pessoas, se movimentava em bicicleta, vigiados até certo ponto pelos peões dos fazendeiros. Isto demorava de 5 a 7 dias.

7.1.3 Missões: “espionagens” e infiltrações

Missões: “espionagens” e infiltrações – As contínuas experiências de despejo dos acampados, tanto pela força pública como pelos grupos irregulares de segurança nas fazendas, motivaram os ocupantes camponeses a buscar estratégias de inteligência para levantar informação. Cada *sub-comunidade* delegava tarefas encobertas a um ou dois membros que se apresentavam nas fazendas como camponeses desempregados. Uma vez aceitos, além de trabalhar na fazenda, os encarregados de fazer averiguações, estudavam a área, verificavam superfícies excedentes e improdutivas, e identificam terras baldias contínuas. Observam, ainda, possíveis riscos e vulnerabilidades, para depois neutralizá-los e prever contingências. Evidenciavam também as capacidades organizativas e logísticas do fazendeiro, no caso da ocupação.

Entre 2003 e 2005, segundo depoimentos colhidos com os assentados, os latifúndios Tres Marías, Maná, San Cayetano, Los Cornejos, Hihusa, entre outros, localizados todos no norte de Santa Cruz, no município de San Pedro, tinham a presença destes delegados encobertos. O tempo razoável para estas tarefas era de um mês. Obviamente, cada um deles devia demonstrar esmero, dedicação e disciplina com os proprietários e capatazes. Os resultados desta estratégia aparentemente se mostraram efetivos, pois os organizadores do movimento de modo sigiloso conseguiram recolher informações muito importantes da região.

⁷⁵ Os sicários são agentes privados armados ou pistoleiros contratados para defender os fazendeiros, com permissão para matar. Nas fazendas da região, os fazendeiros tinham esta forma de organizar sua segurança, segundo Isaac Védia, [E-4] *Depoimento da ocupação de terras* (Presidente do *Comité de Movilización del MST*), Hárdeman, 5 de julio, 2014.

7.1.4 Providências e logísticas

Um membro do MST, antes de partir para uma ocupação, ou seja, antes de subir a um caminhão que os transporta, tinha que ter nas mãos seus instrumentos de trabalho: uma enxada, um machado e uma foice para limpar a grama e para a colheita arroz. Para se alimentar, um anzol para de pesca, um pote, açúcar, sal, arroz e óleo. Para pernoitar, um cobertor, um mosqueteiro e uma lanterna. Cada grupo de *sub-comunidade* organizava provisões extras e guardava recursos econômicos para atividades de emergência, tinha uma radiocomunicação monitorada desde uma população próxima até o acampamento, telefones celulares naqueles lugares em que havia sinal, bicicletas, além de algumas escopetas para caçar na floresta.

7.1.5 Estratégias de adesão

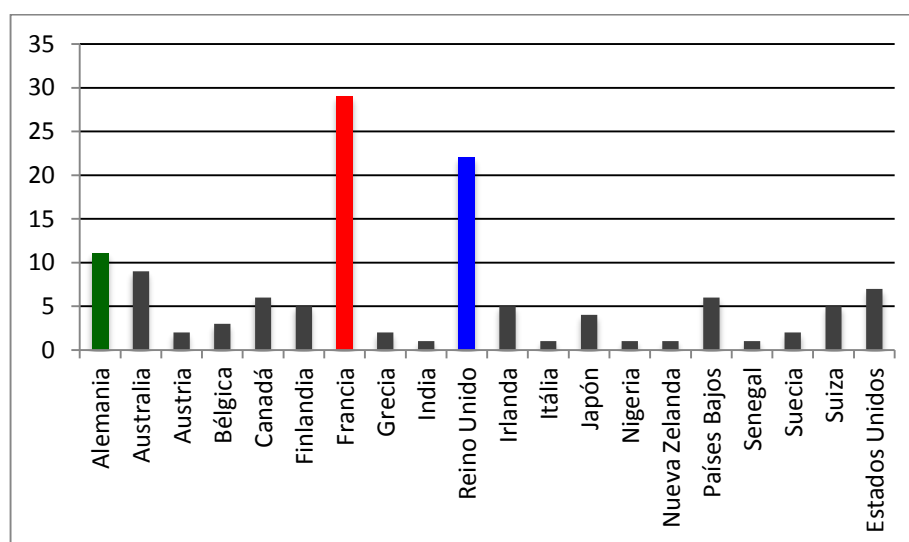
Os membros do diretório organizam os relacionamentos políticos, os contatos locais, regionais e nacionais, orientados a ampliar a adesão e apoio de redes de solidariedade. Sua tarefa é articular apoio de instituições, dirigentes sindicais, deputados nacionais, sacerdotes da igreja católica, organizações não governamentais (ONGs), dos representantes da Assembleia de Direitos Humanos (APDH), e outras instituições da sociedade civil e da política nacional. Pedem-se pronunciamentos de solidariedade, caso acontecesse a eventualidade de fatos de violência. O apoio institucional se traduz em: alimentos, assistência jurídica, formalização de demandas às autoridades agrárias, denúncias públicas sobre violência física cometida por grupos de choque, chamados pelo ex-governador de Santa Cruz de “grupos de segurança privada”⁷⁶, o que já indica o apoio político velado das autoridades do departamento a este tipo de forças privadas.

Desta situação decorreram diversas situações de agressão contra os representantes dos movimentos que estavam articulando apoio nas cidades. Na praça central de Santa Cruz, por exemplo, em junho 2005 o líder do MST-Bo foi agredido fisicamente pelos membros da UJC, ao terminar uma entrevista com a imprensa em que denunciava as armas encontradas pelos ocupantes no acampamento de um

⁷⁶ Carlos Hugo Molina, “El tema de la tierra en Bolivia”, en *El Día*, Santa Cruz, 5 julio 2003, p. A4.

fazendeiro. A articulação política assim é fundamental, pois fatos de violência como estes têm tido respostas de solidariedade internacional. A ação de organismos como a Anistia Internacional, o apoio de intelectuais ou de organismos de direitos humanos têm sido eficazes, também, ao fazer chegar seu repúdio contra a repressão diretamente aos gabinetes ministeriais e à Presidência do país. A partir do número de ofícios e correspondências recebidos, por sua vez, com cópia no *Centro de Estudios Jurídicos y Sociales* (CEJIS), pode-se observar no Gráfico 1 a origem das organizações que manifestaram apoio ao MST-Bo num curto período de dois meses, em 2005. A manifestação de solidariedade pela violência sofrida do líder do MST-Bo se evidencia no seguinte gráfico:

Gráfico 13 – Origem e quantidade das cartas de apoio e solidariedade contra a agressão da UJC ao líder do MST-Bo entre maio e junho de 2005, por países



Fonte: Elaboração do autor a partir de “*Documentos Representativos*” do Programa Território, *Centro de Estudios Jurídicos y Sociales* (CEJIS), Santa Cruz, 2005.

7.1.6 Ingresso em terras baldias

Não existem dados sobre o fluxo de membros sem-terra mobilizados nas ocupações. Por questões estratégicas o movimento evitou fazer divulgação da informação, evitando fácil intervenção policial ou de grupos de choque, além da imprensa. Entre 2003 e 2005, fizeram-se ocupações massivas de seis latifúndios: La

Pistola, San Cayetano, La Moneda, La Luna, España, e Los Yuquises. Segundo os líderes das *sub-comunidades*, havia sem-terras mobilizados, aproximadamente 4 mil pessoas.

Como era organizado o ingresso às terras? O grupo de camponeses saía no início da noite em caravanas de caminhões desde um ponto de concentração. As lideranças davam minuciosas e meticulosas recomendações, determinando as condições e regras da ocupação. Deixamos o exemplo de Los Yuquises:

Para ingressar em *Los Yuquises*, entramos em um caminhão até certo ponto. Sabíamos que lá estariam os sicários. Então, devíamos entrar de noite e realizar a ocupação até o amanhecer. Em princípio, ninguém queria entrar ao acampamento, então, comandamos os ponteiros entre 12 companheiros. Por trás vinham outros 12, a cada 200 metros. Apesar do forte frio, cercamos o lugar onde dormiam os sicários bêbados. Não demos lugar a nenhuma reação, enquanto isso, encontramos armas *novinhas* empilhadas como lenha entre fuzis, bandoleiras, metralhadoras, explosivos, granadas tipo limão, encaixotados, sem nunca ter sido utilizadas, [ver imagem 1]. Outros tomaram de reféns os sicários. Ao amanhecer, todos nós pintamos o rosto com fuligem. Os sicários disseram que desconheciam a existência do estoque de armamento [E-2], (Arquivo da Fiscalía, 2005).

O relato das ações que se seguiram a esta ocupação e à captura dos sicários merece ser também apresentadas neste trabalho: Os reféns no primeiro dia ficaram sem comer, retidos num curral de vacas, vigiados por guardas dos ocupantes. A imprensa reportou que se tratava de trabalhadores da “propriedade do empresário Rafael Paz que foram tomados como reféns. [Depois da ocupação], o acampamento era uma fortaleza impenetrável do MST” (HEREDIA, 2005)⁷⁷.

Assim, observa-se que o sigilo era chave para o sucesso das ocupações.

A repercussão das ações nas terras da fazenda *Los Yuquises* teve grande importância para articular o movimento com outros assentamentos do local. Peta Grande, por exemplo, era uma comunidade que estava próxima a *Los Yuquises*, seus moradores desconheciam a operação de ocupação que se realizava nas proximidades. No dia seguinte, porém, quando os novos ocupantes do MST se aproximaram, “os pequenos choraram de alegria. Meses atrás um casal havia sido assassinado pelos sicários” (VELARDE, [E-2]). Depois de três dias de diálogo com o governo, devolveram-se as armas e liberaram-se os reféns. Essa noite lembra Velarde [E-2], ao redor de uma fogueira, os camponeses perguntaram ao Fiscal:

⁷⁷ HEREDIA, Hilton “Pueblos Unidos, un fortín del MST impenetrable”, en *El Deber*, Santa Cruz, 13 de mayo, 2005, p. A18.

Camponeses: Por que esta gente [sicários] tem armas. Acaso não matam?

Fiscal: Não...

Camponeses: Se de verdade não mata. Então, eu lhe atiro!

Fiscal: Não, não. Pare aí!

Abaixo pode ser visto o armamento encontrado no acampamento do latifúndio de Los Yuquises:

Imagem 3 – Armamento do latifundiário encontrado pelos ocupantes no latifúndio Los Yuquises



Fonte: Registro de Imagens de Alejandro Arispe, publicadas em www.indymedia.org. Acesso em: 28 jun. 2014.

Hoje, os ex-ocupantes consideram ter sido um erro a entrega do armamento: “*Nós erramos. Aquela noite, alguém acendeu um foguete, inesperado*”. “*Apesar da declaração de paz com o Fiscal, ‘Igualingo!’, armaram-se, com aquele stock*”, continua Velarde. Dias depois, conferiram que um “sicário espião” esteve junto com eles portando uma metralhadora, e sumiu. Souberam que o sujeito foi contratado pela UNAGRO.

7.1.7 Sistemas e Códigos de Segurança

Sistemas e Códigos de Segurança – Segundo a Lei INRA, a ocupação de terras seria ilegal, de modo que os ocupantes de terras estariam vulneráveis a qualquer

ação de despejo. Por isso, o MST-Bo aplicou um sistema de segurança própria, sincronizada, baseada tanto em práticas e experiências do serviço militar, como em experiências de segurança sindical denominadas “polícia sindical”.

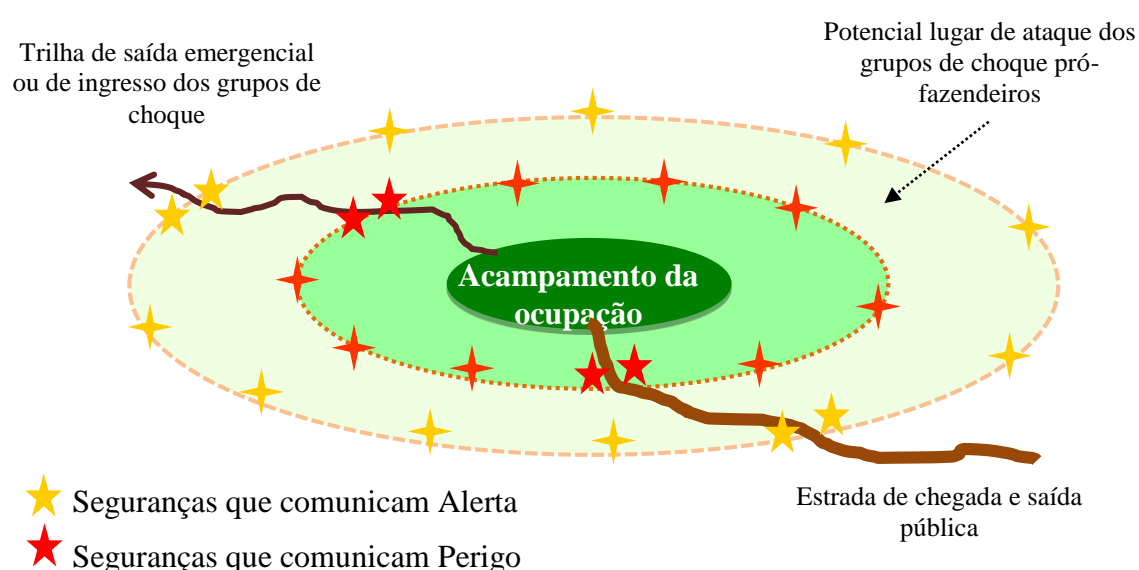
A polícia sindical era dirigida por um *comandante* cuja função era rotativa. Recebia o apoio dos membros mais especializados do grupo, denominados “lagartos”, cuja a tarefa era liderar as operações de resgate dos ocupantes reféns dos sicários. Também eram encarregados dos ataques aos acampamentos dos grupos de choque. O comandante “era e tinha que ser rigoroso, portava a lista de turnos, horários e executava sanções duplicando os turnos dos que faltassem à guarda; informava sobre o desenvolvimento da atividade aos líderes do acampamento” (VEDIA, [E-5]). De fato, o cargo de comandante não era fixo, mas poderia ser removido do cargo a qualquer momento, até mesmo por razões da dinâmica de segurança. Finalmente, quem era líder era escoltado pelos policiais sindicais de confiança, isto é, por aqueles com quem tinha afinidade de longa amizade ou por sua lealdade e bom desempenho, motivos pelos quais ganhavam a confiança geral:

“As tarefas de segurança eram cumpridas por cada membro por seis horas, duas guardas, em cada ponto, se cobriam com duas barreiras circulares, a cem metros cada uma”, responde Velarde, ex-comandante da *polícia sindical* e natural de Potosí. Os caminhos de acesso se encontravam vigiados por mais guardas. Para isto, construiu-se uma torre (mirante) de controle de madeira, elevada a doze metros, flanqueada de guardas camuflados no meio do mato, que cobriam a segurança dos guardas do mirante (HEREDIA, 2005). Isto na eventualidade de confrontos. Por exemplo, quando alguma pessoa chegava, ela era recebida com um foguete, que significava luz amarela, e era registrada antes de entrar, o que valia, inclusive, para os jornalistas. Ao se apresentar um risco ou uma emergência, os guardas lançavam dois foguetes, significava luz vermelha. O sinal mobilizava o acampamento inteiro, sem importar o horário.

As mulheres tinham que se agrupar na sede das reuniões. Os homens cobriam os arredores, e só o mensageiro avisava sobre o grau do perigo da alerta. *Os guardas possuíam só madeiras compridas com ponta; folhas de coca na boca –*

formando o *bolo*⁷⁸, também chamado *pijcheo*⁷⁹; algumas escopetas; arcos e flechas de borracha e flechas de corda de lã. Falavam, em voz baixa, geralmente em quéchua, atrincheirados perto de um tronco, deitados (VELARDE, [E-2]). Relata-se que, quando existia um mínimo ‘barulho’, alguns fugiam dos seus postos, pelo medo de serem expulsos. Os que fugiram eram objeto de risos, brincadeiras e apelidos. Quando ficavam dormindo ou cochilando, recebiam um chicote.

Figura 5 – Sistemas de segurança e pontos de cobertura nas ocupações de terras



Fonte: Elaboração do autor.

As táticas de segurança permitiram a invenção e a criação de códigos e linguagens mutantes, para driblar a reação dos fazendeiros que enviavam infiltrados aos acampamentos com tarefas de espionagem. Os agentes dos fazendeiros se apresentavam como interessados em formar parte da ocupação, ou como potenciais aliados. Diziam “*eu sou empregado (deles) faz tempo, nem são donos destas terras*”. As famílias dos líderes, fora de acampamento, eram ameaçadas, o que as obrigava a viajar à capital pelas noites e a não caminhar sozinhas. No acampamento, havia um rigoroso cuidado com a integridade dos líderes, eram chamados por apelidos: terra,

⁷⁸ *Bolo*, termo recriado no oriente boliviano pelos migrantes do altiplano ao ato de mastigar folhas de Coca. As folhas fornecem a resistência, aplacam a fome, a fadiga e sono. O mesmo ato, na Colômbia, é chamado, *Mambeo*.

⁷⁹ *Pijcheo*, termo quéchua. Usado com frequência nos territórios do altiplano boliviano. Em algumas regiões quéchuas bolivianas e peruanas, o ato, é também conhecido como *Acullicu*.

batata, faca, tomate, mamão, entre outros. Por exemplo, “chamem o mamão”, referindo-se a determinado líder. Assim, a criação de códigos internos era o modo de distinguir os infiltrados e desconhecidos no grupo. Contra o possível risco da presença de infiltrados “*as assembleias redobravam os controles de lista a toda hora com vigilância de policias sindicais*”.

7.1.8 Estratégias rotativas

Estratégias rotativas - A dinâmica dos acampamentos se caracterizou também, pela distribuição de papéis e pela formação de comissões. Cada comissão tinha responsáveis que eram definidos com critério de rotatividade. As comissões formadas eram as de logística, trabalho, sondagem, pesca, caça, moradia, mensageiros e cozinha.

A Comissão de Logística se encarregava de recepcionar doações, distribuir e fazer compras de alimentos na cidade; entregar encomendas de esposas, em geral, folhas de coca, arroz, sal e óleo. A Comissão do Trabalho dirigia a abertura de trilhas e *chaqueos*, desmatamento manual sem retirada de raízes, para a produção dos alimentos mais necessários. A Comissão de Sondagem inspecionava a área e as características do solo e dos tipos de vegetação, a topografia do terreno e escolhia os locais potenciais para erguer o centro urbano. A Comissão de Pesca fazia a pesca artesanal nos rios menores, onde se encontravam diversos peixes - o dourado, surubi, pacu e outros. A Comissão de Caça abastecia o acampamento com carne de animais selvagens da floresta. A Comissão de Moradia dirigia a construção de barracos feitos de palmeiras e paus.

Tarefa cuidadosa era a da Comissão de Mensageiros, e por isso era delegada ao membro mais responsável e confiável do grupo e, também por isso, era removida circunstancialmente. O Mensageiro era a única pessoa a dar comunicação a cabecilhas sobre a chegada de comissões de diálogo e sobre a visita de autoridades públicas. Eles não eram autorizados a informar sua verdadeira identidade, mas apenas seus pseudônimos.

Finalmente, a Comissão de Cozinha, grupo formado essencialmente por mulheres, tinha a função de preparar a alimentação em panelas comuns; a elas se unia um reduzido grupo de homens que provisionavam a lenha.

Imagem 4 – Merenda familiar no primeiro dia de assentamento nas terras doadas pelo Estado



Fonte: Registro de imagens do autor, 6 de setembro, 2006.

7.1.9 Estratégias de produção e subsistência

Estratégias de produção e subsistência - Os membros do MST levavam com eles suas paisagens pessoais, a parte ou o conjunto de lembranças de vida das terras altas de onde migraram. Então, suas memórias e formas de organização estavam relacionadas ao vínculo das experiências da indianidade, agora ampliada com a experiência da natureza tropical: rios navegáveis a botes, terras úmidas, doenças tropicais, frutas orientais. Com estas lógicas já estiveram relacionados desde a migração à região.

“Semear e fazer colheita de nosso primeiro produto, em nossa própria terra é o que mais a gente quer depois da ocupação”, disse um ex-ocupante. Cada um trabalha em pequenos espaços de terra nos arredores. “Em La Moneda ficamos quase um ano. Tínhamos tudo” (SULLKA, [E-3]). Mas então foram despejados. De igual maneira em *Los Yuquises*, havia cultivos de arroz, vacas, galinhas e porcos. Quando foram despejados, perderam tudo. Sabe-se que a família Paz, a proprietária da fazenda, e os *sicários* colheram os produtos e os comercializaram.

“Enquanto esperávamos nosso produto, para subsistir, cada um se virava, trabalhando nos arredores para comprar os alimentos”, lembra um ex-ocupante. Isto acontece enquanto se mantém um acampamento sem ser despejado, aguardando

diálogo com os representantes do governo. Conseqüentemente, um acampamento fica consolidado.

E como era retratado pelos jornalistas, por exemplo, um acampamento ocupado? No caso de *Los Yuquises* a informação era a seguinte:

Com mais de 80 barracos rústicos, um matadouro, um centro de comunicações, três armazéns e uma cisterna. Participam famílias inteiras. As crianças se encarregam de levar água para seus lares e ajudam na atenção dos menores. À tarde, passam aulas num dos melhores barracos. Em casos de emergência, [o barraco também] serve para atender aos doentes⁸⁰.

7.1.10 Despejos nos acampamentos

Despejos nos acampamentos – Os despejos dos acampados tinham sempre a característica de serem violentos. Um caso simbólico foi o que ocorreu em Cobija, capital do departamento de Pando, no norte do país. Em 2006, Leopoldo Fernandez, governador de Pando, opositor do Movimento ao Socialismo, partido do governo de Evo Morales, em resposta à solicitação de doação de terras ao MST-Bo, ordenou simbolicamente descarregar terra de um lixão na calçada da casa do líder da organização.

Este é um exemplo da resposta mordaz das autoridades da região oriental, na época. Em outro episódio simbólico, quando os grupos de choque arremetiam contra os ocupantes, também lhes davam de presente terra para ingeri-la.

As elites *crucenhas* apostaram na “declaração da guerra” ao governo de Carlos Mesa (2003-2004). Nesse período, foi política presidencial “negociar com diálogo os conflitos antes de acontecer qualquer confronto que pudesse causar sangue”⁸¹. Mas as autoridades agrárias auxiliaram timidamente com a força pública; enquanto juízes se encarregaram de dar as ordens de despejo.

Contra esta tímida ação das instituições agrárias, os fazendeiros recorreram à contratação de grupos de choque para a realização dos despejos. Isaac Védia, camponês originário dos vales de Chuquisaca, disse:

Os sicários foram contratados a 100 Bs. (15 \$us) diários por Vicente Socompi [que pelo seu lado era] financiado por UNAGRO e os Paz. Eles confessaram

⁸⁰ Vid. Hilton Heredia, op. cit.

⁸¹ Conforme Gregorio Lanza, [E-7] *Análisis sobre el abordaje de conflictos* (Director de Régimen Interior, 2003-2005), La Paz, 11 de septiembre, 2012.

estar instruídos para matar, portavam armas, facão (supostamente para roçar). Entre cunhados e sócios fizeram uma vaquinha a partir do tamanho de terra que possuem e transitavam com guardas peruanos, colombianos e brasileiros (VEDIA, [E-5])⁸².

No entanto, a presença de sicários na zona ocorria há décadas. Os fazendeiros Paz já contavam com estes indivíduos, segundo depoimentos desde 1980: “Eles tiravam a cachaça e os pertences de qualquer suspeito de invadir. Eles caminhavam sem soltar suas armas nem à noite” [E-4]. Não é casual que a família de Rafael Paz acumulasse terras, aproveitando-se dos privilégios na liderança empresarial na região.

Antes conseguiram recursos do Estado destinados aos pequenos produtores de cana desta zona, mas também se equiparam com esse dinheiro. Naquela época, os sindicatos experimentaram longos processos judiciais e confrontos com sicários de Rafael Paz desde a altura das comunidades de Chané, Limoncitos, Sagrado Corazón. A comunidade de Monte Grande enfrentou com Canandoa; Mira Flores com Guadalupe; e, Petagrande, com Tercera Faja. Ou seja, a proximadamente 120 km lineares⁸³.

O *modus operandi* dos fazendeiros consistia em desmatar terras baldias, vendê-las e em seguida ocupar novas terras em direção ao norte, seja para indivíduos ou para empresas⁸⁴ filiais do principal centro agroindustrial da região, a UNAGRO. Por exemplo, um título agrário outorgado nos anos setenta podia servir simultaneamente para a posse de várias terras. Um vice-ministro, de terras, dizia “a maior parte dos atuais fazendeiros que pretendem consolidar seus direitos têm forçosamente usado ‘vacas turistas’ e ‘títulos voadores’”⁸⁵.

⁸² Conforme, Isaac Vedia, [E-5]. Socompi foi membro da diretoria de UNAGRO, em 2001. UNAGRO. *Directorio 2011*. Disponível em: <http://www.corp-unagro.com/?page_id=21>. Acesso em: 16 mai. 2015. UNAGRO, é a entidade dirigida pela família Barbery Paz, principais donos.

⁸³ *Vid.* Isaac Védia, [E-4], op. cit.

⁸⁴ O complexo agroindustrial *Corporación UNAGRO* teve o interesse mediante as empresas pertencentes como Jihussa Agropecuaria y de Servicios S.A. O Sindicato Miraflores e Los Limos tiveram vários confrontos com os grupos de choque.

⁸⁵ Alejandro Almaráz, Viceministro de Tierras (2006-2010), declarações na mídia sobre a reversão de terras ao Estado em resposta a fazendeiros da “media lua”.

7.2 Contenção estatal dos conflitos

7.2.1 *Conflitos agrários 2000-2005, perspectiva no seio institucional*

Foi entrevistado o ex-diretor nacional do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), Alcides Vadillo, do período das ocupações de terras. A crise de Estado manifestou-se também na fraqueza institucional, devido a governos em conflito com setores camponeses indígenas que exigiam diálogo com ocupantes de terras. Esta situação foi considerada pelos camponeses como uma institucionalidade agrária em fragilidade. Segundo Vadillo [E-21], foi período traumático, apagou-se fogo de um para outro lugar, tentou-se evitar uma “guerra pela terra”. A dinâmica do INRA foi tentar dialogar com líderes camponeses para que obedecessem às normas para acesso regular às terras por dotação. Os setores mobilizados desacreditavam na proposta institucional e governamental. Ao contrário, essa situação de chamado era considerada pelos movimentos como fraqueza institucional.

Na época, no eixo oriente, a questão da terra se tornou um dos principais elementos da disputa política, não apenas uma questão econômica e social. Santa Cruz, por exemplo, tornou-se a cena dos confrontos pela terra. Por quê? Porque, por um lado, era a disputa entre os fazendeiros politicamente alinhados e/ou membros dos partidos da direita boliviana, MNR, MIR, ADN, NFR. Segundo o *ex-Secretario Nacional de Régimen Interno*, do *Ministerio del Gobierno*, eles exigiam do Estado: “o princípio da aplicação da força, respeito à propriedade privada” (LANZA, E-25). Por outro lado, os setores sociais, Movimento Sem Terra, colonizadores pediam o acesso à posse da terra. Porém, ambos os setores em confronto pediam a intervenção do Estado.

7.2.2 *Demandas camponesas pela expropriação das terras griladas*

Os setores sociais não apenas pediam o acesso e posse da terra, mas também pediam a intervenção do Estado na expropriação das terras improdutivas e com irregularidades na posse. Com esta ação, de caráter legalista, os movimentos camponeses colocam em evidência fraudes processuais, ou seja, a ilegalidade da posse da terra de vários fazendeiros, a chamada posse da “propriedade privada”. Por sua vez, põe-se em descoberto a legitimidade da institucionalidade agrária e pública - o caso similar das décadas anteriores foi abordado no tópico Crise da Institucionalidade

Agrária. Nesse sentido, os movimentos sociais, com suas ações comunitárias de ocupação de terras fiscais, com a demanda de expropriação de terras e com a ocupação das terras pretendidas pelos fazendeiros colocam em debate nacional a questão da posse irregular da terra.

- Credibilidade institucional no processo da regularização fundiária

No ordenamento jurídico agrário da Bolívia, as propriedades que superam a mil hectares estão sujeitas ao pagamento de preços de adjudicação conforme o mercado da terra, isto no momento em que os possuidores devem fazer a regularização fundiária.

Em muitos casos, os fazendeiros optaram por duas estratégias: a) dividir os grandes latifúndios em inferiores a mil hectares e, desta forma, passam a estar isentos dos pagamentos de adjudicação conforme obrigações da Grande Propriedade, porque com esse mecanismo transformam as terras em Médias Propriedades, pagando assim somente 0,10 centavos bolivianos por cada hectare possuído; b) declarar como propriedades pecuárias, também dividindo em setores inferiores a mil hectares. Desta forma transformam-se em Pequenas Propriedades Pecuárias, sem obrigação de pagamentos no processo da regularização fundiária. Esses foram os mecanismos recorrentes dos fazendeiros no oriente boliviano para consolidar direitos jurídicos desde o ano de 1996, na regularização fundiária. Dividem os latifúndios em nome de familiares, colocam nomes diferentes ou em outros casos, por exemplo, Las Chimbas I, II y III.

Segundo Vadillo [E-21], eis aqui um exemplo: Las Chimbas, uma propriedade localizada na zona das melhores terras aptas para o agronegócio, inicialmente conhecida como uma só fazenda com 2,5 mil hectares, foi dividida em cinco unidades de 500 hectares, declaradas como propriedades pecuárias durante a regularização fundiária. Os camponeses informados do caso no decorrer dos trabalhos de campo de funcionários públicos organizaram grupos de base para depois ocupar os prédios. De fato, os movimentos, ao parecer, tinham só a ação comunitária para colocar em descoberto os atos ardilosos cometidos pelos fazendeiros e, do outro lado, um INRA com descrédito.

Como se sabe, os fazendeiros dividem latifúndios em unidades menores que mil hectares. Pois os camponeses também optaram por estratégias, dividem e/ou

acrescentam em unidades menores a 50 hectares, ou seja, em pequenas propriedades. Dois foram os mecanismos optados pelos neste caso camponeses: a) dividiram as propriedades em unidades menores que 50 hectares com titulares tanto para esposa, quanto para filhos, caso fossem maiores de 18 anos. Esses casos se dão porque alguns camponeses, produto do crescimento econômico familiar, conseguem acrescentar além dos 50 hectares comprando terras dos vizinhos, continuas as suas; b) participam ativamente das ocupações de terras mesmo possuindo terras, mas por conta da regularização fundiária, registram o nome da esposa ou dos filhos.

Mesmo que fosse para os pequenos proprietários camponeses o caminho para consolidar terras dividindo áreas, isso gerava maior número de processos e aumentava o tempo necessário para os trâmites da regularização fundiária.

7.2.3 Primazia da legalidade: governações estaduais e poder judiciário versus governo nacional

O que chamamos período de crise no eixo oriente tem a ver com a pressão no cumprimento da lei de dois atores diretos em conflito: fazendeiros e camponeses. Três institucionalidades públicas envolvidas no assunto agrário são alvo da pressão para perplexo cumprimento da lei - perplexo porque os dois setores antagônicos demandam a legalidade.

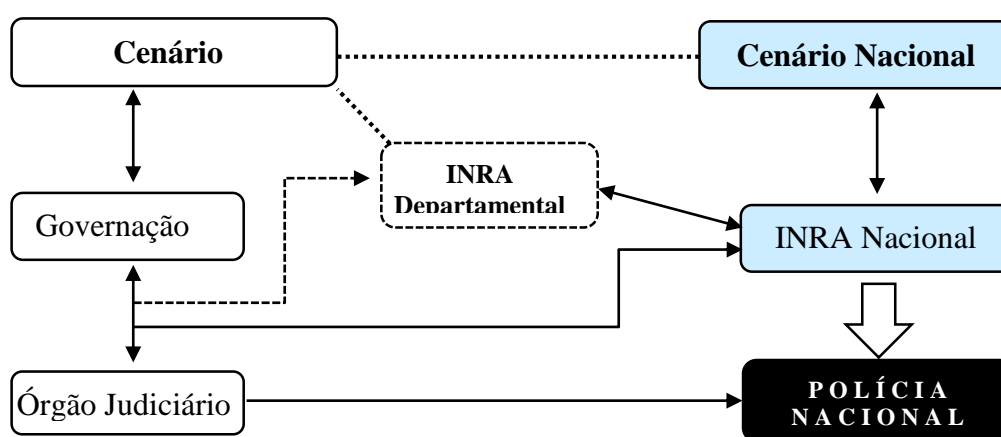
No cenário departamental – Duas instituições vão à mesma direção: o alinhamento com a demanda dos fazendeiros. Por uma parte, a governação, a chamada *Prefectura* naqueles anos, pede o despejo com a força pública aos ocupantes, promove alianças entre os grupos empresariais, cívicos, fazendeiros e pecuaristas. A Secretaria que cuida do meio ambiente apresenta informes técnicos contrários às pretensões camponesas, argumentando que essas terras tomadas não têm aptidão agrícola. Por outra parte, as instituições do órgão judiciário, tanto os fiscais que atuam com as diligências em campo, realizam a imputação contra os chefes ocupantes, quanto os juízes que operam com a recepção de Recursos Constitucionais de respeito à propriedade privada e ordenam à força pública o despejo dos ocupantes. A direção do INRA, no âmbito departamental, teve um papel ambíguo, de ponte entre as decisões nacionais, mas sem tomar decisões.

No cenário nacional – A direção nacional do INRA é o alvo dos pedidos de despejo dos ocupantes, tanto das duas instituições do departamento, quanto dos

fazendeiros. Os camponeses também pedem o cumprimento da lei com a revisão dos processos com fraudulência de propriedades ocupadas. Institucionalmente, como diz o ex-diretor nacional do INRA, recebe a instrutiva presidencial de acalmar aos setores em confronto, atuar conforme a legalidade nos procedimentos, mas não se trata de uma reforma agrária (VADILLO, E-21). Porém, a determinação do órgão judiciário é executada pelo INRA mesmo que seja contra os ocupantes com o uso da violência: intervenção policial.

Eis aqui a relação das instituições no seguinte fluxograma:

Fluxograma 4 – Relação de pressão das instituições públicas a favor dos fazendeiros durante as ocupações



Fonte: Elaboração do autor.

Durante os conflitos, ouviam-se pronunciamentos públicos dos empresários agropecuários bolivianos contra as ocupações de terras. Eles se autodenominavam parte da “Bolívia produtiva, exportadora e desenvolvida”, com origem no oriente, em confronto com os setores camponeses “invasores” migrantes, ou seja, *versus* a “Bolívia do conflito, bloqueadora”, com origem no ocidente do país (El Deber, 15/0703). Porque, no fundo, os empresários consideravam possuir como característica a aptidão para produzir e investir, conforme a legalidade. No entanto, os empresários, simultaneamente, com perspicácia associavam e identificavam com a “Bolívia bloqueadora” a ação dos camponeses indígenas, porque, já os empresários, os fazendeiros e os grupos de poder se (auto) identificavam com a região produtiva e desenvolvida. Portanto, os conflitos pela terra não só identificam os atores a partir do étnico, de origem regional e posse dos capitais num cenário departamental com os

aparatos estatais adversos, como são observados no fluxograma, mas também revelam um país com fortes conflitos irresolutos.

Por que o discurso empresarial atribui a certos povoadores de uma região ou de certa origem étnica como sujeitos característicos do conflito que bloqueia o desenvolvimento de um país? Será que os empresários davam a entender que o desenvolvimento de que falavam estava conectado a certa ideia de exigência de uma aptidão, de uma branquidade de ordem racial, étnico e/ou de classe? Ou acaso esses empresários eram de origem indígena?

Nessa direção, a corrente tecnocrática da América Latina, assim como na Bolívia, considerava a viabilidade, já na época de 1970, que:

A crença de que a qualidade da administração e a eficiência do uso dos recursos acrescentam com o tamanho da propriedade agrícola se fundamentam na lenda difundida, em grande parte, pelos próprios fazendeiros, de que a natureza dou-lhes aos ricos possuidores com um melhor critério, perspicácia e inteligência. Portanto, colocou-os numa posição privilegiada. (FEDER, 1978, p. 61), (Tradução livre).

Também nessa orientação, as vozes do empresariado não parecem casuais, talvez coincidam com o que afirmou Max Weber em 1882 quando analisava *La situación de los trabajadores agrícolas en la Alemania del Este del Elba*. O autor considerou que a prática moderna, focada no redor da organização capitalista da produção da riqueza social solicita e requer um modo especial de comportamento humano, uma humanidade que seja apta de se adequar às exigências do melhor funcionamento dessa prática moderna capitalista (WEBER, 1990, p. 242). É claro que movimento camponês da época ia contra essa perspectiva.

Segundo a afirmação de Vadillo [E-21], conferem esses apontamentos dos fazendeiros. Eles argumentam serem “sujeitos de negócios, produtores, geradores de investimentos, de empregos”. Como se trata daqueles elementos fundamentais pelos quais o Estado boliviano apostou e virou sua perspectiva, no oriente, desde metade do século XX: o seu desenvolvimento. Em grande medida, essa missão foi encarregada ao setor empresarial. Com as ocupações de terras, os empresários reclamam ao Estado que essa missão seja desenvolvida, mas os médios, a terra, os investimentos, os direitos da propriedade privada estavam sendo agredidos. Porém, para eles a legalidade ou não das propriedades possuídas é inviolável. Essa é a lógica dos fazendeiros bolivianos no momento dos conflitos pela terra.

7.2.4 Participação dos indígenas do oriente

Qual a participação dos indígenas do oriente boliviano no conflito pela terra? Duas oportunidades se apresentaram. No âmbito boliviano houve um cenário adverso promovido pelos setores agropecuários, os grupos políticos e sociais afins do oriente (Fluxograma. 1) contra os indígenas migrantes envolvidos com as invasões de terras. Além disso, apresenta-se, como oportunidade, o alinhamento com a pretensão dos fazendeiros das instituições públicas (Governança e Poder Judiciário) e debilidades institucionais do INRA. Essa situação fez prever, para os grupos de nativos, uma virtual abertura de maiores encaminhamentos de petição de direitos para os indígenas do oriente, por um lado. Por outro lado, no cenário internacional, tanto pelos mercados favoráveis pelo consumo dos hidrocarbonetos quanto pelos preços internacionais em ascendência das *commodities*, houve interesse pela posse da terra seja fazendeiros, seja camponês e indígenas nativos da região oriental (INE, 2016). Pois essas duas situações deram um panorama apto para que as lideranças indígenas amazônicas começassem a promover e apresentar os pedidos de regularização fundiária de novos territórios indígenas, por sua vez, em acrescentar novas demandas em curso. Esse interesse pelos pedidos fez com que o setor indígena tomasse uma postura neutra em relação aos pedidos de adesão e solidariedade relacionados à luta pela terra feita pelos indígenas camponeses no oriente boliviano, embora existissem manifestos de solidariedade em papel.

Frente a esta situação dada, segundo Vadillo, o INRA recepcionou mais pedidos de territórios indígenas, curiosamente nas áreas de interesse de explorações de hidrocarbonetos e em áreas de proteção de biodiversidade. Na época, para um território que estava em admissão da petição, simultaneamente estavam se preparando outras petições com nomes muito similares: *Pueblo Takana I, II e III*. Como resultado daquilo e de outros, por exemplo, em 2011, haviam-se solicitado 258 TCOs em todo o país, deles 190 obtiveram titulados territoriais, dos quais 135 se encontram nas terras baixas amazônicas, representando aproximadamente um quarto da superfície total da Amazônia, enquanto 60 pedidos estiveram em processos de regularização fundiária (INRA, 2008, p. 86).

7.2.5 Vozes oficiais: solução do problema agrário no período dos conflitos

- Continuidade da regularização fundiária

As dinâmicas do mercado da terra são divergentes em relação à dinâmica legal. Pode-se ver uma dinâmica fluida do mercado da terra nas áreas de colonização. Na prática, as terras são alugadas e vendidas, enquanto no INRA, segundo Vadillo, se realizam esforços para respeitar que a propriedade, como diz a lei, seja imprescritível e inalienável. Segundo a situação apontada por Vadillo, entende-se que a acumulação da terra e as contradições de discursos dos próprios camponeses são os fatores que permitem que se desenrolem os conflitos pela terra.

Certamente, existem duas orientações de interesse em comum dos atores (fazendeiros/camponeses indígenas) em conflito pela terra: o cumprimento da lei, do direito; e o interesse pelas dinâmicas comerciais. Nas zonas chamadas de colonização, as áreas produtoras da soja, as dinâmicas de mercado da terra são fortes. Por essa situação há uma orientação institucional de dar a continuidade ao processo da regularização fundiária.

i) Processos da regularização terceirizados

Por que os processos da regularização fundiária foram realizados com vagarosidade? É frequente atribuir essa lentidão à ineficiência dos mecanismos procedimentais técnicos. Porém, a partir da análise da normativa, o percurso da regularização fundiária da terra (*saneamiento de la tierra*) e a informação oferecida na entrevista com o ex-diretor nacional do INRA, os procedimentos técnico-jurídicos criticados pelos camponeses pela morosidade são os seguintes:

- a) Verificação de Campo - equipes técnicas conferem a função social da terra, ou seja, a existência do uso agrícola e pecuário destinado à subsistência familiar; realizam o registro de investimentos, chamado *mejoras*, na moradia; e corroboram se a terra para a qual se solicita a regularização tem condições de ser considerada terra sem produção e/ou latifúndio. Este procedimento é realizado após as notificações formais de forma diretas e pelos jornais.

Certamente, as equipes de técnicos do INRA tiveram dificuldades e até ameaças geradas pelos setores sociais envolvidos com a questão agrária. Sabe-se que em

algumas oportunidades sofreram detenções e sequestros pelos fazendeiros e camponeses porque colocava em risco interesses. Mesmo assim, a questão boliviana não foi tão difícil como as experiências que foram apresentadas num evento da União Europeia, em 2010. Por exemplo, das equipes geodésicas do processo agrário violento do Camboja, nenhum ficou com vida. No entanto, houve uma média de mil títulos agrários por dia. Diferentemente da Bolívia, onde essa quantidade é feita por ano (DAVILLO, E-21).

- b) São elaborados, pelas equipes, os informes da verificação de campo, desenho de mapas com informação geodésica e a elaboração de *Proyectos de Resolución* de cada etapa do saneamento.

Esses procedimentos, desde 1996, foram terceirizados a empresas privadas. O INRA ficou unicamente com duas tarefas: o controle de qualidade dos procedimentos feitos pelas terceirizadas e a elaboração dos informes jurídicos.

- c) Uma vez elaborados os informes do controle de qualidade e jurídicos pelos funcionários públicos, são aprovados pelos encarregados de área ou zona (chamado polígonos) e pelos diretores de saneamento em cada direção departamental do INRA. Após desse percurso com a aprovação dos diretores departamentais, todo o processo físico é enviado à sede nacional do INRA, em La Paz. Caso o processo sofra observações, volta para as direções departamentais para serem corrigidos. Caso não tenha, entra na etapa final para a declaratória da *Resolución Final de Saneamento*.

O percurso do processo descrito significou uma enorme quantidade de processos de *saneamiento* acumulados em diferentes etapas do avanço: uns inconclusos pela conclusão de contrato anual dos funcionários, outros pelo insuficiente orçamento público.

ii) Desconcentração das decisões administrativas

Os nove escritórios departamentais (estaduais) tinham distintas lógicas de avanço dos processos de regularização - eles enviavam os expedientes para serem assinados pela direção nacional. Porém, a direção tinha pouca certeza se os processos a serem assinados estavam feitos corretamente. Portanto, o INRA define descentralizar decisões administrativas às direções departamentais. Elas ficaram com a faculdade de

assinar as *Resoluciones Finales de Saneamiento*, enquanto a direção nacional ficou com a tarefa de controlar a qualidade. Essa medida contribuiu para desconcentrar as funções do escritório nacional e delegar responsabilidades, caso no futuro sejam objeto de indagação por responsabilidades administrativas e penais. Sem essa medida, tinha-se o perigo de serem legalizados os processos que continham irregularidades. Dessa forma, foram dinamizados tempos de trâmite e é impedido o aumento dos custos.

Segundo a Constituição boliviana (BOLIVIA, 2009, Art. 172, parágrafo 27), o presidente do Estado assina os *Títulos Ejecutoriales* da propriedade da terra. É possível para dita autoridade saber se os processos foram corretamente realizados? Milhares de títulos são assinados com o perigo de terem irregularidades. Talvez isso seja o interminável problema agrário boliviano, a culminação da decisão piramidal. Sem dúvida, existe um departamento que cuida da assinatura presidencial. Será que uma equipe do Palácio tem as condições de analisá as milhares de pastas antes da assinatura presidencial? Esta é a base legal da legislação agrária boliviana.

iii) Processos sem cadastro geodésico e jurídico

Outro fator que determinou a lentidão dos processos da regularização fundiária é a inexistência de sistemas informáticos de cadastro em rede e digitalização dos processos. Essa desconexão não somente foi no interior da instituição, entre a sede nacional, as departamentais e regionais, mas também entre o INRA e as empresas terceirizadas de saneamento. Segundo Vadillo, aquelas entidades privadas até mesmo tinham maior informação geodésica atualizada dos processos que a própria base informática de dados do INRA. O acesso à informação oficial que devia ser sigilosa transformou-se vulnerável e acessível para grupos envolvidos com a irregularidade agrária.

As dificuldades de incompatibilidades técnicas foram complexas: primeiro, entre as informações desconexas administradas por cada empresa - no caso cruceño, as firmas CANSAC, CADASTER, AGRISIS; e, segundo, entre as informações geradas nos distintos escritórios das repartições do INRA. Embora existissem Sistemas de Cadastro conforme recomendações da lei, elas eram dispersas, desconexas e desatualizadas. Conforme as afirmações de Vadillo: a informação completa dos processos agrários da regularização fundiária estava fora do INRA, assim, a partir da

informação possuída não era possível saber em que grau de avanço estava cada processo (DAVILLO, E-21).

iv) Diminuição de prazos nos procedimentos

Há uma corrente de propostas normativas que acredita na resolução dos problemas expostos com o encurtamento de prazos. Este fato acabaria com os atrasos nos processos da regularização fundiária. Eles, por exemplo, propõem que em lugar de 30 dias, os prazos sejam de apenas 10 dias. Porém, outra corrente considera que o problema é muito mais do que simplificar prazos. Diferentemente, a solução se foca na disponibilidade das verbas. Não é nos prazos que se demora, mas sim no fornecimento de recursos econômicos que permitam dar continuidade dos processos parados por alguns anos.

Conforme Vadillo, na Bolívia, de forma semelhante ao que ocorreu com a sindicada por irregularidade funcional o ex-*Consejo Nacional de Reforma Agraria* (CNRA) , em 1992, onde ficavam parados processos de regularização por mais de 14 anos, hoje estamos assistindo a mais de 18 anos de saneamento. Temos trâmites que começaram em 1996 e ainda estão inconclusos - têm-se uma média de dez anos por titulação de terras.

Mesmo que se conseguiram recursos econômicos para a contratação de novos funcionários, infelizmente foram tão só, em alguns casos apenas para seis meses de serviços específicos financiada pela cooperação internacional, especialmente o *Banco Interamericano de Desarrollo (BID)*. Esta situação ainda provocou a descontinuidade no conhecimento e seguimento dos processos em andamento. Além disso, pela complexidade dos processos, mesmo assim inclusive continuou sendo necessário um período de contextualização superior aos estabelecidos, em teoria, para uma efetiva consecução de resultados com os funcionários contratados. Além disso, pelas denúncias feitas quase em contra de cada processo, iniciavam-se a partir da suspeita da irregularidade.

Conforme os dados do sistema de contratações estatais da Bolívia, evidencia-se que 100% dos editais para a contratação de funcionários públicos contemplam um período de um ano de serviços, em qualidade de consultores de linha. Essa situação foi refletida no INRA porque, segundo o ex-diretor do INRA, 75% dos funcionários eram consultores temporários. Segundo ele, este fator poderia ter

ajudado, talvez, na corrupção de funcionários frente à proposta de propina dos fazendeiros.

Por outro lado, nos informes do governo de Evo Morales (2006-2016), enfatiza-se a diferença dos custos do saneamento (regularização). Morales considera que os camponeses investiam 9 dólares por cada hectare e teria baixou o custo do *saneamiento* para apenas a um dólar (La Razón, 07/08/2010). Esse dado é duvidoso porque os processos de regularização foram começados já no período dos governos chamados neoliberais. O que o governo faz é concluir os passos finais, mas apresenta como se fossem feitos desde o início, sem informar que já haviam sido investidos 9 dólares anteriormente nas mesmas terras.

Nos últimos anos tornou-se complexo analisar quantas famílias, nas regiões rurais bolivianas despossuem terra ou quantas possuem insuficiente. Depois de 29 anos realizou-se, em 2013, o Censo Nacional Agropecuário, o anterior foi em 1984. Desta vez o último Censo não este orientado, como as anteriores de 1950 e 1984, para estabelecer quanta superfície de terras estava sem ser cultivada e ocupada na produção, e quantas famílias despossuíam terras. Esta linha era a recomendação dos organismos internacionais. Ao contrário, no último Censo orientou-se para precisar os efeitos do aquecimento global, segurança alimentar, e dados técnicos de produção e comercialização dos produtos. Por que não se focou em estabelecer o número de famílias bolivianas que não possuem terra? Tem-se duas hipóteses: não existem terras fiscais suficientes para oferecer, e politicamente é perigoso determinar o número de famílias sem ou com pouca terra. A principal razão é que mesmo seja um governo com forte base social indígena camponês, ainda a questão da terra não é uma política de Estado, é importante nos programas sim, mas sem ser uma política.

O governo para desmentir essa interpretação o governo atual de Evo Morales publica ambíguas cifras de número de famílias que regularizam terras possuídas tradicionalmente amortecendo o número de famílias novas que acessam pela primeira vez à terra. Porém, existem dados oficiais do primeiro mandato de Morales relevantes. Até 2010, o INRA redistribuiu terras a 5.904 famílias sem terras numa superfície de 1.156.255 hectares (INRA, 2006, p. 25). A maior parte delas ainda estão inabitada, seja por falta de assistência institucional para o uso ou por estratégias locais de contribuição dos governos municipais. A questão da terra é um espaço por estudar e um desafio.

8 CONCLUSÕES

No decorrer da dissertação, existem conclusões a temas e subtemas. Tratou-se, falando sucintamente, de um contexto geral da primeira metade do século XX, mais especificamente de uma reforma agrária acontecida em 1953, que divide e transforma a história boliviana. Nessa primeira metade, a Bolívia é um país com escassa população no território tropical, desvinculada e dependente do eixo econômico político, os Andes. Já na segunda metade do século, a orientação boliviana centra-se na ocupação do oriente com projetos modernizadores fracassados, mas com a construção na prática pelas migrações internas das regiões demograficamente densas andinas *quéchuas* e *aymaras*. Trata-se também da incorporação da população rural como força de trabalho de reserva e na esfera política.

A reforma agrária boliviana, como outras da América Latina, foi um projeto liberal herdado, inclusive, dos padrões da Revolução Francesa, por seu aspecto *seletivo*, e pela *superioridade da posse individual* da terra. Evidenciaram-se, a partir de distintas explicações, estas conclusões. Por exemplo, a reforma agrária confisca as terras dos fazendeiros considerados *anti-nação* pelo partido governante, o MNR. Transforma a propriedade individual da terra, chamada na época *proindiviso*, em intransferível, imprescritível e, além disso, com as normativas da década de 1990, em *inembargable*. Estes conceitos jurídicos sutilmente difundidos pelo Estado e apropriados pelas lideranças do campesinato, no fundo, eram as chaves de um verdadeiro desenvolvimento do campesinato, vendeu-se uma falsa ilusão.

Confesso que, como autoridade nacional no governo de Evo Morales, converti-me em defensor desses princípios liberais como fossem revolucionários do Plano Nacional de Distribuição de Terras. Apregoamos a “transformação das estruturas agrárias”, mas, com a pesquisa, descobri que não havíamos sido os primeiros, visto que a reforma agrária colombiana já tinha adotado esses postulados - claro, após das recomendações norte-americanas do gigantesco Aliança para o Progresso (ALPRO). Aliás, também caíram ingenuamente, ou conscientemente, em projetos liberais até mesmo partidos comunistas, socialistas como se demonstrou.

Grandes foram os custos pela intenção de fazer realidade uma ilusão: industrializar, modernizar o campo tanto que esses preços desvirtuaram a revolução popular comandada pelo MNR, partido inicialmente popular com apego ao campesinato e que acabou se dividindo, por exemplo, entre aqueles que estavam

dispostos a pagar o preço de ter boas relações com os EUA e os que apregoavam um discurso anti-imperialista. Talvez o MNR esperava o apoio de um populista militar sul-americano, mas Perón foi aniquilado na Argentina em 1955, e depois a bipolaridade mundial se radicalizou. O fundador do MNR, Víctor Paz Estenssoro, optou pela Aliança para o Progresso, enquanto seu vice-presidente sindicalista, Juan Lechin Oquendo, enfrentou um veto dos EUA e se aproximou das posições da Revolução Cubana. Assim, pouco depois, as aspirações populares do campesinato foram progressivamente abandonadas.

Outra dimensão liberal da reforma agrária foi a promoção do desenvolvimento agrário. Porém, isto estava destinado ao fracasso, porque esse projeto já havia sido impulsionado com um protagonista: a imigração europeia, que nunca chegou ao número esperado. Incluindo nas regiões onde se conseguiu o sucesso total, a expansão da *hacienda*, o embrionário “capitalismo agrário” apenas encontrou fontes adequadas de capital ou a tecnologia apropriada tanto para as condições *altoandinas* e tropicais. Mesmo o estado boliviano tenha feito esforços políticos, jurídicos e burocrático-institucionais, estes se mostraram insuficientes.

Porém, a força do campesinato boliviano continuou optando pelo avanço do seu projeto, com seus próprios meios; tentando transformar em realidade o projeto inconcluso que compraram, a terra nos orientes. Portanto, eles se transformaram em uma poderosa força econômica e política ao longo dos anos. Combatem de forma ilegal com ocupações espontâneas de terras e coexistem com seus contendentes optando pelas normas e procedimentos oferecidos. As oportunidades foram desiguais em relação a outros atores sociais e econômicos. Essa força rural é concebida como a matéria prima que a lei organiza, como uma desordem ao que deve se impor a ordem, quando ativam as ações coletivas. No outro lado da calçada, ignorando essa perspectiva predominante, os movimentos criam, produzem, propõem um modelo de acesso à terra com ou sem a lei, questionam a burocrática administração oficial da distribuição da terra, tomam como refém algumas vezes às leis, e investem energias para concertar erros do movimento.

Essa perspectiva de olhar como inovação camponesa indígena, nesta pesquisa, potenciou-se como produção, não apenas como movimentos da desordem e/ou reverência à revolta. Como resultado desta pesquisa, conclui-se que existe uma combinação de três perspectivas em dinâmica prontas para movimentação: a sindical,

a indígena e a MSTista. As três são postas em movimento nos momentos de confronto com as forças repressivas do Estado e dos fazendeiros.

Finalmente, não termino com conclusões propriamente ditas da pesquisa: ao contrário, ficam abertos desafios de conhecimentos novos que podem ser agregados ao projeto de acesso à terra. Os cientistas sociais devem mergulhar na profundidade das ações coletivas para ajudar a enxergar o horizonte dos protagonistas. Na Bolívia, fica só na lembrança aquela relação intelectual pesquisador/objeto de estudo. Os movimentos sociais bolivianos vivem outros tempos, caso os pesquisadores queiram fazer as contribuições inovadoras terão que utilizar outras técnicas e metodologias, adequando-se às regras que colocam os protagonistas dos movimentos em suas comunidades de luta política. De fato, segue sendo viável fazer pesquisa com explicações de ordem estrutural e macro.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFÍA

- ABERCROMBIE, R. S. Mecanización Agrícola y ocupación n América Latina. In: FEDER, Ernest (Comp.). **La lucha de clases en el campo: análisis estructural de la economía agrícola latinoamericana**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1973. p. 229-243.
- ALBO, Xavier (Comp). **Raíces de América: el mundo Aymara**. Madrid: Quinto Centenario, UNESCO, Alianza Editorial, 1988, 607 p.
- ALMARAZ Paz, Sergio. **Réquiem para una república**. La Paz. Editores UMSA, 1969, 123 p.
- ANÁLISE. As contribuições globais brasileiras para o mercado mundial. In: **Anuário análise Brasil Global, 2013**. São Paulo: Plural Editora e Gráfica Ltda., 2013, 218 p.
- ANNINO, Antonio; Francois-Xavier GUERRA (Coord.). **Inventando la nación: iberoamérica siglo XIX**. México DF.: Fondo de Cultura Económica, 2003, 694 p.
- ARI Chachaki, Waskar. Construyendo la Ley de Indios: un proceso de descolonización en Bolivia (2014). In: RIVERA, Cusicanqui Silvia; Virginia S. AILLÓN. **Antología del pensamiento boliviano contemporáneo**. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 211-240.
- ARRIETA, Mario. et al. **Agricultura en Santa Cruz: de la encomienda colonial a la empresa modernizada (1559 1985)**. La Paz: ILDIS, 1990.
- BALLERSTAEDT, Esther. “**Los barones del oriente ayer y hoy**”. En comentario a la presentación del libro: Los barones de oriente: el poder en Santa Cruz. 8 de abril, La Paz, 2008.
- BARTRA, Armando. Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. In: **Boletín de Antropología Americana**, No. 44 (jan - dez 2008), p. 5-24.
- BEVERLEY, John. Anatomía del testimonio. In: **Revista de Crítica Literaria Latinoamericana**. Año XIII, No 25, Lima, ler. semestre de 1987; pp. 7-16
- BORÉM, Aluizio. “Os riscos do escape gênico da soja no Brasil”. In: **Revista Biotecnologia Ciência & Desenvolvimento**. Universidade Federal de Viçosa. 2010, Nº 10, p.101-112. Disponível em: <http://biotecnologia.com.br/revista/bio10/encarte_10.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **¿Qué significa hablar?** Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Akal S.A., 2001, 160 p.
- BRAVO, Ana Lucía. et al. **Los señores de la soja: La agricultura transgénica en América Latina**. Buenos Aires: Fundación CICCUS-CLACSO, 2010, 416 p.
- BRIS, Émile Le; REY, Pierre-Philippe; SAMUEL, Michel. **El proceso de proletarianización de los campesinos**. Trad. Marta Pou & Danielle Saslavsky. México D.F.: Terra Nova, 1980, 221 p.
- BURY B. John. **La idea del progreso**. Madrid: Alianza Editorial, 2009, 374 p.
- CACCIAMALI, Maria Cristina; Bobík, Márcio e CELLI JR, Umberto. Em Busca de UMA nova Inserção da América Latina na Economia Global. **Estud. av.** [online]. 2012,

- vol.26, n.75, p. 91-110. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200007>>. Acesso em: 21 mai. 2013.
- CALDERON, Fernando; Jorge, DANDLER. (Comp.). **Bolivia: la fuerza histórica del campesinado**. La Paz: IINUDS-CERES, 1986, 632 p.
- CARVALHO, H. Martins de (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014, 304 p.
- CARRASCO, Andrés Eduardo. El glifosato: ¿es parte de un modelo eugenésico?. **Salud Colectiva**, Buenos Aires, vol. 7, núm. 2, p. 129-133, mai.-agos. 2011.
- CHATTERJEE, Partha. La nación y sus campesinos. In: RIVERA C. Silvia; Rossana BARRAGÁN (Comp.). **Debates Post Coloniales: Una Introducción a los Estudios de la Subalternidad**. La Paz: Editorial Historias-Ediciones Aruwiyiri-SEPHIS, Bolivia, 1997, pp. 195-210.
- CONDARCO, Ramiro. **El escenario andino y el hombre**. La Paz: S/E, 1970.
- CRESPO, Alfonso. **Alfonso Gumucio Reyes la pasión creadora**. La Paz: Producciones Cima, 2005, 296 p.
- DALENCE, José Maria. **Bosquejo Estadístico de Bolivia**. Chuquisaca: Imprenta de Sucre, 1851, 416 p.
- DEMELAS, Marie Daniele. Darwinismo a la criolla: El darwinismo social en Bolivia, 1880-1910. In: **Historia Boliviana**. Cochabamba, 1981, N° 1/2, p. 55-82.
- DONGHI, Túlio Halperin. **A História da América Latina**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005, 391p.
- DUNKERLEY, James. **Rebelión en las venas: la lucha política en Bolivia 1952-1982**. La Paz: Plural Editores, 2003, 416 p.
- DURAN, Aldo. “A dialética do latifúndio e minifúndio: caráter da política agrária boliviana nos últimos 60 anos”. In: **V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política**. Buenos Aires. 2010. Disponível em: < <http://www.aacademica.org/000-036/863>>. Acesso em: 4 mai. 2016.
- DUSSEL, Enrique et al. **Pensando el mundo desde Bolivia: I ciclo de seminarios internacionales**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2010.
- DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México DF.: Fondo de Cultura Económica, 2012, 461 p.
- FEDER, Ernest. La Alianza para el Progreso y la Reforma Agraria Internacional: “Ayuda y autoayuda” en la política agrícola internacional. In: **El Trimestre Económico**. México DF: Fondo de Cultura Económica, Vol. 32, No. 127(3) (Julio—Sept, 1965), p. 501-523.
- _____. **Violencia y despojo del campesino: latifundismo y explotación**. México D.F.: Siglo XXI, 1978, 415p.
- FERREIRA, Remy. **Las logias en Santa Cruz**. Santa Cruz: El País, 2010.
- FROMM, Erich; MACCOBY, Michael. **Sociopsicoanálisis del campesino mexicano**. Mexico DF. Siglo XXI editores, 1974.
- KLEIN S. Herbert. A Bolívia da Guerra do Pacífico à Guerra do Chaco, 1880-1932. In: **História da América Latina: América do Sul, de 1870 a 1930. Volume V**. São Paulo: Edusp-Imp. Oficial São Paulo-Funag, 2002, p.377-412.

- GARCÍA, Guadilla (ed.). **Pensamiento Universitario Latinoamericano: Pensadores y Forjadores de la Universidad Latinoamericana**. Caracas: CENDES, IESALC-UNESCO, Bid e Co. Editor, 2008, 821 p.
- GARCIA, Álvaro y otros. **Tiempos de rebelión**. La Paz: Muela del Diablo, 2004.
- GARCÍA Jordán, Pilar. **Cruz y arado, fusiles y discursos: la construcción de los orientes en el Perú y Bolivia 1820-1940**. Lima: IFEA-IEP, 2001.
- GONZÁLEZ C., Pablo. Colonialismo Interno [una redefinición]. In: BORON A. et al. **La teoría marxista hoy, problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, 512 p.
- GUZMAN, Ismael (Coord.). **Saneamiento de la tierra en seis regiones 1996-2007**. La Paz: Centro de Investigación y Promoción del Campesinado, 2007, 332 p.
- GUTIERREZ A. Raquel. **Los ritmos del Pachakuti: movilización y levantamiento popular-indígena en Bolivia (2000-2005)**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2008a, 384 p.
- GUTIERREZ A. Raquel; OLIVERA, Oscar; e outros. **Nosotros somos la Coordinadora**. Cochabamba: Desarrollo y Paz de Canadá, 2008b, 185 p.
- HARRIS, Olivia. "Trocaban el trabajo en fiesta y regocijo". Acerca del valor del trabajo en los andes históricos y contemporáneos. In: **Chungara Revista de Antropología Chilena**, Universidad de Tarapacá, Arica, Chile. Vol. 42, núm. 1, junio, 2010, p. 221-233.
- HAMUY, Eduardo. Consideraciones sociológicas en torno a la reforma agraria en Latinoamérica. In: **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 28, No. 3 (Jul. - Sep., 1966), p. 677-692.
- HEREDIA, Hilton "Pueblos Unidos, un fortín del MST impenetrable". In: **El Deber**, Santa Cruz, 13 mai. 2005, p. A18.
- HIRAI, Shinji. "¡Sigue los símbolos del terruño!": etnografía multilocal y migración transnacional. In: ARIZA, Marina; VELASCO, Laura (Coord.). **Métodos cualitativos y su aplicación empírica...** México: UNAM, IIS; El Colegio de la Frontera Norte, A.C., 2012.
- HIRANO, Sedi. **Formação da sociedade moderna no Brasil: capitalismo moderno: relações Brasil / Estados Unidos, mercado e migrações internacionais**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, 111 p.
- _____. **Formação do Brasil Colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: EDUSP, 2008, 291 p.
- _____. Poder, lutas sociais e cidadania na América Latina. In: LEME F., Maria Izabel; Regina A. CRESPO. **Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni**. São Paulo: Editora UNESP, 1996, p. 203-219.
- HINOJOSA, Alfonso. **Buscando la vida: familias transnacionales en España**. La Paz: Clacso/Pieb, 2009.
- HOBSBAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistências, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HUIZER, Gerrit. Las organizaciones campesinas de Latinoamérica. In: FEDER, Ernest (Comp.). **La lucha de clases en el campo: análisis estructural de la economía agrícola latinoamericana**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1973. p. 244-259.
- KATZ, Friedrich. **Revolución, rebelión y revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX**. México DF: Ediciones Era, 1990.

- LAVAUD, Jean-Pierre. **El Embrollo Boliviano:** turbulencias Sociales y Desplazamientos Políticos (1952-1982). La Paz: IFEA-SESU-ISBOL, 1998.
- LE, Goz Jean. **Las reformas agrarias:** de Zapata a Mao Tsé-tung y la FAO. Trad. Joan Baraldés. Barcelona-España: Ariel: 1976, p. 340.
- LORA, Guillermo. **Documentos políticos de Bolivia**, (Selección y Notas de...). La Paz: Los Amigos del Libro, 1970, pp. 361-402.
- MAYER Enrique. Campesinos y neoliberalismo: discusión sobre la teoría económica del campesinado, con énfasis en el medio andino. In: **Temas Andinos y Otros Afines.** Disponible em: <http://www.andes.missouri.edu/andes/Especiales/EM_Campesinos.html>. Acceso em: 4 abr. 2016.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de Retrato colonizador.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 190 p.
- MERRICK, Thomas W. A população de América Latina, 1930-1990. In: BETHEL, Leslie (Org). **Historia da América Latina:** a América Latina após 1930: economia e sociedade. São Paulo: Editora EDUSP; Brasília, Fundação Alexandre de Guzmão, 2009, p. 231-298.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.
- MICHELS, Robert. **Los partidos políticos:** un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna. Buenos Aires: Amorrortu, 2001, 231 p.
- MILLS, C. W; Hans, GERTH. **Caráter e Estrutura Social:** a psicologia das instituições sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, 508 p.
- MILLS, C. Wright. **El poder de los sindicatos.** Buenos Aires: Siglo XX, 1965, 357 p.
- MINTZ, W. Sidney. **O poder amargo do açúcar:** produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora UFPE, 2007.
- MIRANDA Hugo Alberto. **El caso Pananti y el derecho a la tierra en Bolivia.** Santa Cruz: Fundación TIERRA, 2002.
- Moore Jr., Barrington. **Los orígenes sociales de la dictadura y de la democracia:** el señor y el campesino en la formación del mundo moderno. Barcelona: Península, 1973, 411 p.
- MOYO S.; YEROS P. (org). **Recuperando la tierra:** el resurgimiento de los movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2008, 428 p.
- MURRA, John V. **Formaciones económicas y políticas en el mundo andino.** Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1975.
- NEVEU, Erik. **Sociologie des mouvements sociaux.** Paris : Édition La Découverte, 2005, 126 p.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA (FAO). **Biocombustibles:** Perspectivas, Riesgos y Oportunidades. 2011. Disponible em: <<ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/011/i0100s/i0100s01.pdf>>. Acceso em: 4 jul. 2013.
- QUIJANO, Anibal. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina. In: **Revista Argumentos**, México DF, vol. 19, No 050, p. 51-77, jan-abr. 2006.

- _____. Los movimientos campesinos contemporáneos en América Latina. In: LIPSET, S. M.; SOLARI, A. E. (Comp.). **Élites y desarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967. p. 254-307.
- QUIROGA, Marcelo. **El saqueo de Bolivia**: La Paz: Ediciones Puerta del Sol, 1979, 155 p.
- RIDNER, Edgardo (et.al). **Soja, propiedades nutricionales y su impacto en la salud**. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Q S.A.: Sociedad Argentina de Nutrición, 2006, 96 p.
- RIVERA C., Silvia. **“Oprimidos pero no vencidos”**: luchas del campesinado aymara y qhechwa 1900-1980. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010a.
- ROMERO, José Luis. **América Latina**: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, 421p.
- RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos**: los campesinos latinoamericanos en la fase agroindustrial neoliberal. México DF: Plaza y Valdés, 2001.
- RULLI, Javiera. et al. **Repúblicas Unidas de la Soja**: Realidades sobre la producción de soja en América del Sur. Buenos Aires: GRR Grupo de Reflexión Rural, 2007, 285 p.
- SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político. In: SHANIN, Teodor (Comp). **Campesinos y sociedades campesinas**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1979. p. 214-235.
- SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998, 299 p.
- TRIGO, Ciro Félix. **Las Constituciones de Bolivia**. La Paz: Fondo Editorial del Archivo del Congreso Nacional, 2003, 806 p.
- URQUIDI, Arturo. Consideraciones de orden doctrinal sobre la reforma agraria en Bolivia. In: **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 18, No. 1 (Jan. - Abr., 1956), p. 65-95.
- URQUIDI, Vivian. Estados plurinacionais e a descolonização como projeto político latino-americano. **Comunicação & política**, 2011, v.30, n°1, p. 052-070. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/55351ART3%20Vivian%20Grace.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2013.
- _____. **Movimento cocaleiro na Bolívia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007, 223 p.
- URIOSTE, Miguel. **Concentración y extranjerización de la tierra en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2011.
- URIOSTE, Miguel; KAY, Cristóbal. **Latifundios, avasallamientos y autonomías**: la reforma agraria inconclusa en el Oriente. La Paz: Fundación Tierra, 2005.
- VILLCA L. Wilbert. **Ejemonías Indígenas y Flujos de Poder Local**. La Paz: “Garza Azul” Impresores & Editores, 2010, 154 p.
- _____. **Trajetórias orais dos discursos e consignas quéchuas nos projetos de comunidade e sociedade dos indígenas mobilizados na formação do Estado Plurinacional da Bolívia**. São Paulo, Projeto de Pesquisa aprovado para processo seletivo no *Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine* (IHEAL), 2015, 21 p.
- WARMAN, Arturo. **Los campesinos**: hijos predilectos del régimen. México DF: Nuestro Tiempo S.A., 1988, 150 p.

- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Org. H.H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982, 530 p.
- _____. La situación de los trabajadores agrícolas en la Alemania del este del Elba. Visión general (1892). In: **REIS**. 1990, Vol, 49, p. 233-255.
- WILLIAMS, Raymond. **Palabras clave: un vocabulario de la cultura y la sociedad**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003, 332 p.
- WHITEHEAD, Laurence. Bolivia, 1930-c. 1990. In: BETHELL, Leslie (ed). **Historia de América Latina** 16. Los países andinos desde 1930. Trad. Jordi Beltrán. Barcelona España: Editorial Crítica, S. L., 2002, p. 105-169.
- WOLF, Eric. **Antropología e poder**. (Org. Feldman-Bianco e Lins Ribeiro). Brasília: UnB; SP: Imprensa Oficial do Estado; Editora Unicamp, 2003, 376 p.
- _____. Fases de la protesta rural en América Latina. In: FEDER, Ernest (Comp.). **La lucha de clases en el campo: análisis estructural de la economía agrícola latinoamericana**. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1973. p. 260-271.
- YAMPARA, Simón. Katarismo. In: **Tani Tani, Boletín electrónico**, Nr. 350- Año IV, 25 de mayo 2010. Entrevista por Muruchi Poma, 02-06-2010. Disponible em: <http://www.amigo-latino.de/indigena/noticias/newsletter_5/336_pachamamismo_JA.html>. Acceso em: 23 mar. 2016.
- ZAVALETA Mercado, René. **50 Años de Historia**. La Paz: Amigos del Libro, 1998, 118p.
- _____. **Obra completa, Tomo I: ensayos 1957-1974**. La Paz: Plural editores, 2011, 788 p.
- _____. **Obra completa Tomo II: ensayos 1975-1984**. La Paz: Plural, 2013, 680 p.
- ZIBECHI, Raúl. **Brasil Potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo**. Santiago: Editorial Quimantú, 2012, 392 p.

DOCUMENTOS OFICIAIS

- ALIANZA PARA EL PROGRESO (APP). **Documentos básicos**. Santiago: Memoria Chilena, 1964, 57 p.
- BANCO DE DESARROLLO INTERAMERICANO (BID). **Préstamo a la Corporación Boliviana de Fomento CBF, Colonización, 1962**. La Paz: INC, 1962, 35 p. (Reg. Acervo INRA: 01.06/P936, 1708)
- BOLIVIA, Asamblea Legislativa Plurinacional de Bolivia (ALPB). **Informe conclusivo de la comisión especial multipartidaria...** 3º edic. La Paz: Vicepresidencia del Estado, 2013a, 106 p.
- _____. **Ley N° 477, Contra el Avasallamiento y Tráfico de Tierras**, de 30 de diciembre de 2013. La Paz: Gaceta Oficial de Bolivia, 2013b, 6 p.
- BOLÍVIA, Congreso Nacional. **Ley N° 1715, del Servicio Nacional de Reforma Agraria (INRA)**, de 18 de octubre de 1996. La Paz: Gaceta Oficial de Bolivia, 1996, 29 p.
- _____. **Ley N° 3545, Modificación de la Ley N° 1715 de Reconducción de la Reforma Agraria**, 28 de nov. La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 2006, 18 p.
- _____. **Ley N° 3464, Reforma Agraria**, de 2 de agosto de 1953. La Paz: Gaceta Oficial de Bolivia, 1953, 42 p.

- BOLIVIA. **Constitución Política de Bolivia de 1967 con reformas de (1994)**. La Paz: Gaceta Oficial, 1994, 34 p.
- _____. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia (2009)**. La Paz: Gaceta Oficial, 2009, 160 p.
- BOLÍVIA, Presidencia de la República. **Decreto Supremo (DS) N° 23331**, de 24 de noviembre de 1992. Aprueba la intervención al Concejo Nacional de Reforma Agraria (CNRA). La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia. Disponible em: <<http://www.lexivox.org/norms/BO-DS-23331.xhtml>>. Acceso em: 10 mar. 2015.
- _____. **Decreto Supremo (DS) N° 23418**, de 10 de marzo de 1993. Aprueba la creación de la Comisión Nacional de Ordenamiento Territorial sobre Uso del Suelo y Tenencia de la Tierra y destituye a funcionarios del CNRA. La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, Disponible em: <<http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/descargar/17362>>. Acceso em: 10 mar. 2015.
- _____. **Decreto Supremo (DS) N° 24784**, de 31 de julio de 1997. Aprueba el Reglamento de la Ley del Servicio Nacional de Reforma Agraria. La Paz: Gaceta Oficial del Estado Plurinacional de Bolivia, 1997, 120 p.
- BOLIVIA. **Censo General de Población de la República de Bolivia 1900**. Tomo 1. La Paz: Taller Tipo-Litográfico de J.M. Gamarra, 1902, 400 p.
- BOLIVIA. **Censo Demográfico 1950**. Cochabamba: Editorial Inca, s/a, 252 p. (Edición para Bolivia, ejemplar No. 61, Archivo, INE-Bolivia).
- BOLÍVIA. **Empresas importadoras de Agroquímicos 2004-2012**. La Paz: VCIE-SIEXCO, 2012. 1 CD-ROM, (Excel).
- COMISIÓN NACIONAL PARA EL DESARROLLO DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS (CNDPI). **Convenio 169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales en Países Independientes**. México DF: 2003, 20 p. (Cuadernos de Legislación Indígena).
- COMUNIDAD CAMPESINA AGROECOLÓGICA PUEBLOS UNIDOS (CCA-PU). **Avances del Plan de Gestión Territorial y Reglamento de Acceso, Uso y Manejo de Tierra y los Recursos Naturales**. Pueblos Unidos, Santa Cruz: UE, CEJIS, MST-Bo, Agromes-Veterinaria. Abril, 2012, 22 p.
- _____. **Estatuto Orgánico**. Pueblos Unidos, Santa Cruz, jul. 2011a, 11p.
- _____. **Reglamento de Acceso, Uso y Manejo de la Tierra y de los Recursos Naturales**. Pueblos Unidos, Santa Cruz, jul. 2011b, 9 p.
- _____. **Reglamento del Tribunal Disciplinario**. Pueblos Unidos, Santa Cruz, jul. 2007, 04 p.
- _____. **Reglamento del Tribunal Disciplinario**. Pueblos Unidos, Santa Cruz, jul. 2011c, 06 p.
- _____. **Reglamento de la Unidad Económica Comunal**. Pueblos Unidos, Santa Cruz, jul. 2011d, 10 p.
- _____. **Reglamento Interno**. Pueblos Unidos, Santa Cruz, jul. 2011e, 10 p.
- CONFERENCIA EPISCOPAL BOLIVIANA. **Carta Pastoral de la Tierra: “de la tenencia de la tierra y el acceso para los más pobres”**. La Paz: Caritas, 2000, 53 p.
- CONSEJO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA (CNRA). **Estadísticas sobre tenencia de la tierra en Bolivia 1953 – 1970**. La Paz, 1974. Biblioteca INRA.

- DELGADO Llano, Humberto. **Legislación Integral del Ramo de Colonización**. La Paz: Editorial Renacimiento, 1928, 55 p.
- GUZMÁN, Bernabé (Coord.). **Uma historia a mil vocês**. CD-ROM1, CD-ROM 2. Santa Cruz: MST-Bo, Estudio TAMUSPO, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil, Ano XI – 1950**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geográfico e Estatística, 1951, 583 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA (INE). **Bolivia: Características de población y vivienda censo nacional de población y vivienda 2012**. La Paz: INE, 2013, 32 p.
- _____. **II Censo Nacional Agropecuario 1984: resultados departamentales**. La Paz: Fundación Tierra, 1990, 141 p.
- INSTITUTO NACIONAL DE REFORMA AGRARIA (INRA). **Breve historia del reparto de tierras en Bolivia**. La Paz: INRA-Embajada Real de los Países Bajos, 2008, 190 p.
- _____. **Informe Anual 2005**. La Paz: INRA, 2006, 75p.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACIÓN (INC). **Una breve interpretación del desplazamiento y los asentamientos en colonización y algunas sugerencias y criterios**. Sub-comisión de Colonización para la estrategia del Desarrollo Nacional. La Paz: INC, 7 abr. 1970. (Reg. Acervo INRA: 01.06/V473d, 1723)
- MACA, INE, FAO. **I Censo Agropecuario de 1950**. La Paz: Serie Documentos Históricas, Fundación Tierra, 2009, 417 p.
- MINISTERIO DE DESARROLLO RURAL, AGROPECUARIO Y MEDIO AMBIENTE (MDRAYMA). **La Nueva Política de Tierras: Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria**. La Paz: Presencia editores, 2007, 105p.
- _____. **Plan Nacional de Distribución de Tierras y Asentamientos Humanos**. La Paz: Viceministerio de Tierras-Unidad de Distribución de Tierras, 2008, 48 p.
- MUNICIPIO DE SÃO PEDRO (MSP). **Plan de Ordenamiento del Territorio Municipal San Pedro**. São Pedro-Santa Cruz: Unidad de Planificación, 2010, 248 p.
- NELSON, Michel. **Evaluación Proyectos de Colonización Chané Piraí y San Julian: Informe del especialista en desarrollo regional**. La Paz: INC, 1978. (Reg. Acervo INRA: 01.06/P356i, v.3, 1450)
- OFICINA NACIONAL DE INMIGRACIÓN, ESTADÍSTICA Y PROPAGANDA GEOGRÁFICA (ONIEPG). **Censo General de Población de la República de 1900**. La Paz: Taller Tipo-Litográfico de J. Gamarra, 1904, 280 p. (Biblioteca Nacional de Bolivia, N° de Reg. 62878)
- PNUD-ONU. **Informe Temático sobre Desarrollo Humano: la economía boliviana más allá del Gas**. La Paz: Artes Gráficas SAGITARIO srl, 2005.

JORNAIS NACIONAIS

El Día, Santa Cruz, Bolivia

El Deber, Santa Cruz, Bolivia

El Mundo, Santa Cruz, Bolivia

La Estrella del Oriente, Santa Cruz, Bolivia

La Prensa, La Paz, Bolivia

La Razón, La Paz, Bolivia

SITES CONSULTADOS

Agencia Plurinacional de Comunicación, www.apcbolivia.org/

Bolivia Rural, www.notiboliviarrural.com/

Censo-Guía de Archivos de España e Iberoamérica, <http://censoarchivos.mcu.es/>

Centro de Estudios Judiciales del Paraguay, www.cej.org.py/

Corporación Minera de Bolivia, www.comibol.gob.bo

Fundación Tierra, www.marcha.ftierra.org/

Gaceta Oficial de Bolivia, www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo

Instituto Nacional de Estadística, www.ine.gob.bo/

Jornal Indimedya, www.indimedya.org/

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, www.mst.org.br/

Red Universidad Intercultural Indígena, www.reduii.org/

Sociedad Argentina de Nutrición de Argentina, www.sanutricion.org.ar/

ARQUIVOS NACIONAIS CONSULTADOS

Archivo Asamblea Legislativa Plurinacional, La Paz, Bolivia

Archivo Biblioteca Nacional, Banco Central, La Paz, Bolivia

Archivo Fiscalía de Distrito de Montero, Santa Cruz, Bolivia

Archivo Instituto de Colonización, La Paz, Bolivia

Archivo Instituto Nacional de Reforma Agraria, La Paz, Bolivia

Archivo Instituto Nacional de Estadística, La Paz, Bolivia